



.....

AUTOBIOGRAFIA DE C. B. OTTONI



Christiano Benedicto Ottoni.

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 202



Cristiano Benedito Ottoni

(*Serro – MG, 30-5-1811 – †Rio de Janeiro, 18-5-1896),
foi capitão-tenente da Marinha, engenheiro, professor de Matemática,
diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, senador do Império e,
depois da proclamação da República, foi investido do
mandato de senador de República.

.....

AUTOBIOGRAFIA
DE C. B. OTTONI



Mesa Diretora

Biênio 2013/2014

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Jorge Viana
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá
2º Vice-Presidente

Senador Flexa Ribeiro
1º Secretário

Senadora Ângela Portela
2ª Secretária

Senador Ciro Nogueira
3º Secretário

Senador João Vicente Claudino
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Magno Malta
Senador Jayme Campos

Senador João Durval
Senador Casildo Maldaner

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 202

AUTOBIOGRAFIA
DE C. B. OTTONI

NATURAL DA VILA DO PRÍNCIPE, DEPOIS CIDADE DO SERRO,
NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Maio de 1870



Brasília – 2014

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 202

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2014

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-550-1

.....

Otoni, Cristiano Benedito.

Autobiografia de C. B. Otoni : natural da Vila do Príncipe, depois da cidade do Serro, na província de Minas Gerais / Cristiano Benedito Otoni. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

302 p. : il – (Edições do Senado Federal ; v. 202)

1. Otoni, Cristiano Benedito, autobiografia. 2. Político, autobiografia, Brasil, século XIX. 2. Brasil, história, Império (1822-1889). I. Título. II. Série.

CDD 923.281

.....

.....

Sumário

I

Por que e para que escrevo

pág. 13

II

A casa de meu pai

pág. 17

III

Minha infância até 1828

pág. 26

IV

Vida de estudante: 1828 – 1837

Curso de Marinha: Os Professores. – Educação política: O Epifânio e seus Livros.

– O 7 de abril e o 14 de julho. – Sociedade federal. – Desilusão.

– Um pequeno romance.

pág. 34

V

1837 – 1848

Vida doméstica. – Os escravos, confissões em torturas. – Recursos pecuniários. – Episódio do beija-mão. – Rebelião de Minas. – Memórias científicas. – Oficial de gabinete. – Meu perfil moral.

pág. 53

VI

1848 – 1855

Situação política em 1848: retrospecto. – O governo pessoal.

– Meu papel na Câmara: convites para ministro.

– Meus livros e estudos. – Vida privada.

pág. 66

VII

1855 – 1865

Estrada de ferro D. Pedro II: decretação; construção; custeio; episódios.
– Moralidade da gestão. – A proteção imperial. – Procedimento político no decênio.

pág. 85

VIII

1865 – 1868

Gabinete Furtado. – Crise de maio de 1865. – Exclusão caprichosa de uma solução. – Descida de 12 de maio e subida de 3 de agosto.
– Zacarias e Silveira Lobo. – Questões de estradas de ferro.

pág. 135

IX

1868 – 1871

Programas de oposição: minha dissidência. – Viagem à Europa e ao Egito. – Radicalismo: manifesto republicano. – Abstenção política. – Guerra do Paraguai. – Vida privada.

pág. 146

X

Julho 8 de 1872

Tipo geral do nosso governo representativo. – Emancipação dos escravos: lei de 28 de setembro de 1871.

pág. 155

XI

11 de novembro de 1873

Radicalismo e republicanismo. – Eleição de 1872. – Inconfidência: Tiradentes, Cláudio Manuel da Costa. – Usufruto da E. [Estrada] de F. [Ferro] de D. Pedro II. – Contrato para o Rio Grande.
– Vida privada.

pág. 170

XII

Junho de 1875

Luta entre o poder civil e o eclesiástico: fanatismo que desenvolvem os ultramontanos, sua influência deletéria nos laços da família.

pág. 179

XIII

31 de agosto de 1876

Empresa do Rio Grande: bases do contrato; desenvolvimento dos trabalhos; desistência de direitos; adjudicação; balanço; custo quilométrico dos estudos. – Questão religiosa.

pág. 183

XIV

Abril de 1877

Reforma eleitoral: mistificação do terço. – Eleição em Minas: meu protesto; propósito de candidatura, modificando o programa de abstenção.

pág. 191

XV

Maio de 1880

Situação liberal. – Minha posição política. – Reforma eleitoral. – Eleição de Minas em 1878. – Assento no Senado.

pág. 199

XVI

1885

Sete anos de situação liberal: seis ministérios. – Finanças públicas. – Estradas de ferro: método vicioso de concessões. – Reforma eleitoral: provas de senso; eleitorado restrito. – Elemento servil: evolução; crítica do projeto Dantas. – Vida privada.

pág. 211

XVII

Março de 1886

Emancipação dos escravos. – Anarquia eleitoral e parlamentar.

– Queda de Dantas. – Retrocesso de aspirações. – Saraiva.

– Cotegipe. – A nova lei de 28 de setembro.

pág. 228

XVIII

Fevereiro de 1887

Motivos por que ponho termo a este trabalho. – Minha descrença e

desânimo. – Propósito de silêncio. – Ligeira notícia

da última sessão parlamentar.

pág. 240

Nota A

pág. 251

Nota B

pág. 253

Nota C

pág. 262

Nota D

pág. 263

Nota E

pág. 264

Nota F

pág. 265

Nota G

pág. 266

Nota H
pág. 281

1º Apêndice à Autobiografia
pág. 282

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 293

.....

I

Por que e para que escrevo

NÃO É PORQUE eu creia que estas memórias serão de grandes utilidades.

Nem que as destine à imprensa ou à posteridade, que (estou certo) não se ocupará com a minha pessoa.

A ninguém pretendo mostrar este livro: aí ficará.

Quando eu morrer, faça dele minha família o que bem lhe parecer: leia-o ou não; mostre-o a quem quiser ou esconda-o; imprima-o ou queime-o, como for de seu agrado.

Disse mal, duvidando se me lerão: minha mulher, se me sobreviver como eu muito desejo, minhas filhas e também os filhos hão de ler-me; mais de uma vez cairá uma lágrima de saudade sobre algumas destas páginas; disto tenho certeza, porque muito nos amamos mutuamente.

Ora, depressa descobri uma utilidade da minha autobiografia.

Mas a verdade é que o principal motivo por que a empreendo é que estou ocioso, e a ociosidade mata-me: preciso encher o tempo com algum trabalho que me interesse; e padeço da doença, que chamou não sei que poeta latino – *scribendi cacoethes*.

Mas, por que estou ocioso? Por que não vou alimentar o cacete na imprensa política? Por que não me ocupo, como tantos outros, em *salvar a pátria*?

Por quê? Aí vai a resposta em duas palavras – *não creio*.

– Em que não crês? Nos princípios? – Isso não; sempre fui democrata. – Nas instituições vigentes? – Sim, senhor, não tenho nelas fé. – Nos homens? – Ainda menos.

Se eu me julgasse um estadista capaz de regenerar o meu país, meteria mãos à obra: mas não passo de um pobre diabo, que deve mesmo recolher-se ao seu canto.

A situação presente do Brasil, a meu ver, se resume nestes pontos: 1º) uma dívida de 800 mil contos, cujo serviço absorve quase metade da renda pública; 2º) receio de grandes complicações no Rio da Prata, resultado da Guerra do Paraguai e do Tratado da Tríplice Aliança; 3º) falta absoluta de imigração e de braços livres; 4º) necessidade indeclinável de libertar os negros, o que desorganizará o trabalho, prejudicando a produção; 5º) falta de capacidade e de patriotismo nos homens públicos, para afrontar os perigos iminentes.

Um Partido Conservador que é o egoísmo e o nepotismo personificados: uns liberais que têm muita pressa de ser ministros: um partido republicano, que é onde há mais sinceridade, mas que está longe de ter força para influir na política. E entre eles o astuto D. Pedro II, desenvolvendo o seu plano de domínio pessoal, que Silveira Martins¹ (deste a posteridade há de ocupar-se, se durar-lhe a vida) definiu magistralmente com as palavras – *demolição dos caracteres*. Eis os elementos pessoais da nossa política; e entre eles não vejo lugar que eu atreva a ocupar. Estou desanimado.

Quando eu chegar com esta minha história à regência de Feijó, ver-se-á que o meu enjoo de política é velho: mas metido nela intermitentemente, procurei cumprir o meu dever. Poderei ter dado por paus e por

1 Depois também descri dele.

pedras, como alguém me disse; mas obedeci à consciência: não sofismei, não caluniei. Atualmente, não sinto ambição de novo acesso de febre parlamentar.

Em prova de que posso honestamente retirar-me da cena, alego que não tirei lucro da política. Não fui diplomata nem ministro; não tive comissões rendosas, nem ajudas de custo, como tiveram alguns, verdadeiros desaforos...

Gostaria de ter uma cadeira no Senado pelo resto da vida, já que o corcundismo dos meus patrícios embirra em sustentar a vitaliciedade: mas estou resolvido a não ser mais candidato.¹

E já que não peço favores ao povo, seria imoralidade aceitá-los do poder: andam dizendo alguns governistas que vou ser nomeado conselheiro de Estado; nesta previsão já minutei o ofício de recusa que, se o despacho não se realizar, ficará dentro deste livro, embora alguém que o veja possa dizer – *estavam as uvas verdes*.²

Conselheiro de Estado eu! Tinha que ver! Nos dias de cortejo ou de recepção no Paço, reúnem-se com as suas fardas ricas (verdes, por ser esta a cor da libré da casa imperial, disse-me um cortesão) e perfilam, a pé, ombro a ombro, guarneçando os dois lados do salão, enquanto a turba desfila e tem a *ventura* de beijar a mão ao imperador.

(Ah! O beija-mão!... fica para o capítulo respectivo.)

Chama-se aquela massa aviltante – *fazer parede*. É uma das razões por que eu ainda que volte à política nunca serei conselheiro de Estado: fazer parede, eu!... era o que faltava.

Além do desejo de matar a ociosidade, outro motivo estimulou-me a escrever: é a observação de que geralmente se fazem a meu respeito juízos errados. Muita gente me supõe uma boa cabeça, um talento fora de linha... nem todos os que dizem estarão mangando comigo. Alguns, em menor número, atribuem-me também grande ilustração: e até ouvi com espanto um deputado de Pernambuco proclamar-me certo dia – *um sábio!*

E o homem parecia sincero, o que me fez ter compaixão dele.

1 Quebrei depois este propósito.

2 Fui nomeado em 1883 e recusei sem estrépito, alegando falta de vocação.

Mas, se a respeito de talento e saber dão-me muito mais do que me cabe, ao coração concedem menos do que ele tem consciência de merecer. Vejo bem que no espírito de muitos contemporâneos eu passo por mau homem, e não o sou: não duvido crer que meus defeitos concorram para a injustiça.

Sou irascível; mas entenece-me toda a desgraça, e revolta-me toda a iniquidade.

Sou vingativo; mas o prazer de humilhar quem me ofendeu não prescinde da escolha de meios, nem dura indefinidamente. Tenho brigado com muita gente, e raros são os de que ainda conservo algum ressentimento; esse mesmo eu o sinto esfriar: desejo esquecer as ofensas.

Sou um secarrão: não tenho maneiras insinuantes e afagadoras como as de Teófilo Ottoni; mas amo muito os que me amam e sou agradecido aos obséquios que recebo: darão disso testemunho os que vivem na minha intimidade. Amo, tenho coração; no dia em que ninguém amasse morreria de misantropia, creio.

Falei nestas qualidades do coração porque é principalmente em relação a elas que muitos me fazem injustiça. E eu não quero parecer aos que me querem bem pior do que sou.

Não importa isto desconhecer que eu tenha defeitos e grandes: mas tenho a vaidade de conhecer-me, e a intenção de retratar-me nestas páginas, *imparcialmente*.

Escreverei provavelmente com intervalos; pois destino este trabalho a matar o tédio das horas vagas. E sempre com muita liberdade. Despretensiosamente como este preâmbulo, que não pensei ficasse tão comprido.

Felizmente não o batizei de prefácio, cousa quase sempre aborrecida. Seja prólogo, 1º capítulo, introdução, seja o que for, é a minha razão de ordem.

E está acabado.

Rio, 1º de junho de 1870.

C. B. Ottoni

.....

II

A casa de meu pai

NÃO PODE SER indiferente ao meu assunto o conhecimento do ambiente em que passei a infância e das cenas de que fui testemunha: constituem a educação os exemplos, mais do que os preceitos; para a formação do caráter concorrem mais ou menos todas as impressões recebidas desde o berço. Assim o pensava Helvetius.

Demais, é-me agradável avivar as recordações da meninice: não há nelas a lembrança de bailes, de luxo, de banquetes, de riqueza, de prazeres ruidosos; nem ainda, direi tudo, transcendentales virtudes ou de ilustração e sabedoria.

O que vou expor são quadros de costumes com o perfume da inocência, do trabalho, da probidade, da simplicidade rústica.

Meu pai não era rico; trabalhava muito para manter a família, e suas ocupações o conservavam a maior parte do tempo fora de casa: por

exemplo, foi alguns anos arrecadador de dízimos, por contrato que fez com a província, o que o obrigava a contínuas viagens.

Daí vem que sua imagem pouco figura em minhas cenas de primeira infância. Era homem de severa probidade, talento, coragem, pouca instrução.

Irascível e precipitado em seus juízos, o que o expunha a ser injusto; defeito que infelizmente herdei.

Empregava, como todos do seu tempo, repressões materiais; mas a elas recorria raras vezes: um só castigo desse gênero que dele recebi não fora merecido; iludiu-se com aparências e não me ouviu. Mas outras vezes, ou perdoou-me, ou logrei esconder as minhas travessuras: fica uma cousa pela outra.

Votávamos ao nosso velho, eu e meus irmãos, um respeito profundo, com mistura de medo e de estima.

Revolvendo hoje os escaninhos da minha memória, acho que meu pai me parecia um homem superior aos outros, mas nimamente severo: a respeito dele, não encontro no coração a ternura infinda com que o afaga a lembrança de minha mãe.

Esta reflexão me tem feito dizer algumas vezes em família: “Respeitei muito meu pai; mas não desejo que meus filhos se aproximem de mim com sentimento idêntico ao que eu lhe dedicava; quero ser mais amado.” Disposição de ânimo, diz às vezes minha mulher, que pode prejudicar a educação de nossos filhos, e talvez tenha razão.

Fomos 11 irmãos os que chegamos à virilidade:¹ com meus pais, duas irmãs e duas sobrinhas do velho, solteironas pobres que viviam de seu amparo, perfazíamos 17 pessoas de família. Éramos servidos por cinco escravos.

Falemos primeiro das quatro velhas solteiras. Prima Maria Narcisa e prima Joaquina eram duas coitadas, tão pobres de bens como de espírito, só notáveis pela sua piramidal beatice: rezar, rezar, rezar, era a sua vida.

¹ Teve minha mãe mais uma menina, que morreu em tenra idade.

Da segunda estivemos algum tempo persuadidos que denunciava à minha mãe nossas travessuras: hoje não estou longe de crer que fomos injustos com a pobre mulher.

Tia Fabiana era uma velhinha alegre, ingênua, muito comunicativa: parecia ter sido muito bonita, mas eu a conheci já desfigurada, não só pelas rugas da velhice mas por uma pequena deformidade filha do vício do fumo, e que por ser no rosto se tornava muito saliente. Usava do narcótico, como outras pessoas nesse tempo, *em mecha*: destacava do fumo em corda uma parte do volume e forma de um pequeno charuto, e torcida e alisada esta *mecha*, a introduzia na venta, sempre do lado direito, que por isso dilatou-se e parecia inchado enquanto a venta esquerda ficava abatida e seca: o efeito era desagradável à vista. A última recordação que tenho desta sincera velhinha é de 1836: é um quadro com seu quê de burlesco, que me está muito vivo na memória. Era eu já substituto da Escola de Marinha e tinha ido ao Serro, com licença.

Aparece em casa um carcamano com um realejo que fazia dançar uma galeria de bonecos, espetáculo que lá na terra nunca se tinha visto: a admiração da tia Fabiana não conheceu limites. Estou-a vendo, meio de cócoras, mãos nos joelhos, cavalgando o aleijão do nariz por uns grandes óculos, e na fisionomia um espanto infantil que muito me diverti; ria, chorava e babava-se. Como as suas companheiras, vivia ela ao nosso lado sem tomar parte ativa no giro da casa: por exceção, ia às vezes à cozinha porque era quituteira; o que era uma festa para Mãe Teresa, a nossa cozinheira.

Mãe Teresa e as suas parceiras hão de ter o seu parágrafo.

Tia Ana Francisca era a expressão mais completa do ascetismo, que eu tenho conhecido, sempre triste, sisuda, rezando, jejuando, macegando-se, a pobre velha passava a vida em perene preocupação com a *salvação de sua alma*.

O terço se rezava todas as noites em família, dirigido por minha mãe, que de ordinário não se descuidava. Mas se *Jorge* (assim chamava ela a meu pai, em ausência; na presença – Sr. Jorge), se Jorge chegava cedo a casa, recostava-se na sua rede e a dedicada esposa se sentava ao lado a conversar, adeus terço...

Entretanto, não lhe escapávamos, porque o caso estava previsto e acautelado: era tia Ana Francisca que trazia indefectivelmente o alfarábio das contemplanções que precediam a cada mistério. Zangava-nos às vezes tanta pontualidade: mas foi a nossa queixa única, se queixa se pode chamar: a boa velha era tão nula quanto inofensiva.

Na roupa e cama da devota notou-se por vezes marcas de sangue, que era atribuído aos percevejos: sacudia-se, lavava-se, desarmava-se o catre, escaldava-se as fendas com água a ferver: daí a algum tempo, novas pintas de sangue, nova caça aos insetos... Durou anos esta lida, e só por morte da tia Ana Francisca se soube que ela usava de cilício, e se bem me lembro, de disciplinas.

Pouco antes de morrer disse à irmã: “Deixo-te um legado, que está num embrulho de papel, no fundo daquela caixa; mas só hás de saber o que é depois da minha morte.”

O legado era o cilício: mas a legataria, conquanto devota, *não era tão perfeita*. Por isso, algum tempo depois achei o cilício no lixo varrido da casa e dei o *escândalo* de o andar mostrando: logo mo arrebataram.

A caça aos percevejos era de ordinário dirigida por minha irmã Rosália, afilhada da *Santa*, um coração por excelência terno. Pai, mãe, irmãos, tios, primas e mais tarde a sua crioula Raimunda, por ela criada, a todos envolvia em um imenso amor. Honório de Aguiar, nosso primo, namorou-se e chegou a anunciar-me a intenção de a pedir em casamento; era digno dela: uma moléstia aguda no-lo roubou. Suspeitou-se que Rosália o tinha compreendido e lhe correspondia: tal foi o toque de melancolia que sombreou seu caráter até aos 48 anos com que morreu. Era uma bela moça.

Não falarei por ora dos meus dez irmãos: caberá a cada um a sua vez; a antecipação relativa à Rosália foi determinada pela sua imensa dedicação à madrinha, a *Santa*.

Mas quero considerar com vagar e complacência quem era o centro destes movimentos, o espírito diretor deste pequeno mundo, a alma deste corpo, *minha mãe*.

Quando se casou, diziam dos noivos que eram o casal de moços mais bonitos de seu tempo: alcançou-me esta tradição, e por vezes notei nas fisionomias dos meus velhos traços que a comprovavam. Cria minha mãe que a mulher deve ao marido obediência cega, e praticava esta doutri-

na: muito amor, muita dedicação, muita obediência; mesmo em ausência, a palavra do velho era oráculo; *Jorge disse, Jorge quer*, eram razões que não sofriam objeção.

Era econômica sem vileza, e não queria em casa ociosidade, dando o exemplo ela, que tinha necessidade natural de estar ocupada. Enquanto teve boa vista, cosia; depois fiava, e fiou até morrer: temos toalhas de fio de furo da boa velhinha, fiado aos 82 anos de sua idade, véspera da morte.

Nos últimos tempos, já no Rio de Janeiro, fiava, enovelava, e quando reunia certa quantidade de fio, mandava a algum parente que tivesse tear: vindo as toalhas, distribuía uma a cada filho, a cada nora, a cada neto, e conservava fielmente em memória quem não ganhou para ser contemplado na seguinte distribuição. Lá no Serro, bem me lembro do aspecto de trabalho que a casa oferecia ordinariamente: tear, fusos, costura, rocas, lavagem de roupa, etc., etc.

Carinhosa e cuidadosa com os filhos, ela os corrigia, mesmo às vezes corporalmente; nessas ideias fora ela mesma educada: mas era correção, não explosão de raiva; dos bolos que dava, não ficava azedume no ânimo dos filhos. Para pequenas travessuras havia um castigo, de que ainda hoje me lembro com certo susto retrospectivo. Sentava-se o travesso num banco, pés dependurados que não alcançavam o chão, descalço: entre os dois primeiros dedos de um pé metia-se a ponta inferior de um fuso cheio de linha; davam-lhe um caroço de algodão para núcleo de novelo; e toca a enovelar, 1º fuso, 2º fuso, 3º, conforme a gravidade do caso, às vezes até fazer um novelo do tamanho de uma laranja seleta. Terrível aborrecimento! que lentidão em crescer o novelo! que fadiga dos braços! que sono!

Era tão boa, tão humana com as escravas, que estas não só a respeitavam, mas mostravam ter-lhe afeição: fez-se a este respeito uma observação que cito com prazer. Quitéria, crioula, parecia de má índole, preguiçosa, insolente; só a continha, pensávamos, o receio de castigo corporal: entretanto, com o tempo, adquiriu tal afeto à minha mãe, que até a sua extrema velhice não lhe faltou com um tratamento carinhoso e desvelado. E com este procedimento conquistou a gratidão de toda a família: hoje maior de 65 anos e liberta, continua em companhia de minhas irmãs.

Minha mãe não era instruída: não passou da instrução primária e só lia livros de orações; nunca lhe vi nas mãos um volume profano.

Não mostrava talento, mas notável bom senso e retidão de espírito.

A minha numerosa parentela oferece uma observação de algum interesse. Os parentes paternos são em geral cabeças inteligentes; os que estudaram fizeram quase todos boa figura: os maternos são todos acanhadíssimos, alguns doentes. Ora, nosso sangue é mistura de europeu com o indígena, e este predomina do lado de minha mãe. Fato que parece uma confirmação da inferioridade da raça americana.

Nunca vi em pessoa alguma o sentimento religioso mais puro, a fé mais robusta do que em minha mãe. Diziam no Serro que ela e D. Maria Queiroga eram as senhoras mais religiosas da terra: mas a devoção da outra era terrorista; tremia sempre no receio das penas eternas; a de minha mãe era bafejada por uma confiança suavíssima na misericórdia divina.

Este sentimento ameigou-lhe o coração, destruiu todo o fermento da ira; e pudemos observar o belo espetáculo de uma alma tranqüila, que *por mais de trinta anos nem uma vez foi agitada por um movimento de cólera ou de impaciência*. Foi uma velhice sossegadíssima, invejável, para a qual concorreram as minhas irmãs, de cuja infância não me ocupei, mas de cuja velhice hei de falar mais tarde.

Citei na biografia de Teófilo Ottoni uma opinião de nossa mãe sobre esta questão que se lhe propôs: – nos reconheceremos na outra vida – opinião que caracteriza seu sentimento religioso.

“Acho que não”, disse ela, “porque o Céu é lugar de bem-aventurança e felicidade pura; e esta seria impossível a uma mãe se pudesse verificar que seus filhos lá não se acham.”

Outra citação no mesmo gênero. Tinha ela horror à ideia de mudar-se para o Rio de Janeiro, porque ouvia ser isto terra de impiedade e irreligião: entretanto, já com 70 anos, veio muito satisfeita e tranqüila. Perguntei-lhe um dia: “Como combateu Vm.ce as suas repugnâncias?”

– “Facilmente”, respondeu-me; “quando vi teu pai com muita vontade de mudar-se, fiz uma novena pedindo a Deus que resolvesse o melhor; e vendo a mudança facilitar-se acreditei que era da vontade divina.”

Já se vê que em uma família tão religiosa, no mesmo espírito havia de ser dirigida a educação dos filhos. Esta porém carecia absolutamente de método, em nossa casa, como em todas naquele tempo.

O ensino religioso consistia, 1º, em fazer decorar certas orações, e repeti-las em horas certas; 2º, em ouvir missa nos dias de guarda, sem explicação alguma, sem nada entender da cerimônia; 3º, em ir ao confessional depois de certa idade: só aí ouvia-se alguma doutrina, se o padre não fazia, como a maior parte deles, confissões de carregação.

Não havia em casa ensino de religião; nas escolas nem ao menos leitura de história sagrada, nem nas paróquias explicação do catecismo ou do Evangelho: decorar rezas materialmente, mais nada.

Estas práticas, o hábito, o exemplo substituíam o conhecimento e convicção; e em quem não cultivava a inteligência, podiam produzir resultados, como o que víamos em minha mãe e vejo em minhas irmãs, muita fé. Mas em um moço que estuda, cujo raciocínio se organiza, que tende naturalmente a submeter tudo ao exame da razão e que a robustece nas primeiras leituras que o acaso lhe depara, como se conservará em sua frágil base o edifício da fé?

Esta, dizem alguns, volta na velhice: eu não o creio; a inteligência que chegou a repudiar a crença no sobrenatural não a readquire mais. Em todo o caso a mocidade dirigida como eu o fui necessariamente se extravia da religião.

Nos ou nas que ficam devotas, esta aprendizagem que consiste em rezar, rezar, rezar tem um grande inconveniente: inutiliza as melhores índoles para muitas coisas boas que podiam fazer. A missa e o ofício, e a novena. E o te déum, e o caminho da cruz e o mês de Maria, ocupando quase todo tempo, sequestram a devota da sociedade, dos amigos e dos parentes.

As sobras e às vezes parte do necessário de que se privam, em vez de socorrer famílias pobres lá se empregam em uma capa para Nossa Senhora, resplendores para os santos, ornatos de igreja e cousas semelhantes. Escrevendo esta crítica com pesar a estou aplicando mentalmente a pessoas que estimo e respeito.

Se não tivemos na infância verdadeiro ensino religioso, também a educação literária foi quase nula até os meus quase 17 anos, com que deixei a casa paterna. Nosso mestre de primeiras letras ensinava materialmente: o de latim sabia a língua, como a pode saber um homem de

boa memória, sem talento. Foram meus únicos professores até vir para o Rio de Janeiro.

Meu pai, que tinha pouca cultura mas muito talento, estava quase sempre ausente; minha mãe e tias não tinham instrução alguma; que educação podiam dar-nos? Deram-nos a do exemplo, a prática dos deveres morais, o espetáculo de uma vida tranquila, inofensiva, dada ao trabalho e aos cuidados da família.

Por isso, de uma educação tão pobre de luzes saiu uma irmandade que goza de alguma consideração e não tem inveja de qualquer outra. Minhas irmãs são respeitadas por quantos as conhecem. Meus irmãos e eu (fomos sete, existimos quatro) somos, sem imodéstia, homens de bem: nem um de nós cometeu nunca ação de que os outros se envergonhem; e o caçula já tem 46 anos (Dr. Elói Ottoni).

Não faltava em nossa casa o elemento ordinário de desmoralização nas famílias do Brasil, a escravidão: mas o trabalho, a vigilância, o benéfico influxo de minha veneranda mãe atenuava muito o efeito dessa peste. Dos males que não deixou de produzir arredarei os olhos: outro é o ponto de vista em que desejo encarar a escravidão, em meio da qual nasci e cresci. Das cinco escravas que nos serviam, só uma morreu moça (tísica). Mãe Teresa, o bicho da cozinha, faleceu maior de 70 anos, e três ainda existem (libertas) maiores de 65.

De cinco escravas chegarem quatro a ter cabelos brancos é o maior testemunho da humanidade com que eram tratadas.

A vida dos negros entre nós em geral é mais curta, máxime nos domínios do café e do açúcar. A facilidade da venda dos produtos, fazendo crescer nos senhores sede de riqueza, leva-os a tirar do escravo o maior lucro possível, extenuando-o de fadiga e não raro prejudicando pelo excesso o próprio fim que têm em vista. No interior de Minas, como em casa de meu pai, o escravo é menos infeliz, vive mais e é por isso menos inimigo dos senhores: a maior parte dos libertados conservam-lhes o respeito e a dedicação.

Esta questão – disposição de ânimo dos negros – é muito importante, hoje que a ideia da emancipação ganha terreno. Se fosse em toda a parte igualmente suave a condição deles, a supressão seria somente crise econômica, que não afetaria a segurança dos brancos e se atenuaria pela

fácil volta deles ao trabalho. Infelizmente onde são os negros mais maltratados, é onde mais abundam, e o trabalho excessivo os leva naturalmente a considerar a liberdade como direito à ociosidade; o que há de agravar a crise e desde já nos ameaça com insurreições parciais.

O problema de libertação do milhão e meio de escravos que possuímos é um daqueles de que não me sinto ao nível: acobardar-me. É doutrina corrente no Brasil a impossibilidade da emancipação sem indenização; e esta parece de todo o ponto impraticável.

Proclamar a liberdade para o fim do século, como querem alguns, é zombaria, porque nos 30 anos a decorrer terão morrido quase dois terços dos atuais; e de mais uma tal promessa é um estímulo para pretenderem antecipar o prazo pela força.

A libertação dos ventres sem grandes providências para asilar as crianças será o infanticídio em larga escala.¹

A emancipação gradual, por medidas diretas e indiretas, é o que parece mais lógico: mas é imensa a dificuldade de fixar o limite de ação dessas medidas.

O estado de meu espírito sobre esta magna reforma é de inteira perplexidade; sobre todas as discussões vejo pairar este pensamento, que a nossa produção resulta do trabalho escravo e que a emancipação há de desorganizar esse trabalho.

No entanto a ideia caminha; e certo não recuará. Basta, quanto à casa paterna e às questões que suscitam suas recordações. Iremos vendo o que fez a criança testemunha das cenas descritas neste capítulo.

¹ A lei de 28 de setembro de 1871 evitou este perigo; mas fez os ingênuos cativos de fato até 21 anos.

.....

III

Minha infância até 1828

NASCI EM 1811 e quando vim para o Rio de Janeiro em 1828 era criança em tudo, menos, infelizmente, na inocência: nem tinha a cultura intelectual que poderia ter em tal idade, nem conhecimento ou experiência alguma do mundo: era um cego.

Até 9 ou 10 anos fui extremamente caquético e continuei adoentado até a puberdade. Minha mãe sofrera muito nesta gravidez, e o filho saiu tão enfezadinho que não havia quem acreditasse na possibilidade de criá-lo: por vezes, diz a tradição de família, estive a expirar. Daí nasceram condescendências que (diziam os outros) me fizeram um tanto malcriado. Tarde fui à escola; aprendi lentamente; aos 12 anos, passando para a aula de latim, eu apenas lia, muito mal escrevia, quase nada sabia de contas, e de tudo o mais nada, absolutamente nada.

Da aula de primeiras letras, mestre Manuel da Costa, recordo-me de um estilo curioso. O mestre emitia bilhetes com a sua rubrica, chamados *perdões*, e dava-os em prêmio a quem os merecia: com estes perdões se remiam faltas futuras; e como eram inominais e transmissíveis, o bom estudante podia obsequiar os camaradas mais fracos, ou fazer com os perdões o seu pequeno comércio.

Jorge, meu irmão, tinha sempre perdões para escapar à palmatória; e tarde soube eu como os obtinha. Tia Ana Inês, sua madrinha, afagando e brindando a mulher do mestre, conseguia que ela furtasse os perdões da vasta algibeira do jaquetão do honrado Manuel da Costa, e este creio que nunca descobriu tal abuso de confiança. Eu que não tinha madrinha tão desvelada chucei muitas vezes os meus bolinhos: o pobre homem não conhecia outro meio de ensinar.

Na pobreza deste desenvolvimento intelectual, ainda prevalecia a educação religiosa de que falei a págs. 20 e 21; e repetindo o que ouvia no ambiente beato que me rodeava, fui algum tempo um devotinho, que edificava alguns papalvos.

Aos 6 ou 7 anos de idade, escapando de uma das muitas crises de minhas moléstias, dizia-me alguém: – Não era melhor ter ido para o Céu? – Se eu tivesse essa certeza!... respondi em tom sentencioso, que depois me atraiu bastantes epigramas.

O pouco exercício intelectual e muito físico foram gradualmente melhorando a minha saúde, que na crise da puberdade consolidou-se.

A casa era a última do povoado ao sul, e ao lado da igreja do Senhor de Matozinhos. Seguiam-se campos gerais, logradouros públicos, em que cada um deixava a pastar a sua vaquinha de leite, os seus animais de montaria ou de carga, etc. Lembro-me ainda que esta circunstância dava à vila um aspecto particular; cada família, rica ou remediada, tinha ao lado ou no fundo da casa um pátio, em que de noite ficava preso o bezerro da vaca, que seria mugida de manhã. E ao romper do dia, mesmo nas principais ruas, a cada porta berrava uma vaca e respondia de dentro o filho, esperando que, extraído o leite, os enxotassem para os campos, donde os iriam buscar à tardinha, para prender o bezerro.

Foram estes campos o principal teatro de meus exercícios e brincadeiras de que me lembro com saudade: eram meus companheiros Jorge

e um crioulo de nossa idade. Campear gado, fazer correrias em cavalos em pelo, passeios por algumas chácaras, exercício de natação em um açude, tal foi a vida que me comunicou algum vigor físico, e isto durou até a minha saída da casa paterna.

Jorge, mais moço do que eu um ano, foi sempre o meu mata-lote; tinha mais força e menos inteligência do que eu, que aliás naquele tempo não tinha disso consciência. Nunca entre nós houve ciúme: éramos solidários; não tínhamos segredos; cada um escondia as faltas do outro; a lembrança desta união estreita, que nunca nos perturbou até à morte dele com 29 anos, é uma das recordações mais deliciosas de minha mocidade.

Teófilo, o primogênito, cedo fizera ensaios comerciais, acompanhara meu pai em viagens, adquirindo hábitos e relações mais de homem que de menino. Honório, o segundo dos 11 irmãos, era muito chegado a ele e desdenhava conviver conosco, embora fosse mais velho do que eu apenas um ano.

Daqui uma circunstância que mais estreitou a minha aliança com Jorge. Em certa época, entre nós dois e os dois mais velhos houve luta.

Eles diziam que éramos malcriados, eu por causa dos mimos de minha mãe, Jorge pelos de sua madrinha, que em verdade o faziam *enfant gâté*.

Não nos caluniavam; mas exageravam a correção e nos faziam injustiças a que resistíamos quanto cabia em nossas forças. E mais a mais nos uníamos.

Frequentei mais de quatro anos o latim e afinal aprendi, muito imperfeitamente, a traduzir francês, com Teófilo, que o aprendera com o ouvidor Plácido Martins. Meu progresso era lentíssimo, não só pelo defeito do ensino, mas também pela minha vadiação e preguiça que a meu pai chegou a parecer incorrigível.

Mas a este propósito, ficou provada a ineficácia da repressão material. Nem a férula do professor nem as ameaças de meu pai produziram efeito sensível sobre a minha aplicação: mas um dia, sendo informado o velho que havia algumas semanas sabia eu sempre a lição, disse-me com desusada brandura: “Não é melhor isto do que precisares de castigo?” E os olhos se lhe umedeceram de lágrimas que me causaram profunda impressão. Desse dia em diante estudei seriamente, e afinal, sem ser um latinista

profecto como Teófilo, eu compreendia bem a língua: agora mesmo o verifico, voltando depois de largos anos a leituras latinas, com que amenizo uma parte de meus ócios.

Sem pretender que fosse completamente inocente, minha vida até os 16 anos foi em geral vida de criança: meus hábitos, meus prazeres, minhas travessuras eram quase todas de menino. Contudo neste período algumas circunstâncias depositaram em meu espírito sementes de ambição ou desejo de consideração pública. Narrarei as de que me lembrar.

Nas festas da coroação de D. João VI, em 1818, tendo eu sete anos, meu pai, que era dos principais da terrinha, destinou-me um papel no programa; queria que eu fosse recitar em público uma poesia de sua composição: tinha ele pouca cultura, mas muito talento e verdadeiro estro poético. Transtornou-se o projeto não sei por quê, mas o velho tinha chegado a mandar fazer-me uma casaca cortada de uma dele, que me causou prazer inefável, infinito. Eu poderia dizer desta primeira casaca o que disse o Tolentino do seu primeiro capote:

Pobre alfaiate vizinho
de um capote de meu pai
me engehou um capotinho.

Se o alfaiate Elias não era então vizinho, veio a sê-lo: teve tenda ao lado de uma casa à rua da cadeia, em que meu pai depois serviu um ofício de tabelião.

Minha vaidadezinha teve um segundo alimento em 1820 ou 1821, indo à Vila do Príncipe o intendente dos diamantes M. Ferreira da Câmara, depois senador.

Aquela magistratura tinha para reprimir o contrabando dos diamantes, monopólio da coroa, um poder imenso que Câmara, aliás ilustrado, exercia com grande rigor, tornando-se o terror daqueles povos.

La meu pai cumprimentá-lo e apresentar os quatro filhos mais velhos, dos quais eu era o terceiro: de véspera M. Vieira Couto, nosso hóspede, escreveu e fez-me decorar um pequeno discurso de cumprimento, que sem ter prevenido a meu pai eu impingi ao velho Câmara em sua

sala, com alguma petulância. Câmara tomou-me nos braços, beijou-me e perguntando – É este o Cristiano?, os olhos se lhe encheram de lágrimas. Eu não distingui bem nesse tempo a impressão que me causaram as tais lágrimas de que ainda me lembro; mas creio que as considerei, pouco mais ou menos, como um tributo de admiração à minha eloquência. Decepção! Soube depois que o homem perdera pouco antes um filho do meu nome que amava estremecidamente.

Mas me exalta a imaginação aos 11 anos, uma festa de *arvorada* em 1822 ao chegarem notícias da Independência: a festa, segundo o uso da terra, consistia em povo reunido, com música e archotes percorrendo as ruas, vitoriando com discursos ou versos os cidadãos eminentes, e sendo recebidos por alguns com mesas de doce e bebidas, que faziam requintar o entusiasmo patriótico. Na arvorada pela Independência, fui o leão da festa: recitava uma poesia que era imensamente aplaudida. Dos aplausos, porque muito me lisonjearam, tenho viva memória, e muito sentia não ter conservado cópia da famosa poesia. Há pouco, porém (em maio de 1870), publicando as folhas uma pequena alocução recitada por meu filho Júlio de idade de 12 anos ao brigadeiro Pinheiro Guimarães, comandante de voluntários voltando do Paraguai, o juiz de direito João Salomé de Queiroga, meu amigo de infância, recordou-se da cena de 1822 e escreveu-me nestes termos: ...

Quis copiar o próprio texto da carta, mas não a encontro entre os meus papéis: dizia que a manifestação do meu fedelho o fez recordar-se de mim, quando o povo me erguia em braços, para que vissem o diminutivo de poeta recitando a seguinte décima:

O caduco Portugal
a impulso do servilismo
queria com despotismo
do Brasil ser maioral.
Mas achou nele um rival,
que aborrece esse traidor
que queria ser senhor
de nossa doutora terra.

O Brasil não teme a guerra;
Viva o nosso imperador.

O Dr. Salomé diz que a décima foi composta por mim, e julgo ter disso alguma lembrança: mas não ousou afirmá-lo, porque por tola que seja a composição, me parece muito superior ao estado de ignorância em que eu jazia.

Voltando à vida íntima, registrarei uma travessura minha que não deixa de ser picante. Em 1825 andaram por lá uns missionários muito estupidamente ultramontanos, que deixaram no povo muita superstição, muito fanatismo e também em alguns devoção muito verdadeira. Far-se-á ideia das perturbações que causaram por este fato: às mulheres de má vida, que se confessavam, impunham a penitência de ir pedir perdão às senhoras casadas, cujos maridos as tivessem procurado!

Dobrando-se em casa os exercícios religiosos depois das tais missões (bem que à minha mãe nenhuma foi pedir perdão, que eu saiba), Ernesto, mais moço do que eu cinco anos, ficou dominado da mania devota, como eu quando suspirava na incerteza se iria para o Céu morrendo com cinco ou seis anos. Ernesto rezava com muita compunção; e seu mais favorito divertimento era pregar o sermão de São Coelho, trepado em um mocho: para isso lhe fornecia Teófilo e o fazia decorar temas latinos, com a respectiva tradução, sempre no gosto desta: “*Militat omnis amans et habet sua castra cupido: Deus é bom pai e paga bem a quem o serve.*”

Vamos à minha travessura ou malícia. Dizia-me o inocente Ernesto (9 anos) que desejava muito fazer penitência para purgar seus pecados, mas que não tinha coragem para açoitar-se. Confirmei-o em tão santas disposições, e oferecendo-me para executor conduzi-o a uma capoeira atrás da cerca do nosso quintal: aí deitou-se de bruços e eu com uma varinha de pitangueira apliquei-lhe nas nádegas duas famosas cipoadas, não podendo dar terceira, porque o penitente saltou e criando asas escapou-me.

O que há de curioso na anedota é que o paciente, hoje maior de 50 anos, ainda a nega, e mortifica-se com a recordação.

Toda a vila falou da minha travessura: o Paulo, professor de latim, condenou-me a uma dúzia de bolos, de que me salvou metendo empenhos minha avó Isabel, uma velhinha que muito me amava.

A avó Isabel era uma filha natural de meu avô paterno, mãe das duas primas solteironas que conosco moravam e de outras. Eu a chamava avó porque a uma das filhas que ajudou a pensar-me criança dava o tratamento de mãe.

Viúva, muito velha, extremamente pobre, era a avó Isabel um modelo de bondade inefável, de resignação e paciência sem aviltamento: seu semblante aberto e risonho é imagem do tempo da minha infância que me ficou bem gravada na memória. Boa, muito boa velhinha! E muito bem me queria e muito a amava eu.

Morreu anos depois de minha saída do lar paterno; e deu-se por ocasião de seu enterro, saído de casa de meu pai, um fato curioso de narrar-se. Um certo padre Andrade, que na terra gozava de boa reputação, disse que ao levantar-se o caixão aberto que continha o cadáver desceu do alto uma luz ou clarão que cercou e iluminou todo o corpo e um resplendor vivíssimo coroou-lhe a cabeça, durando a visão (só dele padre Andrade) somente alguns segundos de tempo.

O padre Andrade participou o caso ao bispo, perguntando se teria lugar promover a canonização; mas S. Ex^a Revdm^a não deu seguimento ao negócio.

Quem ler isto decerto me pergunta mentalmente o que penso do que estou contando.

Que a velhinha era virtuosíssima, isso não sofre dúvida.

Que o padre era sincero, também parece, pois nada podia esperar de umas velhucas solteiras e pobríssimas, filhas da *Santa*. Seria visionário?

Direi como Tácito a respeito dos espantosos prodígios que dizia a tradição terem sempre precedido os grandes acontecimentos de Roma: – Narro o que consta dos autores, e deixo que cada leitor acredite ou não acredite, como lhe aconselharem suas opiniões e temperamento.

A 5 de janeiro de 1828, adidos a uma caravana de negociantes partimos para o Rio de Janeiro eu e o meu inseparável Jorge. Não tinha uso algum do mundo; vivera até então aninhado em casa; cada família assim se concentrava, visitando-se, ainda as de amizade, raríssimas vezes. Talvez por causa deste isolamento, o estudo do latim pouco desenvolvera a minha inteligência, e a minha educação era defeituosa, a saber:

Instrução religiosa – Nada de sólido; noções vagas, orações decoradas, nada de refletido ou convencido; hábito e imitação, mais nada. Assim eram todos ou quase todos.

Cultura literária – Lia mal; escrevia pior; não sabia escrever um número inteiro, ditado; traduzia mal o francês, sem saber a gramática própria; entendia um pouco o latim: cego em tudo o mais. *Gil Brás* e o *Diabo coxo*, em que aprendi os meus dous dedos de francês, e os clássicos latinos que fui obrigado a traduzir, são os únicos livros em que me lembro de ter posto as mãos até então. Para seguir uma carreira científica não se pode ser mais ignorante aos 17 anos.

Educação moral – A do exemplo: tive a fortuna de nascer e crescer em uma atmosfera de honestidade, de trabalho, de cumprimento de deveres; e os principais preceitos do direito natural me ficaram gravados no espírito, que antes os sentia do que poderia expô-los.

A probidade de meu pai; o que ele às vezes contava de sua vida, narrativas que sempre respiravam dignidade e estima de si; a retidão de alma e a bondade de minha mãe; a simplicidade dos costumes da família, que não tinha luxo, mas nunca se viu privada do necessário; a honestidade das mulheres que me rodeavam, tudo isto gravou-me no coração o sentimento da honra, a consciência do dever.

Devo a estas circunstâncias a felicidade de aqui escrever sem imodéstia que não pratiquei ato algum de que me deva envergonhar, e nunca tive de envergonhar-me de atos praticados por meus irmãos. Graças a Deus.

Tal era eu quando saí do ninho paterno.

.....

IV

Vida de estudante: 1828-1837

CURSO DE MARINHA: OS PROFESSORES. – EDUCAÇÃO POLÍTICA:
O EPIFÂNIO E SEUS LIVROS. – O 7 DE ABRIL E O 14 DE JULHO. –
SOCIEDADE FEDERAL. – DESILUSÃO. – UM PEQUENO ROMANCE.

TEÓFILO E HONÓRIO tinham vindo para a corte em 1826 em companhia do ouvidor Plácido Martins Pereira, eleito deputado: moravam com meu tio José Elói Ottoni, que tinha oferecido a sua casa; e a ela viemos ter a 25 de janeiro de 1828, eu e o meu Jorge.

Passava o velho uma vida excêntrica e de misantropo: entregou-nos a casa, pondo à nossa disposição o seu cozinheiro, e instalou-se em um sótão, onde se fechava invariavelmente à chave;¹ não comia em casa. Bom-dia e boa-noite, quando entrava ou saía atravessando a nossa sala de jantar e corredor; nunca tivemos outras relações. De sorte que achei-me instalado em uma verdadeira república de quatro estudantes; mas o presidente (Teófilo) exercia autoridade incontestada e obedecida.

São matriculados os dois mais velhos, já aspirantes, no 2º ano da Academia de Marinha, e os dois recém-chegados no 1º. Os preparatórios

1 Servia então o cargo de oficial da Secretaria de Marinha.

eram tradução de francês e rudimentos de aritmética: para este 2º exame preparou-nos Teófilo nas quatro semanas que medearam entre a nossa chegada e a matrícula. Eis-me pois encetando um curso de estudos superiores, com a *importante* bagagem de instrução que descrevi à página 20.

Não era vocação o que nos levava para a carreira da Marinha: seguimo-la, *por ser a mais barata*, aliás escolhida por meu pai sem audiência nossa.

D. Pedro I empenhado em criar oficialidade de mar, que não tinha, mandava abonar rs. 12\$000 mensais a quem se matriculava, dependente o pagamento do atestado de frequência e aproveitamento. O posto de aspirante (cadete) até ali reservado aos fidalgos, foi garantido a todo o estudante que obtivesse uma aprovação plena, e o aspirante aprovado em qualquer ano era promovido a guarda-marinha. Da pensão ainda gozavam os dois mais velhos, e nós os mais moços das outras vantagens.

Achando-nos no fim de dois anos guardas-marinha, cada um com 22\$ mensais de soldo, e podendo abrir em casa explicação das matérias já cursadas, tínhamos meios de subsistência, dispensando o nosso velho das mesadas, que eram onerosas.¹

Dos quatro, somente Jorge adquiriu gosto pela profissão: esse tornou-se verdadeiro marinheiro e dedicou-se à vida em corpo e alma: faleceu aos 29 anos de idade, já capitão-tenente, com excelente reputação no corpo da Armada.

Teófilo e Honório, concluído o curso, pediram baixa e foram negociar; eu conservei a farda, porque como lente achei-me dispensado de embarcar. A vida do mar me repugnava quanto é possível.

Os anos de 28, 29, 30 foram por mim empregados no curso de marinha: não me fiz certamente um sábio, nem um navegador perito; mas fiquei sabendo sofrivelmente as matérias que ali ensinavam. O curso era o seguinte:

1º ano (matérias regularmente desenvolvidas) – aritmética, álgebra até equações do 2º grau, geometria, trigonometria retilínea.

2º ano (em transunto cada matéria) – álgebra superior, geometria analítica, cálculo diferencial e integral, mecânica.

1 A vida não custava a quarta parte do que custa hoje.

3º ano – trigonometria esférica, astronomia náutica, navegação.
Tudo segundo Bezout.

Aulas secundárias – aparelho, desenho, artilharia.

Deste curso de estudos saíram muitos oficiais de préstimo; continha, parece-me, o que bastava para formar o militar do mar: se não eram mais instruídos, era a culpa menos da academia do que da defeituosa e manca instrução primária e secundária: matriculavam-se moços ignorantíssimos, como era eu, e outros ainda mais malpreparados.

Os professores de ciências que lá encontrei eram quatro, cujos nomes escrevo com respeito, José de Sousa Correia, José Gonçalves Vitória, Francisco Miguel Pires e Maximiano Antônio da Silva Leite, todos capitães de mar e guerra.

Eram sumamente conscienciosos, dedicados a seus deveres, incansáveis. O lugar de substituto naquele tempo era quase uma sinecura: passava-se ano inteiro sem que um dos lentes faltasse a uma lição.

Ensinavam eficazmente, bem que só o último, em rigor, se pudesse chamar *um matemático*. José de Sousa sabia o seu 1º ano, Vitória o 2º, Pires o 3º; Maximiano, que regia a cadeira de Artilharia, mas tinha o título de lente de matemáticas, conhecia a fundo o espírito da ciência.

Era um homem excêntrico, misantropo, celibatário; vivia em grande isolamento entre os seus livros, um sextante com que fazia frequentes observações, e a sua flauta, que tocava bem.

A casa era imunda, coberta de pó; na sala, sobre as cadeiras e uma grande mesa de estudo, via-se *pê-le-mê-le*, livros, botas, roupas, a caixa do sextante, velas de sebo, etc.

Tinha muita predileção pela astronomia; se fora posto à frente de um observatório, podia colher resultados, porque era apto para as mais pacientes e prolongadas séries de observações. Vegetou porém desconhecido.

Foi, creio, o primeiro homem que preparou para a latitude e longitude do Rio de Janeiro cálculos de eclipses, que os publicadores de folhinhas lhe compravam.

Quando mais tarde eu me preparava para o concurso, em que tirei uma cadeira de substituto, mais de uma vez o fui consultar sobre dúvidas, e sempre o achei senhor da matéria, qualquer que fosse.

Em uma dessas visitas tive curiosa recepção.

Era à tardinha; cadeiras desembaraçadas e arrumadas, sala sacudida do pó, mesa desobstruída e limpa, no centro dela perfilados seis castiçais de latão com grandes velas de cera preparadas para a noite. Era dia de festa; mas para não perder de todo a casa a sua feição característica, os castiçais, de verdes que estavam, pareciam não ter sido nunca areados.

Chega o velho e diz-me: “Hoje, só uma ou outra pergunta mais importante: não me faça falar muito; espero aqui alguns amigos que tocam diversos instrumentos: temos um pequeno concerto, em que hei de tocar flauta três ou quatro horas sucessivas.” E o casmurro não me convidou para o concerto; parece que a ninguém convidava; os amadores se regalavam a si próprios com as harmonias musicais.

Meu respeito a estes e outros meus mestres nunca se desmentiu.

No começo de 1929, além dos estudos de marinha, comecei a abrir a minha inteligência a outras noções, e a interessar-me pelas cousas públicas, não porque Teófilo me atraísse para seus ensaios políticos. Fora ele em fins de 1828 escrutador na Mesa Paroquial do Sacramento, em que os liberais venceram as eleições: fez-se colaborador da *Astreia*, procurou relações com Evaristo da Veiga e tomava parte ativa na luta dos partidos, mas sempre só; não envolvia na agitação nem um dos irmãos; deixava-me entregue a meus estudos técnicos, em que fui aplicado.

Mas Epifânio José Pedroso, seu companheiro nas eleições, travou logo relações conosco, começou a frequentar a nossa casa e a emprestar-nos livros: tal foi a origem das minhas primeiras leituras de história, direito público, literatura, filosofia.

Era Epifânio um republicano convicto e intransigente, mas cuja ação, ao menos direta e pessoal, nunca passou dos clubes; sua pequena livraria compunha-se quase exclusivamente de escritores do século 18; tinha boa inteligência e cultivava-a.

Traduziu em português o *Contrato Social* de Rousseau, que considerava a última palavra em direito público, e pretendia publicar a tradu-

ção. Jorge, por ter boa caligrafia, sofreu a maçada de copiar o manuscrito para a impressão, e creio que a impediram dificuldades financeiras.

Este homem, a quem depois liguei-me em íntima amizade, foi quem fez, ele e os seus livros, a minha educação política. Publicistas e filósofos da época de Voltaire, história da revolução francesa, *choix de rapports, opinions et discours* do parlamento instalado em 1789; e para recreio alguns poetas: Boileau, Parny, Camões, Diniz, Garção, Bocage, etc., tal era o emprego das horas vagas que me deixava a academia.

Fiquei profundamente democrata, e tais são até hoje os meus sentimentos. Transigi depois com a monarquia, mas nunca pude vencer certas repugnâncias: por exemplo, os lugares do paço, guarda-roupa, veador camarista, que tantos ambicionam, sempre me pareceram lacaios mais ou menos agaloados. Vejo que servem tais empregos algumas pessoas de excelente caráter e amigos que prezo: mas não posso resistir à ideia de que se rebaixam.

Minhas leituras de sistemas filosóficos e metafísicos somente me conduziram à dúvida e à descrença: desgostei-me deste gênero de estudos.

Minha matrícula de revolucionário teve lugar no fim de 1830, logo depois da partida de Teófilo para Minas: tomei o seu lugar na Sociedade dos Amigos Unidos, clube político com forma maçônica, que muito concorreu para o movimento de 7 de abril de 1831. Para este carreguei a minha pedrinha, já como secretário do clube, já declamando nas rodas para animar os tíbios, e até fabricando cartuchos, que eram distribuídos ao povo liberal. Esta lide e as minhas leituras eram as minhas únicas distrações.

Raras vezes ia ao teatro; visitava poucas famílias, nenhuma com assiduidade; não tinha encontrado moça alguma que me fizesse nascer a ideia do casamento. Paguei, é certo, tributo à mocidade em relações que nada têm de notável, nem de curioso, nem de agradável, para serem aqui recordadas; mas graças a Deus não cultivei vícios contra a natureza.

Era com as mulheres de uma timidez, que por vezes me expus ao ridículo: a essa timidez, mais do que a sentimentos virtuosos, devo um fato de que me gabo, e que para alguns talvez me faça objeto de compaixão. Nunca até esta data seduzi donzela, nem tive relações ilícitas com mulher casada. Certo, não as terei daqui em diante: está correndo o 60º ano de minha idade.

Concluído (1830) o meu curso de Marinha e tendo de dar-me à vida do mar, senti para ela vivíssima repugnância, e decidida vocação para a jurisprudência: desejei ir para S. Paulo e formar-me em direito. A dificuldade era a mesada que não me animava a pedir a meu pai, sabendo que lhe seria onerosa: mas um momento cri resolvida a questão.

Vagou a cadeira de Geometria anexa ao curso jurídico, e por ter de ordenado apenas rs. 600\$ ninguém a desejava. Requeri-a provando que fora classificado o primeiro estudante da minha turma, e certo de que nenhuma informação podia desabonar-me. Lancei o requerimento na caixa da secretaria: se então alguém me dissesse que era necessário um empenho para obter o despacho, a lembrança me causaria o mais cômico dos espantos e indignações.

Entretanto foi indeferida a petição, e mais tarde o marquês de Valença, amigo de meu pai, explicou-lhe os motivos, narrando o seguinte incidente de que fora testemunha.

Disse o ministro do Império conselheiro Silva Maia a D. Pedro I: “Está vaga a cadeira de Geometria de S. Paulo, e só aparece um pretendente, cujo requerimento aqui está.”

– Que tal é ele? Colheu informações?

– Tem o curso de Marinha, onde foi bom estudante: dizem-me que é muito moço, mas bem comportado.

– Como se chama?

– Cristiano Benedito Ottoni.

Neste ponto interveio o marquês de Paranaguá, dizendo ao imperador: “Se V. M. I. me permite dar-lhe um conselho não pedido, direi que nunca assine despacho para homem desse apelido: em lhe soando aos ouvidos o nome Ottoni – pode V. M. estar certo que se trata de um seu inimigo.

Inimigo pessoal não era eu; da instituição monárquica, sim; mas não tinha aparecido em ato público algum, e nada de mim podia saber o ferrenho marquês: condenava a família o nome Ottoni.

Tinha-se ele irritado porque Teófilo, sendo guarda-marinha, se envolvera em eleições e se ligara ao Evaristo de *Aurora*.

Talvez soubesse também que meu pai teve muito entusiasmo pela Independência e Constituição.

Tinha ainda uma mágoa contra um Ottoni. Nos movimentos de 1821, um dia no teatro, meu tio José Elói declamou um belo soneto que eletrizou as massas populares, então em ebulição. O fecho – *Escravos ontem, sois romanos hoje* – recebeu aplausos tão frenéticos que Dom João VI ergueu-se e disse: “Escravos, não; vassalos.” Vale a pena registrar o soneto que vive em minha memória.

Portugueses! A nuvem tenebrosa
que ofuscava a razão desaparece.
Desfez-se o caos, que a discórdia tece:
já se encara sem medo a luz formosa.

Dos erros a progênie maculosa
baqueando em soluços, estremece.
A justiça do céu ao trono desce,
marcando os fatos a nação briosa.

Lísia, berço de heróis! Oh! Lísia alerta!
Cumpre que os ferros o Brasil arroje,
seguindo o impulso, que a razão desperta.

A impressão do terror desmaia e foge.
Graças à invicta mão que nos liberta,
Escravos ontem, sois romanos hoje.

Paranaguá, aliás, homem de bem, era um absolutista convicto, intransigente, dedicado à monarquia e ao monarca; o que fez, no seu modo de ver as coisas, era talvez lógico e louvável.

E eis aí o que me privou de ir estudar Direito: um soneto de meu tio, o liberalismo de meu pai; as travessuras de meu irmão mais velho. Foi uma vocação muito verdadeira contrariada pelo enfezado absolutista: ainda hoje creio que poderia como advogado fundar boa reputação, quer

fosse consciencioso como os poucos que não aceitam causa de cuja justiça não estejam convencidos, quer seguisse a turba, fazendo do torto direito e do quadrado redondo.

Conservei-me no meu posto de guarda-marinha, e cheguei a embarcar para a fragata *Campista*, comandante Pedro Ferreira de Oliveira; mas logo depois o 7 de Abril, derrubando da pasta da Marinha a meu antipático marquês, permitiu-me obter uma licença para seguir estudos de engenharia na Academia Militar. Estudei em 1831 o 3º ano (sendo os dois primeiros comuns com os da Academia de Marinha), curso completo de mecânica, regido por J. J. Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí. Ensinava ele com muita proficiência, mas sem sair dos domínios da teoria: não dava noção alguma de aplicações. Tratou-me com suma distinção, de que me lembro com prazer.

Este ano de 1831 foi de grande agitação política no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, quer antes, quer depois da abdicação de D. Pedro I em 7 de abril. Nesses movimentos, sem prejudicar o meu estudo acadêmico, tomei a parte que podia caber a um moço de 20 anos, que apenas começava a abrir a sua inteligência às grandes questões de que depende o governo de uma nação, mas que, maduras ou não, tinha opiniões decididamente democráticas. A minha intervenção em palestras e declamações não pode ter pesado na balança: era um rapazola entusiasta, sincero, mas ignorante e inexperiente. Mais tarde, fui por alguns anos colaborador oficioso de diversas folhas políticas; mas parece-me que em 1831 não tinha ainda encetado esta tarefa.

Na tarde de 6 de abril, sabendo que o batalhão de artilharia aquartelado no Largo do Moura, e cuja oficialidade era filiada aos clubes revolucionários, não tinha marchado para o Campo por falta de soldados e aliciava voluntários, apresentamo-nos eu, o meu Jorge¹ e mais dous moços mineiros, e marchamos, fazendo parte da guarnição de uma peça: lá assistimos ao desfecho incruento, abdicando o imperador de madrugada.

Não para justificar-me, o que seria tolice, mas na qualidade de testemunha dos acontecimentos, que vou referindo, lançarei aqui, em epi-

1 Teófilo estava em Minas, Honório andava ainda embarcado como guarda-marinha.

sódio que será subsídio à História, o meu juízo sobre aquela época, baseado na tradição e recordação de antigas impressões: são passados 40 anos.

D. Pedro I não era, nem pouco nem muito, autor na nossa independência: ficou no Brasil para garantir a união com Portugal, e para daqui ajudar o pai na reação contra o Congresso que deliberava em Lisboa. Quando viu que a independência se faria necessariamente, sofreu a doce violência de se deixar coroar imperador. Esta é a verdade que está bem patente: não a descobri eu.

Era homem de boa índole e instintos generosos; mas imbuído nos prejuízos do Direito Divino, que então disfarçava transigindo astutamente com a época; muito ignorante e malcriado.

A ignorância bem se manifesta nas cartas que escreveu ao pai e estão publicadas: da falta de educação fala ele próprio.

O Dr. J. M. de Macedo, que foi mestre das atuais princesas, referiu-me de ouvir a uma delas esta tradição de família: o avô quando chamava mestres para seus filhos¹ dizia: “Pretendo que eu e mano Miguel sejamos os últimos malcriados da família de Bragança”. Foram.

Encetou o governo com o grande crime da dissolução da Assembleia Constituinte, quando apenas formulara um projeto de Constituição. E o aparato de força que desenvolveu mostra que receou resistência ao seu desatino.

Logo depois, rodeando-se de preferência de absolutistas e de portugueses, autorizou a crença de que era seu propósito, quando morresse D. João VI, de quem era herdeiro, reunir os dois países sob o mesmo cetro: sou dos que acreditaram e ainda acreditam que este plano existiu, mas foi abandonado diante da resistência armada de algumas províncias e do desenvolvimento que foi tendo o espírito público e os ciúmes da autonomia nacional.

Exercia por si próprio o governo, intervindo na administração sem nenhuma hipocrisia de constitucionalidade.

Impunha a sua vontade sem reboço.

1 D. Pedro 2º – Condessa de Áquila – Princesa de Joinville.

A escolha do senador Vergueiro foi um dos incidentes curiosos deste governo francamente pessoal.

Vergueiro, em 1828, era o chefe da oposição liberal na Câmara dos Deputados, quando foi contemplado em lista tríplice eleita por Minas, ficando 4º votado o presidente da província que fora candidato.

Então, porém, adoce gravemente e estava a expirar: uma conferência de grande número de sumidades médicas o tinha desenganado.

Apresentada a lista tríplice, diz o imperador: “Antes de escolher quero ouvir o Ministério sobre esta questão: – morto um dos três, podemos considerar eleito o 4º em votos, para ser escolhido?” – Não, senhor, segundo os precedentes, a morte de um dos eleitos antes da escolha anula a eleição.

– Bem: eu tinha prometido este lugar a João José Lopes (o presidente) e sei que Vergueiro está a expirar: se morto ele, pudéssemos completar a lista, diria que esperássemos. Mas, se em todo o caso tem de haver segunda eleição, escolho o Vergueiro e será J. J. Lopes o seu sucessor.

Vergueiro, de cuja boca ouvi esta historieta, a ele narrada pelo marquês de Caravelas, sarou e foi senador 32 anos: mas a principal moralidade do caso é que J. J. Lopes devia ser senador, só por ser primo da marquesa de Santos: era completamente inepto.¹

Se assim procedia o rei, o homem ainda mais se mostrava desgraçado e cativo de suas paixões. Contavam-se dele mil anedotas de encontros em lugares suspeitos: muitos dos boatos eram talvez falsos; mas é certo que mais de uma vez desceu da posição em que devia conservar-se. José Alves Pinheiro, chefe da oposição liberal que na freguesia da Glória vencia sempre as eleições, referiu-me que certo dia o imperador passando a cavalo disse para ele: – Hei de meter-te este chicote (mostrando o instrumento). O ameaçado teve a cautela de evitar segundo encontro com o valentão.

A dissolução da Constituinte, os caprichos do governo pessoal, o enforcamento de rebeldes, os desatinos do homem o perderam no espírito da população.

E o que mais concorreu para o seu descrédito foi o escândalo da mancebia com uma mulher casada que separou do marido e fez depois vis-

1 Vide nota A.

condessa, condessa e marquesa, e dama da imperatriz. Impôs à sua mulher legítima a humilhação da presença na corte da amásia; e esta era teúda e manteúda com inteira notoriedade, em um palacete comprado para ela a poucos passos do portão da Quinta Imperial.

Um de seus despropósitos, que também mostra a subserviência de seus ministros, foi o modo como reconheceu a filha bastarda que fez duquesa.

No livro respectivo de assentos batismais, na freguesia do Engenho Velho, está grudada na última folha uma declaração original, nestes termos (salva a redação, porque cito de memória):

“Nós abaixo assinados, F. ministro de... F. ministro de... etc. (todo o Ministério) declaramos se for necessário juramento que a inocente Maria, cujo assento de batismo a fol. a declara filha de pais incógnitos, é filha de S. M. o Imperador; o que sabemos por declaração que nos fez o mesmo Augusto Senhor, acrescentando que na ocasião tivera motivos para deixar fazer o assento daquela forma. (Data e assinaturas.)”

Eu vi e li este triste documento.

É claro que perante as nossas leis a duquesa de... continuou a ser bastarda, o que tem pouca importância: mas, como a vida dos que governam interessa à História, por isso registrei a tola declaração dos ministros daquele tempo: muito favor faço à sua memória não declinando os seus nomes.

À vista de tantos desconchavos, a oposição liberal crescia todos os dias, e era oposição ao imperador.

Não se pleiteava a subida de um partido ao poder: queria-se a queda de D. Pedro I e reforma da Constituição, tornando-a mais democrática.

Os liberais mais ilustrados, Vergueiro, Costa Carvalho, Vasconcelos, Honório Hermeto, Evaristo, etc., eram monarquistas: desejavam organizar o governo constitucional a Benjamim Constant; mas o grosso do partido era republicano.

Na madrugada de 7 de abril, apenas constou a abdicação do imperador, três dos principais agitadores, Ezequiel Correia dos Santos, Antônio Borges da Fonseca e outro que não me ocorre,¹ foram à casa de Vergueiro, e dando-lhe a notícia perguntaram: – “A quem agora devemos dar vivas?”

1 Balbino J. da França Ribeiro: recordei-me depois.

O sisudo Vergueiro passou pela sala alguns minutos, silencioso; depois, parando em frente dos emissários, disse em tom solene: “Viva o Sr. D. Pedro II, imperador constitucional em menoridade.”

– Os senhores não de arrepender-se, disseram os três, e não voltaram ao Campo.

Garanto a autenticidade da ocorrência; mas não posso dizer se aqueles três homens procederam espontaneamente ou se tinham missão dos chefes da revolução. É certo, porém, que tendo ela sido promovida pelos mais exaltados democratas, os moderados monarquistas se apoderaram da situação e logo cuidaram nos meios de consolidar a monarquia.

No resto do ano houve diversos levantamentos de tropa, verdadeiros motins, anarquia resultante da insubordinação da soldadesca que ajudara os revolucionários.

Em um único desses movimentos me achei envolvido por algumas horas, e disso quero justificar-me. Éramos eu e o meu Epifânio (ou antes ele e mais eu que me inspirava em suas ideias), éramos dos exaltados descontentes com a direção dada à revolução; quiséramos a convocação imediata de uma constituinte para reformar a Constituição e decretar a monarquia federativa com autonomia das províncias; mas não éramos anarquistas.

Os motins militares, que se sucederam de 12 a 15 de julho, só no dia 14 à tarde pareceram assumir um caráter político. Sem tê-lo notado, nessa noite de 14, ainda alheio a tudo, e até pouco informado do que se passava, recolhi-me tranquilamente aos meus pobres lençóis e dormia um sono, como se dorme aos 20 anos, quando à 1 hora da madrugada me veio acordar o Epifânio, arrastando um enorme sabre.

Disse-me que reunidos no Rocio alguns corpos para ir desarmar o da polícia, que se amotinara, haviam fraternizado todos e marchado com o povo para o Campo, pedindo abolição da chibata, convocação da constituinte e deportação dos contrarrevolucionários.

Estivemos no meio deles o resto da madrugada e para não travar luta com alguns exaltados chegamos a assinar a representação pedindo deportação, que era um despropósito: mas logo de manhã, descontentes com o que observamos, nos retiramos calados.

Parece que alguns dos mais exaltados, tendo aliciado a tropa, foram convidar Epifânio para pôr-se à frente do movimento, mas este não era sério, e por falta de direção foi desfeito facilmente pelo governo da regência.

Quanto a mim, pouco a pouco me fui embalando com as promessas dos moderados que a menoridade seria um ensaio de governo do país por si mesmo e nos conduziria sem abalo à democracia, e fiquei quieto, sem abandono de aspirações.

Reproduzindo-se na cidade desordens parciais, organizou-se a guarda municipal provisória, composta de voluntários que rondavam ao mando dos inspetores de quarteirão: alistei-me e fiz algumas rondas como soldado. Deste serviço, a única recordação que me ficou é que achava enormemente pesada a espingarda Reúna que me distribuíram, e tinha às vezes terríveis acessos de sono.

Voltando à vida privada, fecho o ano de 1831 narrando uma aventura trivial, única de seu gênero em minha vida, mas que teve consequências de certo valor moral.

Ocupava eu um 3º andar a Rua do Fogo (dos Andradas, depois) e no 1º vivia uma moça de cerca de 30 anos com um filhinho de 3 a 4: ninguém a visitava. Não era beleza, não me inspirou amor; mas moça, vizinha, mui polida, encontrando-nos às vezes, quando eu subia... saudações de vizinho, um aperto de mão, uma visita, desejo de mais íntimas relações, nada mais natural.

Esta pobre mulher era infeliz, e as causas de sua perda, aliás frequentes, constituem lição moral.

Contou-me longamente sua vida com muitos comentários, às vezes adubados de lágrimas; mas a história se reduzia a poucos fatos, deploráveis e não raros. Era filha natural do conselheiro... de cuja casa saíra seduzida por um tal L., que tinha fundado boa fortuna com traficâncias de administrador ímprobo, em uma repartição da corte. Teve da amásia um casal de filhos e abandonou-a; a menina morreu.

A pobre mulher quis voltar a seu pai, que não a recebeu, mas dava-lhe uma mesada para viver. Tal o seu estado quando a conheci. Não se tinha prostituído; e encontrando-me no seu caminho, formou um plano que só mais tarde percebi; pretendeu interessar-me a ponto de casar com

ela e reabilitá-la, legitimando os filhos que tivéssemos. Se eu tivesse compreendido isto em tempo, retirar-me-ia lealmente: não podendo aceitá-la por minha mulher, não lhe deixaria um momento essa esperança. Persisti em tentá-la: e de leviandade em leviandade, partindo para Minas em novembro (com licença), deixei-a grávida de três meses de uma menina, de que hei de falar depois. Não sabia, ao partir, da gravidez.

Era uma mulher de boa educação, mas de extremos: tinha tanto de meiga e delicada quando estava tranquila, quanto de louca quando tinha ciúmes, o que era frequente.

Passei em Minas o ano de 1832: ia com licença visitar a minha gente no Serro; mas encontrando meu pai em Ouro Preto, meteu-me ele em cabeça tirar em concurso uma cadeira de Geometria, recentemente ali criada. A intenção de meu velho, que só mais tarde percebi, era arredar-me do Rio de Janeiro, onde como revolucionário poderia comprometer-me; a mim sorriu a ideia de ter uma posição, e lisonjeava-me o pensamento de mostrar que sabia mais geometria do que os meus examinadores dous padres do Caraça.

Regi a cadeira por três ou quatro meses; e ao mesmo tempo declamava nas palestras (só palestras) como exaltado, o que desagradou aos moderados que governavam a província. Por minha parte, comecei a ver que lá não tinha futuro, e pois, com satisfação, de ambas as partes, em vez de demitir-me de guarda-marinha, deixei a cadeira, e fui passar no Serro o resto do meu ano de licença. No fim do ano recolhi-me à corte, e prossegui em 1833 com os estudos da Academia Militar,¹ que terminei em 1837.

Em 1833 e 1834 voltei a uma certa atividade política, não de clubes secretos, como antes de 7 de abril, mas de agitação pública. Os moderados, que se mostravam tíbios quanto a reformas da Constituição, vendo erguer-se um partido que abertamente pleiteava a restauração de D. Pedro I, assustados, se fizeram um pouco mais democratas, afagavam os exaltados e os chamavam em auxílio da situação. Ao lado da Sociedade *Defensora* do Evaristo, funcionava a *Federal*, de que era o Epifânio presidente e eu 1º secretário: agitávamos o espírito público em sessões muito concorridas, às vezes bem tempestuosas.

1 Hoje Escola Politécnica.

Desta situação resultaram as reformas constitucionais de 1834 com algumas concessões ao espírito democrático e à autonomia das províncias.

Pouco depois, a 24 de setembro, faleceu D. Pedro I (4º de Portugal) deixando sem objeto o partido restaurador. E os sucessos posteriores provaram que se aquela morte se houvesse antecipado alguns meses não teríamos o Ato Adicional, depois tão sofismado. Unindo-se os restauradores aos moderados começaram logo a desenhar-se as feições da reação que três anos depois produziu o forte Partido Conservador.

Não acompanhando esta reação e desiludido a respeito de vários homens públicos, que tinha por puros patriotas, e se iam manifestando ambiciosos vulgares, desanimei.

Ainda em 1835 e 1836, já com alguma tibieza, protestei e lutei, na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro (fui eleito para a 1ª legislatura), contra a autorização para admitir noviços nos conventos, contra a supressão da eletividade dos postos da G. N., contra outros passos de reação. Mas o meu desgosto era profundo: em 1837 recusei comparecer e não pretendi a reeleição.

Desde 1836 até 1848 não fui homem político, senão passageiramente de 1842 a 1844, isto é, desde a rebelião de Minas, até a anistia, porque todos os meus amigos e parentes estavam comprometidos. Com esta exceção, vivi vida de estudante, sem ambições, e enquanto fui solteiro inteiramente descuidoso do futuro. A minha lição, a convivência com os condiscípulos, entre os quais era geralmente benquisto, um passeio à tarde com o inseparável Epifânio (chamavam-nos a corda e a caçamba), às vezes visita a alguma das poucas famílias com quem tinha relações, leituras de recreio, eis o que me enchia o tempo: nunca jogo, nunca prazeres ruidosos, nunca rapaziadas e orgias.

Tirei em concurso em 1834 a cadeira de substituto da A. de Marinha.

Os meios pecuniários eram escassos, mas nunca passei verdadeiras necessidades. Mais de uma vez continuei com os sapatos rotos até chegar o dinheiro fresco do fim do mês, ou prolonguei a duração da sobrecasaca até que uma nova coubesse no meu orçamentinho: mas nunca deixei de pagar um mês da casa, nunca me faltou o meu feijão e consegui

não pedir 5\$ emprestados a quem quer que fosse. Vivia satisfeito, apesar de algumas contrariedades: a saúde era boa.

No período que estou acabando de percorrer desenlaçou-se de um modo triste o meu pequeno e vulgar romance com D. J. Chegando à corte em novembro de 1832, legitimei no assento de batismo¹ a menina a que ela dera luz em maio e eu tinha consciência de ser minha filha: não declarei o nome da mãe. A esta fiz saber, dourando a pílula o melhor que pude, que não reataria relações sexuais: mas oferecia-lhe a minha amizade, que sendo aceita me facilitaria o cumprimento do meu dever para com a nossa filhinha; já de Ouro Preto tinha escrito neste sentido.

A pequena faleceu dous anos depois, em novembro de 1834; e estes dous anos foram para mim um período de grandes amofinações: a pobre mulher não se resignou à situação: fazia-me todos os dias cenas de exprobações, de queixas, de altivez: “eu a tinha ido inquietar, ela cedera por amor, repelia a minha amizade, queria tudo ou nada”. E sendo muito pobre, recusava qualquer auxílio da minha parte: somente recorria a mim quando absolutamente não tinha o que comer, o que mais de uma vez aconteceu. Pela minha parte não cedi.

Morta a pequena, persisti em oferecer a minha amizade e os auxílios que pudesse prestar, e continuando a repulsa e as cenas, foram escasseando as visitas e retirei-me. Morreu a infeliz alguns anos depois, dizendo-se sempre minha vítima. Não tinha razão: eu cometi com ela o erro de começarmos a fundar uma família sem legitimidade; mas o pecado foi comum e recíproco: não a iludi nem lhe fiz promessas que não cumprisse. O seu plano, de dar-me uma porção de filhos e por eles chegar à reabilitação casando comigo, tinha certo fundo de honestidade, mas evidentemente eu não devia prestar-me.

O muito que tinham de mortificante as minhas relações com a mãe, concentrava mais e mais na filha a minha ternura paterna. Senti desde então e sinto que a paternidade é o que dá calor à minha vida: se eu não tivesse filhos, já teria morrido de misantropia, ou talvez enlouquecido. A perda da minha Ermelinda deixou-me o coração terrivelmente vazio:

1 Na freguesia da Candelária.

chorei muito, lamentei-me com os amigos e desabafei a mágoa em versos, cuja composição me ocupava e consolava.

Estas últimas palavras, que quase involuntariamente me foram saindo da pena, motivam um reparo, que talvez terá seu tanto de ridículo. Tendo eu feito versos em toda a minha mocidade, que terminou no prosaísmo do casamento aos 26 anos, como é que estou terminando uma revista daquele período *poético*, sem ter dado notícia alguma das minhas *poesias*? É que sou o primeiro a não fazer caso delas, tanto que não as guardei em coleção e nenhuma imprimi. Talvez que nem me seja aplicável o preceito de Horácio:

*mediocribus esse poetis
Non homines, non dii, non concessere columnæ;*

porque as minhas versalhadas hajam ficado abaixo da mediocridade. Entretanto, se guardasse todas as cousas que rimei e metrifiquei, poderia classificá-las em três séries.

1ª série: avulsas. Composições com que *brilhei* entre muitas moças, em reuniões familiares: charadas, glosas, letras variantes para modinhas, saudações e batizados, aniversários e casamentos. Destas *brilhaturas* não há vestígio escrito, nem na minha memória.

2ª série: Os muitos versos, em que chorei com mais sinceridade do que estro poético a perda de minha filhinha. Desta série conservo uma *Epístola*, que me está causando umas tentações de transcrição, motivo por que estou escrevendo este período.

3ª série: as adorações à minha noiva, nos dous anos e mais que se interpuseram entre o primeiro encontro e o *recebo a vós*.

Esta série não se perdeu: copiei tudo num caderninho, com a melhor caligrafia que pude e fiz presente à minha bela, que ainda o conserva, há quase 34 anos. Destes versos só direi que minha mulher os acha muito bonitos.

Agora, a tentação que falei: transcrevo ou não transcrevo a minha *Epístola* em oitavas! A Camões!...

Tinha chegado há sete ou oito dias a este lugar da minha Autobiografia e fiquei até hoje perplexo: transcrevo ou não?

Por um lado, bem sei que não sou poeta. Por outro lado, escrevi aquilo sob a pressão de uma dor tão funda, tão verdadeira que o *facit indignatio versum* deve ter tido alguma influência na composição.

Teófilo me disse: “De todos os teus versos é o melhorzinho.” Ora vá lá: vejam a página seguinte.

Mas se ler isto alguém que seja juiz competente, faça-me um favor: pare no fim da 1ª oitava, e se abrir um sorriso de desdém ou mofa, não continue: salte as páginas *poéticas*, que deixo excluídas da numeração.¹

O sentimento, bem ou mal expressado na última oitava, era muito verdadeiro: resignei-me, mas perdurou a saudade.

Perdi depois outros filhos, uma da mesma idade, mais interessante, outra já com cinco anos: senti muito, talvez mais, mas a saudade da minha Ermelinda não ficou extinta.

Parecia-me ter o coração comprimido: preocupava-me uma necessidade vaga, mas imperiosa de amar e ser amado.

Tal era o estado do meu espírito quando em abril de 1835 fui pela primeira vez visitar em sua fazenda a meu tio Joaquim Maia e conhecer sua família. Fazia então 13 anos a filha mais velha, que logo amei e que me amou: dous anos e meio depois, foi minha mulher, e é hoje a mãe de meus 15 filhos, dos quais somente seis estão vivos.

Se dissesse que foi este o meu primeiro amor, não sei se diria a verdade. Em Ouro Preto, em 1832, gostei muito de uma moça de boa família, mas estimei retirar-me: se lá ficasse a teria pedido em casamento. Aqui no Rio, em 1834, tive a outra vivíssimas simpatias e dela me ausentei estudadamente.

Não que eu fosse adverso ao casamento: mas muito pobre condenava-me celibato por um dilema a cujo rigor lógico me escravizava. Se caso com moça pobre trago para casa a miséria; se rica, hão de pensar que a procuro por causa do dinheiro. As duas noivas de que fugi tinham alguma

1 Em 1893. Se for publicado este livro, em nenhum caso se imprima a Epístola. Decididamente não sou poeta.

fortuna, e também outras duas, nesta corte, cujos pais pareceram desejar-me para genro.

E com prazer registro que todas as quatro encontraram sofríveis partidos: não lhes fiz falta.

Gostei muito de minha prima e ela de mim, mas o terrível dilema ainda algum tempo me acanhou, porque o pai tinha no município de Valença uma boa fazenda com cafezais e canaviais. Mas, depois de algumas perplexidades, rendi-me, e em maio de 1837 lá fui pedir a moça.

Entre o ajuste e a realização do casamento mediarão seis meses do céu aberto que costumam ser estes prelúdios: fiz muitos versos, que foram os últimos.

Hesitações, enleios, mania poética, vida de estudante e de solteiro, tudo isso terminou no dia 30 de novembro de 1837.

.....
V

1837-1848

VIDA DOMÉSTICA. – OS ESCRAVOS, CONFISSÕES EM TORTURAS. –
RECURSOS PECUNIÁRIOS. – EPISÓDIO DO BEIJA-MÃO – REBELIÃO DE
MINAS. – MEMÓRIAS CIENTÍFICAS. – OFICIAL DE GABINETE.
– MEU PERFIL MORAL.

DISSE-ME UM DIA o visconde de Uruguai que o homem, enquanto não se casa, por muito mérito que tivesse, não lhe parecia *homem completo*. Sou da mesma opinião: penso que o celibatário não desempenha a sua missão; que o casamento e a proliferação são deveres para com a sociedade. O sábio, o verdadeiro sacerdote, o estadista, certos entes privilegiados, podem no celibato prestar grandes serviços à humanidade; mas são exceções.

E tenho notado, o homem que *não se completa*, que não tem que preocupar-se com família, com o futuro dos filhos, quase sempre se torna sem préstimo, egoísta, máxime na velhice: agora mesmo enumero mentalmente entre as minhas relações notáveis exemplos.

Assim pensando, logo que venci ou arredei a objeção da escassez dos meios pecuniários, ou antes, quando um amor verdadeiro matou aqueles escrúpulos, tornou-se-me o casamento uma necessidade; e quaisquer

que fossem depois os transtornos da vida ou as sombras do quadro, nunca tive um instante de arrependimento.

Verdade é que não me julgo infeliz: as contrariedades têm sido passageiras; e o tipo geral da minha vida, no interior, tem sido – paz doméstica – uma mulher dedicada sem tolos ciúmes e cujo procedimento me honra as barbas –, filhos que me respeitam e amam.

Não tenho razão de queixa.

Pequenas divergências, como as há em todos os casais, tivemos-las nos primeiros anos; mas eram apenas da parte da minha dona algumas impaciências, ou mau humor causado por perturbações de saúde; de minha parte, a falta da prudência e tino necessários a um chefe de família. Tudo isso desapareceu e já temos bastantes anos de harmonia perfeita, graças a Deus.

O ponto fraco, o senão, a sombra do quadro em minha tranquilidade doméstica, eram os escravos, a dificuldade de bem organizar o serviço. Eu não tinha cativos, e no meu orçamentinho não cabia a verba – aluguel de criados –, ninguém mesmo, nesse tempo, pensava em criados livres. Dos escravos que minha mulher recebeu em dote trouxemos três; mas eram inábeis, xucros; e nós não tivemos habilidade para educá-los; daí mau serviço.

Reconheci depois que a minha dona era em demasia exigente, o que dependia da sua educação de filha de fazendeiro. A teoria do roceiro é esta: pertence-me o trabalho do escravo, desde o raiar da aurora até o toque de recolher: neste tempo, toda a inércia, toda a ociosidade é um furto.

A dona tinha a melhor vontade de bem organizar o serviço da casa: mas era uma criança de 15 anos – e eu com os meus 26 nada entendia do negócio, e achei-me completamente inábil para o mister.

Demais, queria muito bem à minha mulher e irritava-me contra os escravos, sempre que ela se queixava deles, o que era frequente: parecia-me que ela tinha sempre razão, e nem sempre a tinha.

Daqui resultavam tão repetidos castigos que a lembrança desse estado de coisas, ainda hoje, tantos anos passados, me desgosta.

Pouco a pouco fomos reconhecendo o erro, e por uma reação natural caímos, principalmente eu, no extremo oposto: sofro da mazela mau serviço, desordens e muitas vezes finjo não as ter percebido, só para

não fazer uma observação desagradável ao Sr. Calisto, ao Sr. Daniel, a qualquer dos carapinhas que aí temos.

E, fato notável, somos menos mal servidos com esta relaxação do que no tempo da severidade.

Este assunto – rigores com os pobres negros – me traz à lembrança um fato ocorrido na fazenda de meu sogro alguns anos depois do meu casamento, que me foi útil lição. Como se vê, o caso não faz parte da minha autobiografia, mas é um episódio tão comovente e curioso que não resisto ao desejo de contá-lo com seus pormenores. A impressão que me causou foi profunda.

Recolhendo-nos, toda a família, de uma excursão de alguns dias, faltou na ceva um capado e procedeu-se a interrogatórios, averiguações e varejos: não havia feitor, nem tinha ficado em casa pessoa livre. A busca descobriu um pouco de toucinho fresco, e não sei se também carne, na senzala de um negro, que ficou condenado e teve de confessar o crime e denunciar os cúmplices, debaixo de vergalho. O pobre começou por negar; mas ardendo-lhe as costas, confessou e denunciou com tais pormenores que removeu todas as dúvidas.

Começou então uma tremenda trovoada de relho: mais de 20 escravos foram castigados, e todos afinal confessaram o crime. Deu-se pancada toda a tarde: era horrível.

Incomodando-me esta cena, saí a pé, meti-me por um caminho de mato-virgem, fui seguindo até o ponto em que nada ouvisse do que se passara em casa e lá fiquei até à noitinha, achando à minha volta felizmente restabelecido o silêncio e a paz.

Não tinha eu tomado parte na averiguação: nunca me intrometia no governo da casa de meu sogro; pelo que ouvi, pensei que o furto do capado estava bem averiguado: mas parecendo-me excessivo o castigo, eu sofria cruelmente com o espetáculo e fugi.

Mas a grande impressão, a impressão estupenda, que no fim de quase 30 anos ainda me causa arrepios, foi ver, ao cabo de três dias, vir entrando pelo terreiro, por seu pé, o capado que tinha faltado na ceva!...

Vinha magro, carnes flácidas, como as de um obeso que promove emagrecimento artificial, coberto de feridas, algumas cheias de bichos depositados pela mosca varejeira. O pobre animal, escapando-se do

cercado, tinha sido perseguido pelos cães, e já, com algumas dentadas, se entranhara espavorido pelo mato, do qual saiu dias depois em deplorável estado. Era um fantasma que vinha confundir a *perspicácia* com que fora averiguado o furto.

Não inflijo censura ao meu sogro, que não era cruel com os escravos; mas naquela ocasião era já um velho adoentado, desgostoso da vida por transtornos que sofrera, muito inerte, quase idiota. Seu filho Joaquim, moço de 18 ou 19 anos, era o homem da casa: foi quem averiguou, sentenciou e executou. Tinha braço robusto.

Tive alguma culpa da injustiça feita: tinha um certo ascendente sobre o meu cunhado; e se o fosse ajudar na averiguação, talvez reconhecesse a inanidade das provas que o convenceram e poderia evitar a sevícia.

Em vez disso, só cuidei de poupar a minha sensibilidade egoística, fugindo para o mato.

Aliás, isto de extorquir confissões à dor física é velho. Quantas não arrancou a tortura da Inquisição?

Roma metia em tormentos os escravos para revelar o que soubessem dos crimes processados; mas excetuaram, no tempo da República, as deposições contra os senhores, que não eram admitidas.

Leio em Tácito que a Roma dos Césares sofismou curiosamente esta lei: para que os escravos pudessem, em tormentos, depor contra seus senhores, um oficial público os comprava!

Na história moderna não faltam absurdos semelhantes: em Minas a administração dos diamantes, monopólio da coroa, quando apreendia um garimpeiro, açoutava-o até denunciar os seus cúmplices. Fosse faculdade dada pelo regulamento, que era draconiano, ou simplesmente uso, é certo que meu pai assistiu a uma dessas execuções, e atrocíssima: o garimpeiro morreu dos açoutes, sem denunciar pessoa alguma. Era um forte caráter.

Com os escravos, quase todos procediam do mesmo modo, e alguns com os filhos. Eu vi um pai chamar o filho, rapaz de 14 ou 15 anos, e ir-lhe dando com um chicote e clamando – “Há de dizer por que apanha”: o pobre menino assombrado, louco, foi revelando as suas travessuras, nem uma das quais merecia castigo tão severo. A cada revelação dizia o carrancudo pai: “Não é isso; há de confessar...” e mais chicote. Desatinado,

lembra-se afinal o coitado que ao sair da missa de madrugada se ausentara um pouco de junto do pai, que no adro da igreja esperava a família, e por ele fora visto regressando. “Ah! Já confessa!...” mais rilhadas. Supôs o precipitado velho que o menino em vez de ouvir missa fora a algum passeio ilícito, e enganava-se!

A cena do capado foi a última neste gênero de que tive notícia. Foi-me lição que talvez não aproveitou tanto quanto devia; mas em minha casa, nunca se disse, castigando um escravo: “há de confessar, há de denunciar!...” Ficaram outros corolários do fato da escravidão: malditos sejam os que entre nós a introduziram!

Volto aos meus apontamentos do primeiro decênio da vida de *homem completo*, isto é, casado.

Meus meios disponíveis, nos primeiros anos foram muito escassos, bem que minha mulher me trouxesse um dote, que é a principal base da pequena fortuna que possuímos: era uma fazendinha de café, com 225.000 braças quadradas de boas terras (1/10 de sesmaria), 14.000 pés de café e seis escravos.¹

Dos escravos vieram três para o nosso serviço. O cafezal, de três ou quatro anos, pouco produzia; só no 3º ano (1840) deu-me 1.204 arrobas.

A fazendinha não tinha edificações nem máquinas e precisava de braços; enquanto não pude comprar escravos, alugava aos domingos parte da escravatura de meu sogro, ao qual ficou subordinado o meu feitor. Assim desenvolvi lentamente o pequeno estabelecimento, sem emprego de crédito: tive sempre medo de ter credores. E se não procurava para fins agrícolas, menos para antecipar e consumir rendimentos futuros.

Resultou destas disposições que nos primeiros anos de casado vivi muito pobremente, gastando o meu soldo de 1º tenente da Armada, ordenado de substituto da Academia e produto de explicações em casa.

Com a morte de meu sogro, a fazendinha tomou nova face: meu cunhado Joaquim associou-se a mim, unindo o que lhe tocou em terras (75.000 braças quadradas) e alguns escravos, e foi administrar.

1 Vide nota B.

Daí em diante o progresso foi notável. A estes elementos de minha parca fortuna hei de voltar no capítulo seguinte, urgido por acontecimentos desse período, e para um fim moral que tenho muito em vista: depois o exporei.

Fazíamos e recebíamos poucas visitas: quase não íamos a divertimentos. Até 1839, Jorge, quando desembarcava, fazia-nos companhia: nesse ano retirou-se doente para Minas e lá faleceu em 1841. Até o fim de 1841, Ernesto, estudante de medicina, e Teófilo, deputado por Minas (nos meses de sessão), eram comensais.

No fim do ano casou-se Teófilo, formou-se o Ernesto e foram-se, ficando eu e a minha dona cada vez mais isolados, e, infelizmente, sem filhos.

Tivéramos em 1838 uma menina (Rosália), que poucos meses viveu; a segunda (Elisa), nascida em 1843, morreu em 1845; um menino nascido por esse tempo (Jorge) morreu de hemorragia umbilical. Três vezes no período que me ocupa, ficamos sem filhos depois de os ter tido: o terceiro caso deu-se no fim do período, 1848.

Pertence ao ano de 1839 um fato a que dei talvez mais importância do que ele merecia, e que por vezes depois me trouxe contrariedades: encontrei-me pela primeira vez com o imperador e beijei-lhe a mão como geralmente se usava, com raras exceções, uma das quais era o deputado Teófilo Ottoni. Mas, cousa curiosa, provindo as contrariedades da diferença entre o meu procedimento e o de meu irmão, entretanto, foi por conselho dele que eu beijei a mão do imperador.

Nunca me tinha encontrado com S. M. I., e anunciando-se certo dia que no seguinte iria ele assistir às lições, ao jantar, presentes Teófilo, Jorge e Ernesto pus em discussão se eu devia sujeitar-me ao estilo. O primeiro opinou que sim, os outros, que não; e eu segui o conselho da minoria. Era obscuro, não tinha nem desejava posição política; oficial subalterno da Marinha ia achar-me entre velhos generais, meus mestres, meus superiores, alguns deveras respeitáveis e que todos seguiam o estilo do beija-mão; singularizar-me, em tal situação, seria infligir censura àqueles velhos, reputando indigno de mim o que eles praticavam: segui a turba. Não me arrependi: mas depois, quando me achei envolvido no movimento político, toda a alusão à diferença de procedimento dos irmãos Ottoni

humilhava-me terrivelmente; quase me reputava no papel de cortesão e adulator, cousas que eu nem saberia ser, se o quisesse.

Acabarei com o episódio do beija-mão, antecipando sobre os seguintes períodos de minha vida.

Em 1860 tive contra Teófilo uma queixa que não externei senão na intimidade, mas que era muito fundada. Ocupava-me na direção da Estrada de Ferro D. Pedro II e tinha saído da corte por alguns dias quando um enfezado inimigo pessoal, crendo ou fingindo crer que eu me sujeitava ao beija-mão só depois que exercia o emprego, atirou-me pela imprensa este grosseiro insulto. Estando eu ausente, Teófilo, a cuja posição política muito convinha então um manifesto sobre o beija-mão, tomou para si a censura (censura quanto à abstenção), dizendo que o artiguista se equivocara: e firmou a sua bandeira, terminando com a declaração de que S. M. I. não podia levar a mal *ver diante de si um homem em pé*.

Frase que fez magnífico efeito e é em verdade bela em seu enérgico laconismo.

Mas isto tudo importava em provocar a confrontação entre o seu e o meu procedimento: se ele só estava em pé, considerava os outros de joelhos. Mas para que vir dizê-lo quando a questão era comigo, a minha ausência era curta, e não havia a menor necessidade de responder por mim? Talvez no aqodamento em que armou a popularidade, não viu que me desconsiderava. Queixei-me a ele próprio e procurei esquecer.

Escrevendo a biografia dele, depois de morto (17 de outubro de 1869), muito hesitei se devia tocar no incidente do beija-mão; tinha em si pouco valor e avivava em meu ânimo a queixinha exposta; por isso o suprimi.

Publicada a biografia, fui interpelado acerca da omissão no *Jornal do Comércio* de 22 de janeiro deste ano por uma pena sisuda, cuja intenção me pareceu suspeita (nisto enganava-me), e depois de alguma hesitação, resolvi suprir a lacuna e a fiz nos seguintes termos (V. *Jornal do Com.* de 26 de janeiro):

“O beija-mão

“Pretendia não responder a um artigo anônimo que, *dizendo-se escrito em Itajubá*, interpelou-me anteontem acerca do objeto da epígrafe supra.

“Mas ouço que a interpelação tem encontrado em palestras certo eco e comentários mais ou menos *caridosos*. E não desejando ser julgado pior, nem melhor do que sou, resolvi explicar-me.

“Omiti o ponto em questão na biografia do senador Ottoni; e o correspondente *que se diz mineiro* contesta-me o direito da omissão.

“Foi ela sem dúvida voluntária: acreditei que não prejudicava a memória de meu irmão, mas visto que o *piadoso* correspondente *teme* que o fato se preste a interpretações desairosas a meu caráter (Deus lhe pague), pretendo convencê-lo de que na biografia não tratei do beija-mão *unicamente porque não quis*.

“Minha opinião a respeito desta formalidade anacrônica coincide com a de T. Ottoni neste ponto, que é essencial:

“*O estilo é repreensível e deve ser abolido.*

“A regência e o regente Feijó o extinguiram depois da revolução de 1831; mas o segundo regente o restabeleceu, praticando um ato que eu não conheço palavras capazes de qualificar devidamente. Encontrando o imperador em lugar de grande concorrência e publicidade, prestou em terra ambos os joelhos e beijou-lhe a mão!

“O regente do Império!

“Mas em seguida todos os homens que tinham posições oficiais, ou para não condenar o ato do chefe do Poder Executivo, ou temendo que a diferença de procedimento parecesse descortesia para com o monarca, ou por outros motivos, adotaram o estilo, que pouco a pouco se generalizou.

“Nenhum homem de sentimentos nobres, contudo, deixou de condenar o ato do regente; e esta opinião é tão geral que em verdade causa espanto não tenha ainda um Ministério aconselhado a S. M. I. que se recuse ao beija-mão.

“Fazes o que censuras, dir-se-me-á talvez; e é verdade: entretanto, formulando a censura, não fico na posição daqueles que *somente em particular e em escritos anônimos* condenam o que em público aprovam e praticam.

“Voltarei a esta face pessoal da questão: mas antes, visto que tomei nota da crítica, suprirei a lacuna da biografia.

“O senador Ottoni explicou-se sobre o beija-mão nestes termos:

‘Para avaliar com critério um fato qualquer diz a boa hermenêutica que se devem considerar atentamente: o tempo e as circunstâncias sob os quais ocorreu.

Judicis officium est, ut res, ita tempora rerum quæreere quasito tempore, tutus eris.

‘O restabelecimento do beija-mão em 1837 desenhava as feições de uma política nova no país, e que nunca foi minha.

‘Sobre este objeto disse o Dr. Justiniano Rocha à pág. 32 de um interessante panfleto publicado em 1856 com o título – Ação, reação, transação, *verbis ibi:*

‘ – *Apelamos para a recordação dos que então viviam e se achavam na capital do Império. Eles que digam que sensação imensa produziu na cidade, de exaltação em uns, de indignação em outros, de surpresa em todos, quando se soube que na festividade da Cruz, à porta da igreja, diante de numerosíssimo concurso, havia-se o regente inclinado e beijado a mão do imperador.*’

.....

‘Na sessão de 10 de maio de 1838, impugnando as tendências retrógradas do Ministério de 19 de setembro de 1837, citei, por exemplo, o restabelecimento do beija-mão, que estivera em desuso durante todo o tempo da menoridade, e que me parecia, como ainda hoje me parece, um uso oriental impróprio do cidadão de um país livre.

‘As poucas palavras que eu disse nesse sentido foram abafadas pelos gritos de ordem e pelos insultos da polícia ou do partido ministerial, que preponderava nas galerias. Repeli com energia tão indecorosa manifestação, e, ofendido em meus bríos e dignidade, julguei que devia dar prova da sinceridade das minhas opiniões, não me sujeitando jamais ao uso que uma vez e tão solenemente condenara.’¹

1 A transcrição é da circular panfleto de 1860, ou do artigo a que me referi à pág. 60: hesito.

“Voltarei a mim, que prezo a solidariedade de opiniões e aceito a de responsabilidade com o ilustre morto.

“Achei-me em presença de S. M. Imperial, pela primeira vez em 1839, a bordo da nau *Acadêmica*, onde, militar e professor, ocupado exclusivamente com a minha profissão e sem me ter pronunciado sobre o beija-mão o vi praticado por todos os meus colegas e camaradas, por meus mestres, por meus superiores; acompanhei-os, crendo que em tal situação um procedimento singular infligiria censura a mais de uma cabeça branca, que eu estava no hábito de respeitar e que o mereciam.

“Julguem e confrontem sem o esquecer o

..... *ut res, ita tempora rerum*

Querere.

“Repito que não quero ser julgado pior, *nem melhor* do que sou.

“Vá ainda sem subscrito. Meu procedimento até hoje tem provado, e o de hoje em diante continuará a provar, que não é a mim que cabe a pecha de, segundo disse o velho *Mercantil*, *preparar nas festividades da idolatria asilo para o ócio da velhice.*

“C. B. Ottoni.

“Rio, 25 de janeiro de 1870.”

Resultou do incidente maior repugnância, e penso no meio de libertar-me de tal prática, sem fazer o papel de arrependido ou despeitado. Não descobrindo a incógnita do problema, limito-me a evitar o imperador: há já oito meses que me vi obrigado a explicar-me sobre o beija-mão e não mais me encontrei com S. M. I. Estimarei conservar-me longe de tão poderoso senhor.¹

Em 1842, por causa das rebeliões de Minas e S. Paulo, estive preso a maior parte do ano. O governo, conhecendo minhas opiniões e minha intimidade com Teófilo, julgou-me comprometido nos movimentos políticos de Minas. Enganava-se: eu persistia em concentrar-me na vida privada; mas desdenhei justificar-me.

1 Só deixei de evitá-lo depois de abolido o beija-mão, em 1872.

Em 1843, tendo caído os rebeldes, e estando perseguidos meu pai, meus irmãos, meus amigos, agitei-me, auxiliiei quanto pude a reação em favor dos vencidos, quer escrevendo para a imprensa, quer prestando informações a alguns deputados e senadores que queriam protestar contra os abusos da vitória, que em verdade foram clamorosos. Trabalhei até a anistia de 1844, e de novo me recolhi à minha obscuridade.

A minha prisão, para a qual procuraram pretexto em um excesso de licença de poucos dias, aliás, justificado devidamente, causou-me grande irritação contra o ministro da Marinha, marquês de Paranaguá, o mesmo casmurro que em 1830 me privara de ir estudar direito em S. Paulo. Por isso houve quem atribuísse a sentimento de vingança um *Juízo crítico* que sobre a geometria dele publiquei em 1845 e que, modéstia à parte, matou o livro. Não duvido que fosse a vingança um dos meus motivos: mas não foi o único nem o principal. Escrevi conscienciosamente o que pensava do tal compêndio que em verdade tinha pouco mérito e fora imposto à Academia, onde, em 1844, fui empossado na cadeira do primeiro ano. Este *Juízo crítico* foi a minha primeira publicação científica: existe um exemplar em uma das minhas gavetas, com outras publicações.

Dei ao prelo em 1846 segunda memória científica – *Teoria das máquinas de vapor* –, escrita por encomenda do ministro Holanda Cavalcanti, depois visconde de Albuquerque, e adotada para o ensino. Eu nada sabia do assunto, nem tinha visto uma máquina de vapor em ação: mas, aceitando a encomenda, estudei, cingindo-me, principalmente, à obra de Tredgold.

Este opúsculo hoje não tem valor algum: para não vexar-me de o ter composto, preciso recordar a época – 1846 –, quase a infância das máquinas modernas.

No mesmo ano, 1846, fui chamado por Holanda Cavalcanti, ministro da Marinha e da Fazenda, para auxiliá-lo no gabinete, e conservei a posição em 1847 e primeiros meses de 1848 com o ministro da Fazenda Alves Branco, visconde de Caravelas, e o seu sucessor.

Não tinha eu ingerência alguma na política; minha missão era de estudo administrativo: examinava os negócios que o ministro tinha de resolver, relatava o pró e o contra, emitia o meu parecer e submetia tudo à decisão, ou verbalmente, ou deixando na pasta relatório escrito.

Estes dois anos de gabinete ministerial deram-me boa reputação, e a alguns respeitos tenho consciência de que a merecia. Fui muito assíduo no trabalho; muito liso e honesto no procedimento; e os ministros que auxiliiei, bem como outros depois, fizeram menção honrosa de meus *estudos administrativos*.

Ora, aí está um grande louvor em boca própria, que não quadra a um homem que se tem na conta de modesto; mas lendo-o e relendo-o, nada suprimo: escrevi sinceramente o que penso.

O apreço em que Holanda tinha a minha coadjuvação, o bem que de mim dizia nas rodas políticas, concorreu, *juvante Teófilo*, para a inclusão do meu nome na lista dos deputados liberais de Minas em 1848, o que inaugura nova fase em minha vida, objeto do seguinte capítulo.

Terminarei este dizendo *sine ira aut studio* o que penso do então deputado eleito, e lançando um olhar no horizonte da minha vida privada, então escuro e triste.

De minha imperfeita instrução faz ideia clara quem me tiver lido até esta página.

Sofro de hesitações, de falta de iniciativa, de nímia desconfiança.

Tremi sempre de assumir responsabilidade por outros: a minha, sempre a desejei bem definida e limitada, e essa, a desempenhei bem ou mal, mas muito conscienciosamente.

Tenho no caráter alguma altivez; nunca me curvei senão diante do mérito bem reconhecido; nunca dei um passo nem uma palavra como deputado, com vistas em interesse pessoal.

Infatigável no trabalho, aborreço a ociosidade.

Reconheço que me faltam absolutamente qualidades essenciais ao comando: por isso tive sempre horror à ideia de ser ministro.¹

Tenho em alto grau, disso me gabo, a consciência do dever.

A vida doméstica neste período só teve de notável a dolorosa perda de meus filhinhos. Tínhamos melhorado muito de recursos pecuniários; estávamos abrigados da necessidade, mas vivíamos com economia para acautelar o futuro; a harmonia entre marido e mulher era completa; a infelicidade, mas essa muito pungente, era a morte dos filhos.

1 Vide nota C.

Tinham sido cinco, sem contar dois maus sucessos; e em 1847 só existia um pequeno tão caquético que não dava esperanças de ser criado; faleceu em 1848.

Rosália, a 1^a Elisa e o 2^o Jorge, cada um dos três era só, quando o perdemos; e não creio possa haver dor maior que a de ver morrer o filho único; fica-se aniquilado, embrutecido, sem animação para cousa alguma. Na terceira vez que tal me aconteceu até me parece hoje que eu começara a ficar mau homem, grosseiro com minha mulher, quase estúpido.

Sem filhos em 1848, onze anos depois do meu casamento, sem esperança de tê-los, sentindo que me eram uma necessidade do coração na vida retirada que vivia, desgostoso e misantropo; as lutas políticas em que me lançou a eleição para deputado foi-me utilíssima distração. Vou a esse período de minha vida.

.....

VI

1848–1855

SITUAÇÃO POLÍTICA EM 1848: RETROSPECTO. – O GOVERNO PESSOAL.
– MEU PAPEL NA CÂMARA: CONVITES PARA MINISTRO.
– MEUS LIVROS E ESTUDOS.– VIDA PRIVADA.

DESEJANDO REGISTRAR e *criticar* o papel que representei na Câmara dos Deputados em 1848, começarei por dar uma ideia do estado da questão política nessa época: farei um ligeiro retrospecto, referindo-me somente à minha memória.

Como já notei, os vencedores de 1831 se tinham dividido em moderados ou monarquistas, e exaltados ou democratas; os primeiros conseguiram apoderar-se do governo e dominar a sociedade do tempo.

Em 1834, como observei à pág. 47, os moderados fizeram-se um pouco mais liberais do que eram por convicção, para atrair a aliança dos exaltados contra a então projetada restauração de D. Pedro I.

Contra essa conspiração ligaram-se todos: uns viam com olhos de patriotismo sincero que a volta do homem seria uma calamidade pú-

blica; outros temiam simplesmente ser apeados do governo, talvez alguns eram cuidadosos de *futuro castigo*.

Morto D. Pedro I tudo aqui começou a barulhar-se, e a reação contra as conquistas liberais recrutou logo bons contingentes: 1º) toda a gente da restauração que perdera o objeto; 2º) todos os corcundas que se tinham unido aos moderados e não subiram postos; 3º) todos os descontentes por qualquer motivo.

Esta reação foi ganhando terreno e produziu forte Partido Conservador, que subiu ao poder em 1837 com o 2º regente P. de Araújo Lima, e que com algumas modificações tem vivido até hoje e atualmente governa.

Cumprir observar que os governos da menoridade até a queda de Feijó eram, em geral, governos honestos e patriotas. Monarquistas, os ministros de então não se descuidavam de consolidar a instituição monárquica: mas, constitucionais sinceros, governavam por si, tinham o menino imperador *procul a negotiis*; cercavam-no de prestígio, mas não de adulação e baixeiras; e tratavam seriamente de o fazer instruir e educar, continuando nisto o programa do pai – *sejamos, eu e o mano Miguel, os últimos malcriados da família Bragança*. Disse-se depois, não o afirmo eu, que frei Pedro, bispo de Crisópolis, seu professor de matemáticas, lhe inspirou um código de máximas políticas à Maquiavel. Se foi isso verdade, não estava na intenção de quem o nomeou mestre do imperador: o frade só era conhecido por duas qualidades – rezar muito e saber muito cálculo diferencial e integral.

Com a elevação de Pedro de Araújo Lima, depois marquês de Olinda, inaugurou-se nova política, dele 2º regente, a quem aliás não faltariam adesões. O símbolo visível do novo espírito foi o ato aviltante do regente, pondo em terra os dous joelhos, à porta da igreja da Cruz dos Militares, perante grande e solene concurso de pessoas de todas as classes, para restabelecer o beija-mão, abolido desde 1831.

O programa oculto do ambicioso era endeusar o imperador, curvar-se a todos os seus caprichos, para conservar indefinidamente as lanzejoulas do poder. Toda a vida posterior do marquês foi pautada por esta aspiração.

Não sou injusto com este funesto homem, o mais funesto de todos à política do Brasil: em prova narrarei um episódio de sua incipiente vida política em 1824.

Causou sempre surpresa um decreto que nesse ano promulgou D. Pedro I demitindo-o de ministro do Império e motivando assim o ato: “Atendendo ao que me representou, alegando falta de aptidão intelectual para o cargo.” Não sei que alguém tenha dado na imprensa explicação deste esquisito decreto: mas eu a conheço por tradição dos antigos conselheiros de Estado, entre eles o marquês de Baependi, cujo filho, conde do mesmo título, e pessoa mui sisuda, mais de uma vez a tem exposto em conversação.

Reunido o Conselho de Estado, disse o imperador que o Araújo Lima queria “por força deixar o ministério, mas que só alegava razões fúteis, e recusadas elas, insistia; que não o podia entender. – Exija V. M. I.”, sugeriu um dos conselheiros, “que ele declare por escrito os motivos”. Foi aceito o conselho, e o homem, não tendo motivos reais, alegou incapacidade; era, pelo contrário, muito inteligente.

Agora, o por que embirrava em sair, a época e o seu caráter explicam perfeitamente. Campeava então a Confederação do Equador, dominando algumas províncias do Norte, e conspirava-se no mesmo sentido nesta corte, na Bahia em diversos pontos. Ganhassem os revolucionários uma batalha, e estava em terra a monarquia: o êxito era muito duvidoso. Ora, o meu Araújo Lima queria achar-se com os vencedores, realza ou república: não podia comprometer-se na crise.

O Partido Conservador era numeroso em 1837, quando subiu com o 2º regente; mas não pôde organizar-se e afirmar na legislação as suas tendências, senão depois que eliminou de sua direção aquele tipo de duplicidade e feio egoísmo, e inspirou-se nas ideias dos Uruguai, Eusébio, Paraná, Itaboraí, etc., e mais tarde Cotegipe, Rio Branco, João Alfredo e outros. A fortíssima organização deste partido data de 1841.

Em 1840, os liberais, em minoria no parlamento, conquistaram o poder conspirando com o imperador menino para a antecipação inconstitucional da maioria: foram assim os fundadores do governo pessoal e da onipotência do monarca. Em verdade, um menino de 14 anos, recebendo em segredo os emissários de homens da estatura política de Limpo de Abreu, Andradas, Holanda, Jequitinhonha, Teófilo Ottoni, etc., chamado por eles como um salvador para derribar o governo legal, por força

considerou-se um gênio: e não faltaram ministros que o confirmassem na presunção.

O Partido Conservador contribuiu para o mesmo fim, quer alguns individualmente, curvando-se aos caprichos imperiais, quer o partido coletivamente dando ao poder uma força incontestável que avassalou o parlamento. Com as leis que promulgaram, todo e qualquer Ministério podia dissolver a Câmara e tinha a certeza de fazer eleger outra que unanimemente o apoiasse. E como o imperador nomeia os ministros, foi para ele a onipotência organizada, não para o partido que a organizou.

O imperial e imperioso moço, em 1841 despediu caprichosamente os ministros da maioria e chamou os conservadores, os quais com igual capricho abateu em 1844, chamando ministros que aliciassem os liberais então proscritos. Acreditou talvez que os conservadores, tendo vencido as rebeliões de Minas e S. Paulo (1842), estavam por demais poderosos; e S. M. I., que não é cruel, para não ter de abater cabeças de papoulas, gosta de impedir que elas cresçam. A ninguém permite S. M. que se erga em influência acima de certo nível.

O programa de Alves Branco, em 1844, exprime bem aquela ideia: era, disse o presidente do Conselho, *parcere subjectis et debellare superbos*. Com efeito, nessa ocasião o Deus de S. Cristóvão *deposuit potentes de sede, et exaltavit humiles*.

Durou de 1844 até 1848 uma situação que se disse liberal, mas em que o imperador *reinou, governou e administrou*, como recentemente disse no Senado o visconde de Itaboraí. Os partidos lutavam, olhos fitos em S. Cristóvão, à espera de um aceno que lhe entregasse as pastas.

Em princípio de 1848, estando eleita uma Câmara, em grande maioria liberal, o imperador parece que a temeu e começou a fazer negaças à situação com ministérios híbridos que proclamavam – moderação, justiça e tolerância, etc., tendência que oscilou um pouco com a proclamação da República em França e no fim do ano firmou-se chamando ao poder os conservadores.

Tal era, se bem a apreciei, a direção da nossa política, quando pela primeira vez tomei assento na Câmara, maio de 1848.

Para uma das mistificações houve ideia de aliciar-me, ou logo depois ou ainda antes de 3 de maio, não me lembro bem.

Limpo de Abreu, chamado para o Ministério, e indo apresentar-se ao imperador em Petrópolis, ao embarcar disse a Teófilo: “Previna seu irmão que eu não aceito pasta sem tê-lo por colega.” Mas voltando ministro não falou mais em tal e pouco depois ofereceram-me o lugar de inspetor-geral do Tesouro. Parece que o imperador não me julgou apto para ministro, no que tinha razão; mas o que foi tolice foi julgarem-me despeitado e quererem engambelar-me com o emprego do Tesouro, que recusei.

Sinceramente eu não me julgava preparado para altos cargos políticos ou administrativos. Com exceção da minha especialidade, matemáticas elementares, eu era e me reconhecia muito ignorante: por defeito de educação, e depois por incúria e falta de iniciativa, deixei de adquirir instrução sólida.

A tribuna me intimidava tanto que estava resolvido a ser deputado mudo, propósito de que a custo me demoveu o Teófilo. E nunca esquecerei a principal razão que me alegou: dizendo eu que me sentia pequenino perante as inteligências superiores com que ia concorrer, acudiu: *“Aí está o teu engano! Que estás dizendo? As inteligências superiores somos nós mesmo.....”* Assim informado que eu era uma delas resolvi estrear na tribuna.

Os conservadores estavam representados, mas os liberais tinham grande maioria. Eu tinha sido eleito por Minas, em chapa do partido e escrutínio de lista; e pois me julgava no dever de acompanhar a deputação mineira. Lutava partido contra partido, e nem um dos dous repelia a onipotência imperial: a oposição suspirava sempre por um capricho do rei, que mudasse a situação. O tema principal dos debates eram as franquezas provinciais e a compressão organizada pela lei de 3 de dezembro de 1841.

Neste terreno lutei, lutei muito, tornei-me tagarela e fundei certa reputação de argumentador; mas depois, refletindo sobre aqueles debates, eu mesmo os julguei estéreis e mesquinha a minha declamação. Discorredor lógico, eu o fui certamente: domina-me o espírito geométrico, mas faltava-me a base de conhecimentos sólidos sobre os assuntos debatidos. Se eu formasse outro conceito do meu tirocínio parlamentar, iria procurar os anais de 1848 para copiar aqui algum trecho de discurso ou expor alguma das questões que tratei, mas a impressão que conservo daquela época diz-

-me que não vale a pena tal busca. Recebi cumprimentos que então muito me lisonjearam; mas fiquei, como a maior parte dos audazes, abaixo da reputação.

Entretanto, parece que a gente do governo avaliou-me como parlamentar em mais do que eu me estimo, porque pouco depois o visconde de Macaé ofereceu-me a pasta da Marinha.

Grande foi o meu embaraço; tinha um medo horrível da responsabilidade e julgava-me sem a ilustração necessária; mas os liberais de Minas exigiam que eu aceitasse.

Encontrei o meio-termo na ideia de pôr condições à aceitação. Não podia servir com Manuel Felizardo, nome muito antipático aos meus amigos.

O Conselho de Estado era embaraço a toda a política liberal; pedi a nomeação de Vergueiro, Limpo de Abreu e algum outro do partido, dispensando do exercício outros tantos conservadores.

A escolha de Paulino, depois visconde de Uruguai, para senador (estava em duas listas tríplexes) deveria ser considerada como expressão de falta de confiança da coroa no Ministério. Motivei estas condições e talvez outras em uma carta ao visconde de Macaé, cuja minuta não possuo: estava com muitos outros manuscritos em uma pasta que em 1866 me foi furtada da bagagem, na mudança que fiz do Rodeio para a corte.

As minhas condições arredaram-me do Ministério, o que muito estimei.

Continuando na luta, em junho fui de novo convidado pelo velho Paula e Sousa que, deixando as mistificações do princípio do ano, organizou um Ministério liberal genuíno.

A Paula e Sousa, velho respeitável, grande ilustração, verdadeiro liberal, eu não me atrevia a pôr condições; na conferência que tivemos em seu gabinete, acabava de pôr-me à sua disposição, quando interveio Teófilo com ponderações que tudo desfizeram, sendo convidado para a pasta o Antão, que acabava de deixá-la.

O caso é que, enquanto eu acudia ao chamado de Paula e Sousa, os colegas de Minas em palestra na antessala da Câmara murmuravam, fazendo coro com o cônego Marinho, que julgava Minas melhor representada no gabinete por seu compadre Antão do que por mim. Ouvindo-os,

Teófilo partiu a correr, em um tálburi, para evitar que eu aceitasse a intrigada pasta. Fiquei tão satisfeito que nem um dos deputados soube estivesse eu informado da ocorrência.

O Ministério Paula e Sousa, como se sabe, pouco durou, e teve de entregar o poder aos conservadores. No ínterim, a luta na Câmara continuou no mesmo tom: ninguém atacava diretamente o governo pessoal e eu fazia como os outros. Mas não cortejava o imperador, nem o procurava, senão em desempenho de dever oficial. Um incidente parlamentar ocorrido por esse tempo demonstra o meu espírito de isenção. Referiam-se na Câmara atos de descortesia praticados em S. Cristóvão pelo Dr. Jobim, médico do Paço, contra os ministros: illogicamente se queixaram de Jobim, não do amo. Tomei a defesa do doutor. “Não acreditava procedesse ele como se dizia: se pudesse crê-lo, não o censuraria, mas pediria aos meus amigos ministros conta da dignidade do Poder Executivo.” Os ministros presentes, silenciosos, fitaram as vistas nos bicos das botinas. O incidente deve constar das Anais da Câmara.

Com a queda de Paula e Sousa, ascensão dos conservadores, dissolução da Câmara, revolta de Pernambuco, repressões exageradas, a minha fama política passou a ser de imprensa e achei-me colaborador do *Correio Mercantil*, dirigido por Paranhos, que por algum tempo depois da mudança de situação continuou a ser liberal.

Na imprensa, tenho consciência de que não representava mal o meu papel: escolhia os assuntos, e pois possuía-me deles; demais, sempre demonstro melhor escrevendo do que falando. O *Mercantil* prestou muito bons serviços e eu não entibiei, senão depois da anistia de Pernambuco, quando a repressão moderou-se e começaram os primeiros sintomas da célebre conciliação.

A *conciliação* foi o meio de ir abatendo o Partido Conservador, como a *justiça e tolerância* tinha sido em 1848 água na fervura dos liberais; mas cessando as violências e esfriando a luta, foi-se apagando o meu entusiasmo, e de todo me retirei da política, para a qual em verdade tenho pouco jeito.

Na vida privada, avultava ainda no principio de 1851 o mal-estar de que falei ao terminar o capítulo anterior (pág. 65). Sem filhos, o mundo nada valia a meus olhos. Nas maiores agitações da vida, posteriormente,

cada dia de luta ou de desgosto se me apagava do pensamento, ou achava grande lenitivo, recolhendo-me ao seio da família e cercando-me dos meus pequenos. Mal de mim, sem este lenitivo.

No decurso do ano (1851) começou nova era: a observação que fui fazendo, que o meu Cristiano, nascido em maio, era robusto e se desenvolvia bem, foi-me verdadeira aurora de dia feliz. Nada poupei de meios higiênicos para fortificá-lo, e é hoje um rapagão de quase 20 anos, estudando na Bélgica. Tive por este tempo outro elemento de felicidade a que dei importância, talvez exagerada: *fui morar em casa própria por mim construída*.

Era aspiração que eu afagava desde menino, e que muito antes seria satisfeita se eu quisesse empregar crédito: preferi esperar que a fazendinha produzisse; e empregados os rendimentos dos primeiros anos em montá-la e comprar escravos, afinal cuidei de formar pecúlio para satisfação daquele intenso desejo; e a 31 de agosto de 1852 dormi a primeira noite na casa da Rua da Bela Vista nº 49,¹ construída em terreno por mim comprado, e cuja chácara foi, em grande parte, plantada pelas minhas mãos.

Comecei então uma existência completamente feliz, e a minha tranquilidade não era perturbada pela mínima saudade da posição política, que ocupava passageiramente.

Meu filho, com mais de um ano de idade, andava e falava com desembaraço, era sadio e vivo.

Tínhamos recursos, e seguro o pão da velhice e a educação dos filhos, cujo número foi logo aumentando. Minha mulher me parecia mais moça e mais bela: creio que nos amávamos como na lua de mel.

A 31 de agosto de 1852, instalando-a em nossa asseada casinha, o meu coração expandiu-se, pouco mais ou menos, como o de Júpiter em face de Vênus, na situação de que dizia o velho Camões:

“De modo que dali, se só se achara,
outro novo Cupido se gerara.”

1 Depois de 57.

Em verdade fiquei convencido que dessa alegria proveio a minha Virgínia, que hoje com quase 18 anos, e agora mesmo ao escrever estas linhas estou ouvindo executar ao piano uma música de *Norma*.

A paz doméstica, o bem-estar privado bastavam-me ao coração: mas cuidava também seriamente de meus deveres oficiais. Regendo a minha cadeira do 1º ano da Academia de Marinha, ambicionei fundar alguma reputação científica.

Ensinava-se pelos livros do velho Bezout, notáveis no seu tempo, mas ora imprestáveis, em vista dos progressos da ciência.

De tudo o que eu conhecia da bibliografia matemática, o que mais me satisfazia era a Aritmética e Álgebra de Bourdon, e a Geometria de Vincent: eram as três matérias que eu ensinava.

Compilando-os e modificando a exposição e os métodos no sentido de minhas observações no tirocínio do magistério, empreendi escrever novos compêndios para o meu 1º ano, e neles trabalhei desde 1849 até 1853 ou 1854.

Prestei, sem dúvida alguma, bom serviço ao ensino das matemáticas elementares; mas não me ficou orgulho de autor: já disse que compilei Bourdon e Vincent. Entretanto, não exageremos a modéstia: quem confrontar a compilação com os escritores compilados há de encontrar algumas diferenças de exposição e método, que me parecem melhoramentos. Exemplo, a teoria dos triângulos, §§ 54 a 61 da *Geom.*, 21 a 36 da *Trigonometria* (3ª edição). Eu era entusiasta dos autores a que me acostei; e de Vincent era e sou profundo admirador. Aquela abundância na dedução de cada teoria, aquela lucidez lógica me causaram estremecimentos de prazer.

Formulando os novos compêndios, estava eu longe da ideia de colher deles vantagens pecuniárias: assinalo este ponto por um sentimento que as almas nobres hão de compreender. Não cria mesmo que a extração chegasse a dar-me lucros, como deu: por isso, nada quis despende com a publicação dos primeiros mil exemplares (só da Aritmética) e aceitei para isso a proposta da Casa Laemmert, que se apropriou da maior parte dos lucros da edição: pagou-se da impressão pela venda, e do resto deu-me metade do produto líquido. As edições seguintes deram-me excelente remuneração.

Conservo ainda a propriedade¹ da *Álgebra* em 2ª edição e da *Geometria* em 3ª, e o motivo por que em 1862 vendi a propriedade da *Aritmética*, tendo esgotado a 2ª edição de 5.000 exemplares, constitui um episódio que não é sem interesse.

O imperador tem muita ambição de glórias literárias, e bastante propensão para pedagogo: dizem alguns que também tem ciúme de toda pessoa que sobressai em qualquer especialidade. Ora, meus compêndios foram bem aceitos e adotados em quase todos os estabelecimentos de instrução secundária e superior; da *Aritmética* esgotou-se em 1861 a venda de 6.000 exemplares de duas edições e era tempo de dar 3ª. Mas na mesma ocasião soube que a alguns moços, em audiência de S. Cristóvão, S. M. I. notava defeitos nos meus livros. E considerado o *peso oficial* desta crítica, ponderando a subserviência com que entre nós se pende dos lábios imperiais, recei a abolição do uso dos meus compêndios, e pelo de *Aritmética* aceitei rs. 4:000\$000 que me oferecia Laemmert.

Enganei-me na previsão; ou o *Imperial crítico* mudou de parecer, ou dele não fizeram caso; pelo que está o comprador extraindo a 5ª ou 6ª edição e tem arrecadado boas patacas, que lhe façam bom proveito. Fui punido de minha desconfiança, mas era lógica. Conta-se que um diretor da Faculdade de Medicina, vindo de conferenciar com o imperador sobre uma reforma de estatutos, dissera embasbacado: – *E esta! O imperador sabe mais medicina do que eu!*

Pelo mesmo tempo, encetei outra ordem de estudos, que depois me foram úteis. Refleti que se aproximava o ano da minha jubilação, 1854, deixando-me no vigor da idade, 43 anos; e que nunca tinha utilizado as noções de engenharia adquiridas no curso de pontes e calçadas, aliás muito incompleto, da antiga Academia Militar.

E como já então tomava corpo a ideia da construção de uma estrada de ferro do Rio de Janeiro para o interior, volvi para ela o meu pensamento e desde 1850 mandei vir da Europa livros sobre caminhos de ferro, dos quais fiz minha principal leitura nas horas vagas dos deveres domésticos e oficiais. Do resultado destes estudos darei notícia no capítulo

1 Alienei-a mais tarde, depois de vender 9.000 exemplares de cada uma.

seguinte, destinados aos dez anos que empreguei na direção da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Do atual período não tenho mais fato notável a expor: mas quero, por me ser a recordação muito agradável, descrever a existência feliz e tranquila de que comecei a dar ideia à pág. 73.

Durou ela os últimos quatro anos dos de que se ocupa este capítulo e ainda dous ou três do seguinte: foram seis a sete anos de puro e completo bem-estar. Infância, vida de estudante, primeiros anos de casado, agitações revolucionárias de 1831 a 1834, parlamentares de 1848, o decênio da estrada de ferro, as lutas posteriores, os prazeres do amor-próprio – nada iguala a paz da alma, a íntima satisfação em que vivi aquela meia dúzia de anos de tranquila obscuridade. Nada também iguala o prazer que me causa esta recordação, na atenta revista que estou passando à minha vida. Para não retirar já os olhos de tal quadro, quero ainda compendiá-lo, acrescentando alguns toques ao que fica exposto.

Família. Minha mulher, adoentada nos primeiros anos de casada, tinha robustecido e remoçado. Meus filhos iam-se criando vigorosos: são deste período Cristiano, Virgínia, Elisa, que depois perdi, Ermelinda e Júlio. Gozávamos de completa paz doméstica.

Meios e recursos. Não é consideração para desprezar-se: não éramos ricos, mas vivíamos na fartura e sem preocupação alguma sobre a educação dos filhos, ou o pão da velhice.

Parentes próximos. Contígua à minha casa, no Engenho Velho, morava minha mãe, já viúva, quase octogenária, com suas filhas Eduwiges, Rosália e Felizarda, três velhucas solteiras, feitas, segundo o coração da boa velhinha, muito religiosas, muito inofensivas, dadas ao trabalho, amando a quantos as cercam: tinham-me (e têm, as duas que ainda vivem) sincera amizade, que era e é correspondida.

Não longe de nós, na Rua do Bispo, vivia Teófilo, um coração de ouro, uma inteligência lúcida, cujo conselho me era necessidade em todas as circunstâncias de certa gravidade. Sua mulher nunca quis intimidade com os parentes do marido..... Mas, Teófilo!..... boa alma! Grande coração!

Os outros irmãos estavam ausentes, em Minas.

Relações. Tínhamos amizade a não muitas famílias, mas dignas de estima. E eu não tinha inimigos. Ter quem me amasse, não ter quem me odiasse, eram os principais elementos do meu bem-estar.

Era ele completo: o dia se me deslizava suavíssimo, principalmente antes de começarem as lidas da estrada de ferro (1855).

Dar a minha lição na Academia; conversar um pouco com os meus geômetras favoritos, Bourdon e Vincent; para variar, ler uma página de Perdonnet ou de outro escritor de caminhos de ferro; por desfastio, um folhetim, um romance ou uma poesia; eis, pouco mais ou menos a 3ª parte do meu tempo.

Ver a minha chacinha, cuidar das minhas plantas; dar um passeio à tarde com os meus pequenos para robustecê-los; de volta, ir beijar a mão à minha mãe; ir ver a miúdo o meu Teófilo; visitar alguma família de amizade etc. etc., eis a segunda 3ª parte, destinada a alimentos do coração como a 1ª aos da inteligência.

Recolher-me, repousar em família, tranquilo e satisfeito com o meu dia; assim o terminava.¹

O decênio seguinte foi muito agitado, fundou-me alguma reputação, obrigou-me a extensas relações, fiz muita bulha; mas esta lembrança não me afaga a alma deliciosamente, como a daqueles felicíssimos seis a sete anos. Com o de 1858 começaram as grandes lutas, invejas, cruzamentos de interesses, que muito me atordoaram, para o que talvez concorreu o meu temperamento exagerando a reação. Lá chegarei.

Fecharei o capítulo com um *post scriptum* para definir e desenvolver o pensamento a que aludi nas primeiras linhas da pág. 61. Sinto necessidade de determinar com exatidão o estado de minha pequena fortuna em 1855, quando fui colocado na direção da Estrada de Ferro D. Pedro II: tenho para isso os mais sérios motivos.

Desenvolvendo aquela empresa, tive de imobilizar, em dez anos, cerca de 24 mil contos de capital, tendo estado sempre individualmente à frente da construção com poderes delegados pela diretoria: para as empreitadas, encomendas de máquinas, de trem rodante, de trilhos, meu voto foi

1 Vide nota D.

sempre preponderante, e tive nesta administração todo o arbítrio de que precisava.

Pelo que se eu fosse corrompido ou mesmo pouco escrupuloso em receber obséquios dos empreiteiros e comissões dos fornecedores (quanta gente de gravata lavada as recebe!) teria fundado uma grande fortuna. Mas quero que meus filhos fiquem bem certos que o pouco que lhes deixarei é dinheiro bem limpo, resultado unicamente de meus recursos honestíssimos e de meus hábitos de economia.

Poderiam chamar a isto um arrote de probidade, que tem sempre alguma cousa de ridículo, se ninguém tivesse pretendido macular o meu procedimento. Mas, além de insinuações anônimas, de miseráveis que bem conheço mas a quem, visto que se esconderam, não dou a honra de nomear, um homem de boa posição, o conselheiro e depois senador Saião Lobato, fez sua aleivosia de um meu inimigo pessoal que afirmava estar-me eu locupletando na estrada de ferro.

Era em 1862; o desgraçado, por motivos abjetos, caluniava-me com escritos anônimos que publicava com o consentimento de Saião Lobato¹ no *Constitucional*, folha fundada e dirigida por S. Ex^a. E sabendo este que eu estigmatizara o seu infame procedimento, aceso em ira, gritou em rodas de deputados, na Secretaria da Câmara, que *podia fazer inventário da minha fortuna illicitamente adquirida: 300 contos acrescentava o caluniador.*

Passou-se isto no dia 7 de agosto de 1862: soube-o eu no dia 9, e reclamei pela imprensa no dia 10 e seguintes, com algum azedume é certo, produto natural de uma indignação mais que legítima; mas declarei expressamente que se acaso S. Ex^a assumisse a responsabilidade da imputação, *eu publicaria inventário documentado do que tinha quando entrei para a estrada de ferro, e do que então possuía.*

A resposta foi que não eram seus os artigos do *Constitucional* (eu bem sabia que eram de um seu preposto), mas que *não me dava satisfação.* Resposta que ofereci à consideração dos homens de brio de todos os partidos: veja-se o *Correio Mercantil* de 15 de agosto de 1862.

1 Visconde de Niterói.

Dizem que este Saião Lobato é homem honesto: eu não sei se no sentido o mais genuíno da palavra merece ele o elogio;¹ mas sei que tem língua de víbora: nas suas palestras, não há homem honrado se não ele; mulher honesta senão a sua. Cabe-lhe perfeitamente a apreciação de Saldanha Marinho, no *Diário do Rio*: “Morde a tudo e a todos, excetuando só a própria língua, por medo de envenenar-se.”

Mas, tem sido ministro, é senador, conselheiro de Estado, homem de algum talento, bem que pouco aproveitado, e membro saliente de um partido político: eis o que talvez dê uma certa autoridade à sua perversa palavra.

Nas polêmicas causadas pela mofina política do domínio progressista outros miseráveis lançaram-me insinuações do mesmo gênero, mas disfarçando-as com cobardias, credora de desprezo.

E bem percebi que em alguns espíritos, ao menos até certo tempo, ficaram dúvidas; mas não desci a justificar-me.

Tinha eu em vista o meu caso quando na biografia de T. Ottoni, referindo-me à sua probidade escrevi:

“... tenho certas opiniões sobre a matéria profundamente arraigadas. O cidadão que administra com algum arbítrio fortuna pública, ou capitais alheios, deve sempre dar contas de si; e não é fora de razão que, se o exige quem tenha tal direito, torne patente o que possuía antes e o que possui depois da sua gestão. Mas estas pungentes justificações, homem de brio não as deduz enquanto vivo, nem em resposta ao detrator anônimo, nem perante os que fogem à responsabilidade das aleivosias que propalam ou insinuum.”

Eis por que nunca me defendi em público da infame e torpe calúnia.

1 Anos depois, a indecência com que extorquiu de um moribundo o testamento, para empolgar-lhe a herança, deixou bem claro que o Catão era burlesco.

Neste livro, porém, deixarei registrado o *inventário documentado* que tinha oferecido ao Catão burlesco.¹

No 5º capítulo desta autobiografia dei uma ideia da fazendinha que em 1837 foi o dote de minha mulher² e à qual em 1847, por morte de meu sogro, reuniu meu cunhado Joaquim o que lhe tocou em terras e escravos, celebrando comigo uma sociedade. Do protocolo do advogado Rebouças há de constar a consulta que lhe fiz para celebração do contrato; e o parecer dele assim como a escritura talvez existam entre meus papéis velhos. Joaquim ficou com a gerência do estabelecimento, sendo dono de um terço e pertencendo-me os dous terços.

A propriedade prosperou; em 1852 tínhamos uma fazenda com 300.000 braças quadradas de boas terras; cerca de 90.000 pés de café, metade produzindo; 47 escravos; casa, engenho de pilões e as mais dependências necessárias. A produção nesse ano foi de 2.653 arrobas de café.

Nada devíamos.

A empresa do Mucuri foi causa de vendermos esta fazenda, com grande prejuízo de lucros cessantes. Quis meu sócio ir trabalhar na estrada da companhia; e não querendo eu ir administrar o nosso estabelecimento rural, força foi aliená-lo. Vendemos ao visconde do Rio Preto os imóveis, a diversos o gado, animais, carros, etc., apurando cerca de 25 contos e retirando a escravatura. Com o produto da venda e um adiantamento feito pela companhia do Mucuri, compramos a escravatura de Firmino Dias Moreira, de Niterói, e vendendo os velhos e as crianças com as mães, apuramos cem escravos de flor, com os quais foi o meu sócio para Mucuri, agora sócios em partes iguais. Tinha eu, pois, 50 escravos em princípio de 1855, além de seis do serviço doméstico.

Já consignei o fato de ter edificado em 1852 a chácara e casas que ocupava no Engenho Velho (emprego de cerca de 26 contos de réis).

1 Junho 14, de 1884. Morreu hoje. Quem me ler reflita que escrevi as minhas queixas contra este homem há 13½ anos, quando não era provável que eu lhe sobrevivesse: estava vigoroso e era mais moço do que eu quatro anos. A sua morte impõe-me silêncio, mas não me obriga a modificar o que escrevi: não o calunieí.

2 Vide nota B.

Tinha mais a minha propriedade literária, valiosa além de minha expectativa. Tenho vendido até o momento em que escrevo:

Aritmética – 6.000 exemplares em duas edições, a 2\$000 cada um; e o direito de reimprimir por 4:000\$000 à Laemmert.

Álgebra – 5.600 exemplares em duas edições a 2\$000, restando da 2ª 400.¹

Geometria – 7.000 exemplares em três edições a 3\$600, restando 2.000 da 3ª.²

Nos preços já estão abatidos os 20%, comissão de venda dos livreiros.³

Não menciono entre as minhas posses cem ações da companhia do Mucuri, porque me parece que não estavam feitas todas as entradas, e parte das realizadas era talvez do dinheiro adiantado pela companhia: omitindo essas ações, evito o risco de cometer uma duplicata.

Mas posso considerar muito líquida a posse destes três artigos: chácara do Engenho Velho, 56 escravos, propriedade literária: avalio tudo em 90 a 100 contos de réis: ninguém me julgará exagerado.

Mas prometi *inventário documentado*, e quero indicar onde pode qualquer S. Tomé ver as provas do que afirmo.

Da chácara e escravos do serviço doméstico, podem verificar na Recebedoria que paguei os impostos respectivos.

Da propriedade literária reza a escrituração dos livreiros da corte, especialmente Laemmert e Nicolau Alves.

Dos 50 escravos, naquele tempo em Mucuri, citei documento oficial e insuspeito.

O comissário por parte do governo para a liquidação da companhia do Mucuri apresentou um relatório que suava por todos os poros hostilidade à família Ottoni: obedecia a seu amo Manuel Felizardo. Nesse

1 Mais tarde, concluída a venda da 2ª edição e de mais 3.000 exemplares da 3ª, vendi a Nicolau Alves o direito de reimprimir por 2:500\$000.

2 Anos depois, concluída a extração da 3ª edição, vendi a Nicolau Alves o direito de reimprimir por 10:000\$000.

3 Vide nota E.

relatório, citado pelo da Agricultura em 1862, e impresso avulso, lê-se à pág. 91:

“Em 1852 fez a companhia um adiantamento de 40 contos ao conselheiro C. B. Ottoni e cidadão J. J. Araújo Maia pelo serviço de cem escravos por dous anos.

“O reembolso parece que se fez em serviço dos escravos e empreitadas: vi pelo ‘Diário’ que em fevereiro de 1855 tinha sido Maia debitado pela quantia de 11:426\$970, que ficava a dever dos 40:000\$000 adiantados.”

Em outras frases, o comissário pareceu insinuar dúvida sobre a ida efetiva dos cem escravos para Mucuri; mas não é difícil verificar o seguinte, nos registros públicos do tempo.

A 13 de fevereiro de 1852 partiu daqui J. Maia no vapor *Mucuri* com 35 escravos, despachados pela polícia.

No mesmo vapor embarcaram outros no porto de Itapemirim, onde tínhamos começado a fundar um estabelecimento rural, dirigido por outro cunhado meu.

A 10 de dezembro do mesmo ano embarcou neste porto a escravatura que fora de Firmino Dias Moreira, com passaporte da polícia de Niterói e visto da corte.

Estas parcelas devem somar mais de cem, porque iam também escravos de minha sogra.

Na liquidação do negócio com a companhia figura só J. Maia, porque nessa ocasião separamos a sociedade, vendendo-lhe eu a minha parte na escravatura.

Provada a posse da minha pequena fortuna em 1855, nem precisaria ter explicado a origem dela, porque até então nunca tinha gerido propriedade alheia: mas, tendo depois assumido grandes responsabilidades, quero tudo muito claro e límpido; por isso desci às explicações expostas.

Assumindo a direção da estrada de ferro, meus rendimentos foram daí em diante, termo médio:

Gratificação da companhia.....	9:600\$000
Minhas aposentadorias.....	2:200\$000

Renda da propriedade literária, mais ou menos.....	1:500\$000
Dita de outros bens, cerca de.....	3:000\$000
	Rs. 16:300\$000

Ora, as minhas despesas, de que tenho assentos, sendo anteriormente de 5 a 6 contos anuais, com o aumento de recursos naturalmente cresceram, tendo em um ano excedido a 12 contos. O termo médio no decênio foi de rs. 8:700\$000: existem na minha gaveta os cadernos.

Toda a cidade é testemunha da modéstia do meu tratamento: ninguém pode crer que eu despendesse mais.

Poupava, pois, quase metade de minha renda; e passo a inventariar a minha fortuna no momento em que escrevo, janeiro de 1871:

Apólices gerais, valor nominal.....	26:400\$000
Ditas do emp. nacional de 1868, idem.....	15:000\$00
130 ações do Banco do Brasil.....	26:000\$000
Casa da R. Conde d'Eu 101, seu custo.....	31:000\$000
Dita da R. Bela Vista 49, seu custo.....	26:000\$000
Dita da R. S. Pedro, Cidade Nova 42, seu custo.....	11:000\$000
Propriedade literária (estimação).....	10:000\$000
Terras no Mucuri, seu custo.....	4:600\$000
Três escravos valem.....	4:500\$000
	Rs. 154:5008000 ¹

¹ Se ler isto algum malévolo S. Tomé e duvidar, pode recorrer aos registros da época, janeiro de 1871, públicos e de companhias: não encontrará em meu nome mais uma apólice, ação, escravos, além dos mencionados: capitais em giro, nunca os tive, sabe-o esta praça.

Não tenho credores nem devedores. É justo somar ao algarismo supra os prejuízos que tenho sofrido.

Perdi: na venda do sítio do Rodeio.....	13:000\$000
“ na quebra do banqueiro Gomes.....	11:000\$000
“ com uma fiança de M. C. da Rocha.....	5:500\$000
“ três escravas moças que morreram.....	4:500\$000
	Rs. 34:000\$000

É, pois, certo que nos meus dez anos de estrada de ferro quase dupliquei a pequena fortuna que antes tinha: mas confrontando os resultados com os recursos, o que me admira é que não tenha capitalizado maior soma. Evidentemente, não tive tino para fazer frutificar as minhas sobras de renda. O que possuo hoje é provavelmente o que meus filhos hão de herdar: é pouco, mas é dinheiro muito aseado; perdoo aos miseráveis que me caluniaram.

.....

VII

1855-1865

ESTRADA DE FERRO D. PEDRO II: DECRETAÇÃO; CONSTRUÇÃO;
CUSTEIO; EPISÓDIOS. – MORALIDADE DA GESTÃO. – A PROTEÇÃO
IMPERIAL. – PROCEDIMENTO POLÍTICO NO DECÊNIO.

NO QUE TENHO até agora escrito, consultei unicamente a minha memória, sem examinar documentos nem papéis velhos, com exceção do protesto que fecha o capítulo precedente; pelo que posso ter cometido algum erro de datas.

Para o atual capítulo estou melhor preparado; porque quando me vi envolvido em grandes lutas, de 1858 em diante, comecei a registrar as minhas íntimas impressões sobre a direção da estrada de ferro, sobre os atos do governo a ela relativos, sobre os homens com quem me relacionava oficialmente. Esse canhenho é o que agora me serve de guia.

Deixei a empresa há cinco anos já completos, e não pretendo voltar a ela, ainda que me chamem. Estou alheio à política. Os homens de quem tive maiores queixas são quase todos mortos, sendo o principal o marquês de Olinda. Escrevo, pois, em perfeita calma, sem ódio, sem

ambição, sem amor e sem cálculo. Tendo registrado os fatos, não corro o perigo de cometer inexatidões ou anacronismos. Se este capítulo for algum dia publicado, os homens que se ocupam com os negócios públicos talvez encontrem nele algumas lições úteis. É a história administrativa dos primeiros dez anos da Estrada de Ferro D. Pedro II, da qual posso dizer, sem imodéstia, *magna pars* fui.

§1º – Decretação da estrada de ferro

A discussão nas câmaras ocupou em grande parte as sessões de 1851 e 1852 e terminou pela sanção da lei de 26 de junho de 1852, que autorizou a garantia do juro de 5% aos capitais para uma estrada de ferro partindo da corte, bifurcando-se além da serra, dirigindo um braço para Minas, outro para S. Paulo. E além desta, outras vias férreas ligando o interior a pontos do litoral.

Antes desta lei não houve projeto sério: ninguém tal considerou um privilégio dado anos antes ao Dr. Cochrane, e que só não foi letra morta para se lhe pagar mais tarde uma valiosa indenização.

A ideia dos principais chefes conservadores era desde 1850 a concessão do privilégio aos Teixeira Leite, de Vassouras, os quais promoveram a organização da companhia.

Este pensamento envolvia interesse político: aquela família garantiria ao Partido Conservador, nos seus anos chamados de vacas magras, de 1844 a 1848, a unanimidade do colégio eleitoral de Vassouras; cumpria remunerá-los. Mas devemos reconhecer que a preferência era bem cabida. Foram os Teixeira Leite quem deram mais impulso à opinião para reclamar a lei de 26 de junho. Eram uma família rica, influente, considerada, e seus créditos concorreram para facilitar a associação de capitais. Não pareciam animados do simples desejo de ganhar dinheiro; mas possuídos da ambição da glória de prestar ao país um bom serviço. Contando com a concessão, fizeram despesas, relacionaram-se com capitalistas ingleses, fizeram vir dous engenheiros, os irmãos Waring, que, à custa deles, futuros concessionários instituíram um reconhecimento de corte até a margem do Paraíba.

Entretanto, o ministro Gonçalves Martins, depois visconde de S. Lourenço, os arremou e abriu hasta pública para a adjudicação.

Nunca soube eu em que se baseou esta deliberação. Mauá e Pimenta Bueno obtiveram sem concorrência a concessão de S. Paulo, Muniz Barreto a da Bahia, outros a de Pernambuco; e todos venderam seus privilégios às respectivas companhias: só não puderam conseguir o mesmo para o Rio de Janeiro os Teixeira Leite, que, entretanto, tinham mais títulos do que qualquer dos outros!

Na hasta pública fizeram propostas:

Dr. Cocrane, que pretendia preferência por causa do privilégio que anos antes obtivera;

O visconde de Barbacena, fundando-se em um rápido exame de terreno, pelo engenheiro Austin;

Teófilo Ottoni, associado a J. B. Fonseca. Não tinham estudos: mas propunham construir a parte fácil, 65 quilômetros até a raiz da serra, e ir estudar os prolongamentos para o interior.

Não me lembro se houve mais propostas; e das três que menciono digo o que me diz a memória, não me recordando se foram publicadas, ou se tive delas conhecimento por palestras ou artigos de jornais. Mas creio não ter-me enganado.

O governo desprezou todas as propostas e afetou o negócio à nossa legação em Londres, que em 1853 contratou com uma mesa de banqueiros o lançamento da companhia no mercado inglês. Esta diretoria provisória mais tarde pediu e obteve a rescisão do contrato alegando a alta de juros, resultado da guerra do Oriente (1855), e desconfio que também assustados com as grandes dificuldades da serra do Mar, que mandaram examinar pelo engenheiro Chapman. Nasceu-me esta ideia de ter ouvido ao Dr. Joaquim, chefe da família Teixeira Leite, que os seus engenheiros (os irmãos Waring), regressando do reconhecimento técnico que instituíram, haviam dito: “se não for possível na cordilheira um desenvolvimento acessível às locomotivas, construiremos uma estrada de ferro atmosférica”.

Este dito prova que fizeram um ligeiro reconhecimento e não estudos definitivos, mas que acharam dificuldades temerosas.

Rescindido o contrato com os banqueiros, adjudicou a nossa legação em Londres ao empresário Ed. Price a construção da primeira seção do Rio a Belém, por conta do Estado, reservando ao governo a faculdade

de organizar uma companhia e transferir-lhe os ônus e os direitos do contrato derivados.

Este contrato continha cláusulas verdadeiramente ruinosas, que habilitavam o empresário a fazer o que bem lhe parecesse e desarmavam de todo a fiscalização por parte do governo e portanto da companhia sub-rogada em seus direitos. Sérgio de Macedo, nosso ministro, era um homem honesto e inteligente, mas não tinha ao seu lado auxiliar técnico; e disse depois que procedeu em virtude de declaração que lhe fez o ministro do Império nestes termos: “O imperador quer que a questão se resolva, seja como for.” Price especulou com este empenho de pronta solução.

A este tempo a base da lei de 26 de junho de 1852 (garantia de 5%) estava alterada. Decretada a estrada de ferro da Bahia ao Juazeiro, e tendo sido impossível organizar a companhia, porque constou que tal linha não tinha futuro, votou a Assembleia Provincial a garantia adicional de 2%; e desde então nenhuma outra companhia dispensou os 7%. Garantia exagerada que tem feito grande mal ao desenvolvimento dos nossos caminhos de ferro.

Com tal favor, a prosperidade das empresas torna-se quase indiferente aos acionistas, bastando-lhes que a renda pague o custeio, para auferirem de seus capitais um juro impossível na Europa. Mas os da Bahia nem isto obtiveram: aberto o tráfego há bastantes anos, oferece sempre déficit, preenchido à custa dos 7% que oneravam o Tesouro.¹

Com a garantia de 7% foram organizadas as empresas do Recife, da Bahia, de S. Paulo e afinal a de D. Pedro II, de que passo a ocupar-me.

§ 2º – Organização da companhia nacional

Chegando a notícia do contrato Price, o governo imperial resolveu organizar aqui uma companhia, e a 10 de maio de 1855 publicou os atos orgânicos da empresa, estatutos, contrato com o governo, etc., e por editais convocou subscritores de ações, declarando que pelo fato da

¹ Anos depois de escritas estas linhas decretou-se um prolongamento ainda mais estéril: por longo tempo, talvez indefinidamente, a Bahia pesará sobre o Tesouro: cara província!

subscrição seriam considerados aceitos pelos acionistas os atos publicados, ficando a companhia definitivamente organizada.

O capital decretado foi de rs. 38.000:000\$000, sendo logo emitidos rs. 12.000:000\$000, em subscrição rapidamente realizada.

O espírito público favoreava muito a nascente companhia, que entretanto erguia-se sob maus auspícios. Recebia logo na origem os ônus do contrato Price, defeituoso, onerosíssimo, que devia dar e deu lugar a grande perda de capital e a muitas lutas e desordens. E as regras de direção impostas à empresa eram mal combinadas, pagando tributo à nossa inexperiência.

Muitos dos defeitos do contrato para a primeira seção foram por mim reconhecidos e assinalados pela imprensa antes de organizada a companhia: os defeitos orgânicos desta, só mais tarde a experiência nos foi revelando.

Não se pode desconhecer que para a facilidade da subscrição das ações concorreu grandemente uma ideia de agiotagem: os acionistas subscritores, nada sabendo da empresa em que embarcavam os seus capitais, tinham de eleger cinco diretores, e ninguém havia entre nós bem habilitado para tal direção.

A melhor cabeça do Ministério, a grande inteligência do marquês de Paraná estava paralisada pela descrença dele, que julgava a estrada de ferro uma utopia, e com relutância cedia à pressão, primeiro dos Teixeira Leite, depois da opinião pública.

Esta descrença era geral entre os nossos estadistas. Vasconcelos que ainda vivia em 1849, quando já se falava no projeto, dizia zombando: “Construam; os trens carregarão no 1º do mês tudo o que há no interior para transportar e ficarão ociosos por 29 dias.” O visconde de Itaboraí era também incrédulo.

Os atos da concessão foram discutidos no gabinete do ministro do Império, conselheiro Pedreira, entre este, o presidente do conselho e a comissão que nomearam para distribuir as ações e consideraram diretoria provisória. Comissão composta de negociantes, dentre os quais só o Dr. Caetano Furquim de Almeida entendia da questão: esse era um espírito cultivado, muito ativo, e estudando sempre de preferência questões industriais.

Ao Dr. Furquim ouvi dous incidentes do debate, que são característicos da descrença do marquês de Paraná.

O primeiro referia-se à fixação do capital. Não havia estudos técnicos nem orçamentos: mas Furquim, que tinha alguma erudição na especialidade, e conhecia praticamente o terreno e as distâncias, procurava avaliar, tanto por légua na planície aquém da serra, tanto na cordilheira, tanto além, etc., e todos os cálculos excediam a 40.000:000\$000. Paraná arbitrariamente e sem base propunha garantir só 30.000:000\$000.

Às observações, até certo ponto autorizadas do Dr. Furquim, nada opunha: passeou pela casa, pensativo; e calado chegou à mesa, escreveu em uma tira de papel rs. 38.000:000\$000 e lançando-a entre os discutidores disse: “Aí está, meus senhores: não dou mais.”

Foi, pois, a determinação do capital um puro arbítrio: mas, ou acaso ou adivinhação do grande talento do marquês, seria ele sufficientíssimo, sem os excessos do contrato de Londres, para a primeira seção. Estudos posteriores o demonstraram.

O segundo incidente, mais importante, é relativo à reversão ao Estado no fim do privilégio. Para isto, criava-se no projeto um fundo de amortização, dotado com uma anuidade derivada da renda e equivalente a 3/10% do capital: calculou alguém que esta anuidade com juros compostos de 6% reproduziria o capital no prazo de 90 anos da concessão; e assim o declaravam os estatutos, o que bem caracteriza o fundo de amortização; bem que lhe deram o nome de fundo de reserva.

No debate entre o governo e a comissão nomeada, disse um negociante membro dela: “Como! Pois havemos de fazer a estrada com o nosso dinheiro, e depois dá-la ao Estado? É iniquidade!”

– Está bem, acudiu o marquês de Paraná: deixo-lhes a propriedade plena e perpétua; mas reduzo a garantia a 33 anos. (Era por 90 no projeto.)

– Antes isso, replicou o interpelante.

E assim se fez.

O marquês, como descrente que era, só cuidava de escassear os favores: por isso cometeu o erro de prescindir do princípio da amortização, que tão útil seria para o futuro, se a companhia perdurasse. A anuência da comissão foi filha da inexperiência.

Mais adiante narrarei uma ocorrência curiosa nascida desta supressão da amortização. Por ora, só acrescentarei que o cálculo, a que se referiam os estatutos, era deploravelmente errado: a anuidade de 3/10% reproduziria o capital, não no prazo de 90 anos da concessão, mas em pouco mais de metade.¹ (Juro 6 %.)

A companhia organizou-se; e reunidos os acionistas, elegeram a seguinte diretoria:

Cristiano Benedito Ottoni
Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo
Dr. Jerônimo José Teixeira Júnior
Desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira
Comendador João Batista da Fonseca.

Devia crescer um presidente de livre nomeação do governo; escolheram o visconde do Rio Bonito (João Faro), que rejeitou o cargo: ficou este vago; e tive eu de assumir a presidência, por ter sido designado para vice-presidente: era também atribuição do governo.

Nenhum de nós cinco tinha habilitações suficientes para dirigir uma empresa de caminho de ferro; mas não há vaidade em dizer que só o meu nome tinha certa significação: era eu o torto em terra de cegos; reinei.

Alheio a todos os debates anteriores e às decretações de 1855, concentrado no feliz asilo doméstico de que dei ideia nas págs. 56, 61 e 62; mas lendo, estudando e tendo adquirido algumas luzes teóricas, logo que o projeto começou a ser realidade, quis apresentar-me, e para isso publiquei no *Jornal do Comércio* uma série de artigos, sob as iniciais C. O., analisando o contrato de Londres, em verdade defeituosíssimo: este trabalho produziu a minha eleição, não solicitada.

Resisti mesmo algum tempo à apresentação que faziam do meu nome: sendo militar ativo, como tal inelegível, assim o declarei pelo *Jornal do Comércio*. Mas, afinal, a pressão dos amigos e o meu amor-próprio lisonjeado fizeram-me requerer reforma e aceitar a candidatura. Os meus

1 Corretamente, em 521/4 anos.

colegas desde o princípio cabalavam principalmente o Haddock Lobo. Fui o mais votado.

Rememorando a minha esquivança e a espontaneidade da minha eleição, não é meu fim ostentar modéstia e desinteresse. Eu desejava trabalhar na estrada de ferro (já estava jubilado como lente da Escola de Marinha) e obter remuneração do meu trabalho: mas a posição a que aspirava era a de engenheiro. Tinha os conhecimentos teóricos mais necessários, mas nenhum tirocínio: queria ir praticar nos estudos da segunda seção, fazer-me especialidade e mais tarde assumiria posição na direção técnica da empresa. Elegendo-me os acionistas, designando-me o governo para vice-presidente, e não provendo o cargo de presidente, contrariaram a minha vocação, dando-me o primeiro lugar, para o qual estava mal preparado.

Mas cultivando a consciência do dever, fiz tudo o que pude para bem desempenhar as obrigações da minha nova posição, ocupada a princípio interinamente, mais tarde sendo nomeado presidente efetivo. Servi até a encampação da empresa em julho de 1865 e mais seis meses por delegação exclusiva do governo imperial.

Um fato ocorrido na eleição dos diretores é característico da cegueira dos acionistas. No primeiro escrutínio ficaram sem maioria absoluta Caetano Furquim de Almeida e João Batista da Fonseca, entre os quais correu o segundo escrutínio. Era o primeiro muito inteligente, instruído, representante da família Teixeira Leite, que com ele promoveu mais do que ninguém a decretação da estrada de ferro; o segundo era um negociante probo, mas sem instrução. Foi eleito João Batista da Fonseca!!!¹

Das circunstâncias expostas resultou que, instalada a diretoria, todas as esperanças se concentraram em mim, que assim assumi grande responsabilidade. Era completamente inexperiente; minhas leituras e noções principalmente técnicas: a organização, a direção, a administração eram lições por aprender. Se cometi erros, se prejudicaram eles o capital da companhia, devo ser desculpado: puseram-me, segundo um dito vulgar, na posição do barbeiro novo que aprende na barba do tolo.

¹ Aliás, cavalheiro muito digno da estima dos homens de bem.

§ 3º – O espírito da direção

Já disse no § 2º que a experiência me foi mostrando os defeitos com que foi organizada a companhia. O maior deles foi confundir-se a deliberação com a ação: criou-se uma diretoria de seis membros, um nomeado pelo governo e cinco eleitos pelos acionistas; e a este corpo coletivo foram distribuídos todos os poderes de direção e de administração. A deliberação e a execução, as grandes e as pequenas questões, uma emissão de ações, a nomeação do engenheiro chefe ou a escolha de um contínuo ou a compra de uma vassoura, tudo ficou dependente da maioria de votos da diretoria. Seria difícil, se não impossível, a unidade de vistas entre os seis: e quando exigisse cada um quinhão igual na administração, como era seu direito, seria infalível a desordem, máxime estando todos cegos quanto ao mecanismo que iam pôr em ação. Deu-se o fato em 1858 e produziu quase um ano de administração ridícula e anárquica: mas isto pertence ao parágrafo do custeio.

Nestes últimos anos tenho formulado, a pedido, três projetos de estatutos para empresas de caminhos de ferro, uma das quais (o ramal de Valença) está em atividade. Estabelece sistema muito diverso: deixo aos diretores a deliberação, a disposição dos fundos, a suprema fiscalização, as grandes questões: a execução, a livre nomeação e demissão do pessoal, o impulso aos trabalhos, o custeio pertencem a um gerente, com amplos poderes, continuando indefinidamente enquanto bem serve, e de nomeação e demissão da assembleia dos acionistas.

Os diretores eleitos não tinham habilitações especiais; mas, com exceção de Haddock Lobo, pareceram animados do mais sincero desejo de acertar. Por isso, na primeira fase da nossa administração, enquanto só presidíamos, ou antes, assistíamos à construção da primeira seção, contratada anormalmente em Londres, achávamo-nos os cinco quase sempre em boa harmonia: e sendo eu, como já notei, o torto em terra de cegos, os colegas quase sempre se louvaram em mim, que assim me achei no centro da administração e carregando com a principal responsabilidade. Nesta posição procurei executar lealmente os estatutos, nunca prescindindo do parecer dos colegas.

O excetuado, quanto à boa intenção, Haddock Lobo, era um ambicioso sem mérito e sem lealdade, mas de audácia infatigável: espreitava sem descanso toda a ocasião de prejudicar-me na opinião dos colegas e do público; queria a todo o transe deslocar-me e substituir-me na presidência, o que deu lugar a cenas que ainda hoje me desgostam. Nossas brigas cessaram há oito anos e Haddock Lobo morreu há alguns meses: pelo que não se deve duvidar da imparcialidade com que o aprecio: matando-lhe a pretensão, prestei serviço real a meu país.

A boa harmonia em que eu vivia com os outros durou com algumas sombras até as vésperas da instalação do tráfego na 1ª seção, em princípio de 1858: ver-se-á em um dos §§ seguintes como se rompeu tal harmonia.

Por enquanto, nossa missão era: 1º) Fiscalizar a execução do contrato Price; 2º) Fazer estudar, orçar e construir os prolongamentos através e além da cordilheira; 3º) Mais tarde, custear a linha e o tráfego.

Quanto à 1ª seção, estávamos unidos e firmes no propósito de fiscalizar a construção e obter obras sólidas, pelas quais pagávamos o triplo do que valiam: lutamos muito e nada conseguimos; o contrato nos desarmava.

Para a continuação dos trabalhos além de Belém foram aceitas as seguintes bases por mim propostas:

1º Contratar de preferência engenheiros americanos, conhecedores das grandes linhas de fortes declives, nos Aleghanys.

2º Não empreitar obras, sem estudos definitivos e orçamentos prévios, concluídos sob a nossa direção.

3º Proscrever o contrato em globo e adjudicar as construções por séries de preços específicos.

4º Abrir concorrência em hasta pública.

Os contratos em globo, sem estudos definitivos, com faculdade de alterar as condições técnicas, como os têm feito os ingleses para obras no Brasil, de ordinário duplicam o custo: os da nossa 1ª seção o triplicaram. A hasta pública, além das suas sabidas utilidades, devia livrar-nos de imposições de Price. Tinha este, pelo seu contrato, preferência para ser encarregado dos estudos de traço em toda a linha: foi-me preciso grande

esforço e alguma astúcia para anular aquela estipulação, que seria sem dúvida alguma ruínosa.

No futuro custeio da linha, em verdade nem pensávamos nos primeiros dous anos e meio, de agosto de 1855 até fevereiro de 1858, quando se inaugurou a primeira seção.

A possibilidade da subida da serra em limites razoáveis decerto estava nas sombras da dúvida: eu mesmo era quase incrédulo, o que não pouco concorreu para rejeitar por ano e meio a presidência efetiva: somente a aceitei, e ainda com condições, depois de traçada e orçada a segunda seção, se aprovados os planos pelo governo imperial. Era ministro, quando aceitei, o marquês de Olinda.

Nossa gestão nos primeiros anos foi muitas vezes embaraçada pela tibieza e falta de apoio do governo, cujas tergiversações só mais tarde consegui compreender e explicar. Era ministro do Império (não estava criada a pasta da Agricultura) o conselheiro Pedreira, e tinha a seu lado o engenheiro inglês Lane, em quem depositava grande confiança. Ora, este Lane, depois se tornou claro, estava feito com o patrício Price para bigodear-nos. Parece que era plano deles assenhorearem-se os dous da estrada de ferro, um como engenheiro, outro como empresário geral, eliminando a diretoria. Parecia dizer um ao outro como o boticário ao médico no epigrama de Bocage: “Unamo-nos, meu doutor, e demos cabo do mundo.”

Pedreira, todo fé no seu Lane, não podia confiar em mim, que em verdade tateava embaraçado pela minha inexperiência. Lane chamava-me, não sem fundamento, engenheiro amador.

Entretanto, causando-me por vezes dificuldades, consequência das inspirações do seu homem, o ministro não era franco, simulava confiança, e falava em nomear-me presidente efetivo, nomeação que repeli até a saída de Pedreira do Ministério. Daqui nasciam tergiversações que mais de uma vez me desesperaram.

O negócio do fundo de reserva, que comecei a expor nas págs. 90 e 91, ofereceu um verdadeiro tipo de leviandade.

Resolvendo Paraná, como expus, prescindir da reversão ao Estado, mandara suprimir no projeto de estatutos as disposições correlativas; mas, por equívoco da secretaria, que escapou a Pedreira, deixaram subsistir

o artigo que criava um fundo de reserva, dotado com a anuidade de 3/10% do capital, para reproduzi-lo no prazo da concessão.

Com esta estipulação foram publicados os estatutos com o edital chamando subscritores de ações e declarando que ficavam eles (estatutos) aprovados pelo fato da subscrição. Entretanto, na cópia autêntica mandada à diretoria apenas instalada, omitiram caladamente o artigo do fundo de reserva.

Eu ignorava então as circunstâncias anteriores: mas era claro, à vista do edital, que os acionistas haviam adquirido o direito de derivar da renda a dotação anual do fundo de reserva, igual a 3/10% do capital.

Reclamei; trocaram-se explicações; arredada a ideia da amortização, sustentou a diretoria que subsistia o direito a um fundo de reserva, que por transação com o governo consentíamos em reduzir à terça parte 1/10%.

Durou meses a reclamação; Pedreira não atava nem desatava; mas quando nos resolvemos a tratar diretamente com o marquês de Paraná, presidente do Conselho, obtivemos o nosso fundo de reserva.

Anunciando ao ministro do Império a promessa que acabava de fazer-nos o seu colega, vim a saber que a relutância nascia de um erro de algarismos.

– Ora, meu amigo, disse ele, os senhores queriam uma contribuição para fundo de reserva que depois de emitido todo o capital subiria a quase 800 contos por ano!

– Como 800 contos? 3/10% de 38.000:000\$000 são 114:000\$000; tal seria o máximo.

– Oh! Como pode ser isso? Eu calculei por vezes com o imperador e achamos sempre rs. 798:000\$000. Venha cá, meu amigo, mostre-me como se faz a conta!

Em vez de 3/10% do capital, calculavam 3/10 do rendimento, orçado em 7% do mesmo capital.

Misérias! O ministro do Império nem soube calcular a anuidade para amortização, nem sabia o que quer dizer 3/10% de uma quantia determinada.

Mas não admira: o governo entre nós, todas as posições políticas estão nas mãos dos legistas, que em geral não são fortes em aritmética. Um antigo ministro, hoje falecido, tratando venda de terras a um empresário de colonização, prometia cedê-las pelo preço mínimo da lei.

– Que é meio real por braça quadrada, observou o pretendente.

– Creio que não, objetou o ministro, creio que a lei não fala em meio real.

– Fala, pois não! Se V. Ex^a tem aqui a lei, podemos verificá-lo.

– Não a tenho; mas a li esta manhã em casa: o artigo não diz meio, diz zero vírgula cinco! (*Tableau.*)

Mas se a dúvida era que julgavam o fundo de reserva exagerado, por que não me fazia Pedreira esta objeção? Calava-se, ladeava, não dizia sim nem não, até que nos resolvemos apelar para o presidente do Conselho. Esta falta de franqueza nascia de não ter confiança em mim: não podia tê-la, jurando nas palavras do seu Lane.

Mas então, por que teimava em conservar-me na vice-presidência? Por que queria a fina força nomear-me presidente efetivo? Quando eu todos os dias lhe pedia: “Nomeie o seu presidente e deixe-me no lugar de simples membro da diretoria!...”

O conselheiro Pedreira é um homem talentoso, ilustrado, honesto; mas de caráter sumamente leviano, e, segundo a expressão do visconde de Inhomirim, de dedicação sem limites ao imperador. A explicação das suas tergiversações é simplesmente esta: S. M. o Imperador lhe aconselhava que me conservasse! S. M. I., disse no Senado o visconde de Itaboraí, presidente do Conselho, reina, governa e administra.

Mas, por que me sustentava o Sr. D. Pedro II? Creio poder assinalar as causas depois de diuturna observação e reflexão: 1º) Por falta de melhor: ninguém tinha bem apto para o cargo; e os meus artigos, bem como os meus primeiros passos na direção, inspiraram confiança; a opinião pública me proclamava o homem para a estrada de ferro. 2º) Porque, não gostando o imperador das minhas opiniões democráticas, aprazia-lhe que eu continuasse alheio à política; a empresa absorvia-me todo. 3º) Mais tarde, era eu também afagado para servir de figa a meu irmão Teófilo Ottoni, a quem S. M. I. se mostrava desafeto.

Sem prestar-me para figa, ostentando sempre solidariedade política com meu irmão, mas dedicando-me à minha ocupação oficial, cresceu-me verdadeira ambição de atravessar a serra e acabar o túnel grande, principalmente quando se propagou a crença da sua impraticabilidade. Por isso permaneci no posto, a despeito de todas as contrariedades.

Passo ao desenvolvimento prático da nossa gestão.

§ 4º – Construção da primeira seção: contrato Price

Na minha crítica do contrato de Londres, publicada no *Jornal do Comércio* e a que já me referi, notara-lhe os seguintes defeitos e inconvenientes:

1º Não existiam estudos técnicos sérios nem orçamento: referiram-se a uma planta que com tal ou qual exatidão apenas assinalava os pontos extremos. O perfil longitudinal dos planos de Londres era imaginário porque Austin, o engenheiro que lá se associou a Price, ou antes o aliciou para embaçarem o conselheiro Sérgio de Macedo, apenas tinha feito um reconhecimento a cavalo, com bússola portátil e barômetro de algibeira. Era, aliás, um hábil engenheiro. Estipularam no artigo 10 do contrato a apresentação de planos definitivos; mas o empresário não executou esta cláusula.

2º O custo quilométrico excedia ao triplo do termo médio de grande número de linhas semelhantes.

3º O declive de 1:45, tolerado no contrato, era absurdo em terreno tão fracamente acidentado. Não se empregou tal declive.

4º Faculdades excessivas de mudar o alinhamento, escolher materiais, planejar estações, etc., sem submeter plano algum.

5º Fiscalização nula: só eram permitidas objeções no progresso da construção; e dada divergência, só poderia ser árbitro um ex-presidente do Instituto de Engenharia Civil de Londres!...

Na execução que durou quase três anos, Price e seus agentes usaram e abusaram daquelas faculdades anômalas; e para aumentar seus lucros, que ainda em uma construção regular seriam avultados, deram-nos uma linha defeituosíssima que quase toda foi necessário reconstruir: nível

sujeito a inundações; esgotos insuficientes; construções de péssimo tijolo que na umidade se desfazia, e seco, pulverizavam-se os fragmentos entre os dedos; o que eu próprio verifiquei; emprego de madeiras brancas, sem escolha; para estações, miseráveis pardieiros, etc.

Objetei, resisti, lutei, mas fui bigodeado em tudo e por tudo. Não somente o contrato desarmava a fiscalização; mas ainda mais me exautorava a funesta confiança do conselheiro Pedreira no seu engenheiro, e as tergiversações com que me entretinha.

No primeiro ano de construção, não tendo engenheiros nossos, nos louvávamos na suposta fiscalização do tal Lane, então ainda não apreciado devidamente. Exigiu a diretoria apenas instalada a apresentação dos planos do que rezava o artigo 10 do contrato: Lane os dispensou em nome do governo imperial. Objetávamos a cada obra malfeita; e a resposta invariável era “Mr. Lane aprovou”.

Não tinha tais poderes o engenheiro do governo, pois que este transferira à companhia os direitos e deveres derivados do contrato de Londres: mas, em falta de engenheiros nossos, e crendo o governo igualmente interessado na boa construção, íamos fechando os olhos à intervenção indébita, sem, aliás, medir bem o alcance e a natureza das relações oficiais entre Price e Lane.

Tirou-se este ponto a limpo a chegada dos nossos engenheiros em meado de 1856. Declarando a Price, em ofício, que por conta do coronel Garnet, nosso engenheiro chefe, correria dali em diante a fiscalização, tive em resposta, também oficial, que só reconhecia a fiscalização do Sr. Lane, nomeado por decreto de 10 de outubro de 1855 superintendente da estrada de ferro e engenheiro-chefe por parte do governo.

Tal decreto não fora publicado, nem comunicado à companhia; nem havia direito de promulgá-lo. Pedi cópia à Secretaria do Império, que me respondeu – Não existe decreto com tal data relativo a negócios da estrada de ferro.

Entendi, pois, sinceramente, que Price forjava um embuste, e não foi sem ironia que lhe pedi a apresentação da cópia do ato aludido, do qual ninguém no país tinha conhecimento.

A réplica foi que não tinha cópia, mas vira o decreto original em mão do Sr. Lane, que o apresentou para autorizar-se como fiscal único da construção.

Existia, com efeito, o famoso decreto, lavrado no gabinete do ministro, entregue a Lane depois de assinado pelo imperador, não mandada cópia para o registro da secretaria, nem comunicado a pessoa alguma. Segredo entre Pedreira, Price e Lane.¹

Ficou então explicada a posição de Lane, o pouco caso que de mim fazia Price e mil anomalias que me atordoavam. E o famoso superintendente, depois não me restou dúvida, estava feito com o patricio para bigodear-nos. Em certa ocasião de grave divergência relativa à avaliação de obras feitas para pagamentos, propus, por intermédio do barão de Mauá, que Price apresentasse documento firmado por Lane; e ouvi do barão, estas palavras: “Price disse-me que as aprovações de Lane lhe são onerosas.”

Estava eu assim exautorado: devia demitir-me? Talvez; mas se o fizesse se consolidaria a liga dos dois, que tomariam conta da segunda seção e seguintes; e além de 2 ou 3 mil contos, que demais nos custou a primeira seção (sem falar nas reconstruções) até Belém, ensacariam nos prolongamentos mais 8 ou 10 mil contos de lucro líquido. Demais, tendo conseguindo instalar a fiscalização dos meus engenheiros, esperava que as cousas melhorariam. Continuei, pedindo sempre debalde que nomeassem o seu presidente, repelindo a nomeação que me era oferecida e fazendo estudar a minha segunda seção.

O chefe, coronel Garnet, era um homem inteligente e culto, sabendo da profissão, mas fazendo do cargo sinecura e quase se limitando a escrever relatórios. À frente dos estudos técnicos na serra ficou o 1º ajudante, major Elison, muito hábil, ativíssimo, verdadeiro autor de todo o projeto da estrada de ferro de Belém em diante. Era auxiliado por alguns outros, mais ou menos hábeis.

1 Nota, em 1884. – Leio hoje com pesar o que escrevi sobre o conselheiro Pedreira, depois visconde do Bom Retiro; porque tratando mais de perto, depois que sou seu colega no Senado, observo-lhe um espírito de justiça e uma bondade que atraem simpatias: mas disse a verdade.

Quanto à fiscalização da primeira seção a cargo do coronel Garnet, em nada melhoramos, porque ele era de uma fraqueza deplorável e depois vim a saber que se embriagava. *Inter pocula*, obtiveram os agentes de Price duas ou três concessões que me exasperaram; uma delas foi o pagamento de rs. 100:000\$000 pelo excesso de largura da ponte do mangue, construída para via dupla. Mas não podia eu atribuir o fato a improbidade, e demais muito temia a desorganização do nosso corpo de engenheiros, sem os quais Price nos daria a lei, monopolizando a construção de toda a linha, para o que trabalhou por alguns anos.

Não tínhamos então no país engenheiro nacional capaz de bem resolver o problema da passagem da cordilheira: e deixá-lo entregue a Price e Lane seria sacrificar enormes cabedais. Verifiquei depois que só na subida da serra, 28 quilômetros, dos quais 25 em rampa de 1,8%, a perda seria de 4 a 5 mil contos, cerca de meio milhão esterlinos; tal a diferença entre os orçamentos ingleses e os nossos.

Satisfeito, pois, com o modo como via prosseguir-se no estudo da segunda seção, resignei-me quanto à 1ª, aliás, procurando sempre estimular e ativar o meu Garnet.

Quase nada consegui: a construção até Belém ficou uma miséria: mas não me arrependo: defendia interesses de maior importância e alcance.

Omito mil incidentes de desordens, lutas, polêmicas, a que deram lugar este Price e os seus agentes, e que ainda hoje me desgostam. Pelo exposto, pode-se fazer ideia de tudo: passemos para o melhor clima da segunda seção e seguintes.

§ 5º – Linha da serra e prolongamento além dela

Em janeiro de 1857 consegui apresentar ao governo os planos (planta, perfil longitudinal e transversais, orçamento) dos 28 quilômetros que transpõe a serra, de Belém até a saída do grande túnel. Eu não teria aptidão para fazer por mim este trabalho técnico; mas possuía as luzes precisas para apreciá-lo; e tendo presidido ao trabalho, acompanhado os engenheiros, passando muitas vezes o dia com eles nas picadas de exploração,

podia atestar que aqueles desenhos não eram papel pintado, mas representavam fielmente os acidentes do terreno, como na execução foi verificado.

Com este resultado caíram as minhas apreensões quanto à subida da serra: adquiri fé. Mas nas minhas relações com o governo só via dificuldades; e muitas me suscitou o amigo Lane.

Entretanto, pouco depois, estando eu ausente, em visita de inspeção dos estudos além da serra, o ministro Pedreira, sem consultar-me, atirou na imprensa o decreto que me nomeava presidente efetivo da companhia.

Grande embaraço para mim: por um lado servia eu desde a instalação, tinha assumido grandes responsabilidades e feito planejar a parte principal da segunda seção, chave da estrada de ferro, sendo assim natural que presidisse à execução; por outro lado, nada obteria sem forte apoio e confiança inteira do governo; e com esta não podia contar, continuando Pedreira a jurar nas palavras e ver pelos olhos do seu Lane.

Estava muito hesitante e perplexo; quando uma pergunta do meu Teófilo rompe a treva das minhas dúvidas.

– Tem a companhia capital emitido suficiente para a segunda seção?

Não tinha. Dos rs. 12.000:000\$000 da primeira emissão, o contrato Price tinha absorvido grande parte e era destinado a absorver mais da metade. Os 28 quilômetros da serra deviam custar 8 a 10 mil contos; e tendo as ações baixa na praça era difícil uma nova emissão.

Requeri, pois, que a terça parte do capital decretado, isto é, rs. 12.666:666\$666 fosse levantada por empréstimo em Londres, em nome do governo, que destinaria a juro e amortização os 7% que oferecera em forma de garantia, não havendo assim aumento dos ônus do Estado.

As bases da operação deviam pois ser estas (e foram):

Valor real arrecadado: rs. 12.666:666\$ (o equivalente em lib. esterlinas);

Juro e taxa de emissão: o que se ajustasse;

Amortização: a diferença entre 7 % e o juro convencionado;

Valor nominal e prazo da extinção da dívida: o que resultasse dos dados precedentes.

Continuei a assinar-me vice-presidente, e disse ao ministro: “Irei agradecer ao imperador a assinatura do decreto; mas pedir-lhe-ei a licença para deixar o título na secretaria até que se resolva o empréstimo pedido.”

Deu-me S. Ex^a esta resposta típica: “Vá, vá; mas como amigo lhe previno que o imperador não gosta que lhe ponha condições.”

O Ministério de então nada resolveu: mas os seus sucessores, marquês de Olinda e Sousa Franco, em maio do mesmo ano, 1857, assumiram para comigo o compromisso, e só então aceitei a presidência efetiva.

Parece evidente que sem este empréstimo a estrada de ferro não transporia a cordilheira: pelo que seja-me lícito acentuar este um dos maiores serviços que prestei no decênio da minha gestão.

A lei passou nas câmaras e só teve execução no ano seguinte: podia mesmo sofrer maior demora; o capital da primeira emissão não estava esgotado.

Sousa Franco, ministro da Fazenda, louvou-se em mim para minutar as instruções à legação em Londres; o que fiz com inteira lealdade: tenho por timbre não abusar da confiança em mim depositada.

Por isso, e por ser Sousa Franco um homem instruído, muito espanto me causou uma pergunta dele nessa ocasião. Acabávamos de assinar o contrato entre a companhia e o governo, e ele as instruções para a operação financeira, e disse-me: “Ora bem; agora que tudo está feito, diga-me com franqueza se o tesouro não foi sacrificado em alguma cláusula?”

E esta!...

Entre a aprovação dos planos pelo governo e a adjudicação das obras, em março de 1858, mediaram 14 meses, que foram agitadíssimos por incidentes curiosos, intrigas e lutas.

As obras eram pesadíssimas: dos 25 quilômetros em rampa, quase 5 quilômetros eram em 13 túneis, tendo o maior 2.236 metros e havendo no resto aterros e cortes colossais. Disse destas obras o engenheiro Law: “Só o sistema de derivações de águas pluviais e nativas é bastante para estabelecer a reputação de um engenheiro.”

Empresários não tinham com a perícia prática necessária.

A empreitada por série de preços era novidade: de seus resultados não podiam fazer ideia, por inexperiência alguns homens enérgicos e ativos, que poderiam aventurar-se.

Nestas circunstâncias remetemos cópias de nossos planos para Nova York, Lisboa, Paris e Londres, convocando de toda parte concorrentes para a nossa hasta pública, que teve lugar em agosto e malogrou-se: não tivemos proposta aceitável.

Price conhecia os planos, quer daqui, quer em Londres, para onde se retirou: mas não fazia proposta porque a sua ideia fixa era matar a pretensão da adjudicação no Rio de Janeiro e avocar o negócio para Londres, onde estava certo de contratar em globo, à moda da primeira seção, sem concorrentes. Contra esta aspiração assestei todas as minhas baterias, declarando sempre que se a trica vingasse eu abandonaria a empresa.

Anunciada segunda hasta pública para fevereiro de 1858, fizeram os meus engenheiros diligências para atrair, como atraíram, a firma Roberts, Harvey & C., de que eram sócios Harvey, empreiteiro antigo e perito, Roberts,¹ engenheiro hábil, e J. Humbird, preciosa especialidade em construção de túneis. Mas eu, receando imposições, mantive para a hasta pública a minha liberdade, só prometendo imparcialidade e justiça; animei outros proponentes e pedi ao barão do Penedo diligenciasse para que nos viessem propostas inglesas.

Ciente Price desses passos e julgando ver neles o malogro da minha ideia de adjudicação cá, escreveu ao nosso ministro uma carta, que ele me remeteu em original, e cujo transunto era este: “A obra que o Sr. Ottoni quer executar deve custar 2 milhões esterlinos; pelo morro Azul se pode transpor a serra com despesa de milhão e meio: estou pronto a empreender este trabalho se despedirem os engenheiros americanos, com os quais não posso entender-me.” (Deixei-a no arquivo da companhia.)

O traço por morro Azul (feitos pelos meus engenheiros, dizia Price) não existia; era um mero embuste: o contrato por milhão e meio ou 2 milhões, em globo, era o seu sonho: a despedida dos americanos era a

1 O mesmo que muitos anos depois estudou, a expensas do governo, alguns dos nossos portos e o rio de S. Francisco.

minha expulsão, e deixaria a estrada nas mãos do médico e boticário a que aludi na pág. 95.

Recolhidas as propostas em fevereiro de 1858 e constando que os diretores estavam propensos a tratar com os americanos, todos os interesses que se agrupavam ao redor daquele milhão e meio ou 2 milhões de Price ergueram-se voz em grita, fizeram gemer os prelos, moveram mil intrigas e fizeram agitar por todos os cantos da cidade a questão da segunda seção da estrada de ferro.

Foram os principais auxiliares:

Lane, que em relatório oficial aconselhara ao governo não aprovasse os nossos planos, porque o projetado túnel grande não se faria em 20 anos (concluiu-se em sete) nem pelo dobro do orçamento.

Haddock Lobo, que nada sabendo da questão, gritava – Morro Azul – por toda a cidade como meio de eliminar-me.

A redação do *Jornal do Comércio*, que em artigos editoriais representou um papel inconveniente.

A obra foi adjudicada, concluída, e custou cerca de 10 mil contos em lugar dos 2 milhões esterlinos do herói Price; era somente os 28 quilômetros de Belém à saída do túnel grande, sem desapropriações nem estações, nem telégrafo. Quem quiser pode verificar o custo na escrituração da estrada de ferro.

A empreitada por série de preços, por mim inaugurada em 1858, foi depois aplicada ao resto da segunda seção, 18½ quilômetros da saída do grande túnel até a Barra do Piraí, e mais tarde aos 89½, quilômetros da Barra até Entre Rios, que também adjudiquei. O mesmo sistema continua até hoje, com razão, a ser preferido.

Proseguiu o trabalho agitadoíssimo por mil incidentes, ora de desgostos, ora de lutas ou de prazeres do amor-próprio. Narrar todos esses incidentes seria longo e hoje sem interesse.

No fim de dez anos, em 1865, tinha eu construído o seguinte:

Linha provisória sobre o grande túnel	5	km	
Primeira seção	61	„	} 140½ km concluídos e em trafego
Linha da serra	28	„	
Resto da segunda seção	18½	„	
Terceira até Desengano	22	„	
Ramal de Macacos	5	„	
Terceira seção, do Desengano a Entre Rios. Leito construído faltando a superestrutura das pontes e assentamentos de trilhos	67	„	

Tal o estado em que deixei a estrada de ferro quando em dezembro de 1865 fui obrigado a deixar o cargo que me parecia exautorado por um ato do governo.

Hoje, depois que se julga com calma, crê-se em geral que estas obras ficaram baratas, tal é a magnitude das dificuldades vencidas: fui mesmo censurado mais de uma vez por sacrificar a solidez à economia; mas tal não há. Os preços da terceira seção, da Barra a Entre Rios, me satisfazem; é a linha de bitola larga mais barata que existe no Brasil, e não creio que possa alguém fazer por menos trabalho igual. Os preços da segunda seção foram manifestamente onerosos: pagamos tributo à ignorância em que jazíamos, à falta de pessoal perito e à minha inexperiência. E queriam os ingleses mais meio milhão esterlino!... Por isto pode-se fazer ideia do custo das obras que eles executam em nossas províncias com seus contratos em globo, celebrados em Londres.

Antes de prosseguir, seja-me lícito consignar que o meio milhão poupado na serra foi o segundo dos meus grandes serviços (desculpe-se a imodéstia) prestados à estrada de ferro de D. Pedro II, tendo sido o primeiro o empréstimo de Londres. Houve terceiro, igualmente ponderoso, de que depois me gabarei.

§ 6º – Custeio e administração: episódios

Com a conclusão da primeira seção, e abertura do tráfego, a harmonia entre nós, membros da diretoria, que já andava abalada, sofreu grande quebra e foi pouco a pouco desaparecendo. Os diretores julgavam-se humilhados porque até ali todos os negócios tinham corrido pelas minhas mãos, e quis cada um deles mostrar que a casa cheirava a homem.

Já em princípio de 1856, propondo-se na assembleia de acionistas um aumento de gratificação para os membros da diretoria, foi combatida a proposta (e caiu) alegando-se que somente seria justificável o aumento para o presidente que era só quem trabalhava. Primeiro gérmen de ciúme.

Instalado o custeio, para cuja gestão todos se julgavam aptos, quis cada um a sua quota de exercício administrativo, o que aliás era seu direito à vista dos estatutos.

Demais, ia ser nomeado um batalhão de empregados, e cada diretor tinha a sua lista de afilhados. A este respeito a impossibilidade de nos entendermos foi tão completa que afinal adotamos o seguinte expediente: formada a lista do pessoal a nomear para sete estações e para a conservação da linha, escolheu cada um de nós um, por ordem, do 1º até o 6º, revezando outra vez do 7º em diante, e assim até esgotar a lista.

Sobre o processo da gerência do tráfego, achamo-nos em divergência radical: eu entendia devíamos instalar um gerente, responsável à diretoria, com amplos poderes, nomeando e demitindo livremente o pessoal, continuando enquanto bem servisse, e assim fundando tradições administrativas. Os meus cinco colegas uniram-se em um pensamento diverso: cada mês um de nós regeria a empresa, aliás, submetendo à aprovação da diretoria todas as resoluções de certo alcance. Sistema absurdo: o diretor de mês, em 30 dias apenas começava a tomar pé nos negócios, e logo tinha de retirar-se para vir outro tatear outros 30 dias: nem tinham poder bastante; não podiam nomear um contínuo ou escrevente sem o voto da maioria dos colegas.

Achando-me isolado e reconhecendo que pela letra dos estatutos estavam eles no seu direito, sujeitei-me, mas protestei nunca servir o meu mês: repartia-se o tempo por cinco, não por seis; e fiquei eu especialmente ocupado com a construção de Belém em diante.

Durou este processo administrativo 11 meses, que exibiram o mais triste espetáculo de anarquia, de patronatos, de contradições e de estultices.

Mil incidentes no decurso destes 11 meses concorreram para mais e mais desunir-nos e destruir a confiança mútua: não os narro, bem que tenho minuciosos apontamentos; mas cumpro um dever de consciência confessando que por vezes reconheci, depois dos conflitos, que me havia faltado a prudência necessária para evitá-los.

De divergência em divergência, em janeiro de 1859 estavam quatro dos cinco diretores pronunciados contra mim¹ e excogitando deliberações que me suscitassem embaraços. Nestas vistas, demitiram o coronel Garnet, o que me causou grave receio de ver desorganizada a direção técnica da construção; mas pelo que tocava ao indivíduo, não podia afligir-me, apreciando-o eu, como expus à pág. 114 deste livro. Conseguindo então segurar os dous irmãos Elison e mais alguns ajudantes, deixei ir o tal coronel, que em verdade não nos fez falta.

Fato mais grave foi assinarem vencido o relatório de janeiro os meus quatro adversários, simulando dúvidas sobre a construção da segunda seção, sob a minha especial superintendência.

Era impossível continuar tal estado de cousas; maioria hostil ao presidente que não tinha poder algum senão o que lhe delegasse o corpo coletivo. Expondo confidencialmente o meu embaraço ao governo, a quem era eu responsável, lembrou o conselheiro Nabuco, ministro da Justiça, que um acionista propusesse a eleição de uma comissão especial para exame da administração; e perante ela se chamasse a terreiro a questão do diretor do mês. E assim o fiz, prestando-se a propor a moção, a meu pedido, o acionista Dr. L. de Castro Carreira. No desenvolvimento deste incidente e antes mesmo de instalada a comissão, acharam-se os quatro diretores exautorados pela assembleia geral e demitiram-se, sendo eleitos os sucessores, a meu contento.

A comissão especial eleita, tendo examinado todos os trabalhos e a administração, emitiu um parecer que esclareceu muitas questões e deu muitos conselhos úteis, entre eles a abolição do tal diretor de mês:

1 Três: Teixeira Júnior uniu-se a eles no último momento

mas a minha ideia sobre a gerência, qual a expus no princípio deste parágrafo, não foi aceita. Propôs a comissão, e os acionistas aprovaram, que em cada semestre a diretoria designasse por eleição um dos seus membros, que, como seu delegado, dirigisse o serviço, dobrando-se-lhe a gratificação. Não era difícil tornar-se esta medida em pomo de discórdia: elegerem seis homens, por escrutínio um dentre si, a quem os vencimentos se duplica. Tivesse eu a ambição de ser delegado, e aí teríamos a desordem em casa.

Sujeitei-me ao vencido, fazendo logo propósito de deixar aos colegas a delegação para o tráfego: mas a pedido dos novos diretores, com os quais estava em boa harmonia, servi o primeiro semestre, no qual muito me desvelei por estabelecer práticas úteis e melhorar o serviço: o que pude conseguir consta do relatório respectivo.

Nos anos seguintes, de 1859 até 1865, em que foi dissolvida a companhia, caprichei em conservar a harmonia com o delegado e auxiliá-lo: por isso, apesar das grandes brigas de Marques de Leão com Campos Porto, de Campos Porto com Drummond, de Drummond com o Dr. Galvão, e mais tarde comigo, a administração marchou e não fez mau papel.

Devo acrescentar que de muito auxílio nos foi o engenheiro belga capitão Vlemieux, nomeado inspetor do tráfego, o qual serviu com muito zelo, atividade e inteligência nos seis anos a que me vou referindo.

Nos quase oito anos que decorreram desde a inauguração da primeira seção, em março de 1858, até a minha retirada em dezembro de 1865, o tráfego, a construção dos prolongamentos, as empreitadas, as relações com o governo e as questões de depósitos de fundos deram lugar a curiosos episódios: registrarei alguns, o que me dá ocasião para apreciar diversos dos nossos homens com quem tive relações oficiais.

A) Marquês de Olinda. – Foi ministro, de cujas mãos recebi em maio de 1857 o título de presidente da companhia, como expus no § 5º. Estive nas suas boas graças cerca de ano e meio; caí delas em novembro de 1858; porque foi condenado o meu procedimento em um conflito com Baylis, representante do empresário da 1ª seção. Estando em serviço a linha até Queimados, e concluído o trecho dali até Belém, recusava Bayliss entregá-lo, sob pretextos frívolos e para fins de extorsão: e insistindo eu em abrir o trânsito, trancou a linha com uma cancela, acima da qual içou a bandeira inglesa, e colocou-se pessoalmente abaixo dela, entre os trilhos.

No receio de conflito, porque o homem tinha grande pessoal de trabalhadores ingleses, pedira eu o apoio da força pública e foi conosco (toda a diretoria), no trem, o chefe de polícia da província com 20 policiais. Entretanto, temendo reclamação diplomática, o marquês deu ordens reservadíssimas (depois o soube) ao chefe de polícia, nestes termos: “Não empregue força em caso algum.”

Eu, porém, não me resignei a sofrer a desfeita do Godemi; e tal pressão exerci sobre a autoridade que a bandeira foi arreada, a cancela arrombada, e Bayliss arredado da linha para dar-nos passagem.

Parece que Olinda propôs a minha demissão a que o amo dele não anuiu: o que é certo é que dali em diante jurou-me ódio, e não perdeu ocasião de tentar prejudicar-me, até que em 1865, outra vez ministro, tanto me intrigou com Paula e Sousa, ministro da Agricultura, que surgiu um conflito e tive de retirar-me. Nessa ocasião dizia Manuel Felizardo, seu íntimo, a José Antônio Airosa, que me referiu: “Cristiano tinha uma conta velha com o marquês; saldou-a.”

Já por vezes me tenho referido à proteção imperial, que alguns anos me sustentou: terei ainda de voltar a ela.

B) Sérgio de Macedo. Sucedendo este ao marquês de Olinda no Ministério, eu não melhorei, porque Sérgio se ressentira da análise e críticas que fiz pela imprensa ao contrato de Londres por ele celebrado. A ideia de que o ministro me era hostil muito animou a dissidência dos quatro diretores de que já falei, e criou-me mil embaraços.

Foi este Ministério que tentou fazer-me a desfeita de glosar a despesa feita com a inauguração da 1ª seção: ouviu o Conselho de Estado e resolveu o conselho no sentido da glosa. Eu, porém resisti, refutei a consulta, que foi reconsiderada, revogando a resolução o Ministério seguinte.

O que melhor caracterizou a má vontade de Sérgio contra mim foi encartar na estrada de ferro, dando-lhe comissões, e depois querer nomear engenheiro fiscal um tal Francisco Primo, meu inimigo, que, havia anos, me injuriava com escritos anônimos. Chegou mesmo a assinar a nomeação interina: eu, porém, declarei que nem por uma hora tal homem fiscalizaria meus atos, preferindo demitir-me; e posta assim a questão – ou ele ou eu –, o mesmo Sérgio o desnomeou e escolheu quem eu indicara. Sempre porque mandou quem podia.

C) Paranhos. Era ministro de Estrangeiros, com Sérgio; e deu-se entre nós um pequeno incidente, cuja sucinta narração talvez amenize um pouco esta história de lutas. Amigo de F. Primo e em boas relações comigo, disse-me um dia S. Ex^a quando se agitava a questão da escolha do engenheiro fiscal: “É verdade que F. Primo está dominado por impressões desfavoráveis à sua gestão; mas eu posso modificá-lo.” Eu respondi: “Então, quer apadrinhar-me? Ora, conselheiro, deixe-se disso.”

Antes, e logo que vagara o cargo, tinha eu pedido, em carta ao visconde de Abaeté, presidente do Conselho, a nomeação do capitão Viriato de Medeiros, e nessa carta alegara eu: “O capitão Medeiros, por cujo conselho o governo aprovou os planos da 2^a seção, tem o seu amor-próprio interessado em tirar deles bom resultado, e deve por isso ser o melhor fiscal.”

Despedido F. Primo e nomeado o cap. Viriato de Medeiros, diz-me o meu Paranhos, requeitando de amabilidade: “O imperador fez em conselho uma observação muito cheia de verdade.”

– Qual?

– Disse que o cap. Medeiros... (a frase textual da minha carta ao visconde de Abaeté): não é muito bem dito?

– Sem dúvida, respondi, e abundei na homenagem ao bom senso do imperador.

D) Saião Lobato.¹ Em 1861, e já desde o fim de 1860, constava-me de boa fonte que os empresários americanos da serra estavam arruinados e prestes a falir: fizeram-mo saber eles mesmos, e tive de considerar se os deixaria quebrar, abandonar o serviço e adjudicá-lo a outros, ou se devia vir-lhes em auxílio. O primeiro expediente trazia, além da perda de tempo (com a primeira adjudicação despendemos mais de um ano), enormes prejuízos de dinheiro. Aterros colossais não acabados nem preservados das enxurradas iriam pelas grotas abaixo. Túneis principiaados desabariam. Tudo se estragaria, e o simples fato da quebra dos empreiteiros aconselharia a seus sucessores pedissem mais altos preços. É evidente.

Estudava eu pois o mínimo sacrifício a fazer para não parar o serviço, quando subiu o Ministério a 2 de março. Logo depois fui intimado verbalmente pelo engenheiro fiscal, da parte do ministro da Agricultura,

1 Visconde de Niterói.

Manuel Felizardo, que S. Ex^a não julgava a companhia autorizada a celebrar a novação do contrato, sem prévia licença do governo imperial: sendo claríssimos os poderes que tínhamos pelos estatutos, desprezei a intimação e prossegui no estudo. Não estava ele terminado, quando encontrei casualmente Saião Lobato, ministro da Justiça, que, depois de informar-se das circunstâncias, disse-me com a sua ordinária carranca, e dogmaticamente: “É melhor deixá-los quebrar e procurar outros empreiteiros.”

Desorganizavam o serviço da estrada de ferro só para prejudicá-me na opinião pública!

Calei-me, precipitei o exame da questão, reformei o contrato, concedendo para o que restava fazer do túnel grande um aumento de preço específico: passou de 22\$620 a 25\$000 por jarda cúbica.

O meu ato foi aprovado pelo governo sem reparo algum: mas Saião Lobato desde então declarou-se meu inimigo.

O imperador, apenas informado, mandou chamar-me¹ e interrogou-me por uma boa hora sobre o negócio, evidentemente preparando-se para a sabatina em que fez calar as objeções dos dois. Não me perdoaram eles.

E) Manuel Felizardo de Sousa e Melo. Já comecei a apreciá-lo: era um homem todo melúria, de trato ameno e delicadíssimo; mas parece que não me tinha perdoado o desaforo de recusar ser seu colega no Ministério, em 1848 (V. cap. 6º). O fato que muito bem caracterizou a sua duplicidade foi o da adjudicação da 3ª seção, da Barra do Pirai até Entre Rios. Estavam os planos submetidos à aprovação do governo imperial.

Esta linha, previa-se, faria concorrência ruínosa às estradas União e Indústria e Mauá, e daria prejuízo à de Cantagalo; pelo que, unidas as três empresas ao então poderoso banqueiro Souto, credor da primeira por cerca de 2.000:000\$000, pleiteavam a supressão da 3ª seção: a E. [Estrada] de F. [Ferro] de D. Pedro II não devia dar um passo além da Barra do Pirai.

Além do empenho dos quatro potentados – Souto, Ferreira Laje, barão de Mauá e visconde de Barbacena, recomendavam a medida certos temores financeiros: julgavam alguns, e entre eles o ilustrado visconde de Itaboraí, que a empresa era grandiosa demais para os nossos recursos.

1 Em Juiz de Fora, por ocasião da inauguração da E. União e Indústria.

Ou porque entrasse sinceramente nestas vistas acanhadas, ou porque também quisesse pregar-me peça, Manuel Felizardo, ministro da Agricultura, anuiu aos desejos dos quatro, resolveu a mutilação pedida, e chegou a anunciar-me verbalmente a deliberação: não devia eu lançar um trilho mais além da Barra do Piráí.

Resisti, declarei que me retiraria; S. Ex^a escolhesse o meu sucessor para executar a medida que eu julgava funesta.

Estava a questão por decidir, e os planos sem aprovação, quando ocorreu um incidente muito notável. O imperador, encontrando-me em Macacos, chamou-me a um gabinete em que se achava com seus ministros Paranhos e Manuel Felizardo, e entre este e mim estabeleceu debate e controvérsia que durou quase duas horas...

Três dias depois fui autorizado a encetar a construção, dizendo-me então o ministro: “A opinião que eu tinha externado era individual: fiz meu o parecer da maioria do Ministério, que é da sua opinião.”

Eu engoliria esta pílula se não tivesse havido a sabatina de Macacos. Mais uma vez, mandou quem podia.¹

F) Os Teixeira Leite. É família numerosa, rica, muito influente no município de Vassouras e circunvizinhos: a pressão que exerceram sobre o Partido Conservador e seus chefes foi o que mais contribuiu para ser decretada a estrada de ferro.

Um dos ativos propugnadores da decretação foi o conselheiro Saião Lobato, ou convencido pelos Teixeira Leite ou a eles subserviente, por causa do grande número de votos que lhe davam nas eleições políticas. Prestou esta família ao país assinalado serviço que segunda vez comemoro com prazer, lamentando que fosse mal considerada pelo governo, como fiz ver no parágrafo da decretação.

Honraram-me os Teixeira Leite, sustentaram-me em todas as minhas lutas; e sou-lhes tão reconhecido que, dando-se depois motivos para esfriamento de relações com alguns deles, houve-me com prudência para evitar, e evitei, conflitos ou polêmicas.

1 É este o terceiro grande serviço a que aludi na pág. 140: 1º) empréstimo de Londres; 2º) eliminação dos contratos ingleses; 3º) resistência à mutilação da estrada de ferro decretada.

Com pesar causei-lhes um grande desgosto. Da saída do túnel grande para a margem do Paraíba traçaram os engenheiros duas linhas: uma, tocando a cidade de Vassouras, com subidas e descidas, três pontos culminantes e obras mui pesadas; outra, a que se executou, descendo sempre pelos vales do ribeirão de Santana e rio Piraí, mais curta, mais barata, de custeio mais econômico.

Defendendo a sua cidade, os Teixeira Leite sustentavam devia preferir-se o primeiro traço, embora mais oneroso: mas eu opinei pelo segundo e o fiz adotar, crendo que o excesso de custo e a maior despesa de custeio seriam um ônus perpétuo sobre o país, em favor somente de Vassouras. Contrariei-os com pesar, mas cumpri o meu dever.

A propósito consignarei aqui um dito do comendador F. J. Teixeira Leite,¹ que me faz honra e a ele ainda mais. Observaram em uma palestra:

“O Ottoni pronuncia-se tanto pela linha do Piraí que adotada a de Vassouras, terá de retirar-se.

– Nesse caso, acudiu o comendador, dispensamos a estrada de ferro em Vassouras.”

Nem todos os membros da família tinham igual longanimidade: ficaram alguns ressentimentos, mais tarde agravados por outras causas; mas não fizeram explosão; e, tudo ponderado, a recordação destas relações tem para mim muito mais de agradável do que de penosa.

G) Barão de Mauá. Tomou parte na campanha contra a 3ª seção, de que falei no episódio E, e trocamos na imprensa alguns artigos de polêmica, que nada teve de odiosa nem de virulenta. Minhas relações pessoais com o barão limitaram-se sempre a uma cortesia benévola, e nem um obséquio lhe devi em tempo algum. A Teófilo fez grandes finezas e eram ligados em íntima amizade.

Relações oficiais também não as tive, salvas as que tinham por objeto o depósito dos fundos da companhia em C/C no banco Mauá, Mac Gregor & C. Para a preferência deste depósito figuraram os empenhos, como figuram mais ou menos em tudo entre nós; e eu mesmo não fiquei

1 Depois barão de Vassouras.

isento da crítica, sendo o Teófilo o meu empenho. Aliás, o banco parecia muito sólido, e em verdade não nos deu prejuízo.

De 1855 a 1858 as chamadas feitas sobre as ações emitidas eram recolhidas ao banco contra o qual sacavam para os pagamentos.

Em 1858, passando o Brasil os fundos do empréstimo de Londres, não foi sem apreensões que deixamos ir tão grandes somas para o barão de Mauá, que começava a mostrar-se muito aventureiro em especulações. Ficaram no Tesouro rs. 2.000:000\$; foram rs. 3.000:000\$ para o Banco do Brasil; e ainda restaram 7.600:000\$ recolhidos à nossa C/C no Mauá. Não estavam dissipadas as apreensões, quando em dezembro do mesmo ano (1858) deu-se um fato mui digno de ser narrado.

Sousa Franco, ministro da Fazenda, escreveu-me que o Tesouro não devia garantir 7% de fundos que venciam menos em certos depósitos, havendo outros que abonavam os mesmos 7%. O Banco do Brasil pagava $6\frac{1}{4}$, o Mauá 7% e estes juros eram creditados ao governo a encontro da garantia.

À vista deste aviso a diretoria resolveu passar os 3.000:000\$ do Banco do Brasil para o de Mauá; mas os diretores fizeram em sessão mil protestos, que a segurança não em igual, mas que lavavam as mãos, porque eram compelidos pelo governo. Se não me falha a memória foram esses protestos consignados na ata da sessão.

Entretanto, a verdade era que cediam a empenhos.

Tomada certa noite esta resolução, anunciaram de manhã os jornais a queda do Ministério; pelo que, tomado de zelo pela liberdade de espírito dos coactos, com toda a ingenuidade suspendi a execução do resolvido, e convoquei sessão extraordinária da diretoria para de novo deliberar, visto que cessava a coação. Ninguém compareceu: “Já está assentado, diziam, que impertinência!”

Cerca de um ano depois, no fim de 1859 ou princípio de 1860, soubemos de grandes perdas sofridas pelo banco Mauá em algumas falências da praça, e nos sobressaltamos: constou mesmo que o conselho fiscal desaprovava algumas operações do banco.

A questão foi agitada na minha diretoria, já a segunda, não me lembro por iniciativa de quem, e o debate foi notabilíssimo. Todos tinham vivíssimas apreensões, mas ninguém concordava em tomar medida algu-

ma: diziam que qualquer pressão sobre o banco, prejudicando o seu crédito, podia comprometer, em vez de salvar, os nossos capitais.

Daqui surgiu uma lembrança que tudo conciliava: pedirmos ao governo imperial, reservadamente, que para as urgências do Tesouro fosse reclamado dinheiro da estrada de ferro, para diminuir o depósito. Mas, confessando todos que estavam assustados, todos recusaram esta como outra qualquer medida. Nem um dos ratos ia colocar no pescoço do gato o guizo que julgavam necessário.

Nesta situação, salvei a minha responsabilidade, propondo a medida só em meu nome, em ofício reservado; e em parte anuii o governo. Mauá soube-o e ficou ressentido, bem que não fizesse explosão; mas eu cumpri o meu dever, indubitavelmente.

H) J. Teixeira Júnior. É atualmente ministro da Agricultura, e no jogo da política nos próximos anos tomará decerto posição notável: é o que mais me estimula a consignar aqui o papel que representou na estrada de ferro: foi membro da primeira diretoria, seu secretário e depois vice-presidente. Nos três anos e meio decorridos da instalação até a crise descrita às págs. 103 a 105 esteve sempre em harmonia comigo nas votações: provam-no as nossas atas, registradas em um livro, primeiro por ele mesmo como secretário, depois por seu sucessor João Batista da Fonseca. Ainda na sessão última, quando assinaram vencido o relatório, esteve ao meu lado.

É certo que nas grandes questões que podiam determinar crise, ninguém conseguia saber a opinião dele antes que os outros se pronunciassem: antes de votar, queria saber quem tinha maioria. Teixeira Júnior unido aos outros dois fazia comigo maioria de quatro, e assim vivemos. Mas logo que viu três votos pronunciados contra mim, ajuntou-lhes o seu como *coup de grâce*, certo que me derrotava. Perdeu no jogo e teve de demitir-se como os outros.

O visconde de Inhomirim, informado desta atitude do meu homem, comparava-o com o urso dos gelos da Rússia, que segue indefinidamente o viajante enquanto pode galopar; se cai, devora-o.

Ao retirar-se, Teixeira Júnior praticou para comigo um ato de suprema deslealdade. O homem que por três anos e meio me dera o apoio do seu voto (quem duvidar pode ir ver as atas da diretoria), no ato de

demitir-se assinou um manifesto recheado de impropérios em que dizia que desde a instalação da companhia eu atraíçoava os colegas.

Passados três anos, em 1862, unindo-se a Drummond, que dizia ter queixas de mim, e a todos os adversários que me suscitavam jogo de interesses contrariados, pretendeu Teixeira Júnior ser de novo eleito diretor da companhia, dizendo ter por fim averiguar de abusos que lhe constava terem-se introduzido na administração.

Conseguí derrotar a pretensão: mas, não querendo embaraçar o exame dos abusos, pedi aos acionistas, publicamente, em sessão, que nomeassem a ele, Teixeira Júnior e os seus dois melhores auxiliares na cabala para a comissão de contas:

Foram eleitos e recusaram!

Sem meu conhecimento, porque o livro das transferências estava no Banco Mauá, tinham conseguido simular compra de mais de 4.000 ações improvisando acionistas que na assembleia geral lhes dariam ganho de causa. Mas, dizendo os estatutos – Só tem voto quem era acionista 30 dias antes da convocação –, antecipei-a, de modo que o prazo fatal abrangesse as transações imaginárias, que assim inutilizei. Gritaram muito, deram muito dinheiro a ganhar ao *Jornal do Comércio*, fizeram-me dar outro tanto ao *Correio Mercantil*: mas o meu ato passou em julgado, e era estritamente legal.

Levantou-se em seguida, na Câmara dos Deputados, a que ambos pertencíamos, um debate sobre as questões expostas; mas ali o Dr. Teixeira Júnior desmoralizou a sua própria ação, confessando que a minha firmeza por ocasião da empreitada para a segunda seção salvara 4 a 5 mil contos: pelo que muito o censuraram os aliados da cabala derrotada.

Desde então cessou entre nós toda a hostilidade; salvamos a cortesia; mas não nos reúne estima recíproca. Do meu caráter faz ele talvez juízo desfavorável, sabe Deus se com razão em algum ponto: eu o reputo o tipo do egoísmo e da ambição, essencialmente desleal. Deus me perdoe, se estou em erro.

I) Domingos Teodoro de Azevedo Paiva. – Tipo oposto ao precedente. Tive muitos colegas na diretoria da estrada de ferro: com alguns briguei: com outros vivi em boa harmonia; de certo número deles fui amigo: mas entre todos sobressai Domingos Teodoro de Azevedo Paiva, um

velho liberal de Minas, que havia já alguns anos residia na corte. Eleito diretor em uma vaga, foi dos que serviram até a encampação: sustentava-me nas maiores lutas; dava-me ótimos conselhos de moderação e prudência; auxiliava-me em tudo e por tudo. Sabia em todas as circunstâncias demonstrar firmeza, sem que jamais atraísse ódios: tal era a sua bondade, seu humor sempre igual, sua cortesia e afabilidade para com todos, sua probidade, seu caráter inofensivo, seu desinteresse.

Verdadeiro tipo do homem honrado e sincero; do amigo leal, do cidadão desinteressado e patriota; ter conquistado a confiança de tal varão é uma das minhas glórias.

J) Carneiro Leão e Humbird. A estes, associados, foi adjudicada em hasta pública a construção dos 18½ quilômetros do grande túnel até à Barra do Piraí.

Nicolau Neto Carneiro Leão, irmão do marquês de Paraná, era um fazendeiro importante, cujas terras a linha adjudicada atravessava na extensão de alguns quilômetros: do seu caráter tinha e tenho a melhor ideia.

Jacob Humbird era o empresário do túnel grande, industrial de uma perícia, de uma energia, de um tino, que o constituíam, a meu ver, um empreiteiro tipo.

Quando abrimos concorrência para os 18½ quilômetros, a obra do túnel estava em meio, se é que tanto: e sendo esta a chave de toda a empresa, considerava eu de muita importância fixar no país o Humbird, interessando-o em outra empreitada. Sorriu-me também vê-lo associado a Carneiro Leão, por ser um brasileiro notável por sua inteligência, posição, fortuna e caráter.

As apreensões sobre o famoso túnel não estavam de todo dissipadas: tinha ele 2.200 e 30 e tantos metros e exigiu quatro poços de 37, 101, 73 e 107 metros, tudo em granito, ora maciço, ora decomposto ou estratificado; ora seco, ora com terríveis infiltrações. A associação entre os dois foi muito bafejada pelo major Elison, nosso engenheiro-chefe, amigo de ambos, e agradou-me pela razão exposta. Mas logo que tive certeza de que entrariam em licitação comecei a recear que a amizade entre os dois e o engenheiro os fizesse considerar-se homens necessários e exagerar os preços específicos da sua proposta.

Contra este perigo acautelei-me com alguma astúcia: tendo ouvido que alguns membros da família Teixeira Leite tinham ideia de licitar, mas hesitavam, escrevi reservadamente ao Dr. Joaquim Teixeira Leite, chefe da família, pedindo a sua intervenção para que não deixasse de vir a proposta dos seus parentes. Não lhe fiz mistério dos meus motivos: “de-sejava preferir Carneiro Leão e Humbird; mas temia que em falta de concorrência me impusessem eles preços altos”. Isto feito, insinuei por meias palavras soltas em palestras diante dos interessados que os Teixeira Leite tinham direito à preferência, tanto por tanto; atribuo a esta cautela terem sido os preços específicos deste contrato, que foi o segundo, menores que os da serra. Os da 3ª seção foram ainda menores: efeito da concorrência e da lealdade com que nos havíamos na adjudicação.

Preferida a série de preços da firma Carneiro Leão e Humbird, nas negociações das cláusulas do contrato ocorreu um incidente de importância para uma apreciação ulterior: por isso o exponho.

Circunstâncias topográficas, diziam-me os engenheiros, permitiam modificações do alinhamento que deviam reduzir o orçamento em algumas centenas de contos. Bem o sabia o habilíssimo empresário Humbird, que por isso pedia um contrato em globo, calculadas a cubações do orçamento pelos preços da sua proposta.

O major Elison não repelia a ideia e observava que o contrato em globo dá menos trabalho aos engenheiros e diminui a despesa da direção técnica; o que é exato.

Carneiro Leão dizia-se indiferente à forma do contrato, em globo ou por preços: entrava no negócio, afirmava, sem vistas de lucro, somente para ter ação sobre os trabalhadores nos limites de suas lavouras.

Ouvindo os três, certo que o contrato em globo nos seria mais oneroso, mas observando que Elison parecia tergiversar, interpelei-o solenemente, dizendo: “Quero a sua opinião na qualidade de engenheiro em chefe da companhia.” Respondeu:

“Ah? Se me interroga como engenheiro, não hesito em dizer que o interesse da companhia aconselha de preferência o contrato por série de preços na forma da proposta.”

Assim se fez: as contas finais demonstraram uma economia de quase 600 contos, que, dado o contrato em globo, iriam para as algibeiras dos empresários.

Muito hesitou Carneiro Leão para assinar o contrato, e declarou-se inimigo capital do major Elison, que dizia tê-los traído: “Animara-os para o contrato em globo e na última hora opinou contra.”

Presumia Carneiro Leão (presumia, não afirmava) que Elison queria ter parte nos lucros, e recuou porque isso não lhe foi oferecido. Ficou bem averiguado que entre empreiteiros e engenheiros não houve pacto imoral: mas se eu celebrasse o contrato em globo, o engenheiro iria estudar no interesse dos empreiteiros as reduções de custo e naturalmente receberia paga pelo seu trabalho, eu o creio. Mas, uma vez que me informou com lealdade, ajudando-me a poupar a diferença em questão, não posso dar valor à presunção de que olhasse para as mãos dos contratadores.

A luta entre os dois durou todo o tempo da construção e produziu vários incidentes que me incomodaram. Coloquei-me entre eles, fazendo justiça em cada caso a quem a tinha e não fiz esforço para conciliá-los: ao ministro da Agricultura, que me interrogava sobre estas brigas, respondi: “... por fim de contas uma inimizade entre engenheiro e empreiteiro não é nenhuma desgraça.”

Antes de passar ao § seguinte, gabar-me-ei um pouquinho. Acabo de falar de 500 ou 600 contos poupados, que o meu país me deveu a mim e a mim só; somo este algarismo ao meio milhão esterlino economizado na serra, e a 120 contos de multas que impus à Roberts Harvey & C. por demoras de construção; alguns outros contratos pequenos e várias desapropriações que dirigi salvaram também algumas dezenas de contos. Tudo junto cobre algumas dúzias de vezes as gratificações que recebi nos dez anos de minha gestão.

Talvez seja imodéstia: mas confesso que comemoro estas circunstâncias com grandíssima satisfação.

§ 7º – Moralidade da gestão

No fim do cap. precedente expus uma imputação infamante a mim dirigida por um miserável que não se atreveu a assumir na imprensa a responsabilidade da sua aleivosia; e disse eu quanto basta para reduzir a torpe calúnia ao seu justo valor.

Nem outra acusação semelhante me foi dirigida em tempo algum: mas a que levantou Viriato de Medeiros em 1864 contra o engenheiro em chefe da companhia, major A. Elison Júnior, virtualmente me comprometia. Era eu responsável pelos abusos que não coibisse, podendo; e até certo ponto me fiz solidário com o engenheiro autorizando por despacho meu o pagamento das contas de construção organizada sob sua direção técnica e por ele rubricadas.

Concluiu em 1863 a empreitada de Roberts, Harvey & C. da construção da linha desde Belém até (exclusive) o grande aterro que precedeu o túnel grande.¹ Durara o trabalho mais de cinco anos, tendo-se todos os meses avaliado aproximadamente o serviço feito para os pagamentos mensais na forma do contrato: fez-se afinal a medição geral e conta total para liquidar e pagar o saldo.

Subia a importância total, se bem me lembro, a cerca de 8 mil contos, estando por pagar um saldo de 300 e tantos. Em toda a duração deste trabalho, com exceção do primeiro ano, foi engenheiro fiscal do governo o capitão Viriato de Medeiros, que nunca fez o menor reparo sobre o modo como eram organizadas as contas de construção, seu processo, fiscalização e pagamentos.

Entretanto, concluídas em 1864 as medições e contas fiscais, que dependiam da aprovação do governo, porque o estado garantia os juros do capital empregado, opôs-se Medeiros a esta aprovação, e afirmou que se tinham pago de mais e abusivamente cerca de 300 contos de escavações imaginárias. Fundava-se na falta que acusou de perfis transversais que representassem aquelas cubações, estando exatos os cálculos, dizia, das que constavam dos perfis apresentados.

¹ Este fora em 1861 separado da empreitada e adjudicado a J. Humbird, individualmente.

Formulou a acusação contra o engenheiro, erguendo ao sétimo céu a minha probidade e pondo-me no papel de iludido em boa fé pelo suposto malversor: pretendia que eu me fizesse neutro entre o acusador e o acusado. Sobre os caracteres de ambos direi o que penso, antes de desenvolver a questão suscitada.

Viriato de Medeiros era um moço de boa educação, talento medíocre, alguma perícia como engenheiro, orgulhoso, irascível e de caráter profundamente cético: ouvi-lhe por vezes com desgosto esta declaração: “Não creio em nada, trabalho só para ganhar dinheiro.” Todavia não o tinha eu, nem o tenho, por ímprobo.

O major Alison era malcriado; mas imensamente superior a Viriato em talento e experiência, tino profissional e conhecimentos técnicos: igualmente orgulhoso e irascível, mas sabendo dominar-se quando convinha, enquanto o outro, sempre que se irritava, era estouvadíssimo.

Entre os dois se estabeleceu pouco a pouco uma inimizade que chegou à última exarcebação, chegou até a ameaças de desforço material. Começara por ciúmes de profissão e se agravara por mil incidentes, cujos principais expus em um folheto com a epígrafe – “Um brasileiro em Londres” – de que tenho um exemplar na minha gaveta: não foi contestado.

O ódio figadal entre os dois é ponto perfeitamente averiguado; e a explosão, dados os caracteres descritos, devia ser violenta. Seria Alison venal e corrupto, como lhe imputou o seu inimigo? Era aqui homem novo; viera ao Brasil só para ganhar dinheiro; e nunca me descuidei de observar e fiscalizar seu procedimento; direi sobre ele todas as minhas impressões.

Antes da acusação, no decurso do serviço que o fiscal do governo julgava sempre justo e perfeito, por três vezes tive de estudar fatos dele Alison que precisavam de exame e sindicância.

O primeiro fato é o que se referiu ao contrato em globo com Carneiro Leão e Humbird, como expus no § antecedente, episódio J. Leia-se o que escrevi (págs. 119 e 120) e se verá que a queixa do empreiteiro não envolvia imputação séria.

O segundo fato ocorreu por esse mesmo tempo, 1861. Tratando-se da novação do contrato com Roberts, Harvey & C., que estavam em más circunstâncias, exigiu a diretoria a apresentação do balanço dos empresários, e nele encontrou o major Alison credor de 30 contos que dizia ter emprestado aos patrícios em hora de apuro. Foi por isso muito censurado e eu mesmo recomendei em ofício que o fato não se repetisse. Mas se fosse um ato de improbidade, é claro que Alison

não comprometeria o seu nome: e de mais, Carneiro Leão, já então seu inimigo, dizia saber da transação que tinha sido leal e honesta.

O terceiro fato, que um momento me agitou, foi uma certa hesitação por ele mostrada quando tratei de impor à firma Roberts, Harvey & C. uma multa de 120:000\$ por demora das obras. A questão pendia de um laudo de Elison, que algum tempo pareceu tergiversar: mas, instado por mim, deu o parecer que salvou os 120:000\$.

Nunca tive notícia de outro algum fato que o expusesse à censura de quem quer que fosse.

Se o meu engenheiro fosse venal... não hesito em modificar a frase, se o meu engenheiro era venal, o único meio que teve de prevaricar, único mas seguríssimo, era abonar-lhe o empreiteiro Humbird, de quem era amigo, uma porcentagem dos seus lucros. Se o fizesse como verificá-lo?

A falsificação das contas e cubações denunciada por V. de Medeiros era claramente impossível. A linha empreitada estava dividida, e cada divisão de cerca de quilômetro e meio tinha o seu engenheiro residente morando no lugar, acompanhando diariamente o trabalho, fazendo as medições, organizando as contas que eram obrigados a escrever de seu punho. Remetidas ao escritório da direção técnica, eram examinadas e conferidas pelo 1º ajudante do engenheiro-chefe, por ele assinadas e rubricadas pelo chefe. Entregues aos empresários, recebiam estes o dinheiro: diretamente da companhia, nunca pelo intermédio dos engenheiros. Das cubações se dava cópia (na secretaria da companhia) aos subempreiteiros, para seus ajustes de contas com os empreiteiros principais. Logo, o viciamento das contas e cubações exigia cumplicidade de todo esse povo, algumas dezenas de pessoas. Destes, alguns subempreiteiros quebraram e saíram brigados com engenheiros e empreiteiros; alguns engenheiros residentes se retiraram também mal com Elison, que era muito arrogante com os subordinados; e de uns ou de outros nada transpirou; a inverossimilhança não pode ser mais completa.¹

1 Poucos anos depois V. de Medeiros, engenheiro-chefe da estrada de ferro paulista, foi acusado de malversações pela diretoria nos mesmos termos em que ele acusara o major A. Elison Júnior: e a sua defesa pela imprensa, de que guardo um exemplar, consistiu nas alegações supra: copiou o nosso método de direção técnica. Se a defesa vale para um valia para o outro.

Demais, sendo a base da acusação a falta de alguns perfis transversais, releva notar que Viriato de Medeiros não tinha exigido que os guardassem; e reunidos na última hora (muitas centenas) a coleção acaso se achou truncada. Quase todos os que faltavam apareceram depois: representavam escavações que estavam à vista, não contempladas nos primeiros perfis: mas porque vinham tarde, Medeiros embirrou em recusá-los. Em suas respostas, o engenheiro da companhia explicou satisfatoriamente todas as diferenças, pelo que me ficou robusta convicção de que o cap. Viriato de Medeiros caluniou o major A. Elison Júnior. Assumi pois lealmente a defesa do acusado.

Não apareceu entre os diretores e acionistas uma só voz que ecoasse a do cap. Medeiros: a assembleia geral da companhia aprovou sem debate as contas da construção, Mas o governo imperial precisou de um ano para pronunciar-se; e antes de fazê-lo tentou, ao menos tentaram dois ministros, iludir a questão. Eu, porém, consegui compelilos a ser explícitos. Repare-se o que tem de curioso e anômalo os seguintes incidentes.

D. Leite Ribeiro,¹ ministro da Agricultura, em 1864 disse-me um dia na Câmara dos Deputados: “Examinei a papelada da estrada de ferro: Viriato não provou nada; mas o Elison não me satisfez com as suas explicações.”

– E V. Ex^a, perguntei, pretende exigir do acusado que prove a inocência?

– Oh! Não... A prova incumbe ao acusador; mas...

Ficamos na reticência: pouco depois, o ministro adoeceu e retirou-se para Juiz de Fora, havendo então jornal que diagnosticou a moléstia uma Elison-Ottonite.

Sucedeu-lhe na pasta Jesuíno Marcondes, que depois de longa procrastinação, mandou chamar-me um dia à sua casa e disse-me:

– O ministro quer decidir a questão de modo que importe a demissão do acusador e do acusado, mas signifique plena confiança no presidente da companhia: redija o aviso.

– Obrigado, senhor conselheiro; mas não posso aceitar a comissão, porque não sei redigir o sim e o não.

1 Depois visconde de Araxá.

– Como o sim e o não?

– Pois de que se trata? Denunciou Viriato uma grande ladroeira. Provou-a? Por que há de ser sacrificado? Não a provou? Com que direito se há de punir o acusado? O favor que peço a V. Ex^a é eliminar-me de toda a comunicação confidencial sobre este negócio: espero as ordens do governo imperial.

Ficou bem claro que eu me demitiria se não dessem por justificado o meu engenheiro.

Dias depois caí das nuvens, encontrando-me com Furtado, presidente do conselho, e Dias Vieira, ministro da Justiça. Narrando-lhes, porque me interrogaram, a minha conversa com Marcondes, responderam que nada estava resolvido; que aquela ideia esquisita era só do ministro da Agricultura; e por se oporem a ela os colegas, ficara a questão por decidir.

Instei então por um despacho, que algumas semanas depois foi dado, nestes termos em transunto: “Não tendo o acusador provado a acusação, são aprovadas as contas apresentadas.”

Julgo conhecer a explicação dos misteriosos dislates que preferiram Leite Ribeiro e Marcondes, aliás, um bom talento o primeiro, e o segundo um homem sensato e de inteligência regular. Tinha eu, em conversação com o imperador, exposto francamente as impressões que resumi às págs. 143 e 144: creio que S. M. I., presumindo que eu tivesse somente meia franqueza e crendo tirar domingos dos dias santos, ficou com má ideia do Elison; e como por outra parte a acusação era estulta, aconselhou a demissão de ambos. Órgão da ideia imperial, talvez Marcondes atribuiu a oposição de Furtado à amizade que me tinha; e quis, apresentando a minuta do aviso por minha letra, dizer-lhe: “Veja que o nosso amigo concorda.”

O que em tudo isso me espanta é que Leite Ribeiro, Marcondes, o imperador, qualquer dos três, acreditasse um momento que eu me havia de sujeitar àquela sublime ideia de fulminar o acusador e o acusado.

A decisão foi justíssima; e quem mais pugnou por ela no gabinete foi o presidente, conselheiro Furtado, homem honesto, ilustrado, um dos caracteres mais puros que têm figurado em nossa política: amigos e adversários o reconhecem.

Tendo assim caído a única imputação de improbidade que foi levantada contra um alto funcionário da estrada de ferro, posso gabar-me

que nos dez anos de minha vida que ora passo em revista, presidi a uma administração moralizada. Observação que muito me lisonjeia.

§ 8º – A proteção imperial

Eu não costumo visitar o imperador; esquivo-me do Paço o mais que posso. Antes de assumir a direção da estrada de ferro nunca lá tinha ido, senão em desempenho de algum dever oficial, como as deputações da Câmara. Ao contrário, no decênio da estrada de ferro tive de o procurar repetidas vezes, não só quando circunstâncias do serviço ou de cortesia a isso me obrigavam, mas algumas vezes espontaneamente; devia fazê-lo, porque era notório quanto o imperador favorecia e fazia auxiliar o desenvolvimento da empresa.

Nesses numerosos encontros, S. M. I. tratou-me sempre com tantas distinções que talvez hoje a minha esquivança será considerada lá no Paço – uma ingratidão. O imperador foi quem fez nomearem-me presidente da companhia; sustentou-me nas minhas crises, que não foram poucas; em minhas divergências com seus ministros, obrigou-os mais de uma vez a ceder. Veja-se o § 6º deste capítulo, episódios A, B, D e E. Era ele quem fazia tudo: reina, governa e administra, declarou há pouco no Senado o visconde de Itaboraí.

Estas circunstâncias honram-me, até porque na política as minhas opiniões democráticas, nunca renegadas, não podem agradar-lhe.

Mas tinha ele a peito a construção da estrada de ferro, para a qual não tínhamos então pessoal preparado, nem para dirigir, nem para planejar, nem para executar: e a minha especial aplicação a este estudo, a análise que fiz do contrato de Londres para a primeira seção, a minha eleição quase em triunfo pelos acionistas, a dedicação com que encetei o trabalho, tudo isto me constituiu, como já disse, o torto em terra de cegos; e não é imodéstia afirmar que S. M. I. me considerava o homem necessário. A proteção, pois, que reconheço ter recebido não era ditada por simpatia à minha pessoa, mas por motivo mais alto e mais digno do imperador, e de mim.

Em 1859, tendo as lutas dos especuladores ingleses e seus aliados produzido geral incredulidade, quanto à subida da serra, um cortesão,

querendo mostrar-me quanto S. M. I. confiava em mim, referiu-me o seguinte incidente. Em palestras com os semanários, observou um destes que era pena deixarem-me enterrar tão grandes capitais, para depois confessar a inexequibilidade da construção. “Deixem-no, respondeu o imperador, se não fizer a estrada é homem perdido.” Dilema que define a situação.¹

Entretanto, uma ocorrência política foi causa de muito se refinarem nas demonstrações de apreço com que eu era honrado: refiro-me à luta que se travou por esse tempo e durou até 1864 entre a província de Minas e o imperador; ela, apresentando em todas as eleições para o Senado Teófilo Ottoni, primeiro da lista, com sufrágios de ambos os partidos; ele, caprichando em não o escolher. Contava-se então muita anedota, fazendo paralelo entre os dois irmãos: o imperador, diziam os cortesãos, honrava sempre o meu nome; a cada eleição de senador, se falavam em candidatura minha, dizia: “É muito digno.” Era claro que se eu viesse em lista tríplice com Teófilo, seria escolhido, para servi-lhe de figa: por isso, enquanto meu irmão não tomou assento no Senado, nunca fui candidato.

Nisto, e em tudo, evitei sempre o papel de valido imperial. Regra geral: quando me achava em divergência com o ministro, não punha os pés em S. Cristóvão.

A 2 de fevereiro de 1862 o *Jornal do Comércio*, aludindo na “Crônica da Semana” a um pequeno debate entre mim e o barão de Mauá, escreveu: “Quando se pode impor ao governo uma vontade há razão para rir-se dos arrancos dos pequeninos.” Reclamei, exigindo da lealdade da redação declarasse quais os meios de que julgava que eu dispunha para impor ao governo a minha vontade. A minha reclamação não teve resposta pela imprensa: em carta, o gerente da folha, Adet, declinou da solidariedade com o folhetim – “Crônica da Semana” – e esta não voltou aos prelos. Tanto se temia qualquer alusão ao governo pessoal do imperador! Está junta a correspondência com o Adet.

1 Nota em março de 1885. – Acabo de ouvir ao ex-ministro Tomás Coelho estas palavras: “O imperador, apreciando o desenvolvimento da estrada de ferro, disse-me um dia: ‘Satisfaz-me, até porque eu era dos incrédulos: pensava que a estrada esbarraria na serra.’”

No mesmo ano, 1862, sendo o Teófilo contemplado em uma lista tríplice por Mato Grosso, resolvido o imperador a escolher Paranhos, mas parecendo começar a ceder do capricho para o candidato de Minas, resolveu conceder-lhe uma carta do conselho, que ele recusou. Por esta ocasião tive com o visconde de Albuquerque, ministro da Fazenda, uma conferência que não escreveria se ele fosse vivo, porque foi confidencial: é muito significativa.

Mandou-me chamar-me e disse: “Você (havia entre nós alguma intimidade) há de me ajudar a convencer o Teófilo que é uma asneira esta recusa da carta do conselho.

– Não, senhor visconde, dispense-me de intervir neste negócio.

– Por que então?

– Porque eu não darei a meu irmão o conselho que V. Ex^a deseja.

– Essa não está má! E o senhor não é conselheiro?

– Sou; mas assevero que posto na posição de meu irmão, recusaria como ele; portanto não devo aconselhar-lhe a aceitação. A minha posição, quando me fizeram conselheiro, era muito diferente.

– Sem dúvida, quer vm. me dizer como o Teófilo que o imperador é inimigo dele: é uma injustiça. Olhe: eu quisera que vocês ouvissem uma conversa que tive com ele ontem. Dizia-me: “Queixa-se o Ottoni que eu sou seu inimigo!... eu não sou inimigo de ninguém: o irmão, que não anda com essas cousas, ainda há de prestar ao seu país grandes serviços.”

– Sr. Visconde, atenda-me: se alguém, seja quem for, pensar em erguer-me para servir de figa a Teófilo Ottoni, vejam bem o que fazem: na hora da figa, se acharão enganados comigo.

Foi demorada a conversação que extrato: mas a última declaração foi textual e pareceu espantar o visconde, que terminou dizendo-me: “Bem, bem; mande-me cá o Teófilo.”

Mas tinha o velho um espírito tão reto que no dia seguinte dizia a Teófilo estas palavras: “Você não tem amigo como seu irmão.”

Procedendo com esta sobrançeria, era-me claro, e *a posteriori* ficou demonstrado, que a minha posição na estrada de ferro havia de ser inexpugnável, enquanto durasse o dilema – ou faz a obra ou é homem perdido: resolvido o problema S. M. I. seria um rei constitucional, deixando

toda a ação aos ministros responsáveis. Posição, esta última, cuja ortodoxia é incontestável.

Em princípio de 1865, maio, subiu de novo ao Ministério o marquês de Olinda, que não me tinha perdoado a desobediência de que falei na pág. 110. Começou logo a prevenir contra mim o espírito do ministro da Agricultura, Paula e Sousa, e tanto intrigou que em dezembro, já encampada a empresa, e administrando-a eu em nome do governo, praticou o ministro um ato que de todo me exautorou; nomear para meu primeiro auxiliar e substituto legal um homem que eu informara não possuir as habilitações necessárias ao cargo. Dei a minha demissão.

O negócio foi objeto de correspondência que durou mais de um mês: sem dúvida alguma S. M. I. via bem o alcance da nomeação em que, aliás, não lhe fui falar. Mas o túnel grande estava concluído, e o imperador constitucional reina, não governa. Não há que dizer a isto.

Minha demissão foi a dada a 8 ou 9 de dezembro, e a 17 teve lugar a inauguração do túnel grande e das estações de Ipiranga, Vassouras e Desengano, à qual ainda assisti por não ter tomado posse o meu sucessor. Para a festa, pretendi convidar o major Elison Júnior, verdadeiro autor da obra, e foi-me isso vedado pelo ministro. Elison tinha-se demitido, depois de triunfar do Viriato, e fora substituído pelo irmão Wiliam Elison.

Consistindo a inauguração em organizar-se um trem imperial à disposição do imperador, que era quem designava os convidados, apelei para a S. M. I.; não lhe tendo nunca pedido favor algum, pedi este (verbalmente): um lugar no trem imperial para o autor da notável obra que se ia inaugurar. Respondeu-me: “Ah! Isso é do ministro!”

Inaugurou-se o túnel a 17; a 18 mandei para o jornal, e saiu a 19, uma correspondência em que expus com a referência ao Ministério esta pequenina questão de convite do engenheiro; e terminei por estas palavras: “Obedeci, mas desejo se saiba que na recusa não teve parte o ex-diretor; isto é do ministro.”

As palavras sublinhadas levavam sobrescrito, mas o público não entrou na confidência.

A desfeita que me obrigou a retirar-me, o indeferimento à última hora de um pedido tão simples, e alguns outros sinais do tempo que

observei na mesma ocasião tudo prova só estas duas cousas, a saber: que o túnel grande estava acabado e que o rei é constitucional.

Contraste curioso! O mesmo ministro que me exautorou e quase enxotou-me, assinou um aviso louvando meus grandes serviços; e o mesmo Ministério presidido pelo grande ator marquês de Olinda fez-me, por decreto, dignitário da Ordem do Cruzeiro!!!

§ 9º – Procedimento político no decênio

A bem-aventurança de paz doméstica e sentimento de bem-estar que descrevi com alguma complacência no cap. 6 deste livro, págs. 73 a 77, eram completos em 1855, quando me chamaram à direção da estrada de ferro: estava então de todo separado do bulício político, e assim continuei até 1861, acrescentando agora mais um motivo: é que a empresa a que me dediquei absorvia toda a minha atividade. Contudo, fora do parlamento, não tendo tomado posição na imprensa, não tendo solidariedade nem responsabilidade política, conservava sempre minhas opiniões democráticas e as principais relações que cultivava na corte e em Minas eram liberais.

Bastava não ter-me modificado para me hostilizarem alguns conservadores intransigentes ferrenhos, minoria de partido, como Saião Lobato, Manuel Felizardo e alguns outros. Daí me provieram bastantes embaraços.

Voltei à Câmara dos Deputados em 1861, eleito pelo 3º Distrito de Minas, que compreende a zona mais diretamente favorecida pela estrada de ferro que eu construía: mas não foi este elemento o que mais concorreu para a minha eleição; o Partido Liberal aceitou e sustentou a chapa composta do meu nome, do Dr. Lima Duarte e conde de Prados. Pelo que me julguei obrigado, como em 1848, a auxiliar os liberais da Câmara em tudo o que não contrariasse fundamentalmente as minhas opiniões.

Governava o gabinete de 2 de março – Caxias, Manuel Felizardo, Saião Lobato, etc.

A minha posição foi de opositor decidido, mas de linguagem cortês e moderada e pouca frequência na tribuna: não continuei a tagarelice e as virulências de 1848. Nunca me retirei das votações: dei o voto

para a queda do Ministério Caxias a 24 de maio de 1862, e em sustentação de Zacarias, que caiu a 29 do mesmo mês.

Anos depois um tal Silveira Lobo (princípios de 1868), guerreando-me por medo de que eu entrasse com ele em uma lista tríplice e fosse escolhido senador, recordou as circunstâncias que acabo de expor e muito me injuriou a propósito de minha moderação em 1861. Mas esta crítica, se não fosse de má-fé, seria estulta: na posição em que me achava, com o empenho de honra da segunda seção da estrada de ferro, sustentado (era notório, quaisquer que fossem os motivos) pelo imperador, insultar os ministros seria colocar-me imprudentemente no papel de valido imperial; atiladamente, se eu o fosse. Não fiz concessão de princípio, não faltou aos liberais o meu voto em questão alguma, nem a minha palavra quando necessária: tendo assim procedido, censurar a minha cortesia e moderação de linguagem só um tolo com Silveira Lobo! Ainda hoje creio que procedi como devia.

A crise de maio de 1862 deu em resultado o ministério dos velhos (30 de maio) Olinda, Maranguape, Abrantes, Albuquerque, presidido pelo primeiro. Os liberais apoiaram este gabinete, unidos à dissidência dos chamados conservadores moderados: Zacarias, Saraiva, Sá Albuquerque, Dantas, etc.

Esta liga, formando quase metade da Câmara, tornava difícil qualquer situação; mas o marquês de Olinda iludiu a dificuldade. Mistificou os conservadores por todo o tempo de sessão com palavras banais e promessas vagas; aproveitou o intervalo para desmontar e remontar a máquina policial que fazia as eleições, habilitando-se assim para dissolver a Câmara e instalar no poder a famosa liga, que afinal, com a ascensão de Zacarias em janeiro de 1864, ficou definitivamente organizada.

Falava-se em liga ou partido progressista desde as eleições de 1860; e nós liberais que não a repeliámos naturalmente aceitamos o Ministério encarregado de mistificar os contrários: os verdadeiros liberais foram ainda mais mistificados.

Nabuco, principal fundador do mesmo partido, formulara o seu programa, que foi discutido em grandes reuniões em casa do senador D. Manuel Mascarenhas; mas não foi publicado, talvez porque não foi aceito por todos sem restrições. Lembro-me de que Teófilo Ottoni queria

a fórmula de Thiers – o rei reina, não governa; Félix da Cunha pedia a eletividade dos postos subalternos da Guarda Nacional; eu combati esta anacrônica declaração – o partido progressista não quer reformar a Constituição. Houve outras reservas.

Contudo, aderimos à proposta liga, e eu acompanhei os liberais no apoio que deram aos ministérios de 30 de maio de 1862 (Olinda), de 15 de janeiro de 1864 (Zacarias) e de 31 de agosto do mesmo ano (Furtado). Continuei porém cada vez menos tagarela: ministerial, tinha mais um motivo para frequentar pouco a tribuna; dizia a mim próprio: “Pas trop de zèle!”

Devo contudo acrescentar que de todos os organizadores de ministérios por aquele tempo, o único que possuía a minha confiança completa e inteira era Furtado, o honesto, patriota e ilustrado conselheiro Furtado. E sendo então a questão principal a guerra com o Paraguai, a confiança que inspirava o chefe da situação e a feliz instituição dos voluntários da pátria deram grande impulso à desafronta nacional. Mais rápida seria ela se o seguinte Ministério não mandasse ineptamente suspender as remessas de voluntários.

Rompi com os progressistas desde 12 de maio de 1865: mas como em dezembro desse ano termina o período objeto deste capítulo, isto é, os meus 10½ anos de direção da estrada de ferro, deixarei a continuação de histórias políticas e parlamentares para o capítulo seguinte. E terminarei este examinando uma imputação que me foi feita, de guerrear o Ministério de 12 de maio e seguintes por despeito da perdida posição administrativa.

Fatos e datas muito eloquentes confundem tal imputação.

Organizado o Ministério de 12 de maio, reuniram-se os liberais na noite de 13 em casa do Dr. Melo Franco para deliberar que posição assumiriam, e ali opinei pela oposição aberta, ficando em franca minoria. Mais tarde citei este fato em polêmica com Silveira Lobo, que não o contestou, tendo sido presente à reunião.

Nos poucos dias que mediarão entre a ascensão do Ministério e o adiamento das Câmaras, só tive uma ocasião de pronunciar-me; nessa, combati o programa ministerial, externei vivas apreensões e reservei a liberdade do meu voto. (Disc. de 1º de junho.)

Entretanto, Paula e Sousa, ministro da Agricultura, tratava-me como amigo e a minha posição na estrada de ferro não era ameaçada.

Encampada a empresa em julho, o governo mostrava empenho em que eu continuasse na direção; e para isso aceitou uma condição que eu impus, e era significativa. Não tendo sido demitido o Viriato, quando foram desprezadas as suas objeções às minhas contas de construção, exigi, para completa moralização daquele ato ministerial, que nas instruções dadas ao diretor se inserisse um artigo, assim concebido:

“O método de medições e contas de construções, seu processo, fiscalização e pagamentos instituído pela extinta companhia continuará sob a responsabilidade do diretor.”

Assim se decidiu.

Continuaram adiadas as câmaras até o fim do ano, e até então o Ministério não pretendia expelir-me, bem que soubesse todo mundo que eu era opositorista e tal me apresentaria na tribuna. Ainda a 5 de dezembro lavraram o decreto nomeando-me diretor efetivo; era até ali interino. É verdade que com este decreto publicou-se outro que me exautorava, como expus na pág. 151. Desfeita planejada e promovida pelo odiento e hipócrita marquês de Olinda.

Mas se a política concorreu para que prosperasse a intriga, é que irritaria os ministros a minha oposição formulada a 13 de maio na reunião Melo Franco, a 1º de junho na tribuna da Câmara, depois do adiamento em todas as palestras.

Se assim foi, a imputação que refuto tomou o efeito pela causa: Não fiz oposição por ter deixado a estrada de ferro; mas obrigaram-me a deixá-la por me ter declarado em oposição.

Mas o que eu creio de veras é que tudo nasceu do ódio do marquês.

Não negarei que a irritação causada pela desfeita aumentasse o azedume da minha luta contra o 12 de maio. Mas que culpa tinha daquele fato o seguinte gabinete (Zacarias, 3 de agosto de 1866), que igualmente combati? Que culpa os conservadores de 16 de julho, a quem Silveira Lobo pouco antes fingia crer-me unido, quando me hostilizava em uma eleição? Que culpa o atual Ministério S. Vicente? Estarei despeitado contra todos?

O fato é que para mim e para todos os liberais, depois chamados históricos, a queda de Furtado e as peripécias da organização de 12 de maio provaram que o imperador só tinha confiança na dissidência conservadora, denominada – os moderados –; e que estes nos aliciavam só para fazer número e poderem derrotar os antigos correligionários. O que determinou a nossa posição.

O período de três anos, em que estiveram divergentes no Parlamento os progressistas e os liberais históricos, período que terminou com a ascensão dos conservadores genuínos a 16 de julho de 1868, será o objeto do seguinte capítulo.

.....

VIII

1865-1868

GABINETE FURTADO. – CRISE DE MAIO DE 1865. – EXCLUSÃO CAPRICHOSA DE UMA SOLUÇÃO. – DESCIDA DE 12 DE MAIO E SUBIDA DE 3 DE AGOSTO. – ZACARIAS E SILVEIRA LOBO. QUESTÕES DE ESTRADAS DE FERRO.

RETIRADO DA DIREÇÃO da Estrada de Ferro D. Pedro II, continuei a ter assento na Câmara dos Deputados até a ascensão dos conservadores em julho de 1868; nesses três anos estive sempre em oposição, manifestada desde a queda de Furtado e organização de 12 de maio.

Esta crise teve imensa importância na vida dos partidos, e grande alcance para a apreciação justa da política imperial: descrevê-la-ei com as principais peripécias, para o que tem a minha memória, já enfraquecida, um excelente auxiliar.

Teófilo Ottoni pai coligiu e comentou nos últimos oito ou nove anos de sua vida larga cópia de documentos e notas relativas ao segundo reinado; trabalho que continuou enquanto lhe permitiu o estado de sua saúde, e devia (era sua intenção) ser publicado postumamente por seu filho, que não sei se o fará.¹

1 Não publicou.

Em um dos capítulos desse trabalho inédito descrevo minuciosamente as ocorrências políticas de maio de 1865, *quarum pars magna fuit*.

Em 1867, tendo sido por vezes enredado e injuriado por alguns dos liberais que acompanharam o marquês de Olinda, afinal, irritado, exclamou com Juvenal:

Semper ego auditor tantum? Namquam ne reponam? E separou do seu grande livro o capítulo em questão para com o preciso retoque ser publicado como memória avulsa. Moléstias, ocupações, ausências o foram estorvando: e depois de 16 de julho de 1868, vendo os progressistas converterem-se em liberais sob o açoitado dos conservadores, julgou impolítica a publicação.

Possuo o manuscrito por letra de copista, mas tornado autêntico por um sem-número de notas, aditamentos e correções do punho do autor; não o publicarei, visto que ele não o fez; mas é-me subsídio para narrar os fatos com exatidão. Pelos comentários fico eu só o responsável.

O Ministério Furtado devia satisfazer os verdadeiros liberais: conquanto os outros ministros não estivessem ao nível do grande vulto do presidente do Conselho, este por si só bem representava o partido. Não encetou reformas políticas, porque logo lhe caiu sobre a cabeça a avalanche da guerra com o Paraguai.

Mas esteve na altura da situação. Decretou e deu impulso à criação da nossa esquadra couraçada, já fazendo trabalhar os nossos estaleiros e oficinas, já fazendo encomendas para a Europa. Os resultados com que outros depois se apavoraram, máxime Afonso Celso, foram o efeito das ativas e bem pensadas providências do Ministério Furtado.

A sua feliz instituição de voluntários da pátria fez surgirem numerosos batalhões, movimento que os sucessores (os de 12 de maio) estupidamente fizeram parar, o que foi uma das causas da prolongação da luta.

A atitude de Furtado excitou descontentamentos e ciúmes, e nas vésperas da abertura das Câmaras se pronunciaram contra ele alguns liberais dirigidos por Silveira Lobo e Saldanha Marinho, e animados pelo marquês de Olinda. Em verdade, não me lembro que motivos confessáveis alegavam: mas chegaram a afixar a pretensão de que Furtado, camerariamente e sem esperar pronunciamento parlamentar, lhes entregasse as pastas; ao que se recusou com dignidade.

No decurso de abril ainda o visconde de Abaeté, a pedido de T. Ottoni, convocou para sua casa os dissidentes e pretendeu conciliá-los com os que sustentavam o Ministério; mas nada conseguiu.

Reunida a Câmara, foi logo o Ministério exautorado na eleição do presidente, e deu a sua demissão. Leio a este respeito na memória inédita de T. Ottoni:

“Agravados como estavam os seus habituais incômodos, para o conselheiro Furtado era um despacho deixar o poder; mas o conselheiro esquecia-se de si para atender somente aos interesses do verdadeiro Partido Liberal. *Nihil de suo casu, multa de nostro querebatur* (Cícero). Foi de acordo com seus melhores amigos que o Sr. Furtado recusou peremptoriamente entregar as pastas nas antecâmaras aos ambiciosos que conspiravam para arrebatá-lhas.”

O conselheiro Saraiva ao desembarcar da Bahia não se tinha pronunciado; mas na última hora uniu-se aos conspiradores. Disse depois que lançou na urna uma cédula em branco, e que julgou, abandonando o Ministério, salvar o partido.

Levada a demissão a S. Cristóvão, disse logo o imperador: “Mande-me cá o marquês de Olinda.” – Contra isto porém representou o leal ministro demissionário; e interrogado sobre o que mais convinha, indicou diversos nomes: Sousa Franco, Nabuco, visconde de Abaeté, T. Ottoni e não sei se algum mais. Entre eles escolheu S. M. I. o visconde de Abaeté, que notoriamente não aceitaria a comissão.

Assustados os liberais que deixavam o poder, ao observar que parecia o marquês de Olinda altamente *repostus*, dirigiram-se, primeiro o conselheiro Liberato Barroso, depois o próprio Furtado, à casa de T. Ottoni, que gozava de íntima confiança do visconde, e com ele foram pedir-lhe que não declinasse da organização do novo Ministério. A resposta foi terminantemente negativa; e acrescentou o visconde: “Vou indicar o Sr. Teófilo Ottoni, porque penso que é chegada a sua vez.”

E assim parecia. O Ministério que T. Ottoni organizasse, de puros liberais, agitaria fortemente o espírito público, daria grande expansão ao movimento dos voluntários da pátria, estimularia o patriotismo para dar à guerra vasto impulso. Mas Saraiva parecia animado de disposições idênticas, dizia-se o Ottoni da Bahia, e dirigia na Câmara um grupo nume-

roso de deputados: pelo que julgou Teófilo mais político que organizasse ele Saraiva o gabinete, pondo-se aliás à sua disposição. A custo conseguiu do visconde que indicasse o Saraiva.¹

Este encontrou-se com Ottoni, antes da ida a São Cristóvão, mostrou grande empenho de tê-lo por colega e convidou-o para coorganizador.

Voltando do Paço, combinaram em dous nomes, Nabuco, que recusou; Sousa Franco, que aceitou; e sendo apenas 11 horas da manhã, adiou Saraiva para a noite a continuação do trabalho, em casa de Ottoni. A este, porém, se dirigiu de tarde Silveira Lobo, que na Rua do Ouvidor soubera do Ministério organizado por Saraiva: eram, além dos três, o mesmo Lobo, Dantas, Martinho e Otaviano.

Confirmou-o Saraiva à noite, apresentando a lista e dizendo: “Aqui está o nosso Ministério.” O coorganizador fora eliminado desta tarefa. Aceitou, porém; e somente ponderou que ele Ottoni e Sousa Franco eram muito valetudinários, e conviria ter outro ministro mais vigoroso no Senado, onde se concentravam as forças vivas do partido em oposição.

Depois de conversar um pouco sobre a substituição, o Sr. Saraiva se retirou dizendo que ia pensar: e seguiu para S. Cristóvão a pedir escusa da incumbência; mostrava-se, desde a ida ao Paço de manhã, menos expansivo com Ottoni de Minas. Com ou sem indicação sua foi chamado Nabuco, que também recusou; e surgiu o eterno marquês de Olinda.

Este procedeu com ostentação. Voltando do Paço, parou fardado à porta do Senado, que estava em sessão, mandou chamar o colega T. Ottoni, meteu-o consigo no *coupé* e mandou tocar para a Rua do Lavradio, onde residia. Fez assim saber *urbi et orbi* que convidava o sujeito para ministro. Mas em casa apresentou-lhe uma combinação inaceitável de nomes sem prestígio; e pedindo Teófilo convites a Sousa Franco, Nabuco e Saraiva, respondeu que com o primeiro não servia ele marquês, e que os outros dous não aceitavam. À vista disto recusou-se também o convidado do *coupé*; mas acrescentou que se S. M. I. reconhecesse, o que parecia averiguado, a necessidade de um ministério liberal genuíno, e lhe fizesse a ele Ottoni a honra de chamá-lo, em uma hora estaria pronta a organização.

1 O que se refere ao visconde foi por mim exposto na Câmara com sua autorização.

Olinda partiu para S. Cristóvão dizendo que ia escusar-se; mas de lá voltou com carta branca para organizar e logo publicar – um ministério de moderados. Organizou-o, é o 12 de maio: Nabuco e Saraiva aceitaram pastas, e mais tarde Silveira Lobo, um dos homens menos moderados que tenho conhecido.

Antes de prosseguir, narrarei um incidente que a meu ver explica todos os mistérios e complicações da crise; foi referido no Rio da Prata pelo duque de Caxias a F. Otaviano, por este a T. Ottoni, a quem o ouvi eu.

Indo o duque a S. Cristóvão no *lendemain* da famosa criação, perguntou-lhe o imperador:

– O que me diz do novo Ministério?

– V. M. permite-me dizer livremente o meu juízo?

– Pois não! Diga...

– Senhor! Custou-me a crer que fosse aquele o Ministério, li duas vezes; parecia-me fábula.

– Mas por quê?

– Depois do que eu tenho ouvido a V. M. I. a respeito do Ferraz, custava-me a crer que ele fosse ministro.

– Pois a sua surpresa não foi maior que a minha, quando vi a lista nos jornais.

– Oh! Não compreendo! ... V. M. é quem nomeia os ministros!...

– Sim, mas ontem dei carta branca ao marquês. Veio dizer-me que todos julgavam necessário o Ottoni; que este recusava e só queria ser presidente do Conselho. Então disse-lhe eu: “Vá, senhor marquês, organize como puder um ministério de moderados e publique-o logo: livre-me do Ottoni.”

A repugnância de S. M. a este nome explica tudo.

Ninguém há de suspeitar que eu ou o Teófilo inventasse o que fica exposto; nem posso crer que Caxias ou Otaviano alterassem a verdade: entretanto, pareceu aquele – livre-me do Ottoni – tão extraordinário, tão odioso, tão impolítico, que resolvi fazer uma verificação.

O visconde de Sapucaí é um homem ilustrado, sisudo, de caráter fraco, mas cheio de bondade, dedicadíssimo ao imperador, de quem tem recebido notáveis sinais de apreço. Dizendo-me um dia em conversa

que se achava no Paço na tarde de 12 de maio de 1865 (não sei se de visita, ou como camarista de semana) narrei-lhe minuciosamente o incidente, para ouvi-lo; e eis a resposta que obtive: “Não, Sr. Ottoni, seu mano não era homem impossível no reinado: quando o marquês trouxe a carta branca para formar o Ministério, o imperador passeava pensativo, e dizia – Se o marquês não organiza, não tenho remédio se não chamar o Taumaturgo.”

Contestação que equivale a uma confirmação.

Como, à vista de tudo isto, seríamos ministeriais?

O gabinete não representava pensamento político; eles o confessavam, exibindo o seguinte programa, a que aliás não foram fiéis: “Conservariam o *statu quo*; cuidariam de debelar a guerra; depois ajustaríamos as nossas contas.” Governaram ou desgovernaram até o fim de julho de 1866.

O futuro historiador do nosso chamado sistema representativo, estudando nos Anais do Parlamento as circunstâncias da subida e da descida dos gabinetes, há de ler com assombro os incidentes da crise ministerial solvida no dia 3 de agosto.

Dos demissionários, um disse que saía por doente, outro porque um colega teimou em sair.

O da Fazenda, conselheiro Carrão: “Senhores, eu navegava em um golfo inçado de torpedos de todas as procedências.”

E o da Agricultura, Paula e Sousa: “... não sei o que mais deva admirar, se o milagre da duração até agora do Ministério, se a longanimidade da Câmara que o sustentava.”

Anarquia de ideias, consequência lógica do capricho imperial que inspirara a organização.

A de 3 de agosto foi presidida por Zacarias, que não é um cortesão como o Olinda, mas não era chefe de partido nem dispunha na ocasião de elementos precisos para bem servir. Suas declarações que constam dos Anais se resumem no seguinte: “Por três vezes pediu escusa, fazendo ver a S. M. I. que não estava em posição de organizar um Ministério duradouro; mas o imperador insistiu e convenceu-o que devia aceitar.”

Este discurso foi criticado, porque descobria a coroa, e eu mesmo coloquei a censura nesse terreno; hoje estou persuadido que Zacarias quis de propósito deixar sobre a cabeça do imperador a responsabilidade moral pela esterilidade que previa de seu gabinete.

Este, em relação à guerra, prestou melhores serviços que o anterior; na política interna a anarquia de ideias continuou, e juntaram-se muitos atos de vingança e perseguição a uns, de nepotismo e abusos em favor de outros. Houve verdadeiro escândalo com a compra de escravos para assentar praça: foi por vezes meio de premiar capangas eleitorais, principalmente nas compras para a Marinha.

A queda deste Ministério, que em julho de 1868 entregou o poder aos conservadores, teve motivos que as crônicas não registraram: registro-os eu, testemunha e um tanto ator na cena. Silveira Lobo que até então tinha hostilizado todos os ministérios, exceto unicamente o de que foi membro, começou por sustentar Zacarias, mas em 1868 estava em conspiração. Contava derrubá-lo e herdar a presidência do Conselho; chegou a mandar consultar pelo Dr. Macedo, ao Martinho, ao Tavares Bastos e a mim, se apoiáramos um Ministério novo, composto exclusivamente de liberais puros. A conspiração prosperou e parece que tinha cúmplices na praça; o que, sabendo Zacarias, aproveitou o pretexto da escolha de Sales Torres Homem para o Senado, dissolveu o Ministério e recusando aconselhar o imperador sobre sucessor, fez que fosse chamado o visconde de Itaboraí, que dissolveu a Câmara.

Silveira Lobo, o chefe desta conspiração, é um personagem curioso de observar-se. Catão inculcando sempre as próprias virtudes, vendo à roda de si somente corrupções; censor eterno atrabiliário e virulento, não sabendo criticar sem injúrias e desaforos; entretanto, em 10 ou 12 anos foi deputado, até à escolha de senador, nunca lhe escapou uma palavra que pudesse soar mal aos ouvidos imperiais; os Anais da Câmara o provam. Em 1868, seguro da cadeira no Senado, e sendo-lhe frustrada a nova ambição da presidência do Conselho, escreveu contra o governo pessoal a mais violenta filípica e assinou com todas as letras – Francisco de Paula Silveira Lobo.¹ – Veja-se o *Jornal do Comércio* de 17 de agosto de 1868.

Naquele tempo, em que o governo fazia sempre as eleições, o Ministério achou meio de punir a minha oposição.

Morto o marquês de Itanhaém, como já Teófilo era senador, fui pela primeira vez candidato, guerreado por Silveira Lobo, manifestamente

1 Nota em 1883. Declarou-se republicano, no Senado; o que foi objeto de risota.

por medo que eu o preterisse na escolha. Entregaram-lhe a província; o Catão designou presidente *ad hoc*, que empregou contra mim todos os recursos, sem a mínima escolha: ainda assim tive 1.015 votos de cerca de 2.400 eleitores.

Esta eleição deu causa a muitas misérias que não merecem aqui menção: eu declarei previamente que aceitaria a somação das votações como se fosse sentença das urnas; satisfeito de não haver prostituído o meu caráter para captar a proteção dos poderosos do dia. Excluído, não me queixei, mas continuei em oposição: não havia por que mudasse.

Os assuntos políticos de que por vezes ocupei-me agora, como a respeito das minhas tagarelices de 1848, acho que não vale a pena expô-los: mas o que melhor podia discutir era a questão das vias de comunicação; e nesse terreno assestei as minhas principais baterias.

Respondiam-me que eu falava por despeito. Explorei uma das questões que me preocupava e preocupa e que a meu ver está recebendo uma solução viciada. Calei-me desde que deixei o Parlamento, cansado de ouvir articular a minha suspeição.

A estrada de ferro de D. Pedro II tendo o gasto mais de 20 mil contos os 108 quilômetros até o barranco do Paraíba, e tendo decretados cerca de 300 quilômetros margeando este rio (cerca de metade construídos até o presente ano, 1871), estava e está pedindo, para realizar seus destinos, prolongar-se e ramificar-se pelos vales do interior, do rio Grande e mais águas do oeste, tributárias do rio da Prata, do S. Francisco que ocorre ao norte banhando extensos territórios de cinco províncias. Entre estas vastas regiões e os 300 quilômetros marginais do Paraíba se interpõe em toda a extensão a serra da Mantiqueira e suas dependências.

Resulta destas disposições topográficas que o problema das comunicações projetadas era indeterminado; tendo o ponto de partida de ser escolhido nos 300 quilômetros, de Cachoeira a Porto Novo do Cunha. O obstáculo a transpor desenvolve-se por toda essa extensão; os vales demandados igualmente: qual seria a direção preferível, e qual o ponto de partida? Eis o problema.

Considerações de distâncias, de orçamentos, de serviço dos centros existentes, de aumento de produção, de navegações interiores, de co-

municacões internas com o Norte do Império, tais os dados complexos da questão.

Nos estudos necessários para resolvê-la devia esperar-se grande choque de interesses territoriais, parciais, de localidades, de partidos, de influências pessoais. Fora pois necessário colocar na direção destes estudos uma inteligência e caráter capaz de erguer-se acima de todas as parcialidades para consultar o máximo interesse geral.

Pedia eu, pois, e cheguei a apresentar ao Ministério um memorial neste sentido, que se nomeasse uma comissão de estudos, visto que não temos um corpo de pontes e calçadas ao nível das grandes necessidades da nossa viação. Não me deram atenção; pensaram talvez que eu ajeitava posição para mim; e tenho motivos para suspeitar que o imperador foi desse parecer.

É certo que eu me considerava ao nível da tarefa, e estimaria prestar ao meu país tão grande serviço; mas nada pedi e não era o único apto. Podiam adotar a ideia e nomear quem melhor a fosse executar.

Sem estudos especiais, e julgando somente pelas cartas e pelas distâncias entre alguns centros, a linha preferível parece ser a que ligasse a Barra do Piraí à povoação do Bom Jardim em Minas, e daí demandasse, quer as vertentes do rio Grande, quer o vale do rio das Velhas, confluyente navegável do S. Francisco.

Mas a direção em que, segundo parece, vão construir a linha do centro, de Ente Rios por Juiz de Fora e Barbacena, imporá ao trânsito geral um aumento de mais de cem quilômetros e atravessará até muito além de Ouro Preto terras esterilíssimas.

A solução está viciada, porque a submeteram ao comendador M. P. Ferreira Laje: a estrada União e Indústria, a fazenda Normal ali perto, as dos seus acionistas e parentes, o colégio de Barbacena que sempre lhe dá votos, tais os seus pontos objetivos. Os engenheiros hão de subordinar tudo às suas vistas.

Pesa-me muito isto; mas calo-me; para que falar se sou suspeito? Julgam que tenho saudades da direção da estrada de ferro, à qual entretanto, como já disse, não pretendo voltar, ainda que me chamem.

Falando deste meu tema de opposição em 1865 a 1868 estendi-me até a atualidade. O despropósito da nomeação de Ferreira Laje é dos conserva-

dores: os coitados de 12 de maio nada fizeram senão mandar um engenheiro, e esse mal escolhido, começou alguns reconhecimentos técnicos.

Sem sair do assunto – estradas de ferro – mencionarei um pequeno serviço extraparlamentar que prestei por esse tempo à Estrada de Ferro de D. Pedro II e ao país, em 1866.

Estavam concluindo as construções que eu deixara adjudicadas, adiantadas, e com o leito pronto, cerca de 202 quilômetros até Entre Rios, e manifestamente não tinham intenção de dar um passo além. Falavam das linhas decretadas, 61½ quilômetros de Entre Rios a Porto Novo do Cunha, e 150 quilômetros da Barra do Piraí à Cachoeira; linhas estudadas, traçadas, orçadas pelos engenheiros da companhia a que eu presidira.

A inércia do governo era da maior notoriedade, e o meu sucessor na direção da empresa escrevia em seus relatórios que o Brasil ainda não tinha criado necessidades que exigissem tão dispendiosas vias de comunicação.

Nestes termos convidei pela imprensa os interessados para levantarem os capitais precisos e organizar duas companhias que se encarregassem das construções, mediante contrato com o governo. Uma que dominei – Companhia Mineira – se incumbiria do 61½ quilômetros de Entre Rios a Porto Novo; a outra – Companhia de Campo Belo – dos primeiros 90 quilômetros da Barra do Piraí para cima, a terminar em Campo Belo, estrada para o sul de Minas Gerais.

Frustrou-se a segunda tentativa; mas a primeira deu um belo resultado e muito honroso a mim: os negociantes, fazendeiros, capitalistas, comissários de café, todos os interessados na projetada via de comunicação ligaram-se; e o capital emitiu-se com facilidade, sendo a condição de todos os subscritores – que fosse eu gerir a empresa.

O governo imperial, depois de alguns meses das costumadas procrastinações, autorizou a incorporação, mas com cláusulas impertinentes e tendo o diretor da estrada de ferro, Dr. Sobragi, de quem muito dependeríamos, manifestado a mais estulta má vontade. Entretanto, as discussões da imprensa e da Câmara e o fácil levantamento do capital tornaram tão clara a necessidade do prolongamento que o ministro (Dantas), por vezes, afirmou na tribuna fá-lo-ia à custa do Estado, se a companhia não se incorporasse. Em vista do que, e dos embaraços que me suscitavam

mesquinhas animosidades, dissolvi a companhia, e com efeito pouco depois encetaram-se os trabalhos por conta do Tesouro.

Foi, sem dúvida alguma, resultado das minhas diligências e do debate que iniciei na Câmara dos Deputados.

Mais tarde encetou-se também a construção da quarta seção, da Barra do Pirai, por Campo Belo, para Cachoeira.

Basta correr a vista pelas discussões da época para ver que não sou visionário quanto aos efeitos da minha – Companhia Mineira. Os acionistas nada despenderam, saindo do meu bolso as despesas com impressões, publicações, circulares, etc. Tinha também declarado que quaisquer concessões do governo seriam feitas diretamente à companhia, não a mim para cedê-las, como costumam os incorporadores.

Com a dissolução da Câmara em 1868 terminou a minha vida parlamentar, que, segundo me parece, não recomeçará.¹

1 Nota em 1880. Enganei-me: acabo de tomar assento no Senado.

.....

IX

1868-1871

PROGRAMAS DE OPOSIÇÃO: MINHA DISSIDÊNCIA. – VIAGEM À EUROPA
E AO EGITO. – RADICALISMO: MANIFESTO REPUBLICANO.
– ABSTENÇÃO POLÍTICA. – GUERRA DO PARAGUAI. – VIDA PRIVADA.

A O TERMINAR este capítulo se achará em dia esta minha história, porque escrevo já em 1871: este trabalho tem ocupado muito agradavelmente os meus ócios nos últimos dez a onze meses; e continuado até o momento atual, desde já prevejo que hei de sentir a falta desta ocupação, até porque a minha vida de ora em diante vai ser provavelmente bem monótona; aproveitemos uns restinhos da minha franca intervenção em acontecimentos políticos.

Apeado Zacarias, anunciando-se o gabinete Itaboraí, reuniram-se na tarde de 17 de julho os progressistas no escritório de Silveira Lobo, os históricos em casa de Tavares Bastos, resolvendo sobre a atitude a assumir na Câmara. A esta última reunião apresentou-se uma deputação da primeira, orador Saldanha Marinho, pedindo que nos uníssemos todos em

manifestação parlamentar contra o inimigo comum: assim foi acordado, designando-se logo ali os oradores contra o Ministério, entre os quais me inscreveram.

Prestei-me a tudo: no discurso (18 de julho), aceitando como motivo real da crise o pretexto da escolha Torres Homem, censurei a política imperial e sustentei que o Ministério descera com dignidade: poderia a este respeito concentrar o meu pensamento na citação do verso de Bocage:

Soube morrer o que viver não soube.

Um dos membros do Ministério caído, ao sair da Câmara, disse ao Dr. Lima Duarte: “Não gosto do Cristiano, mas depois deste discurso, mil votos que eu tivesse, lhe daria.” Desde então, nestes três anos, tenho estado no meu canto; mas acabo de ser informado que por duas vezes insultos anônimos que me são lançados no *Jornal do Comércio* sabem da pena dele,¹ que tem tanto de talentoso quanto de desleal e perverso.

Poucos dias depois, a 25, se bem me lembro, celebrou-se em casa de Nabuco uma reunião magna, para a qual convidaram liberais de todos os matizes: queriam combinar os meios de oposição.

Um incidente curioso desta noite foi a bela arrogância com que o Zacarias aludiu às conspirações que o fizeram precipitar a queda do seu gabinete. Queixou-se alguém timidamente que ele não aconselhasse ao imperador a chamada de um liberal, ao que respondeu: “É verdade que, consultado pelo imperador, recusei apontar-lhe nomes: eu não podia indicar os conservadores; mas, se era possível um Ministério liberal, aí estava o meu!”

Falou-se muito em reformas, em imprensa, em lei de eleições, em cabalas: queriam organizar uma oposição governamental.

Pela minha parte, tomando a palavra, procurei mostrar a ineficácia de todos os programas apresentados: e sustentei que a única bandeira capaz de concentrar os esforços de todos os matizes liberais seria a guerra ao Poder Moderador, cujas exorbitâncias eram a meu ver a principal causa da anarquia das ideias e dissolução dos partidos: eu pediria abolição daquele poder, ou pelo menos grandes restrições de suas atribuições. E acrescentei que, desprezada esta ideia, me consideraria desligado de todo

¹ Esta perfídia continuou por alguns anos; depois reagi fortemente.

o compromisso partidário e livre para seguir no futuro o caminho que me parecesse direito.

Combateram-me Sinimbu e Macedo; e a minha voz não encontrou eco: devo confessar que o próprio Teófilo não me aprovou completamente; disse-me: “Se antes tivéssemos conversado, você não iria tão longe.”

É que Teófilo estava resignado a contemporar com Zacarias, Nabuco e Saraiva, aos quais com efeito se uniu no Senado, em 1869. Eu, porém, não estava resolvido a acompanhá-lo: pela primeira vez deixei de seguir as suas inspirações. Nesta sessão de 1869 transigiu com o Ministério conservador a oposição liberal para deixar passar o orçamento que ia sendo votado quase sem debate.

Por esta transação felicitei sarcasticamente o Teófilo, que me respondeu, abanando tristemente a cabeça: “Parece que com efeito se entenderam: e quer você saber qual foi a concessão feita pelos ministros? Foi separar do orçamento o artigo relativo aos bens dos frades!” Teófilo não aderiu à transação.

Voltando a 1868. Enquanto os liberais organizavam a sua oposição governamental, fui dar um giro pela Europa e Egito, visitar as grandes obras então em construção, canal de Suez e túnel do monte Cenis, e achei-me aqui de volta a 31 de janeiro de 1869.

Nessa excursão muito refleti sobre a minha posição e procedimento futuro: longe da cena e dos atores, alheio a tudo, vendo raras vezes jornais de cá, não recebendo uma carta que tratasse das cousas públicas deste país, tive tempo de pensar maduramente, e não deixava de fazê-lo: passeando só, isolado em um quarto de hotel, ou em um trem entre desconhecidos, perguntava a mim próprio: o que devo fazer?

Dos partidos monárquicos estava e estou desiludido, separado, livre de compromissos. Partido republicano não havia e menos um chefe prestigioso capaz de dirigi-lo para evitar desatinos. Seria eu esse chefe? Devia hastear a bandeira? Evidentemente não possuo as aptidões, o jeito, o tino que a posição exige.

Mas, caso me julgasse eu, ou julgasse a outrem na altura de criar e dirigir o novo partido, convinha precipitar a propaganda? Creio que não, por três razões: 1ª) A população tem tendências aristocráticas e monarquistas: no partido em oposição por alguns anos, começam a formigar as

declarações de republicanismo; mas logo que sobe e chovem títulos, fitas, empregos e postos da Guarda Nacional desaparecem os democratas; 2ª) A mudança brusca da forma de governo traria a divisão do Império, pela qual não desejo ser responsável; 3ª) Não compreendo república com escravidão doméstica, é preciso começar por libertar os negros.

A consequência destas reflexões devia ser recolher me à vida privada e só tratar de educar meus filhos: tal era a minha disposição; mas não me concentrei no meu lar tanto quanto devia. O desejo de não ostentar divergência com Teófilo Ottoni, e o meu *scribendi cacoethes* por vezes me arrastaram a ligeiras manifestações e a colaborar para a *Reforma*, órgão do Centro Liberal.

Era esta a minha atitude, quando alguns moços, sinceros uns, outros especuladores, distinguindo-se entre os primeiros H. Limpo de Abreu, filho do visconde de Abaeté, promoveram em fins de 1870 a fundação de um clube radical e andaram com uma lista promovendo assinaturas, dei a minha. O radicalismo parecia-me a fórmula conveniente para propagar ideias democráticas, sem nada precipitar.

Na primeira reunião propôs alguém que o clube se declarasse republicano; que publicasse um manifesto; que criasse um jornal com o título – A República. Procurei embaraçar esta deliberação; mas achando-me em fraquíssima minoria, retirei-me resolvido a lá não voltar.

Ausente, fui nomeado membro da comissão redatora do Manifesto Republicano: recusando, por carta dirigida ao relator Saldanha Maranhão, redigiram o documento e vieram à minha casa ler-mo, teimaram impertinentemente em solicitar a minha assinatura, que recusei com firmeza.

Pediram então com forte empenho e grandes palavras de consideração e de amizade que eu fosse assistir no clube à leitura do manifesto; e eu cometi o erro de anuir a este pedido.

Acabada a leitura, verificou-se que não estava assinado o manifesto; propuseram que assinassem todos os presentes, não só os membros da comissão.

Ou estes tinham medo da responsabilidade e pediam capotes; ou armavam um *guet-apens* para extorquir a minha assinatura, ou tinham ambos os intuitos.

Resolvido que assinassem todos, acudiu-me logo a ideia que a recusa e solene retirada produziria um certo escândalo, que havia de parecer uma cortesia a S. Cristóvão; apenas me ocorreu este escrúpulo, peguei na pena e assinei.

O planozinho foi combinado entre Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo: fique-lhes a glória.

Não voltei ao clube, cessei de pagar as mensalidades, não sou colaborador da República, não compareço a reunião alguma de republicanos, não sou da política militante.

E a assinatura do manifesto não deixa de concorrer para moralizar a minha abstenção: pelo menos, ninguém poderá supor que eu estou calado, à espera de um aceno imperial.

No correr do triênio, que estou recordando, concluiu-se com a morte do ditador López a Guerra do Paraguai; pelo que a ocasião é oportuna para registrar o meu juízo sobre esse grave incidente de nossa vida nacional.

A História pátria só poderá apreciar devidamente o acontecimento, depois da morte dos principais atores da cena; terá para julgar esclarecimentos suficientes nos atos do governo, nas ordens do dia do Exército, nas publicações da época. Se, pois, estou em erro no parecer individual que passo a expor, este erro a ninguém iludirá.

Não acompanho os entusiasmos pelas nossas glórias, julgo ao contrário provado pelos fatos, que não somos uma potência militar, exceptuada a Província do Rio Grande do Sul.

O primeiro elemento do nosso triunfo foi o peso bruto do número; além do auxílio dos aliados, recrutávamos em uma população de 9 a 10 milhões de almas, enquanto o inimigo representava cerca de meio milhão. Exauriu a população viril e no fim da campanha só armava meninos: por força haviam de sucumbir.

Um segundo elemento foi a inabilidade de López, grande celero, que mostrou na resistência suprema energia, mas não era cabo de guerra, ao nível da vasta empresa que tentou. Tinha largos recursos militares, acumulados de longa mão, mas enfraqueceu-se dividindo-os e mandando invadir, de um lado, o Rio Grande do Sul, de outro, Mato Grosso, sem possibilidade de apoio recíproco entre estas alas e o centro.

Generais, tínhamos bem suficientes para fazer frente aos de López: entre eles, o honesto, o patriota, o valorosíssimo Osório, que a monarquia crismou marquês do Herval. Os soldados o adoravam, mas a oficialidade, entristece-me dizê-lo, não o auxiliou com a mesma dedicação, como depois ao duque de Caxias. Este era ajudante de campo do imperador, muito seu querido, um dos chefes do Partido Conservador!...

A campanha recebeu grande impulso da instituição dos voluntários da pátria: houve por algum tempo verdadeiro entusiasmo. Cortou-o o Ministério de 1865 e não soube reerguê-lo o de 1866, de sorte que no fim de 2 ou 2½ anos de luta a aspiração pela paz se foi tornando geral, havia quase desânimo. O visconde de Itaboraí, voltando da Europa em 1867, não fazia mistério de suas tendências pacíficas: e estou certo que, subindo ao poder em 1868, tentaria pôr termo à luta por algum arranjo diplomático, se não a cortasse bruscamente a morte do ditador López.

Passou por certo, no tempo, que o nosso inimigo, uma ou duas vezes, em seguida a sérios reveses, esteve disposto a negociar a paz: disse mesmo que então não seria difícil obter as condições – arrasamento de Humaitá – livre navegação dos rios – solução das questões de limites – pagamento das despesas da guerra. E que a grande dificuldade era a pretensão de depô-lo a ele López, estipulada pelos aliados e à que não se resignava o ditador.

Esta guerra pessoal pareceu a princípio, apesar de pouco regular, necessária. Mas era contra o direito das gentes, logo que se viu a nação paraguaia identificada com o seu tirano, e logo que os reveses o enfraqueceram, tornou-se, creio, aspiração impolítica.

Ninguém conta seriamente no Brasil com a amizade da Confederação Argentina, e fora elemento de segurança para nós deixar-lhe na retaguarda o López.

A ideia de prosseguir até exterminá-lo, afinal, era só do imperador: disse ele ao Dr. Macedo e depois ao b. de Penedo (ouvi a ambos) que mais quisera abdicar do que ratificar ajuste com López, quaisquer que fossem as condições. Por servilismo, os partidos monárquicos cantavam em prosa e verso a gloriosa tenacidade do patriotismo imperial.

Ao ouvido, porém, muitos diziam que S. M. I. era levado por um motivo pessoal dinástico; López ousara pedir em casamento a princesa

Leopoldina. Não posso dar por averiguado este fato, mas foi afirmado por várias pessoas que pareciam ter razão de saber.

Eis em resumo o meu juízo sobre a guerra: em fatos parciais, de parte de soldados e oficiais, tivemos numerosos rasgos de valor, de dedicação, de patriotismo; mas a campanha nos foi enorme calamidade, não compensada por glória militar equivalente, nem por aumento de segurança em nossa fronteira.

Ao terminar este capítulo que põe em dia estas minhas memórias autobiográficas, observo que desde o fim do 6º (1855) nada mais disse da minha vida privada e de minha família. Percorri 16 anos de atos oficiais e de fatos públicos em que tive mais ou menos parte, e nada da minha gente, dos que me cercam, dos que me amam!

Este reparo me faz uma impressão penosa, análoga à saudade da ausência. Mas o fato é natural. Nos 16 anos, a minha vida pública foi testemunha de variados e importantes acontecimentos, que dariam matéria, se os desenvolvesse, para muito mais longos escritos; a vida privada foi tranquila, quase uniforme, com raros acidentes graves; e semelhante existência não dá assunto para longos arrazoados. Contudo, suprirei a lacuna.

Se este livro for algum dia publicado, os leitores não acharão na minha vida doméstica (ao menos até hoje) dramas ou romances, mas talvez terá alguma utilidade o exemplo de uma família que procurou sempre cumprir seus deveres, de uma esposa por largos anos dedicada aos seus, de um pai que morrerá felicíssimo se deixar bem colocados na sociedade seus filhos e filhas, honrando-lhe a memória pelo seu procedimento.

Está bem mudado o pessoal de parentes que me cercava em 1855.

Perdemos em 1859 minha mãe, a inocente velhinha que retratei com tanta complacência nas páginas 21 e 22.

Em 1862 faleceu minha irmã Rosália, a bela e meiga moça de que falei na minha pág. 20.

Em outubro de 1869 perdi o meu Teófilo: na sua biografia que publiquei poucos meses depois, assim me expri: "...Fulminado no primeiro momento, acordando no deserto do desânimo, sem norte e sem bússola, sinto-me agora, graças a Deus, entrar no período da saudade resignada..."

Da irmandade existem: na corte, Dr. Ernesto, Eduviges, Felizarda e Maria Isidora; em S. Paulo, Dr. Elói com dous filhos; em Minas, Augusto com cinco. Vivemos em boa harmonia.

De portas adentro, crescem-me dous filhos em pequena idade, minha sogra D. Teodósia Maia, que me estima como seu filho, e minha cunhada viúva D. Teodora com dous filhos, identificados conosco como se fossem minha descendência. Tenho assim hoje 12 pessoas de família: são outros tantos a querer-me bem.

A paz doméstica continua: casados, há 34 anos, ambos de cabelos brancos, eu e a minha dona realizamos a aspiração do terno Tíbulo

*... Nos, Delia, amoris
Exemplum cana stemus uterque coma.¹*

Perdemos neste período dous filhos, Elisa, meiga menina de cinco anos, e Adolfo, que viveu três, em estado de profunda caquexia. Existem seis, cujo futuro muito me preocupa, são:

1º – Cristiano, 20 anos completos: estuda engenharia civil na universidade de Gand; tudo me anuncia nele um moço sisudo e um homem de bem.

2º – Virgínia, 18 anos, também completos. É muito aplicada, tem as prendas próprias do seu sexo, e um dom especial para fazer-se amar de quantos a cercam. Preocupa-me muito o seu estabelecimento.

3º – Ermelinda, quase 16 anos. Deixando o colégio, continua a dar lições em casa: tem, além das prendas da irmã, uma sofrível voz que muitas vezes me deleita.

4º – Júlio, 14 anos. Concluiu o 4º ano do externato Pedro II e prepara-se para estudar Direito. É mais vadio e menos obediente que o irmão, mas não lhe vejo defeito que a idade não corrija.

1 Tradução em 1882, no 60º aniversário de minha dona:
Só nós podemos, querida,
realizar, sejamos francos
o exemplo, o sonho, a quimera
do amor de cabelos brancos.

5º – Virgílio, 7 anos; 6º – Teodósia, 5: duas crianças que ocupam grande lugar em meu coração, e são presentemente a alma e vida desta casa.

Eis os meus seis filhos, cujo número já não pode crescer e Deus permita que me sobrevivam todos.

Vivemos sem luxo, mas com decência. Meus regalos são: ouvir Virgínia tocar, ou Ermelinda cantar alguma peça de música, ensinar a Júlio a sua lição de geometria, e concorrer com os outros velhos de casa para fazer de cada um dos dous pequenos um *enfant gaté*.

Estou em dia. De hoje em diante, escreverei de longe em longe, quando tiver o que dizer.

Novembro 10, de 1871.

.....

X

Julho 8 de 1872

TIPO GERAL DO NOSSO GOVERNO REPRESENTATIVO. – EMANCIPAÇÃO
DOS ESCRAVOS: LEI DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

TERM. CENT. 17º Higr. de S. 86,5 constituem hoje uma atmosfera de contato tão desagradável que não deixa vontade de pôr o nariz fora das vidraças: bom dia para dedicar algumas horas a estas páginas despreziosas, em que vou registrando a minha vida.

No cap. antecedente deixei uma lacuna sensível: tinha intervindo ativamente, no decurso do ano de 1871, nos debates da imprensa relativos à lei de 28 de setembro que iniciou a emancipação dos escravos: era natural expor então as principais peripécias desta reforma. Mas o assunto, por sua importância, merecia capítulo separado, que nem sei por que demorei até hoje. Passo a suprir esta lacuna; mas para bem compreender-se o espírito que presidiu à reforma, é necessário que preceda uma vista d'olhos geral sobre a direção da nossa política depois de 16 de julho de 1868.

Erguendo nessa data os conservadores e dissolvendo a Câmara, o imperador não podia negar aos ministros que erguia os meios para fazer aprovar o seu ato pelas urnas eleitorais na comédia de governo representativo que se vai exibindo no país: entregou-lhe pois o barão e cutelo dos cargos policiais, da Guarda Nacional, das fitas e títulos; meios que, empregados sem a menor cerimônia, trouxeram uma Câmara unânime. Os liberais, protestando contra as violências das autoridades, bem parecidas com as que eles próprios tinham empregado, abstiveram-se de lutar.

Não foi sem reflexão que eu disse: “O imperador entregou ao Ministério o barão e cutelo.” Quando à S. M. I. parece necessário que haja moderação, alguma liberdade de voto, representação de vários interesses e opiniões, fiscaliza muito todas as nomeações, máxime as dos presidentes das províncias, pelos quais influi em toda a hierarquia administrativa. Recusa os chefes de partido muito pronunciados, prefere nomes novos, para os quais uma palavra dos lábios imperiais na audiência de despedida será um oráculo: e lá vão eles, proclamando a magnânima proteção, com que os vencidos nunca devem deixar de contar.

Há porém outras frases em que o imperialismo se ostenta escrupulosamente constitucional, deixando funcionar livremente a máquina governamental que os conservadores montaram para eternizar-se no poder, mas só tem servido para consolidar a onipotência do depositário do Poder Moderador.

Uma dessas frases de constitucionalismo se acentuou nos primeiros tempos do novo domínio conservador: a Câmara unânime dava ao Ministério grande força, porque perante ela não se podia pensar em mudança de gabinete, nem era cousa admissível uma nova e imediata dissolução.

Nas últimas Falas do Trono do domínio dito liberal, muito se precinizia a necessidade de reformas na legislação; mas era notório que o imperador tinha a peito especialmente duas ideias: o extermínio de López no Paraguai e a libertação dos escravos no Brasil.

Tendo registrado o meu juízo sobre a primeira, tratarei agora da segunda com mais alguma extensão, porque tem sido o problema culminante nestes últimos tempos, porque terá imensa influência sobre o futuro deste país, e porque pretendo justificar a minha intervenção nos debates.

Para apreciar a iniciativa da emancipação, e o método preferido, é necessário fixar ideias sobre a massa da população escrava, sua relação com a dos

livres, a condição dos cativos, a disposição do espírito dos senhores, as consequências prováveis, não só políticas e filosóficas, mas também econômicas, da abolição.

Concordam as melhores opiniões em dar ao Brasil pouco mais de 8 milhões de habitantes livres; parece-me o algarismo exagerado, mas não tendo estudos próprios a opor-lhe, aceitá-lo-ei. E feita a distribuição em proporção das deputações, devem tocar ao mais 3.600.000 livres às províncias da Bahia, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, que são as quatro de maior população escrava.

O número total dos cativos é avaliado muito variamente, em falta de arrolamento especial. A comissão da Câmara em 1871 estimava-os em 1.500.000, cálculo a que aderi porque quase coincide com o termo médio de seis avaliações diversas por mim citadas em uma memória que publiquei durante a discussão da lei de 28 de setembro, a saber:

1 Senador Sousa Franco	1.800.000
2 Dr. José Norberto	1.609.999
3 Senador Pompeu	1.750.000
4 Sebastião Soares	1.400.000
5 Dr. Cândido Mendes.....	1.150.000
6 Secretaria do Império	1.191.000
Termo médio das 6 avaliações.....	1.483.000

A estatística citada em 6º lugar distribui a escravatura pelas províncias de modo que tocam a

Rio de Janeiro	30	%
Bahia	15	,,
Minas Gerais	14	,,
S. Paulo	7	,,
Rio Grande do Sul	7	,,
Pernambuco	6	,,
Alagoas	4	,,
As outras 13 províncias	17	,,

A nem uma das 13 chega a tocar 3% do total.

A quota atribuída a Pernambuco baseia-se em informações de 1839, as do Rio Grande do Sul são de 1864: ambas têm diminuído sensivelmente a sua população escrava. S. Paulo, pelo contrário, a tem aumentado, e também Minas e Rio de Janeiro. É de notoriedade a corrente de remessas de escravos do Norte para a corte, e todos aqui ficam entre as três províncias produtoras do café.

As quatro maiores quotas somam 66%, algarismo que pelas causas mencionadas deve hoje erguer-se a 75%.

Temos pois em quatro províncias com menos de metade da população livre três quartos da escravatura, 1.125.000: em dezesseis ditas com o resto, ou mais de metade dos livres, apenas um quarto dos escravos, 375.000, havendo só três delas, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Sul, cujo número exceda a 40.000.

A primeira conclusão óbvia destes dados estatísticos é que em 16 províncias com mais de metade da população livre o problema da libertação dos escravos é relativamente fácil e pode esperar-se a emancipação sem grande abalo da fortuna pública e sem notáveis perigos para a segurança dos livres.

Não assim no Rio, S. Paulo, Minas e Bahia, onde a relação entre escravos e livres pouco excede a um terço, acrescentando que aquele número, 1.125.000, está pela maior parte concentrado nos distritos produtores do café e açúcar, em muitos dos quais o número dos cativos é superior ao dos livres.

Uma terceira consequência é que a província do Rio de Janeiro, tendo por si só mais de 30% da escravatura, bem que possua menos de 10% da população livre, devia ser, como foi, a que mais profundamente se sentisse abalada ao ver encetar-se a grande reforma.

Uma tal aglomeração de negros não tem exemplo nas antigas colônias espanholas, inglesas, francesas, holandesas, nenhuma das quais de per si era tão sobrecarregada. Somente se assemelhava ao nosso caso o do Sul dos Estados Unidos, onde, porém, a abolição foi um resultado, tão violento quanto necessário, do cataclisma da guerra de secessão.

É também de importância para o assunto o estudo da condição em que jaziam os escravos no Brasil.

Não tem aqui a instituição o caráter odioso que tinha na antiga Roma, onde os senhores tinham sobre os míseros *jus vitæ et necis*.

Nossa legislação os protege: declara puníveis as sevícias que sofrem: dá-lhes em certos casos o direito de pleitear judicialmente a sua libertação: não admite a obediência cega, pois pune os crimes que cometem por mandado dos senhores: sujeitando-os à penalidade, considera-os homens, não cousa.

Com tais preceitos não estão os nossos costumes em desarmonia, falando em geral e não escurecendo as exceções. A este respeito a confrontação com os Estados Unidos é toda em nosso favor.

Católicos, o geral dos brasileiros crê na unidade da espécie humana, considera os negros descendentes de Adão e Eva, nossos irmãos em Cristo, embora escravos nesta vida: dá-se-lhes certa educação religiosa: é-lhes permitido o casamento. Ninguém entre nós, como entre os americanos, dependeu saber e erudição para mostrar que a raça negra é distinta, inferior, destinada fatalmente ao cativo.

Um destes livros, com grandes deduções filosóficas e etnográficas, me foi oferecido por um dos meus engenheiros: nunca esquecerei o desgosto que me causou a leitura.

A ojeriza aos mestiços é outro ponto em que estamos longe da selvageria americana. Alguma repugnância aos mulatos nasce principalmente da possibilidade de descenderem de escravos. Mas concorrem e convivem todos nas assembleias, nos festins, e ninguém estranha seja o homem de cor, quando tem mérito, elevado às mais altas posições sociais. Nos E. U. nem sentar-se à mesa, nem irem juntos em um veículo público, nem trocarem sinais de cortesia...

Ouvi a Sérgio de Macedo, algum tempo ministro do Brasil em Washington, o seguinte incidente, que é característico. Convidado por um amigo para passar um dia na casa de um rico plantador de algodão, ao chegarem, disse-lhe o companheiro:

– Devo preveni-lo de uma circunstância: a dona da casa é uma bela moça, de educação fina, e parece da mais pura raça branca: mas nós, que lhe conhecemos a ascendência, sabemos que tem mistura de sangue africano: contudo, o marido, que muito a ama, costuma admiti-la à mesa com os amigos, que o toleramos. Não o leve a mal.

Pareceu-me incrível tal despropósito: mas dias depois interroguei o major A. Elison Júnior, americano do norte, muito inteligente e orgulhoso de seu país:

– Major, referiu-me Sérgio esta anedota: devo crê-la?

– Dadas as circunstâncias, as cousas deviam passar-se como ele referiu: são os costumes da terra.

Nada semelhante é possível no Brasil.

O senhor tem o direito de castigar corporalmente o seu escravo: mas a lei só tolera castigos moderados; e na prática as sevícias são exceções, conquanto infelizmente não raras. Acessos de ira, medo de insurreições, avareza ou má índole, qualquer destas causas tem feito bastantes vezes exagerar os castigos, abusando de uma faculdade, em si perigosa. E a propósito direi que sempre condenei o direito que se arrogaram os nossos fazendeiros de fundar cada um na sua herdade um cemitério e sepultar os escravos que morrem, sem fiscalização alguma de autoridade civil ou eclesiástica.

Entretanto, repito, as cruzezas são exceções: a regra é a brandura, e mesmo o demonstraram alguns estilos, geralmente admitidos. Assim, o escravo que fugiu, voltando apadrinhado, não se castiga; seria um insulto ao padrinho. O que comete um crime, só quando este é muito grave, deixa de aproveitar-se do mesmo recurso. Começado o castigo, para que cesse, é suficiente dizer alguém, de casa ou estranho – “Basta por esta vez; perdoe”. É melindre de civilidade não recusar o perdão.

Esta última reflexão faz-me ocorrer mais uma confrontação entre os nossos costumes e os americanos. Em viagem com o engenheiro Garnet, passávamos por um terreiro onde o fazendeiro, de braços cruzados, assistia a uma dessas execuções de justiça doméstica.

Intervim em favor da vítima; e o senhor apenas ouviu a minha voz, com um gesto fez cessar a pancadaria, e voltando-se de chapéu na mão nos disse com suma polidez: “Queiram perdoar, meus senhores; se eu os tivesse visto, teria interrompido o castigo antes mesmo de o pedirem; o rapaz não apanhará mais; fiquem certos.”

Trocados cumprimentos, picamos as bestas, e diz-me o meu coronel americano, aliás homem ilustrado: “Se fosse nos E. U. a resposta infalível seria – Não é da sua conta, o negro é meu escravo!”

Esboçando assim o caráter da escravidão no Brasil, não me inspiro em um patriotismo mal-entendido para desculpar o que era condenável; e menos me faço apologista da instituição: nunca o fui.

Sobre o meio menos prejudicial de extingui-la, tenho hoje opinião feita, que externei pela imprensa, enquanto se discutia nas câmaras a lei de 28 de setembro.

Talvez erro, mas convicção sincera, cujos elementos pretendo consignar neste capítulo, para justificar-me de ter tentado embaraçar a passagem da lei.

No 2º cap. desta autobiografia (pág. 22), escrito em meados de 1870, deixei consignada a perplexidade do meu espírito sobre esse gravíssimo problema. Até então, e ainda um ano depois era ele somente estudado no Conselho de Estado, em rigoroso segredo.

As Falas do Trono em 1867 e 1868 tinham aventado a ideia sem desenvolvimento, e nada se fazia para esclarecer a nação. O Ministério Itaboraí eliminou o assunto dos discursos da coroa.

A verdade é que a emancipação não era uma aspiração nacional como pretenderam, por falso patriotismo uns, outros por adulação ao imperador, que tomou a iniciativa com a responsabilidade de seus ministros; disse assim no Senado o conselheiro Zacarias.

Em tese, ninguém no Brasil sustentava a instituição: somente a reputavam um mal de difícilíssima extirpação.

Tavares Bastos, advogando pela imprensa a emancipação, Silveira da Mota, iniciando no Senado projetos que a preparavam, não atraíam sobre si animosidade pública, mas é certo que tais propagandas eram geralmente consideradas generosas utopias.

Não se pode escurecer que sérias dificuldades assoberbavam os espíritos. Por um lado todo o trabalho, toda a produção estava dependente do braço escravo; por outro lado, nem uma tentativa de colonização tinha produzido resultados sérios. E é também de presumir que o escravo libertado em geral se recusará a trabalhar, ao menos por algum tempo: a liberdade para eles é o direito de ficar em ociosidade.

Por causa destas dificuldades, não no pensamento de perpetuar a instituição servil, é certo que em 1866 a emancipação não era uma aspiração nacional.

Não era também aspiração imperial: o que provo com os seguintes fatos. Pimenta Bueno, depois visconde de S. Vicente, era um senador instruído, publicista de alguma notoriedade, sem ter escrito sobre a escravidão, não tendo acompanhado a iniciativa do seu colega Silveira da Mota, no silêncio de seu gabinete formulou uns projetos que vieram a ser a base de todo o estudo e da lei promulgada.

Mas, guardando absoluto segredo, foi levar os seus apontamentos a S. M. I. em 23 de janeiro de 1866.

“A matéria é tão grave, dizia o memorial, que eu não teria ânimo de tomar a iniciativa como senador sem subordiná-la previamente à sabedoria de V. M. I.”

Guardados, memorial e projetos, no gabinete imperial, não houve deles a menor notícia; não foram submetidos ao Conselho de Estado; e os ministros de então, que serviram até 3 de agosto, disseram depois que não tinham tido conhecimento de tal iniciativa.

A aspiração gerou-se no ânimo do imperador em agosto de 1866 ao receber uma mensagem da Junta Francesa de Emancipação, na qual figuravam nomes como Guizot, Broglie, Mont’Alembert, Laboulaye, etc. O mesmo paquete que trouxe a carta levou a resposta imperial,¹ subscrita pelo ministro da Justiça, sem estudo, sem audiência do Conselho de Estado, que só foi convocado em fevereiro de 1867, sem deliberação do Ministério, e parece que até sem ciência dos outros ministros.

L’Etat c’est moi. O imperador respondeu que apenas melhoradas as penosas circunstâncias de então (guerra com o Paraguai), o governo imperial consideraria como objeto de primeira importância a emancipação dos escravos, que não passa de questão de forma e de oportunidade.

Imprimindo assim à iniciativa o cunho de sua individualidade, o Sr. D. Pedro II tinha manifestamente dous fins: 1º) Mandar à História o seu nome como libertador dos negros no Brasil; 2º) Firmar o seu poder pessoal e a crença de que só dele pode vir o bem. Duas ambições, uma nobilíssima, outra muito egoística, que ambas concorreram para viciar o estudo da gravíssima questão que se levantava.

1 Nota em 1888. O Dr. Nabuco declarou em um artigo de jornal que possui a minuta pelo punho do imperador.

Seis meses depois da carta dos sábios franceses foi convocado o Conselho de Estado, e só então saíram da gaveta os projetos S. Vicente, que foram a base das discussões. Mas começando estas em fevereiro de 1867 nas sessões secretas do Conselho de Estado, até 1870 não se publicou um parecer, não se instituiu exame algum público, não foi decretada, nem proposta às câmaras, medida alguma preparatória, como devia ser o arrolamento da população escrava.

Apenas as Falas de abertura do Parlamento, em 67 e 68, aventaram a questão em termos vagos, sem alusão alguma a uma solução preferida. Nas Falas de 1869 e 1870 este tópico foi omitido por imposição do v. de Itaboraí e seus colegas sabidamente adversos à emancipação. E não foi outra causa principal da queda do visconde em 1870, sendo ainda sustentado pelas câmaras.

Nesse ano os conservadores que formavam a câmara unânime, eleita em 1868, se achavam divididos; e percebendo os dissidentes a divergência (era muito notória) entre a coroa e os ministros na nascente questão da emancipação, fizeram ato de adesão à iniciativa imperial, elegendo uma comissão especial para estudar a matéria. Esta comissão, dirigindo-se ao governo, pôde obter, com a condição de guardar segredo, comunicação das atas do Conselho de Estado e apresentou seu parecer aceitando a base ali predominante, liberdade dos ventres, com trabalho forçado para os que nascessem, sendo conservados até os seus 21 anos em poder dos senhores pais.

A comissão parlamentar acrescentou uma ideia, que depois o imperador aceitou e fez incluir no projeto proposto em 1871: faculdade deixada aos senhores de optar entre os serviços até 21 anos, e a entrega das crianças de oito anos ao governo mediante indenização.

Medida que, a meu ver, piorou a solução; mas não antecipemos.

Apeado Itaboraí, e completo o fiasco do gabinete S. Vicente, que dizia ter por programa conciliar os partidos em benefício da emancipação, ergueu o imperador a combinação Paranhos, que com algumas modificações ainda governa, hoje 29 de julho de 1872.

Era Ministério sabidamente palaciano. Paranhos¹ tinha boa alma, bela inteligência, cultura de espírito e professava dedicação sem limi-

1 Visconde do Rio Branco.

tes a S. M. I. como de si disse Sales Torres Homem.¹ E para ficar o gabinete bem caracterizado, fez parte dele Cândido Borges Monteiro,² que ostentava não dedicação, mas obediência cega.

Organizado este Ministério em março de 1871, em maio o imperador retirou-se para a Europa, ao passo que os seus ministros propunham o projeto, hoje lei de 28 de setembro. Disse então, e geralmente se acreditou, que era propósito imperial não voltar ao Brasil se a lei não fosse votada pelas câmaras.

Ameaça de orfandade, que decerto contribuiu para o resultado.

Tal é o histórico da medida com que foi encetada a emancipação dos escravos: é tempo de apreciá-la em seu valor intrínseco.

O futuro historiador que houver de julgá-la precisará coligir para seu estudo as seguintes publicações:

1º – Elemento servil. Parecer e projeto de lei iniciado na Câmara em 1870. – Um folheto.

2º – Trabalho sobre a extinção da escravatura. – Idem.

3º – Pareceres do Conselho de Estado nas sessões secretas de 1868, publicados em 1871. – Idem.

4º – Debates da imprensa e da tribuna, no mesmo ano.

Para anexar àqueles dados alguma cousa de objeções extraparlamentares à política imperial, citarei o meu parecer, impresso em folheto, durante a discussão da lei.

É nobre o pensamento da libertação dos ventres: o princípio – ninguém mais nasce escravo – inicia realmente a libertação; e é eficaz porque estanca a fonte única que, depois da extinção do tráfico africano, alimentava a escravidão. Deste tipo geral da lei não é ilícito murmurar: mas contém ela dous defeitos capitais que me fazem augurar mal os seus efeitos: 1º) Abandona à sua sorte os atuais escravos; 2º) Deixa as crianças que diz libertar escravos de fato até 21 anos, onde quer que assim o queiram os senhores dos pais.

O abandono da atual geração de escravos é completo: a disposição relativa a um fundo de emancipação nem parece cousa séria, tanto

1 Visconde de Inhomirim.

2 Visconde de Itaúna.

os recursos consignados estão em desproporção com o objeto a que se destinam. É passado quase um ano da promulgação da lei, e não há um ato, uma palavra, cousa nenhuma que indique a intenção de encetar sisudamente a libertação da escravatura que existia na data do famoso ato.

No debate, a todas as objeções dos senhores de escravos que não se resignavam à abolição, respondiam na imprensa e na tribuna: “Sossegai; não tocamos na propriedade existente.” Monsenhor Pinto de Campos na Câmara, Saião Lobato no Senado, na imprensa João Mendes de Almeida, escritor do Ministério, todos procuravam aquietar os senhores de escravos proclamando que ficava a geração presente entregue à sua sorte.

Este caráter de reforma determina um perigo para a sociedade, e mancha as glórias dos emancipadores de 1871.

Não se pode negar o perigo. Por cinco anos prometeu a palavra imperial a liberdade aos míseros negros, cujo triste desengano à última hora não pode deixar de exacerbar o seu ódio natural aos brancos. Mas elevando a questão a uma altura maior do que a da nossa segurança, uma exclusão semelhante revolta a filosofia, a religião, a humanidade! E o Sr. D. Pedro II, que inicia a emancipação, adiando as dificuldades para uma época em que ele não reinará, bem mostra que teve em vista a sua glória pessoal, não o futuro da pátria.

Este caráter odioso da solução adotada não podia escapar ao Conselho do Estado, onde há muita ilustração; mas deliberando em segredo, porque não se tratava de preparar a opinião do país para a reforma, mas de impô-la para a maior glória do iniciador, a base das cogitações devia ter sido esta – até onde é possível a imposição? – Daí a ideia de garantir aos senhores de escravos a sua propriedade atual, deliberando só para os nascituros: entretanto salvaram o princípio do fundo de emancipação, para inglês ver.

Para realização de tal programa, a lei de 28 de setembro é lógica; mas vejamos que futuro nos prepara ela, supondo (o que eu não creio) que se execute sem perturbações.

Passaremos oito anos, até 1879, a matricular ingênuos filhos de mães escravas: presumia a comissão parlamentar de 1870 que a primeira turma a completar oito anos será de cerca de 27,000 que os senhores terão o direito de entregar ao governo, mediante indenização pecuniária. Cada

um dos anos seguintes completará oito nova turma pouco menor, decrescendo em lenta progressão. Admita-se que metade prefere a entrega ao governo.

Não falemos do imenso ônus pecuniário imposto ao Tesouro, justamente quando a produção diminui, porque os braços escasseiam. Mas o que há de fazer a administração pública de 12 ou 14 mil órfãos que receberá anualmente? Fundará asilos para educá-los? Mandá-los-á para os arsenais, onde já hoje são precisos grandes empenhos para admitirem um menino pobre? Não, decerto.

Hão de reproduzir a galanteria da distribuição de africanos livres (os apreendidos na importação) cujos serviços adjudicavam aos amigos, aos protegidos, aos capangas eleitorais, a tratantes que em geral os reduziam à escravidão.

Ou talvez organizaram companhias para especular com os serviços das míseras crianças, cujos pais permanecem na escravidão. E pois que indivíduos ou companhias só cuidarão de seus lucros, dos famosos ingênuos remidos pelo governo aos 8 anos, os que chegarem à maioridade isolados, sem família, sem educação, sem pecúlio, não serão mais do que viveiro em que se recrutem as quadrilhas de ladrões ou os exércitos imperiais.

Não nos será muito mais útil o destino e condição da outra metade dos nascituros conservados em poder dos senhores dos pais até a idade de 21 anos.

Na infância serão mais felizes que os pupilos do governo: comerão o pão e respirarão a atmosfera da escravidão; mas não terão ideia de uma existência melhor, e não lhes faltará o que constitui a primeira necessidade dos tenros anos, o regaço da mãe; mas depois da puberdade, quando forem fortes e souberem que são livres, ingênuos, a concorrência no trabalho forçado com os irmãos e pais cativos, há de anarquizar os estabelecimentos rurais, e ser talvez origem de muitos crimes.

Que não o seja: figuremos o caso mais favorável. O que é aos 21 anos o ingênuo da lei, declarado repentinamente cidadão, analfabeto, sem ofício, sem pecúlio, sem família, inçado dos vícios da senzala em que permanecem seus pais, aborrecendo o trabalho até ali forçado, e cheios de ódio, justamente os de melhor caráter, contra os que conservam no cativeiro os pais e as mães?

E dizer que cada ano lançará na sociedade 20.000, 18.000, 15.000 indivíduos naquelas condições! Que se pode esperar deles?

Tudo isto se refere ao caso de executar-se a lei, como nela se dispõe. Mas, se as suas consequências previstas e imprevistas força-rem novas medidas e aceleração do processo, por que meio se chegará à abolição? Por ora, parece que ninguém pensa em tal futuro, e eu não tenho a pretensão de ser profeta: mas creio que, se não tratarem seriamente de libertar os pais, ao passo que emancipam os filhos, isto é, se continuar sacrificado e proscrito o princípio da família, podem temer-se grandes desordens econômicas e sociais. Permita Deus que eu não seja mais do que um terrorista visionário!

Um pequeno incidente, a que assisti no Senado, caracteriza bem a condição dos futuros cidadãos, preparados pela lei. Interrogado sobre os castigos corporais o marquês de S. Vicente, primeiro autor do projeto, respondeu que os filhos dos ventres livres ficariam sujeitos aos mesmos castigos que seus pais escravos.

Aflito com tal declaração, o presidente do Conselho entendeu modificar o seu péssimo efeito, dando-lhe outra redação. Disse: “Obrigados a servir até à maioria aos senhores de seus pais, os ingênuos da lei ficarão sujeitos a correções; mas a este respeito a lei confia na humanidade dos senhores.”

Só desta, pois, dependerá não serem surrados os moços livres.

Não faltou quem estranhasse a minha oposição à lei de 28 de setembro; alguns me consideraram um defensor disfarçado da escravidão. Engano e injustiça.

Enquanto não tive opinião feita (e só a tive em 1871), enquanto o meu espírito oscilou nas perplexidades de que falei na pág. 22 deste livro, eu nunca combati nem aplaudi os imperiais entusiasmos emancipadores: eram mesmo as incertezas em que flutuava uma das razões por que estimei deixar de assumir responsabilidades políticas. Mas a opinião que sustentei em 1871 é convicção profunda: se é erro, é de inteligência.

Parto das minhas impressões sobre colonização: nada espero dos colonos que são importados a tanto por cabeça. Imigração espontânea, não a temos quase, nem sei quando a teremos.

Concluí que a necessidade é libertar os braços existentes, fixando-os no país. E é impossível fixá-los e torná-los úteis destruindo o princípio da família, principal defeito da lei.

Para não desorganizar o trabalho, cumpre considerar a emancipação como questão econômica, antes do que filosófica. Como problema econômico, qual a base aceitável? Confesso que a este respeito me inspirei em um artigo anônimo do *Jornal do Comércio*: o seguinte pensamento parece-me um raio de luz: a escravatura representa um capital rendoso, e todo o capital produtivo tem em si próprio meios de amortização.

Um imposto sobre os proventos do trabalho escravo, ao qual se anexariam os que já hoje se derivam dessa fonte, formaria um fundo robusto de amortização ou de emancipação.

Para facilitar os cálculos, o novo imposto devia ser *ad valorem*, uma porcentagem do valor de cada escravo: equivaleria a abandonar o senhor uma quota dos lucros que lhe dá a escravatura, para remi-la. Nada mais justo.

Libertar gradualmente os escravos, por famílias, nunca as truncando; estabelecendo preferências próprias para moralizá-las; os que tivessem mais filhos, os que empregassem pecúlio em compra de terras, os que celebrassem contratos de serviços com seus antigos senhores, etc., etc.; sorteando depois de esgotadas as preferências.

Exigir dos libertos que tenham ocupação e meios de vida: colocar os que não os tivessem em colônias agrícolas, dando-lhes terras grátis.

Estas disposições, e uma boa lei de locação de serviços, e outras medidas acessórias, poderiam garantir a emancipação completa antes do fim do século, convertendo a escravatura em classe de trabalhadores livres. Parece-me que 1899 deve ser o limite mais remoto que deviam ter em vista os legisladores; não legar ao século seguinte a instituição servil.

Veja-se o projeto substitutivo oferecido pelo deputado Perdígão Malheiros, que é um juriconsulto de nota; e também o meu panfleto – *A emancipação aos escravos: parecer de C. B. Ottoni*.

Dir-se-á que um tal plano seria repellido pela massa da população, composta em grande parte de senhores de escravos; ao que respondo que o plano preferido também não foi aceito pela opinião, mas imposto com a cominação – se não votarem, não voltarei ao Brasil. Eu disse um dia

depois de votada a lei ao conselheiro Teixeira Júnior, um de seus colaboradores: “O trabalho forçado, ou escravidão de fato até 21 anos, tira quase todo o mérito moral à libertação dos ventres.” Respondeu-me – É verdade; mas sem essa concessão a lei não passaria nas câmaras. – Tanto é certo que foi imposta.

Eu não tinha obrigação de envolver-me no debate: mas a minha abstenção desde 1868 nunca foi completa, todas as vezes que um ato do governo, uma ocorrência importante, um debate notável me atraía a atenção, eu cedia ao *scribendi cacoethes*; de vez em quando lá levava à *Reforma* o meu artiguinho.

No caso de que agora trato, deixei-me arrastar à veleidade de escrever dous ou três artigos anônimos, aos quais as penas pagas pelo Ministério responderam com as palavras: escravagistas, egoístas, adoradores do bezerro de ouro, e outros desaforos semelhantes.

Irritado por estas grosserias, resolvi moralizar a minha oposição, assinando os escritos; e logo moralizei também as penas ministeriais, que começaram a argumentar, e abstiveram-se de insultos aos adversários.

Assim arrastado, acompanhei os debates até a votação da lei no Senado. Faça votos que venha a verificar-se, são todas as minhas apreciações e críticas filhas de um espírito acanhado, timorato e terrorista. Assim seja.*

* Nota em fevereiro de 1889. Nem todas as minhas previsões eram de visionário: vejam-se os últimos capítulos deste livro e o Apêndice.

.....

XI

11 de novembro de 1873

RADICALISMO E REPUBLICANISMO. – ELEIÇÃO DE 1872. –
INCONFIDÊNCIA: TIRADENTES, CLÁUDIO MANUEL DA COSTA. –
USUFRUTO DA E. [ESTRADA] DE F. [FERRO] DE D. PEDRO II.
– CONTRATO PARA O RIO GRANDE. – VIDA PRIVADA.

NOS DOUS ANOS decorridos depois dos acontecimentos até aqui expostos conservei-me na posição de que já dei ideia: sem compromisso com partido algum, sem assumir responsabilidades de jornalista, sem afixar a pretensão de salvar a pátria, mas sempre interessando-me pela causa pública e externando pela imprensa o meu parecer, quando isso me parece necessário ou conveniente. Não tenho podido sujeitar-me à abstenção completa a que estava resolvido em 1868.

Neste período assumi algumas responsabilidades políticas que pretendo registrar, tendo hoje um motivo especial para pôr em dia estas memórias. O motivo é que julgo-me em vésperas de assinar com o governo imperial um contrato para estudos e construção de uma estrada de ferro no Rio Grande do Sul.

Esta empresa, se se realizar, me imporá grande responsabilidade moral e pecuniária: pode comprometer ou consolidar a pequena reputação que tenho de homem enérgico e cumpridor de seus deveres; e pode diminuir ou aumentar a minha modesta fortuna. Em todo o caso criar-me-á uma existência diferente da atual, hábitos de atividade, necessidade de viagens, novas relações.

Será matéria para outro ou outros capítulos, se os escrever: os fatos de que passo a ocupar-me, sendo anteriores, em nada se ligam nem dependem do projeto em questão; mas comecei por mencioná-lo porque, desejoso de retratar-me neste livro tal qual sou, nem melhor nem pior; quero que meus futuros leitores conheçam sob que impressão escrevo.

A minha posição entre os monarquistas e os republicanos é a mesma que descrevi nas págs. 175 a 177. A *República* dirigida hoje por Francisco Cunha, do Rio Grande, que só conheço de nome, e por Quintino Bocaiúva, mais de uma vez tentou atrair-me à sua solidariedade, ao que constantemente me esquivei, sem todavia colocar-me em hostilidade com ela. Esta atitude, eu a desejava definir em público, e para isso deparou-me ocasião um republicano dissidente dos seus, que na *Reforma* de 3 de julho deste ano disse ter-me eu despedido do diretório porque o partido ia mal. Respondi pela mesma folha no dia 4 nos seguintes termos:

“Peço licença à redação da *Reforma* para retificar em suas colunas um engano de fato que nelas hoje notei com referência ao meu nome.

“Diz o artigo a que aludo:

‘A princípio o Sr. C. Ottoni fez parte do diretório republicano. As cousas andaram ruins e o Sr. Ottoni não quis mais ser diretor.’

“Nunca fiz parte do diretório a que se alude; e julgo não dever autorizar com o meu silêncio a ilação que deduzem da minha suposta retirada.

“O engano provém talvez de ter eu assinado o manifesto; mas então não havia diretório nem partido organizado.

“Fui membro do Clube Radical, que depois resolveu declarar-se Clube Republicano. Ainda o era quando a comissão encarregada de redigir o manifesto o apresentou e a reunião deliberou que assinassem todos os presentes.

“Não hesitei, porque tendo-me sido mostrado previamente o manuscrito, reconheci, depois de uma leitura muito refletida, que nos pontos capitais estava ele em harmonia com as minhas opiniões e impressões.

“Do diretório, que depois nomearam, repito, nunca fui membro. – C. B. Ottoni.”

Respondeu a *República* no dia 5, fazendo-me muitos cumprimentos e alegando que eu fora membro da comissão redatora do manifesto. Ao que repliquei, como se vê do seguinte artigo que saiu no dia 6 na mesma *República*:

“O nosso ilustre correligionário Sr. Cristiano Ottoni remeteu-nos, para serem publicadas, as seguintes linhas:

“Agradecendo à redação da *República* as palavras obsequiosas com que hoje me honra, peço-lhe licença para retificar um engano que noto no pequeno artigo a mim relativo. Não fui, como se diz, um dos membros da comissão redatora ao manifesto: tinha sido nomeado, é certo; mas, não estando então presente, declarei logo que soube da nomeação que não a aceitava.

“Esta declaração foi feita verbalmente e por escrito ao senhor conselheiro Saldanha Marinho, relator da comissão. – Julho, 5. – C. B. Ottoni.

“Pedimos desculpa ao nosso ilustrado correligionário por esse ligeiro engano, aliás muito justificável, porque nem à assembleia de republicanos que o elegeu membro dessa comissão, nem particularmente a nenhum dos nossos amigos constou jamais a renúncia do cargo: e tendo aparecido o nome do nosso ilustre correligionário entre os membros da comissão que assinaram o manifesto em primeiro lugar, o nosso engano era mais do que plausível.¹

“Essa circunstância, porém, é de mínimo valor. Redator ou não do manifesto republicano, o essencial para nós e para o país é que tendo-o assinado o nosso ilustre correligionário por achá-lo de acordo com as suas opiniões e impressões, o seu nome ficou valendo para a ideia republicana no Brasil o mesmo que ele vale para nós individualmente.

¹ Vide págs. 149 e 150.

“O país tem tanto que esperar da alta capacidade do nosso ilustre correligionário, o partido republicano tanto se honra de ver a sua pessoa nas fileiras dos defensores da boa causa, que a solidariedade política estabelecida pela sua assinatura no Manifesto constitui para nós mais um elo de honra, constitui uma fagueira esperança para a nossa pátria e uma força poderosa para o nosso partido, que se orgulhará sempre de poder entrar em batalha sob o comando de um tão ilustre chefe.”

Houve ainda tiroteio entre a *República* e seu correligionário dissidente, que não sei quem era: mas eu não voltei a carga porque pareceu-me que em relação a mim a questão estava bem posta. Os cumprimentos da *República* comprometem-me *quantum satis* para que saiba a Monarquia que não deve contar comigo: as minhas ressalvas limitam a minha responsabilidade e conservam-me fora da milícia política.

A democracia ganha terreno; mas... chame amanhã S. M. I. ao poder os liberais, façam eles ou não façam alguma reforma, abram a cornucópia das comendas, baronatos e patentes da G. N... e adeus mesquita republicana. Para assistir depois a um espetáculo semelhante, não devo afadigar-me.

Em 1872 tive ocasião de fazer-me eleger de novo deputado por Minas; mas pareceu-me que tendo tido pouca atividade política desde 1868 seria imodéstia apresentar-me: recusei a candidatura, que aliás me aparecia sob os melhores auspícios.

Dissolvida a Câmara, o Ministério, não só para demonstrar imparcialidade, mas, principalmente, para excluir o Dr. Pinto Moreira, que havia atacado com veemência o presidente do Conselho, ordenou que deixassem eleger liberais pelo segundo distrito, onde estavam eles em notável maioria. Tais foram as instruções dadas ao presidente nomeado, senador Godói, o qual mandou à minha casa seu irmão uterino brigadeiro Pinheiro Guimarães, aconselhando que me apresentasse. Foram eleitos Martinho Campos e Inácio Martins, e por falta de meu nome, que concentraria os votos, repartiram-se por dous ou três moços novos que pleitearam: a favor da divergência, surgiu eleito um conservador, Dr. Camilo de Figueiredo.

Por esse tempo, quebrei mais uma vez a minha abstenção da imprensa, publicando na *Reforma* uma série de artigos, vingando a memória do simpático Tiradentes deprimida por Joaquim Norberto em um

livro que publicou com investigações históricas da conspiração mineira de 1789. Fora ele, com relação ao ilustre enforcado, de escandalosa parcialidade que tenho consciência de haver confundido. Este trabalho de crítica não sofreu contestação.

No escrito publicado limitei-me a tratar de Tiradentes, mas impressionou-me outra observação que aqui consignarei como episódio de certo interesse.

Cláudio Manuel da Costa, um dos conspiradores, talvez o mais ilustrado, foi encontrado morto na prisão em Ouro Preto, e oficialmente declarado suicida. Certa voz pública ou tradição passou de um século a outro denunciando assassinato, e a história não tinha bem esclarecido este ponto. J. Norberto declara tê-lo resolvido verificando o suicídio: mas a sua demonstração parece contraproducente, provar o assassinato.

Baseia-se no corpo de delito feito sobre o cadáver, e publica textualmente esse documento. Descreve a posição do corpo, pendurado de uma estante que não tinha altura suficiente, os pés tocando o chão: diz que para realizar o estrangulamento precisara o infeliz esticar a corda, empurrando a estante com o braço erguido verticalmente, e que nesta atitude foi achado o suposto suicida.

Ora, isto é simplesmente impossível: se tal fizesse o preso, no momento em que perdesse os sentidos, e certo antes da morte, o braço cairia ao longo do corpo por efeito inevitável da gravidade. Qual a força que conservou erguido o braço até a rigidez cadavérica, que ocorre algumas horas depois da morte? A mentira do corpo de delito é manifesta, e não vejo que pudesse ter outro fim senão o de encobrir o crime.

Se Cláudio Manuel da Costa foi assassinado, como creio em vista do exposto, os autores do crime foram agentes da justiça d'el-rei: outra autoria não seria ocultada ou disfarçada; mas os fabricantes do corpo de delito foram ineptos.

Era a melhor inteligência dentre os conjurados, poeta, economista, jurisconsulto: diziam-no encarregado de redigir o código das leis da projetada república; teriam receio do que ele poderia escrever na prisão ou

no degredo? Esta morte é pois um dos mistérios tenebrosos dos cárceres do despotismo.¹

Antes de se me deparar a oportunidade da empresa do Rio Grande, fiz outra tentativa industrial, que não produziu efeito: não a omito porque assumi a responsabilidade de uma proposta.

Em janeiro deste ano, 1873, três capitalistas, Mesquita, Dr. Marques de Sá e F. Figueiredo, convidaram-me para, associado a eles, fazeremos uma proposta, em concorrência com outra do B. de Mauá, para contratar o usufruto da Estrada de Ferro de D. Pedro II, e conclusão dos prolongamentos decretados.

Tomava então corpo o descrédito da gestão da empresa por agentes do governo; ia-se generalizando a convicção da necessidade ali do interesse e ação individual. Daí a proposta do B. de Mauá, de cujas bases, suspeito eu, tiveram notícia os meus três sócios capitalistas por um meio pouco curial. Disseram eles conhecer as feições gerais, não os algarismos da proposta, com a qual íamos concorrer.

Propus que associássemos também o engenheiro Herculano Pena, e depois de alguns estudos, propusemos os cinco as bases seguintes:

Usufruto da estrada de ferro. Emprego da renda líquida nas construções. Emissão em ações do mais capital necessário. Prazo de nove anos para ligar os trilhos à navegação do rio S. Francisco. Continuação do usufruto até amortizar a emissão com o juro de 7%. Entrega afinal ao governo.

Pedíamos 16 anos: segundo nossos cálculos, esperávamos que a renda líquida do 16º e parte da do 15º seria lucro líquida.

Como se vê era uma empresa vastíssima de grandes esperanças e não menores perigos. Eu e o meu amigo Pena contávamos poder melhorar a administração, reduzir a despesa de custeio, desenvolver a renda, dar grande impulso à construção, fundar glória e fortuna. Mas o quadro tinha reverso: muitas previsões podiam falhar e a produção decair na crise da transformação do trabalho. Assumir tais responsabilidades na minha idade já avançada era talvez temeridade; não estou longe de crer que, desprezando a proposta, o governo obsequiou-me.

¹ Vide Nota F.

Quando a apresentamos, dizia-se que a do Mauá estava aceita; mas ou fosse o boato falso, ou as nossas condições mais vantajosas embaraçassem a adjudicação, o governo guardou silêncio.

As medidas do novo diretor parecem indicar a intenção de conservar na empresa o *statu quo*.

Até a presente data, a última responsabilidade que assumi, quer em forma de proposta ao governo, quer por meio de manifestação pela imprensa, refere-se ao assunto a que aludi no princípio deste capítulo, estradas de ferro no Rio Grande do Sul.

O Poder Legislativo votou rs. 40.000:000\$000 para duas grandes linhas, comunicando com a fronteira argentina as duas cidades de Porto Alegre e Rio Grande, com ramais de ligação entre as duas, cerca de 1.500 quilômetros. No debate parlamentar ficou averiguado que os recursos comerciais destas linhas seriam por poucos anos escassíssimos; e por serem os seus principais fins administrativos, políticos, estratégicos, foi preferida a construção a expensas do Estado.

Daí nasceu-me a ideia de uma proposta de empreitada, associando-me a um engenheiro e a um capitalista, cujas bases deviam ser e foram:

Fixação pelo governo dos pontos obrigados. Apresentação de planos e orçamentos, demonstrando o custo médio quilométrico. Adjudicação por esse preço, se não preferir o governo construir por administração ou abrir hasta pública, garantindo-nos no último caso preferência tanto por tanto. Pagamento dos estudos, por preço quilométrico fixado no contrato.

Eis os motivos de minha deliberação. Estou há cinco anos ocioso, e sinto alguma disposição para o trabalho, que pode ainda aproveitar à minha família. Nos meus dez anos de Estrada de Ferro de D. Pedro II pouco me ocupei com o custeio: estudos, adjudicação, construção e questões conexas, foram a lição que me ficou melhor estudada.

Não faço esforço para voltar à milícia política; não quero ser empregado público; não aceito posição dependente de caprichos ministeriais ou imperiais; não tenho jeito para negociante ou fazendeiro: em que hei de empregar uns restos de atividade, a não ser em uma empreitada de caminho de ferro?

Demais, tenho fé que poderei fazer alguma cousa que seja útil ou meu país, que aumente alguma cousita os meus recursos pecuniários e ao mesmo tempo o valor moral do nome que deixo a meus filhos. Não hesitei pois.

Meus sócios são dous amigos, em cujo lealdade confio: Dr. Caetano Furquim de Almeida e engenheiro Herculano Veloso Ferreira Pena.

Não aprovo, em princípio, os estudos por empreitada; penso que, em regra, devem ser feitos por administração, a cargo do capital. Mas o governo tem estabelecido precedentes de adjudicação, e tive razão de saber que pretendia recorrer, no caso presente, ao mesmo expediente, como fez para os prolongamentos da Bahia e Pernambuco.

Apresentada a nossa proposta, e tendo eu conferenciado com o ministro da Agricultura e com o visconde do Rio Branco, presidente do Conselho, verifiquei que reinavam nos espíritos grandes dúvidas e ideias incorretas a respeito da bitola preferida. A propaganda americana de bitola estreita, repercutindo no Rio de Janeiro, tem pregado grandes exagerações: chegou a sustentar um engenheiro que a de 1m,00 aplicada ao mesmo leito da de 1m,60 pouparia mais de metade do custo; o que é perfeito despropósito. A verdade é que a bitola larga e a estreita tem cada uma a sua missão, conforme os acidentes do terreno, o destino da estrada e a massa de transportes esperada.

Nestas circunstâncias entendi que prestaria serviço à causa pública e à minha empresa, esclarecendo a questão e corrigindo os erros em voga. Se o fizesse em conferências verbais com os ministros, as minhas palavras poderiam ser desvirtuadas e alvo de intrigas: entendi pois moralizar a minha ação por meio da publicidade.

Na gaveta em que guardo um exemplar de cada uma das minhas publicações está o meu folheto – *Bitola dos caminhos de ferro* –, que inserto na *Reforma* e impresso em avulso há dous meses, não sofreu a mínima contestação.

O sucesso deste panfleto foi notável: atribuo em parte a ele o decidido empenho que mostra o governo em reduzir a contrato a minha proposta, ainda em discussão, hoje 24 de novembro de 1873.

– Dezembro 29. Vou fechar este capítulo. No dia 20 foi assinado o meu contrato, o qual se lê no *Diário Oficial* de 24. Tenciono dedicar-

-me em corpo e alma ao desempenho das obrigações contraídas; mas não é fora de propósito consignar aqui as minhas impressões acerca do espírito deste ato do governo em relação à minha pessoa.

Que o imperador continua a reinar, governar e administrar, não há a menor dúvida: portanto S. M. I. quis que tratassem comigo. Por quê? Não por afeição pessoal: não lhe poderá agradar as minhas opiniões políticas, nem o meu pronunciamento sobre a lei dos ventres livres, nem a minha ausência do Paço. Há mais de quatro anos não lhe apareço, nem o procurei nas vésperas do contrato, como o fazem a maior parte dos proponentes. Por isso, e visto o grande empenho de adiantar o projeto, posso concluir sem imodéstia que foi preferida a minha proposta porque nas altas regiões foi julgada a mais garantidora de uma pronta ação. Motivo honroso para ambas as partes.

Recebendo tal demonstração de apreço, abandono o propósito que tinha formado de nunca mais ir a São Cristóvão, e irei despedir-me, partindo para o Rio Grande. Pretendo embarcar no dia 20 de janeiro de 1874.

– Não terminarei o que por ora tenho que dizer sem algumas palavras a respeito da minha vida privada. A única alteração na família é que há 15 meses casei minha filha Virgínia com o barão de Madalena, e há quatro meses me fizeram avô.

Está felizmente bem casada tanto quanto me é possível prever o futuro, penso que será a minha Virgínia uma mãe de família respeitável, respeitada e feliz. Deus a abençoe e aos que dela nascerem. *Nati natorum et qui nascentur ab illis.*

E eu que os veja.

Igualmente, visto que vou envolver-me, pela primeira vez desde 1866, em empresa que dará lucro ou perda, quero aqui consignar, que a minha pequena fortuna inventariada às págs. 89 a 94 não teve aumento, e sofreu a diminuição somente de rs. 13:000\$000 por ocasião do casamento de minha filha. Feitas algumas transformações de títulos, ora com lucro, ora com perda, sempre pouco importantes, os três prédios que conservo e os títulos que hoje tenho, avaliados prédios pelo custo, títulos pelos valores nominais, somam cerca de 140:000\$000. Regulo a minha despesa pela renda, como tenho feito em toda a minha vida.

Termino com o ano de 1873. Direi depois, se puder, da vida nova que vou encetar no próximo 1874.

.....

XII

Junho de 1875

LUTA ENTRE O PODER CIVIL E O ECLESIAÍSTICO: FANATISMO QUE
DESENVOLVEM OS ULTRAMONTANOS; SUA INFLUÊNCIA DELETÉRIA
NOS LAÇOS DA FAMÍLIA.

NÃO ESTÁ TERMINADA a primeira parte da minha empresa – planos e orçamentos da linha. – Concluíra-se, há alguns meses, os estudos de campo e prosseguem ativamente os de gabinete: depois de resolvida a adjudicação da construção à firma Furquim, Ottoni & Pena ou à outra, será tempo de registrar a minha vida desde a assinatura do contrato de 20 de dezembro de 1873.

Entretanto, tendo por estes dias alguma folga, dedico-a a uma questão alheia a interesses materiais, e que muito me preocupa: quero falar da luta que se travou entre o poder civil e o eclesiástico.

Nas páginas 29 a 31 deste livro consignei um defeito da educação religiosa que recebi, e que não pôde resistir ao racionalismo, quando o moço cultivava a sua inteligência.

Esta reflexão era muito sincera, porque a fé me parece útil e necessária: amplo em relação a ela o que Voltaire disse de Deus – Se não houvesse fora preciso inventá-lo.

Presentemente, observo na educação dada pelo catolicismo romano defeito oposto e mais funesta exageração de ascetismo, e de fanatismo. E como o que hoje mais alimenta estas tendências é a luta dos bispos ultramontanos com o poder temporal, direi as minhas impressões sobre o grave incidente.

Primeiro, a questão em si, como creio bem compreendê-la. O atual Papa Pio IX é um homem hábil e ambicioso: quando se agitou a questão da unidade italiana muito a favoreceu ele; e como a propaganda se fazia em nome da liberdade, da independência, do ódio à dominação austríaca, Pio IX era o primeiro liberal da Europa. Evidentemente aspirava à coroa da Itália unida, com Roma por capital. Mas tomou-lhe a dianteira o rei do Piemonte, caiu depois o poder temporal do papado; e essas decepções são a origem do *Syllabus*, documento enfezado e anacrônico.

Em falta da influência e preponderância que lhe daria em toda a Europa o trono e os exércitos da Itália apoiando o seu poder espiritual, já por si considerável, projetou ampliar o seu domínio sobre as almas dos católicos, contando arrastar outras nações a intervir em seu favor contra o rei usurpador.

Ligou-se aos jesuítas, cuidou de educar o clero pelos seus seminários, as sociedades, por meio das congregações docentes, preparando a todos para uma obediência cega aos bispos, que fundariam a sua dominação universal.

Da submissão dos padres são garantia as suspensões *ex informata conscientia*, arma tornada mais terrível no Brasil depois que aboliram por lei o recurso à coroa.

Em 1867 agitando-se esta questão na Câmara dei um voto contra o recurso, do que hoje me arrependo, e faço penitência, confessando o meu erro.

Eu via por esse interior muitos padres e vigários estúpidos e imorais: cria os bispos sinceramente empenhados em moralizar o clero; por isso concordei em deixá-los armados com as suspensões sem recurso.

Não vi que a pretensão se filiava a um vasto plano de avassalamento das consciências.

Seria fraca esta desculpa se eu não tivesse já reconhecido que me faltam qualidades necessárias ao homem político, a decisão, a previsão do futuro, a prontidão no encarar as questões por todas as faces: estou muito longe do que se chama – um estadista –. Hoje, porém, que os bispos do *Syllabus* desmascaram as suas baterias, bem vejo que muitos padres lhe resistiriam, se tivessem recurso do *ex informata conscientia*. Em 1867, sem dúvida, tive a vista curta.

Pesa-me isto porque, com a guerra à Maçonaria, com o aumento da intolerância religiosa, com a exaltação do fanatismo, grandes desordens se preparam: arreda-se alguma imigração útil e introduz-se a cizânia em grande número de famílias.

O nosso governo complica a situação, não se atrevendo a aplicar-lhe o verdadeiro remédio, que seria a decretação da completa liberdade das consciências e dos cultos: paliam com processos de desobediência, que de nada hão de servir.

Quando mesmo não seja abolida como convém a religião do estado, dos debates últimos ressalta a meu ver esta verdade: que o poder civil estará desarmado enquanto não estabelecer: 1º) o recurso à coroa das suspensões episcopais; 2º) o registro civil dos nascimentos e óbitos; 3º) o casamento civil; 4º) a secularização dos cemitérios.

Por que tanto teme o nosso governo essas reformas? Será porque elas estabelecem a liberdade das consciências, e todas as liberdades se ligam e se auxiliam mutuamente? Deploro tudo isto.

Os jesuítas, poderosos com a sua aliança com a Cúria Romana e pela importância que a eles, jesuítas, dão quase todos os governos, enquanto lhes servem de instrumento, têm conquistado grande preponderância em todos os países católicos; dedicam-se especialmente a preparar a mocidade para estender o domínio deles, jesuítas, às gerações seguintes. Com sofismas metafísicos, com exaltações de ascetismo, com exagerações relativas à existência além da morte, viciam as inteligências que conseguem dominar: o coitado a quem inspiram confiança de ordinário perde a virilidade, a iniciativa, quase a dignidade do homem não procura distinguir-se nem é suscetível de ambições nobres, porque o que importa é salvar a

alma: desprende-se dos amores da família, que são relações mundanas, só pensando nos seus interesses imortais: obedece cegamente ao padre porque é enviado de Deus. E o fanatismo que assim desenvolvem produz más consequências, mais extensas do que as de qualquer propaganda de ateísmo.

Minha família é católica: nunca tentei nem desejo destruir as suas crenças; mas procurei sempre, por meios diretos e indiretos, arredar dos espíritos certos desvarios de fanatismo que muito me desgostam. Assim, nunca lanço uma dúvida sobre a existência de Deus, a imortalidade da alma, a ideia de prêmio e castigo além da morte, e a pura doutrina cristã, que ninguém expôs em termos mais edificantes do que Ernesto Renan: à divindade do crucificado nunca aludo. E se um dos meus filhos ataca em presença da mãe ou das irmãs algumas destas bases fundamentais da religião, eu o repreendo. Mas não posso deixar passar sem epigrama a água de Lourdes, a impostura das aparições de Nossa Senhora, a tolice da Imaculada Conceição, a petulância da infalibilidade papal e outras asneiras semelhantes.

Mas, destas mesmas críticas me abstenho perante alguns parentes meus, fascinados pelos padres ultramontanos: sabendo que são sinceros em seus preconceitos, devo respeitá-los.

.....

XIII

31 de agosto de 1876

EMPRESA DO RIO GRANDE: BASES DO CONTRATO; DESENVOLVIMENTO
DOS TRABALHOS; DESISTÊNCIA DE DIREITOS; ADJUDICAÇÃO;
BALANÇO; CUSTO QUILOMÉTRICO DOS ESTUDOS.
QUESTÃO RELIGIOSA.

C ONQUANTO NÃO tenha ainda o governo adjudicado a construção da minha estrada de ferro no Rio Grande, está ajustada por acordo mútuo a eliminação da firma Furquim, Ottoni & Pena; entreguei ontem na Secretaria proposta para vender aos engenheiros que para lá vão os nossos instrumentos e arquivos, com o que daremos a última mão à liquidação da nossa empresa, limitada aos planos e orçamentos. É pois chegada a oportunidade que assinalei no começo do último capítulo, para continuar a registrar a minha vida desde dezembro de 1873.

Todo o ano de 1874 e o de 1875 até agosto foram dedicados principalmente, quase exclusivamente, aos trabalhos da empresa do Rio Grande, em execução do contrato de 20 de dezembro de 1873.

Pretendendo consignar aqui o resultado de nossos estudos, e convicto de que temos dado um exemplo moralizador de empreitada conscienciosa, começarei por notar que em parte as bases do contrato não são conformes com as minhas opiniões sobre a matéria.

Tratando nas págs. 92 e 93 do impulso que dei à construção da 2ª seção da Estrada de Ferro de D. Pedro II, consignei os princípios gerais que em meu entender devem ser respeitados, a saber:

1º Estudos completos e orçamento feitos por administração à custa do capital, antes de qualquer contrato para construção.

2º Adjudicação das obras em hasta pública.

3º Empreitadas, gerais ou parciais, por séries de preços.

Os estudos de traço e orçamento não são trabalhos que se possa razoavelmente empreitar, porque, 1º, é difícil orçá-lo previamente; 2º, é muito fácil resumir o trabalho, com prejuízo da linha projetada; 3º, depende de confiança, porque a verificação posterior não se faz sem quase outra tanta despesa. Mas, o governo firmara o precedente contratando os estudos dos prolongamentos da Bahia e Pernambuco e de uma linha para Mato Grosso; era evidente que assim procederia para os nossos projetos do Rio Grande. Pelo que não devia eu hesitar.

Para a fixação do preço quilométrico dos estudos não tomei por base os da Estrada de Ferro de D. Pedro II, que mais custaram por ser o terreno muito acidentado, e porque, faltando no país pessoal perito, tivemos de pagar grandes ordenados. As três linhas supramencionadas custaram (os estudos) rs. 1:000\$000 por quilômetro e atendendo eu a que o terreno no Rio Grande é mais descoberto e a alimentação mais fácil, ainda que os salários são mais altos, abati 15% e pedi rs. 850\$000 por quilômetro.

Para a adjudicação em hasta pública, por séries de preços, o governo se reservou faculdade e dela está usando. Se porém resolvesse adjudicar-nos a obra pelo orçamento, seria o contrato pelo preço médio quilométrico demonstrado no mesmo orçamento. Eu não quisera ser empreiteiro por série de preços porque este sistema estabelece a ditadura dos engenheiros, e em geral não tenho fé nas escolhas do governo. Por isso nos limitamos aos estudos.

Cumpre notar que não se tratava somente de traçar e orçar uma linha, mas também de resolver questões conexas importantes no ponto de

vista estratégico, sobre as quais o governo hesitava, oscilando entre pareceres controversos dos generais.

A 1ª questão era escolher entre duas linhas, da Cachoeira até Alegrete, cerca de 350 quilômetros, uma passando por S. Gabriel, outra mais ao N. por Santa Maria da Boca do Monte. Pela primeira direção opinava com força o conde de Porto Alegre, pela 2ª o marquês do Herval e outros militares.

A melhoria do segundo parecer foi levada à evidência pelo estudo de confrontação que instituímos e foi exposto longamente em relatório apresentado sobre a questão preliminar.

A linha por Santa Maria é mais barata quilometricamente, mais curta, mais defensável em caso de guerra, mais expedita em relação à fronteira do Uruguai, para a remessa de tropas e munições.

A 2ª questão a resolver era se a construção devia começar de Porto Alegre ou da margem direita do Taquari, como indicara o marquês do Herval. Reconheceu-se que é fácil estender até o Taquari a navegação da Lagoa dos Patos, evitando a construção de quase 80 quilômetros de via férrea e a ponte sobre aquele rio que havia de custar mais de 3.000 contos.

A 3ª questão dependente da 1ª era a determinação do ponto em que devia entroncar-se nesta linha a do Sul por Pelotas e Bagé. Um estudo econômico e estratégico da topografia indicou as imediações do rio Santa Maria, antes de transpô-lo.

Sobre estes três pontos importantíssimos as nossas informações firmaram as ideias do governo, que aprovou nossas indicações.

Estudamos igualmente a questão da bitola, opinando pela de 1m,44 entre os trilhos; mas, como em virtude do contrato traçamos também linha para a bitola de 1m,00, pela qual opina o principal conselheiro técnico do governo, Dr. Buarque de Macedo, talvez por isso hesitam e nada está decidido.¹

Resolvidas estas preliminares, dirigimo-nos à província, colocando-se à frente da direção técnica o hábil e sisudo engenheiro Herculano V. F. Pena, com um corpo de engenheiros e desenhadores que chegou ao número de 23, e praticarão no decurso de 1874 e 1875 as operações de

¹ Preferiram afinal a bitola de 1m,00.

campo e de gabinete, necessárias para podermos apresentar ao governo, para cada uma das bitolas, plantas, perfis longitudinais e transversais, projetos de obras de arte, tipos de estações e orçamentos de todas as construções e do material rodante.

Nossos trabalhos foram muito bem aceitos; receberam louvores de todos os auxiliares do governo que os examinaram; ainda ontem tive a satisfação de ouvir ao Dr. Firmo José de Melo, nomeado engenheiro-chefe, estas palavras: “De todos os trabalhos deste gênero, nem um me parece tão completo e tão consciencioso.” Buarque de Macedo, conselheiro Lócio e Ed. José de Moraes disseram o mesmo.

Aceitos e aprovados os nossos planos, fomos chamados à Secretaria, e em nome do governo perguntou-nos o Dr. Buarque de Macedo se, resolvendo o Ministério adjudicar-nos as construções, faríamos alguma redução nos preços, que julgavam altos.

Nossa resposta foi que, organizado o orçamento por conta do Tesouro e encomenda do governo que confiou em nós, não julgáramos lícito acrescentar-lhe margem senão a necessária para obter empreiteiros sérios e conscienciosos; pelo que a única verba em que podíamos admitir redução era – benefício da empresa –, a qual era de 5%.

Replicou-nos o Buarque: “Conquanto a sua resposta me cause embaraços, não quero ocultar que sou da mesma opinião.”

Assim, a adjudicação a nós, sem hasta pública por preço quilométrico médio, ficou arredada.

Propuseram-nos ainda adjudicar-nos a primeira seção por uma tabela de preços que ajustaríamos, ficando livre ao governo alterá-los para a continuação da linha. Não era admissível, pois, que não reduzíamos os nossos preços.

Resolveram abrir hasta pública; mas ainda nos foi ponderado que a concorrência podia ser prejudicada pelo efeito moral da cláusula 20 do nosso contrato, que nos garantia preferência na forma da proposta que o governo julgar mais vantajosa.

E fomos convidados a desistir de tal vantagem.

Era um direito perfeito, de cuja desistência podíamos fazer questão de indenizações como faziam a maior parte dos engenheiros. Entretanto, por um lado era fundada a objeção de Buarque de Macedo, por

outro, não nos seria airoso aceitar adjudicação por preços inferiores aos que tínhamos orçado, e sempre tivemos em vista, os três sócios e cada um dos três, antes a nossa reputação do que quaisquer lucros. Não hesitamos pois: bem vendo que arredávamos toda a possibilidade de uma empreitada que podia enriquecer-nos, desistimos do nosso direito de preferência.

A desistência foi feita em carta oficial dirigida ao Dr. Buarque de Macedo; é documento que nos honra, pelo que passo a transcrevê-lo:

“Ilmo. Exmo. Sr. Dr. M. Buarque de Macedo. Manifestou V. Ex^a o desejo de ouvir-nos sobre a interpretação e melhor meio de executar a 2^a parte da cláusula 20 do nosso contrato, que diz:

‘Se julgar [o governo] conveniente abrir concorrência de empreiteiros, os signatários do presente contrato terão em todo o caso preferência na forma da proposta que o governo julgar mais vantajosa em relação ao preço, natureza das obras, garantias e o mais que convenha à pronta, regular e econômica construção da estrada.’

“Em resposta, temos a honra de declarar a V. Ex^a:

“1^o – que aberta porventura hasta pública, não concorreremos a ela, porque entendemos que disso não ficou dependente o amplo direito de preferência definido na cláusula transcrita.

“2^o – que porém, dado o caso de se apresentarem propostas com redução no custo das obras, quais foram projetadas, estamos e sempre estivemos resolvidos a não fazer uso do mencionado direito, como V. Ex^a teve ocasião de verificar na conferência a que nos chamou, no dia 17 deste mês.

“Seja-nos lícito excetuar unicamente o caso em que a diferença não exceda à verba – benefício da empresa – no orçamento que apresentamos, caso em que desejávamos ser servidos.

“Abaixo deste limite, renunciemos à preferência.

“Adjudicação sob forma diversa da do contrato, em que V. Ex^a nos falou hipoteticamente, não nos conviria.

“Consideramos oficial esta carta, de que V. Ex^a poderá fazer o uso que julgar conveniente.

“Rio, 18 de janeiro de 1876 (assinado) Furquim, Ottoni & Pena.”

O governo abriu hasta pública e já fez adjudicação sobre a qual nenhuma crítica farei: seria suspeito.

Limitada assim a nossa empresa aos planos orçamentários, procedemos à sua liquidação, e aqui vou registrar o resumo do balanço final, qual consta dos livros da firma Furquim, Ottoni & Pena, devidamente rubricados e autenticados. Aí se verá o que devem custar estudos semelhantes em terreno análogo, e consignarei também a vantagem pecuniária que colhi.

Eis o resumo do balanço:

Pelo reconhecimento preliminar entre Cachoeira e Alegrete, recebemos 356.39 quilômetros a rs. 200\$.....	71:278\$000
Despendemos.....	46:506\$908
Lucro.....	24:771\$092
Pelos estudos da linha definitiva à razão de 850\$ por quilômetro, compreendidos os documentos relativos a ambas as bitolas, 1m,44 e 1m, sendo diversas as extensões, recebemos.....	619:907\$915
E despendemos.....	288:080\$629
Lucro.....	331:827\$286
Dº do reconhecimento supra.....	24:771\$092
Quantia dividida entre os três sócios.....	356:598\$378

Ficando no ativo do balanço instrumentos e utensílios no valor de rs. 5:047\$220.¹

Dividida a quantia total rs. 619:907\$215 por 850\$000, o quociente 729 é a verdadeira extensão média entre as duas bitolas que foram pagas por preços diversos.

E dividida por esta distância a despesa real, rs. 288:080\$629, tocam a cada quilômetro rs. 395\$172, em números redondos 400\$000.

Eis o que, quando muito, devem custar ao governo estudos semelhantes aos que fizemos, se souber escolher pessoal e organizar o trabalho. Não obsta alegar-se que no serviço público nunca há o mesmo grau de atividade que o interesse privado desenvolve. Para contrapeso desta ob-

¹ Apurou-se depois rs. 3:267\$600, que foram rateados.

servação, notarei: 1º) que estudamos duas bitolas, o que é um desperdício: a questão da bitola deve ser resolvida, em cada caso, previamente, pelas considerações econômicas que determinam o projeto; 2º) que nos primeiros seis meses da empresa, ausente o Dr. Pena, não podendo eu dispensar os serviços do engenheiro C. A. Morsing, tive de aceitar as suas condições, subempreitando-lhe uma parte dos estudos, que lhe deram de lucro mais de 60 contos. Se o Dr. Pena estivesse desde o princípio à frente da direção técnica, a nossa despesa talvez não excedesse a 230 ou 240 contos, aumentando-se o lucro.

É pois bem averiguado, a meu ver, que estudos suficientes para um orçamento e adjudicação das construções devem custar menos de rs. 400\$ por quilômetro, salvo em terrenos muito acidentados ou em circunstâncias especiais.

A minha quota dos lucros líquidos foi de réis 118:866\$126, que com o subsídio de rs. 8:000\$ por ano que recebi durante o trabalho, pela conta de gastos gerais, elevou-se a cerca de 132 contos de réis.

Este aumento de posses faz-me voltar o pensamento ao que escrevi no fim do 6º capítulo em janeiro de 1871, e ao terminar o 11º em dezembro de 1873; quero que as origens do que possuo sejam muito transparentes. Da minha pequena fortuna anterior perdi em 1875 trinta contos com a falência do Banco Nacional, e 13 em uma transação sobre ações da companhia de S. Cristóvão: pelo que, sem a empresa do Rio Grande, estaria hoje reduzido ao que possuía em 1855, 90 a 100 contos de réis.

Tenho atualmente os mesmos três prédios mencionados na pág. 83, em títulos da dívida pública réis 152:600\$ nominiais, quatro escravos, móveis, etc; tudo no valor de cerca de 230 contos, pecúlio que forcejarei por conservar para meus filhos.

Fortuna pequena, mas limpa: é minha ideia fixa que a minha gente não tenha de corar do meu procedimento.

– A questão religiosa que ainda agita fortemente os ânimos não tem deixado de preocupar-me. Em 1875, publiquei na *Reforma* uma série de artigos sob o pseudônimo de – *Velho Católico* – nos quais acompanhei o debate até a anistia dos bispos processados.

Pelo mesmo tempo sustentei longa correspondência epistolar com o meu parente Dr. J. V. de Andrade, médico muito inteligente e muito católico, que entretanto condena as demasias ultramontanas.

Tenho esta correspondência em um volume encadernado, com o título – “Jesuítas e ultramontanos”.

No presente ano, 1876, recrudescendo a luta que mais e mais me impressiona, e rejeitando a *Reforma* os meus escritos por causa de especulações eleitorais com os padres de Minas, dirigi-me ao *Correio Paulistano* e instalei desde o 1º de maio uma correspondência sobre o assunto, sob o pseudônimo – *Velho Liberal*. Tenho também estes artigos coligidos em um volume.¹

– Continuo arredado dos partidos políticos; mas sempre me interessando pela causa pública e intervindo de vez em quando nos debates da imprensa.

¹ Em 1877 a Maçonaria do Rio de Janeiro por mim autorizada, reimprimiu os escritos do *Velho Liberal*, em um volume com o título – *Liberdade dos cultos no Brasil* –, precedidos de uma advertência por mim assinada.

.....

XIV

Abril de 1877

REFORMA ELEITORAL: MISTIFICAÇÃO DO TERÇO. ELEIÇÃO EM MINAS:
MEU PROTESTO; PROPÓSITO DE CANDIDATURA, MODIFICANDO O
PROGRAMA DE ABSTENÇÃO.

FARÁ TALVEZ reparo quem ler estas memórias que eu não tenha mencionado acontecimento político dos ocorridos desde 1872, senão incidentes da questão religiosa. É que de todos os debates destes últimos anos nem um me impressionou tanto como o despropósito dos bispos do *Syllabus* e o magno problema da emancipação dos escravos, que continua a preocupar-me.

Entretanto, um incidente político eleitoral de 1876 que determinou pronunciamento meu pela imprensa obriga-me a tratar da novíssima lei eleitoral, pela qual foram eleitos deputados, prestes a reunir-se.

A última reforma prescreveu que a lista de cada eleitor contivesse dous terços dos nomes a eleger, tornando assim provável, ou ao menos possível, disseram os reformistas, a eleição do terço restante pela minoria. O motivo alegado foi a conveniência de serem representadas todas as opi-

niões: mas, a meu ver, o verdadeiro resultado do novo processo eleitoral será acelerar a decomposição já começada dos partidos políticos. Sabe-se quanta verdade prática exprime a máxima de José Clemente Pereira: em tempo de eleições, ficam suspensas as garantias da honra e da amizade — ora, tendo cada partido aspirantes às posições em número superior ao dos elegendos, e sendo sabido que o governo vence sempre, dizer à oposição — votai em dous terços, certa de que provavelmente elegereis um terço e nunca mais — é estimular a deslealdade entre os companheiros de chapa, querendo cada um empurrar os outros para o terço excluído. Fatos deste gênero são apontados na eleição do ano passado: não os exponho, por não me parecerem bem averiguados; limito-me a criticar a lei, em princípios.

Para o partido em oposição é ela, creio, um pomo de discórdia: para o do governo, que a ação oficial pode mais disciplinar, não só é incentivo para mais recrudescerem na conquista das urnas, mas torna-lhes fácil a missão de sofismar a concessão do terço à minoria.

Demonstra-se isto algebricamente. Seja e o número de eleitores de uma circunscrição, d o dos deputados a eleger: admita-se que a oposição conseguiu eleger um terço do eleitorado, e que os partidos estão descriminados e disciplinados.

Será na eleição secundária

Número das listas ministeriais, $2/3 e$

,, total dos votos correspondentes, $2/3 e \times 2/3 d = 4/9 ed$

Repartindo este número entre os de deputados elegendos, tocam a cada um $4/9 e$ votos.

Ora, o terço oposicionista, ainda que vote à carga cerrada em uma chapa, só dará a cada candidato $1/3$, ou $3/9$ de votos, número sempre inferior ao dos candidatos da maioria.

Na última eleição, o conselheiro Paulino de Sousa, chefe do Partido Conservador no Rio de Janeiro, applicou à sua província com energia e tino a distribuição de votos a bico de pena, que deu em resultado a eleição da chapa inteira, excluída a oposição. A nova lei restaurara a eleição por escrutínio de lista e por província. Não duvido afirmar que o mesmo processo há de ser applicado nas eleições

seguintes, se perdurar a atual lei, pelo partido que estiver no poder, seja qual for.¹

Sendo assim a suposta concessão do terço uma mistificação e pomo de discórdia, tendo sido rejeitado o princípio da eleição direta, que todos os liberais e alguns conservadores julgavam necessário e essencial, o que mais parecia convir a verdadeiros democratas seria a abstenção completa. Mas os liberais resolveram pleitear (em 1876), na esperança de que alguns seriam eleitos.

Não entrando em tais vistas, achando-me sem compromissos partidários desde 1868, não dei um passo nem proferi uma palavra que significasse aspiração eleitoral. Soube entretanto que as indicações das influências locais, dirigidas aos chefes para a organização da chapa mineira, quase todas adotavam o meu nome, o que muito desagradou a Afonso Celso, meu rancoroso inimigo.

Afonso, que por moléstia de Silveira Lobo e crescente inação de quem já é senador, assumiu a posição de chefe liberal em Minas, organizou a lista sem o meu nome e a emitiu. Era lógico: nem eu me julgava com direito de queixar-me, nem pretendia fazê-lo. Mas comecei a saber que muitos liberais mineiros reclamavam contra a minha exclusão, e que o Afonso e seus principais auxiliares a explicavam, pondo-me no papel de egoísta e indiferente aos negócios públicos.

Não era sincera a alegação. Lafaiete conservava-se desde 1868 em abstenção muito mais completa do que a minha: unicamente saiu dela em 1870, para assinar o manifesto republicano. A abstenção do v. de Prados era absoluta, declarou pelos jornais que se retirava da vida pública. Ambos foram incluídos na chapa. Pela minha parte, quem discutiu todo o ano de 1871 a emancipação dos escravos, por muitos meses em 1875 e 1876 a rebeldia dos bispos, quem foi tantas vezes colaborador, embora eventual, da *Reforma*, não se pode dizer indiferente aos negócios públicos.

Afonso me acusava de indiferentismo sem franqueza, porque não se atrevia a discutir os pontos de minha divergência com ele e os mais chefes liberais; e não se atrevia: primeiro porque fazia a corte ao imperador;

¹ Previsão realizada em Minas pelos liberais, em 1878.

segundo porque bem sabia que os liberais mineiros tendiam mais para as minhas opiniões do que para as dele. A exclusão foi filha de ódio pessoal.

Demais, as reclamações de Minas, em cartas e pela imprensa, muito lisonjeavam o meu amor-próprio: e também por isto (não omito nem um dos meus motivos) resolvi reclamar contra as explicações que davam, em cartas e de viva voz.

Eis a minha reclamação inserta na *Reforma*:

Eleição de Minas

“Desde que se publicou uma chapa liberal para a minha província, tenho sido constantemente interrogado sobre o motivo por que nela não foi contemplado o meu modesto nome: a mesma pergunta se me faz, em cartas de Minas, onde a lista era, há mais tempo, conhecida com a diferença de um nome.

“Circulam a este respeito explicações menos corretas do fato; e alguns levam a benevolência para comigo ao ponto de qualificar de injustiça a minha exclusão.

“Seja-me permitido, retificando os boatos, responder pelas folhas diárias desta corte a todas as interrogações.

“É verdade que tendo eu sido por oito anos, de 1860 até 1868, eleito sucessivamente pelo Partido Liberal mineiro e sendo desde essa época à presente eleição a primeira por ele pleiteada coletivamente, a minha não inclusão na chapa deve ter e tem causa suficiente.

“Mas esta causa, a verdadeira, não está no domínio da publicidade: daí os errados juízos que desejo retificar, no só intuito de assumir as responsabilidades que me pertencem e protestar contra ilações que possam prejudicar-me na opinião do meu país.

“Começo por declarar que não me queixo da omissão; pelo contrário a julgo prevista e lógica.

“Mas considero um dever expor a divergência política que me conserva separado dos chefes que organizaram a chapa e dirigem a eleição.

“Em julho de 1868, quando o Partido Conservador foi chamado ao poder por uma das aberrações usuais da política imperial, estava eu, assim como outros deputados de diversas províncias, separado havia três anos dos que sustentaram os Ministérios de 12 de maio e de 3 de agosto.

“Convidados então por nossos antigos correligionários, teve lugar a manifestação conjunta de 17 do mesmo mês e ano contra o ato caprichoso do Poder Moderador.

“Contudo, aquele pronunciamento não era mais do que a proclamação da conveniência de se unirem todos os liberais contra o adversário comum; restava, para poderem exercer no país uma ação eficaz, regular as condições e programa com que se reorganizava o partido, que para isso celebrou a sua primeira conferência magna no dia 25, convocados para a casa do senhor senador Nabuco todos os matizes da oposição.

“Não tenho direito nem necessidade de recordar o que outros disseram naquela assembleia constituinte do partido, mas posso e desejo definir a posição em que me colocaram minhas opiniões, francamente manifestadas: foi esse o ponto de partida para o procedimento que tive ulteriormente.

“Em meu humilde parecer, o programa apresentado era deficiente e ineficaz: não o aceitei.

“Pensava e disse que a causa principal da anarquia de ideias em que nos debatíamos residia nas atribuições outorgadas pela Constituição ao Poder Moderador.

“Concluía que a nossa bandeira e sinal de reunião devia ser a restrição das faculdades desse poder, ou antes a sua abolição que já em 1834 fora votada pela câmara temporária, caindo no Senado por um voto.

“Nada obstava se promovesse a reforma do sistema eleitoral e de outras leis orgânicas; mas acreditava eu, bem ou mal, que o grito de guerra político devia ser levantado contra o poder que desde a independência vicia a ação e prática das instituições que constituem o governo representativo.

“Acrescentei, muito explicitamente, que se os cavalheiros presentes me julgavam em erro em ponto tão fundamental, deviam libertar-me de quaisquer compromissos anteriores.

“Devo crer que me iludia, visto o isolamento em que me achei; mas se estava em erro, era erro de inteligência; e tendo procurado refutar-me todos os que depois de mim tomaram a palavra, entre os quais os senhores conselheiro Sinimbu e Dr. Macedo, tive a desgraça de não ser por eles convencido.

“Não era uma ideia nova, que me ocorresse naquela ocasião. Em 1865 protestei na tribuna contra as anomalias de 12 de maio, em 1866 contra a evolução de 3 de agosto; em ambas julgava ver a ação deletéria de um poder que o senhor senador Nabuco chamou absoluto de fato, ação que desorganizava os partidos, anarquizava as ideias, e tendia a demolir os caracteres, segundo expressão, tão incisiva quanto verdadeira, do Sr. Dr. Silveira Martins.

“Parecia-me depois de 16 de julho que o golpe de estado devia desiludir os liberais, para que atacassem o mal em sua principal origem.

“Parecia-me que o programa apresentado, podendo ser ótimo em um jogo regular de governo representativo, era de todo ineficaz e frouxo em meio dos contrassensos de nossa política.

“Inferi, porém, do debate que para os chefes liberais, em geral, é ponto assentado a permanência da atual organização constitucional dos poderes e distribuição das atribuições respectivas; entretanto, não posso resistir à convicção de que assim nunca obteremos o grau de liberdade que a lei fundamental parece ter querido garantir-nos.

“Sendo tão profunda e essencial a divergência, voltei às minhas velhas crenças democráticas; tendo cessado os motivos por que transigira algum tempo com instituições em que nunca tive fé.

“Por isso os chefes do liberalismo monárquico, organizando uma lista de representantes de suas ideias, muito natural e logicamente, não me contemplaram nela.

“Devo crer, em honra de todos nós, que a razão é a que expus, nobre e digna, não a alegação que se propala: ‘não pediu, não era candidato, não desejava ser eleito’. Menos ainda ação de desafeições pessoais, dado que existam.....

“Ir requerer um lugar aos organizadores não seria digno deles, nem de mim.

“Apresentar-me aos eleitores... só o podia fazer em nome da ideia republicana; mas reconhecendo-me sem habilitações para chefe e fundador de um partido, naturalmente me acanhei e resolvi não solicitar os sufrágios, como não os tenho solicitado desde 1868.

“Os espontâneos que mais de uma vez me têm honrado, os que porventura ainda me honrarem, não tenho o direito de recusar, porque abonam a ideia, mais do que o indivíduo.

“Recolhido à vida privada como, sem ter idênticos motivos, estive em todo este período a ilustrado senhor visconde de Prados, que nobremente o confessa em sua circular; não me apresentando, não sendo ouvido, ou consultado como aliás era de prever que não fosse; a emissão de uma chapa sem o meu nome não significa, é somente o que desejo deixar bem claro, que eu tenha renegado as minhas opiniões, ou as tradições históricas do Partido Liberal do Brasil.

“Também não me diz a consciência que a minha abstenção possa, com justiça, ser atribuída ao indiferentismo egoísta que com toda a razão lamenta o digno senhor visconde de Prados.

“Assim, salva a minha responsabilidade, como a compreendo, faço votos para que nas eleições triunfem os que melhor e mais eficazmente puderem defender as nossas liberdades, o progresso e civilização do Brasil, neste momento ameaçados por mais de um inimigo.

“Rio, 7 de outubro de 1877.

(assinado) “C. B. Ottoni.”

Este protesto não podia deixar de irritar profundamente Afonso Celso, membro do Ministério de 3 de agosto de 1866, que agora na imprensa, como anteriormente na Câmara, eu qualificava de instrumento subserviente da ação deletéria do poder que desorganizava os partidos, anarquizava as ideias e tendia a demolir os caracteres. Entretanto, sendo o mesmo Afonso Celso o redator principal, quase o dono da *Reforma*, publicou esta folha o meu artigo em seção editorial, com menção honrosa, e não apareceu contestação alguma.

A minha oposição ao Ministério de 3 de agosto de 1866, assim como ao de 12 de maio de 1865, de que aquele foi continuador, tinha me atraído o ódio de Afonso Celso, membro de um, e de Silveira Lobo que fez parte do outro Gabinete: e estes dous amigalhões¹ fizeram-me por tal motivo violenta guerra na eleição para o Senado em 1868. E o Afonso, perverso como não é o seu malote, continuou sempre a aproveitar toda a oportunidade que se lhe deparava

1 Nota em 1883 – Hoje inimigos furiosos, querendo mutuamente devorar-se.

para intrigar-me e injuriar-me em escritos anônimos. Como pois calou-se ante uma condenação fulminante da sua dignidade de homem político?

A explicação deste silêncio é simples: não podia discutir o Poder Moderador sem desagradar ou ao depositário desse poder, ou a muitos liberais de Minas, que pensavam como eu. Tinha segura a vitória material da minha exclusão das urnas: não ambicionou triunfo moral. Continuará ou não continuará em silêncio; mas com certeza há de dizer-me mais alguns desaforos em artigos anônimos nas colunas pagas do *Jornal do Comércio*.

Os resultados desta eleição de 1876, em relação a mim, foram muito notáveis e obrigaram-me a modificar a minha atitude de abstenção política. Não sendo candidato, tive cerca de 300 votos e recebi notáveis demonstrações de apreço de oito das principais cidades da província: Caldas, Baependi, Três Pontas, Juiz de Fora, Curvelo, Itabira, Serro e Diamantina. Em cada um destes oito colégios eleitorais tive maioria absoluta dos sufrágios; e quatro deles, Curvelo, Três Pontas, Caldas e Serro, antes de se dissolverem, resolveram e assinaram felicitações a mim dirigidas, invocando a minha cooperação; peças publicadas nos jornais do tempo com as minhas respostas de agradecimento.

Os eleitores liberais de Aiuruoca e Turvo, pelo órgão de um de seus chefes, declararam pela imprensa que bateram a chapa para evitar divergências, pesarosos da minha exclusão. Em muitos outros colégios fui votado, inda que por minoria, e recebi numerosas cartas com explicações semelhantes à do Turvo.

Lisonjeado e estimulado por estas manifestações, modifico a minha abstenção, e formo desde hoje o propósito firme de apresentar-me às urnas, na primeira eleição geral a que se proceder em minha província. Não hei de jurar bandeira perante os chefes de quem me separei; não me humilharei ante os meus inimigos pessoais Afonso Celso e Silveira Lobo: não implorarei a proteção de outros chefes, apresentar-me-ei aos eleitores, e a minha circular está, posso dizê-lo, minutada. Consistirá em uma paráfrase das alegações que na pág. precedente acabo de registrar. Até então o meu procedimento será o que tem sido nestes últimos anos; recolhido à vida privada, acompanhando com interesse os acontecimentos, intervindo pela imprensa uma ou outra vez.

Não sei quando retomarei a pena.

.....

XV

Maio de 1880

SITUAÇÃO LIBERAL. – MINHA POSIÇÃO POLÍTICA. – REFORMA
ELEITORAL. – ELEIÇÃO DE MINAS EM 1878. – ASSENTO NO SENADO.

O ANO DE 1878 me ofereceu a oportunidade que eu esperava desde 1876 para levantar nova aspiração parlamentar. Condenará esta aspiração quem tiver lido o que escrevi no fim do capítulo precedente? Eu não duvido que mereça censura em relação à pequena importância, talvez inanidade dos serviços que poderei prestar a meu país: mas, se alguém que já tenha tido assento no corpo legislativo, colocado-se lealmente na minha posição, atirar-me a primeira pedra, eu me deixarei apedrejar.

É certo que em consequência de movimentos eleitorais em que intervim no decurso dos dous últimos anos, acabo de tomar assento no Senado a 8 deste mês, pelo que julgo oportuno expor em resumo os principais acontecimentos políticos deste período.

O Partido Liberal, pregando a eleição direta, tinha ganhado algum terreno, devido em grande parte ao másculo talento e popularidade de Gaspar Silveira Martins, deputado pelo Rio Grande do Sul.

Pairava no ar e infiltrava-se por todos os poros do corpo social a necessidade da reforma eleitoral, que o Ministério Caxias parecia desconhecer. O prestígio do gabinete baseava-se unicamente no grande nome do duque de Caxias, presidente do Conselho, e nos talentos e ilustração do ministro da Fazenda, barão de Cotegipe. Mas o duque jazia no leito quase moribundo; e o outro, presidente de fato, estava desmoralizado e gasto. Em 1875, depois de proclamar com energia a necessidade da eleição direta, subiu ao Ministério para fazer votar a lei do terço, que não era mais do que a mistificação daquela necessidade. O imperador era oposito à eleição direta, e Cotegipe entrou nas vistas imperiais para que o seu partido não deixasse o poder – para não ser, disse ele, o coveiro do partido.

Também por esse tempo foi a sua reputação muito abalada por uma imputação que aliás, embora baseada em fatos reais, não tinha o alcance que se lhe deu. Era Cotegipe, antes de subir ao poder, comanditário de uma casa comercial que importava fazendas francesas, e tomou posição igual um conferente da alfândega da corte. Em 1877, sendo o barão ministro da Fazenda, foi apanhada a casa comercial em contrabando com a cumplicidade do sócio conferente; e daqui se originou grande celeuma contra o ministro, também sócio do contrabandista.

Nas lutas violentas, em que por vezes andei envolvido, posso ter sido injusto por fazer juízos precipitados, mas nunca caluniei: fiel a este hábito, e mesmo porque na verificação dos meus poderes como senador tive motivo de queixa contra o b. de Cotegipe, consigno expressamente a minha convicção de que na transação referida nada havia de desonesto. Prova-o o próprio descuido de não desligar-se da comandita quando subiu ao Ministério; e prova-o também a firmeza com que demitiu o conferente culpado. Entretanto, o seu prestígio ficou abatido, o que talvez concorreu para o descrédito do seu Ministério, apeado a 5 de janeiro de 1878.

Inutilizado Caxias, não aceitando Cotegipe para substituí-lo, o imperador, atordoado com a grita pela eleição direta, chamou a conferenciar o presidente do Senado, visconde de Jaguari, e o da Câmara, conse-

lheiro Paulino de Sousa, ambos conservadores; e ambos lhe asseveraram que as câmaras votariam a desejada reforma.

A esta S. M. se opunha, havia 20 anos, dizendo sempre (tenho razão de o saber) que dependia de alteração da Constituição e que não era prudente tocar-lhe. Se um dos presidentes ouvidos lhe falasse em alguma mistificação da ideia, como a de 1875, parece claro que o Partido Conservador continuaria no poder: mas a dupla declaração tornava tão claro ser a eleição direta ideia vencedora na opinião que o imperador compreendeu que não devia persistir na resistência.

Sobre o modo de decretar a reforma, estavam os liberais divididos: uns a faziam dependente de revisão da Constituição, outros a queriam decretar por lei ordinária. Sendo S. M. I. do primeiro parecer, era eminentemente lógica a chamada do senador Sinimbu, entre os que opinavam pela reforma constitucional o mais ilustrado, o mais conceituado, o mais dedicado à monarquia e ao monarca: tinha, além disso, nobres qualidades morais.

Aceitou ele a missão e conseguiu reunir em roda de si todos os liberais, incluídos os partidários da decretação¹ por lei ordinária, os quais disseram subscrever à reforma constitucional em deferência aos escrúpulos imperiais.

Aceito o programa e organizado o Ministério, tornou-se necessário dissolver a Câmara e fazer eleger outra, aplicando pela segunda vez a lei de 1875, dita do terço.

Voltando-me a aspiração, devia eu perguntar a mim próprio se iria contrariar ou auxiliar o Gabinete Sinimbu.

Tratando-se de uma reforma verdadeiramente democrática, pois tinha por alvo a pureza das eleições, único meio no sistema representativo de governar-se a nação a si própria, e conservando eu a posição política descrita nas págs. 148 a 150, e 171 a 173, está visto que devia ser ministerial, ao menos *si et in quantum*.

Não me desculpo com o fato de ser ministro da Justiça Lafaiete, signatário do manifesto de 1870. Mas muitos outros liberais que se diziam republicanos acompanhavam o Sinimbu.

¹ É nesta eleição que fui candidato pela minha província.

A 1ª *República* (jornal) tinha morrido e publicava-se outra escrita por alguns moços dirigidos e inspirados pelo velho conselheiro José Maria do Amaral. Este, inquieto com o vácuo que em roda de si começava a observar, talvez em parte pelo motivo que assinaei na pág. 205 *in fine*, queixou-se-me, o que deu ocasião a um pequeno diálogo que bem define a minha posição: depois o registrei em uma carta política que dirigi ao mesmo conselheiro. Disse-me ele:

– O Ministério, dizem, quer fazer reformas liberais aproximando-nos da democracia: mas a nossa missão, a dos republicanos, não é consertar e remendar, mas demolir para edificar.

– Pois eu sou pelos remendos, respondi sem hesitação.

Mas não fui nem podia ser ministerial *quand même*; não fui pedir ao governo uma candidatura oficial: declarei pela imprensa que seria candidato; e chegada a hora expedii a minha circular baseada nos fatos de 1876, como havia projetado.

Esta eleição desenvolveu incidentes que registrarei, porque devem concorrer para bem definir-se o espírito político da situação, e também para ser apreciado o meu procedimento.

Prescindindo dos chefes, Lobo, Martinho, Afonso, Lima Duarte, conde de Prados, etc., dirigi-me aos influentes na província, entre eles o cônego J. J. de Santana, presidente do diretório liberal em Ouro Preto, ao qual delegara o centro a tarefa de organizar a chapa. Tive resposta muito obsequiosa, que depois publiquei, e na qual se lia este trecho: “Já me entendi com os colegas do diretório e o seu nome há de entrar impreterivelmente na chapa que cuidamos de organizar.”

Repliquei sem perda de tempo: “...contemplado estou disposto a colaborar lealmente, até onde o permitir a fidelidade às minhas crenças, com o partido que delas mais se aproxima, etc.”

Soube também que, consultadas as influências locais, vieram mais de 60 respostas, todas incluindo o meu nome entre os propostos para a chapa. Foi o que determinou a inclusão.

Mas Afonso Celso, chamado a Ouro Preto pelo presidente Silveira Lobo, conferenciando com o diretório impôs-lhe como questão preliminar a minha exclusão: e assim fiquei, qual me tinha apresentado, candidato avulso e isolado.

Do debate com o diretório, referiu-me um dos membros, Cesário Gama, um incidente curioso, que registrarei para amenizar esta narração.

Afonso – Como querem os senhores eleger o Cristiano, que assinou o manifesto de 1870? Nós ainda não nos declaramos republicanos!

Cesário – E o Lafaiete? (Era da chapa.)

Afonso – Esse, pela aceitação da pasta, retratou-se da assinatura.

Cesário – Nesse caso calo-me, porque o Ottoni não se há de retratar! (Fez-me justiça.)

Organizaram uma lista de 20 nomes, quando segundo a lei cada eleitor devia votar em 14, e explicaram minuciosamente em circular como em cada colégio se devia distribuir os votos a bico de pena, para eleger os 20, sofismando a promessa feita à oposição.

Estas instruções, assinadas por Afonso Celso e cônego Santana, realizaram a minha previsão de 1877, anunciada à pág. 192 deste livro.

O Ministério não interveio na eleição: mas é certo que Sinimbu, Silveira Martins e Leôncio de Carvalho, então ministros, espontaneamente e sem minha ciência prévia, pediram por cartas a Silveira Lobo, verbalmente a A. Celso, não se opusessem à inclusão do meu nome na chapa do partido, como resolvera o diretório de Ouro Preto. Não foram atendidos.

Aquela ação espontânea era natural, por ser eu amigo dos três, do primeiro desde 1863, quando, ministro da Agricultura ele, eu presidente da companhia da estrada de ferro nos achamos sempre em unidade de vistas e lealdade recíproca. É mesmo provável que, vendo-me disposto a auxiliar o seu ministério, desejasse o Sinimbu arregimentar-me de novo no partido de que era chefe.

A luta foi violenta. Silveira Lobo, presidente da província, Afonso Celso, chefe de partido, e alguns coitados que o adulavam, me hostilizaram sem escolha de meios. Martinho e os mais da chapa o adotaram e fizeram bater quanto puderam. Pelo que devo considerar grande vitória ter tido 1.214 votos, tendo o último eleito, se bem me lembro, 1.500 ou 1.600.

Aliciações, promessas, ameaças, intrigas, eram frutos da estação; mas muito me doeu uma calúnia infamíssima relativa à minha vida privada, da qual fizeram arma eleitoral: só depois o soube eu, por cartas da

terra, e por uma alusão muito insolente que saiu no *Jornal* em artigo anônimo. Propalaram os miseráveis que, credor de Teófilo Ottoni, por sua morte vexei a família, que ficou com poucos recursos, cobrando capital e juros capitalizados.

Infâmia que me oprimiu, porque sinto orgulho de ter possuído amizade e confiança ilimitada de Teófilo até a sua morte, sentimentos aliás que não se transmitiram à sua mulher nem a seu filho. Este, metido na roda dos cabalistas da chapa, duvido que ignorasse a indignidade; mas pelo menos viu a alusão na imprensa: era seu dever de honra reclamar, sem esperar o meu protesto, ninguém melhor do que ele conhecia a infâmia da calúnia. Entretanto nada fez, sem dúvida com medo de alguma repreensão do que ele chama em suas cartas, o nosso venerando chefe Afonso Celso.

Estranhando o silêncio, dirigi-lhe a seguinte carta, em que de propósito omiti a qualidade de tio e amigo:

«Ilmo Exmo Sr. Dr. Teófilo Ottoni. Vendo no *Jornal do Comércio* uma alusão torpemente caluniosa às minhas relações com o pai de V. Ex^a e sentindo a necessidade de protestar contra tal infâmia, faço apelo à honra de V. Ex^a e requeiro que me declare se do espólio do pai de V. Ex^a eu recebi ou pretendi receber qualquer quantia, grande ou pequena, de que ele me fosse devedor. V. Ex^a me permitirá fazer uso da sua declaração.

“Sou de V. Ex^a atento venerador e criado. – C. B. Ottoni. S. José do Rio Preto, 27 de setembro de 1878.”

Eis a resposta, em original:

“Il mo Exmo Sr. Conselheiro Cristiano Benedito Ottoni.

“Acuso recebida a carta que V. Ex^a se dignou dirigir-me de S. José do Rio Preto em data de 27 do passado, e que ontem à noite chegou-me às mãos.

“Em resposta, cumpre-me declarar a V. Ex^a que V. Ex^a não recebeu, nem pretendeu receber do espólio de meu pai quantia alguma, grande ou pequena, de que lhe fosse ele devedor.

“Satisfazendo ao apelo de V. Ex^a, autorizo V. Ex^a a fazer desta o uso que lhe convier.

“Sou de V. Ex^a atento venerador e criado
“Teófilo Ottoni.”

“S. C. 1º de outubro de 1878.”¹

Não se agrave a queixa que pesaroso formulei contra um filho do meu velho Teófilo: estou longe de atribuir-lhe a autoria da calúnia, e é talvez possível que ignorasse o uso eleitoral que dela fizeram. Conheço a origem da calúnia: é nome que não deve sair do bico da minha pena. Mas em prova de quanto me doeu transcrevo ainda o protesto que lavrei pela imprensa:

“C. Ottoni ao público.

“Uma calúnia, bitola da perversidade de quem a propala.

“É princípio que sempre cultivei e pratiquei que as agressões anônimas da imprensa não determinam, em geral, obrigação de responder-lhes; mas que há exceções, impostas imperiosamente pelo respeito à opinião pública e zelo do agredido pela própria reputação.

“Ausente da corte desde o dia 20, lá onde me achava, em terra mineira, deparei no *Jornal do Comércio* de 27 com mais uma descompostura das que me assaltam desde que tive o atrevimento de pleitear uma eleição em minha província.

“E entre as novas insolências li, pesaroso, mas sem surpresa, o seguinte: ‘... bate moeda sobre as cinzas de um nome ilustre, de que é portador infiel.’

“Levanto da lama tal desaforo, porque é reprodução de uma calúnia que há dous ou três meses aqui se propala de ouvido em ouvido e cuja origem ignoro, mas cujos fins são transparentes: credor, dizem, de meu irmão o senador Ottoni, morto ele, fui inexorável com a família, a quem ficaram recursos escassos.

“Dous amigos meus, que declinariam seus nomes se fosse necessário, foram a este respeito interrogados, um em sua casa, outro em um bonde.

1 Faleceu em 1882.

“Considero tão sagrada a memória das minhas relações com Teófilo Ottoni, o pai; elevam-me elas tanto a meus próprios olhos que, avisado pelos dous amigos a que me referi, tinha resolvido tragar em silêncio a afronta enquanto rastejava nas sombras da maledicência dos botequins.

“Hoje, que a víbora da calúnia se atreve a mostrar a cabeça em público, sinto necessidade de esmagá-la.

“Relações de devedor e credor podiam existir entre Teófilo e Cristiano Ottoni, sem a mínima perturbação da intimidade em que viveram: ambos sabiam tratar com sobranceria questões de dinheiro.

“Mas a este respeito, o que é verdade é o seguinte:

“Tive contas e transações com a firma comercial Ottoni & C^a e com a Companhia do Mucuri, firmas extintas dez ou mais anos antes da morte de seu fundador e gerente.

“Deste, no período não curto, que sobreviveu às suas empresas, e bem assim de sua família depois que o perdeu, é falso, completamente falso, que eu tenha recebido ou pretendido receber qualquer quantia, grande ou pequena, de que me fosse ele devedor.

“Desculpe o público esta referência a umas cinzas que venero; não levo a alusão além da estrita necessidade da defesa.

“Que eu não possua habilitações e qualidades suficientes para crer-me ao nível do nome que ele ilustrou, sou o primeiro a reconhecê-lo; mas a amizade íntima, a confiança ilimitada, a solidariedade perfeita, a estima recíproca que nos ligou até a sua morte, são o meu orgulho.

“Penso muitas vezes, quando me injuriam certos desgraçados: ‘Não, o homem que Teófilo Ottoni tinha em bom conceito moral, e que já contava 58 anos quando o perdeu, não pode merecer os baldões que lhe atiram’: e assim aquela memória amada me é escudo contra muitas misérias.

“Interroguem qualquer dos amigos de Teófilo Ottoni, que os tinha numerosos, prefiram aqueles que souberam até o seu pensamento apreciar o grande valor moral daquela amizade; qualquer deles diga em que conceito tinha aquele grande coração o seu companheiro, discípulo, ajudante e amigo dedicado.

“Não invocarei, darei mesmo de suspeitos os outros irmãos, os filhos de Jorge B. Ottoni, que com o seu primogênito viveram, como vi-

vem com o atual decano da família, em intimidade fraternal, todos por um e um por todos.

“Não a estes, perguntem a Cerqueira Leite, a Martinho Campos, a Dias de Carvalho, a qualquer dos amigos que não o traiçooaram,¹ em que conceito me tinha Teófilo Ottoni, o pai.

“Quanto à insolente calúnia que tive de repelir, somente acrescentarei que me seria fácil aduzir provas do que afirmo,² mas preferi vir ao público de cabeça alta e oferecer-lhe a minha palavra: confio que será acreditada.

“Rio, 1º de outubro de 1878.

“(Assinado) C. B. Ottoni.”³

Não tive resposta alguma.

No fim do ano de 1878 fez explosão a luta surda em que estávamos havia alguns anos eu e A. Celso, ele nunca perdendo ocasião de enredar-me em escritos anônimos, eu, retaliando muitas vezes, não pretendo escurecê-lo. Consistiu a explosão em uma polêmica de artigos assinados, virulentíssimos de parte a parte, mas a cujo assunto principal não farei alusão, visto que foi cortado o debate sem chegar a conclusões, pela intervenção de amigos comuns. Nesta polêmica incidentalmente repisou Afonso a muito repetida imputação de egoísmo e indiferença pela causa pública. Assim me qualificava o redator principal da *Reforma*, jornal de que fui tantas vezes colaborador! Tenho citado alguns de meus escritos; e agora mesmo lembro-me que em maio de 1878 ali fiz inserir uma série de artigos em que estudei seriamente a questão do custeio dos caminhos de ferro pelo estado.

Se em 1876 me afastei por alguns meses da *Reforma* foi porque ocupava-me de preferência com a luta entre os bispos e o poder civil; e aproximando-se a eleição rejeitavam os meus artigos, dizendo o gerente da folha, A. N. Galvão: “Tenha paciência: Afonso, Martinho, Lobo, Lima

1 Como S. Lobo e A. Celso.

2 Alusão à carta autográfica de pág. 205.

3 Nota em 1884. Vide nota B.

Duarte, todos pedem com insistência que nada se publique contra os padres até as eleições!

A polêmica assinada foi a última: nem um dos dous, atacou mais o outro, mas continuamos a detestar-nos reciprocamente com a maior cordialidade.

Pouco depois, vagando a cadeira de senador pela Província do Espírito Santo, fui eleito, e a 6 de fevereiro de 1879, escolhido. Anulado o meu diploma pelo Senado, de novo fui eleito e segunda vez escolhido a 6 de setembro do mesmo ano, e reconhecido a 7 do corrente mês.¹

Na 1ª eleição A. Celso moveu-me a guerra mais desabrida: na 2ª, sendo colega de Sinimbu no Ministério, absteve-se. Os que no Senado combateram o meu reconhecimento disseram considerar-me candidato oficial imposto aos eleitores, debate em que devo jurar suspeição.

É verdade que Sinimbu recomendou-me em carta ao chefe liberal da província, como me havia recomendado para deputado por Minas a Silveira Lobo, então seu delegado, e a Afonso Celso, depois seu colega no Gabinete. O auxílio dado à minha eleição pelo Espírito Santo foi claramente um protesto de Sinimbu contra a desconsideração com que o haviam tratado “os seus dous amigos mineiros”.

Os liberais da província adotaram energeticamente a minha candidatura: não só não possuíam homem mais habilitado, mas também protestavam por sua parte contra imposição feita (excluindo-me) aos liberais de Minas pelos caprichos dos dous chefes, meus inimigos pessoais.

Quem ler com atenção todos os debates que acompanharam a minha eleição, escolha e assento no Senado, há de extrair de tudo o que em suma acabo de expor.

Quando fui reconhecido, estava já dissolvido o Ministério de 5 de janeiro (Sinimbu) e organizado o de 28 de março (Saraiva). Antes de prosseguir darei ideia da direção que ia levando a situação liberal.

A reforma eleitoral com retoque na Constituição passou na Câmara, mas o Senado a rejeitou *in limine*. O parecer aprovado das comissões de Constituição e Legislação é um monstro político.

1 Maio de 1889.

Sendo a ideia capital do projeto a conveniência e necessidade da eleição direta, o Senado estaria no seu direito, adotando qualquer das três resoluções seguintes:

- Negar a necessidade, rejeitando o projeto.
- Reconhecê-la, aprovando-a ou emendando o que a Câmara votara.

– Declarar que cabia a medida nas faculdades ordinárias da legislatura. Não podiam as comissões prescindir do exame da ideia capital, e foi o que fizeram.

O parecer, assinado com restrições por cinco dos seus membros, não contém uma palavra sobre a conveniência ou necessidade da eleição direta. Da questão constitucional expõe as divergências entre os membros sem chegar à conclusão coletiva. Levanta intempestivamente a pretensão de tomar o Senado parte nas reformas da Constituição, contra a jurisprudência de 1834. Conclui, votando contra todos os seis, cada um por seu motivo, nem um dos quais se refere à reforma proposta, isto é, a eleição direta!

Sabia-se que o imperador era adversário da reforma, a qual sem dúvida alguma restringe o seu poder; que consentiu por ver a ideia aceita por todos os liberais e muitos conservadores; que só a admitia por meio de reforma constitucional. Caindo esta, Sinimbu não podia propor a lei ordinária, nem se presumia que em tal consentisse o chefe do estado. Concluíram que dado aquele golpe seriam chamados eles conservadores: e o parecer sibilino não os impedia de fazer decretar a eleição direta reformando a Constituição: somente pleiteariam a intervenção do Senado na Reforma. Enganaram-se.

Esta evolução, a meu ver, constitui a mais eloquente demonstração contra a vitaliciedade do Senado; o partido que nele se constituir em maioria assumirá logo o caráter oligárquico.

O imperador, não se submetendo à imposição dos conservadores, resignou-se à decretação por lei ordinária, e para realizá-la chamou o conselheiro Saraiva, que a isso se propõe.

Fecho este capítulo com o meu reconhecimento pelo Senado e ficando a ocupar a minha cadeira entre as de dous velhos respeitáveis,

Chichorro da Gama e visconde de Abaeté. Estou longe de fazer programas que possam ter analogia com o bombástico:

Fortunam Priami cantabo et nobile bellum.

Conheço a minha pouca aptidão, e imperfeição de meus pequenos conhecimentos, e até a obliteração da memória e alguma depressão de forças, resultado dos meus 70 janeiros. Mas procurarei cumprir os meus deveres o melhor que puder, e de tempos a tempos darei cópia de mim.

.....

XVI

1885

SETE ANOS DE SITUAÇÃO LIBERAL: SEIS MINISTÉRIOS. – FINANÇAS PÚBLICAS. – ESTRADAS DE FERRO: MÉTODO VICIOSO DE CONCESSÕES. – REFORMA ELEITORAL: PROVA DE CENSO; ELEITORADO RESTRITO. – ELEMENTO SERVIL: EVOLUÇÃO; CRÍTICA DO PROJETO DANTAS. – VIDA PRIVADA.

VOLTO A ESTE registro da minha vida, nos últimos dias do ano de 1884. Em cinco sessões legislativas anuais tenho ocupado a minha cadeira no Senado; e desejo tomar contas a mim próprio do modo como hei cumprido os meus deveres.

Não vai nisto vaidade: sei bem que não tenho tomado posição saliente, nem tenho o direito de alardear triunfos de tribuna; pergunto mesmo, às vezes, à minha consciência se não fui imodesto aceitando candidatura para um cargo tão elevado e espinhoso. Mas uma reflexão me tranquiliza a este respeito: ponderando as circunstâncias da ocasião e as probabilidades dos candidatos, parece-me certo que, retirado o meu nome,

formariam a lista tríplice outros, nem um dos quais valeria, moral ou intelectualmente, mais do que eu. Nem tanto, ousou dizê-lo.

Diz-me pois a consciência que pelo menos não estou obstruindo lugar, que sem mim seria ocupado por maior capacidade.

Por pouco que eu faça, sendo testemunha dos acontecimentos, podendo apreciar certos motivos inéditos, que alguns chamam os bastidores da política, estas minhas memórias hão de ser subsídio para a história do nosso governo parlamentar.

Dura, há sete anos, a situação dita liberal, que tem organizado seis Ministérios. Neste período, quatro grandes problemas, de imenso alcance para o futuro do país, têm ocupado os espíritos: são o das finanças públicas, a viação e imigração, a reforma eleitoral e a libertação dos escravos. Os outros progressos, de que rezava o programa sustentado por dez anos pelos liberais, com o estribilho – reforma ou revolução – acham-se de todo esquecidos.

§ 1º Finanças

A questão das finanças é temerosa: enorme dívida pública, meio circulante depreciado, onerosas diferenças de câmbio, orçamento desequilibrado, déficit crônico; situação agravada pelo receio de queda da produção na crise da transformação do trabalho, e pela ameaça de uma guerra com os argentinos, que parecem desejá-la. E de plano confesso que para adiantar a solução deste complexo problema financeiro não tem contribuído com o mínimo contingente: nem um discurso, nem uma lembrança, nem um expediente. Quando pergunto a mim próprio: será possível evitar a bancarrota? Resgatar o papel-moeda? Equilibrar o orçamento? Promover alguns melhoramentos? A resposta da consciência é – não sei. Sinto-me pequenino ante a magna questão: limito-me a ouvir e votar, como em cada caso me parece mais acertado.

Assim impressionado, já se vê que estou disposto a desculpar os seis Ministérios liberais, que quase nada têm feito para melhorar as finanças. Os dous primeiros, Sinimbu e Saraiva, tiveram por programa quase exclusivo a reforma eleitoral, cuja decretação comecei a narrar no capítulo precedente e continuarei neste.

Os três gabinetes seguintes – Martinho Campos, Paranaguá, Lafaiete – inseriram na primeira linha de cada programa a questão financeira; mas não a resolveram. Martinho, falando só no déficit, tinha por fim contrariar e iludir a evolução que se formulava na opinião pública, pedindo aceleração da libertação dos negros, questão em que ele, Martinho, sustenta o *statu quo* com deplorável enfezamento. Paranaguá e Lafaiete, parecendo ceder ao impulso imperial no sentido da emancipação, mostravam-se nesta questão muito tíbios e timoratos e contra ela também se entrincheiravam nos apuros do Tesouro e da lavoura.

O sexto presidente do conselho liberal, Dantas, que governa desde junho passado, aceitou a palavra de ordem do imperador para acelerar a libertação, e teve por isso de deixar a questão financeira no segundo plano.

Em resumo, tem-se contraído empréstimos, emitido papel-moeda, decretado pequenos aumentos de imposto, e o déficit continua crônico.

§ 2º Estradas de ferro

A questão das estradas de ferro, ou viação aperfeiçoada, da qual depende a imigração e aumento da população, é assunto de que eu julgava poder ocupar-me com uma certa proficiência, porque é em que tenho meditado mais seguidamente, há bons 30 anos. Entretanto, sem confessar-me tão ignorante nisto como nas finanças, vejo-me obrigado por motivo diverso a consignar a minha esterilidade, o nada que fiz em favor da ideia.

Minhas opiniões sobre a melhor direção dos melhoramentos a que aludo foram consignadas neste livro às págs. 106, 107 e 220; e as desenvolvi no Senado em discurso de 12 de setembro de 1882, tratando da organização do serviço técnico na Secretaria da Agricultura. Mas o governo imperial, com exceção da rede do Rio Grande, não tem seguido método algum nas decretações, parecendo cada concessão um presente a amigo ou a capanga eleitoral, para consertar-lhe as finanças ou arredondar-lhe a fortuna. Daí vem que fico quase sempre reduzido a criticar e censurar.¹

1 V. nota G.

Acresce que em consequência dessa falta de método, e por não criar-se entre nós espírito de associação, quase só vingam as estradas construídas à custa do Tesouro, e das quais o Estado se faz gerente, atrofiando os seus benefícios: não posso concorrer para desenvolvimento de tal sistema.

Na sessão de 14 de julho de 1880, discutindo-se crédito para a Estrada de Ferro de D. Pedro II procurei mostrar os vícios e defeitos do custeio pelo Estado, ideia condenada em todo o mundo. Observei:

- o desenvolvimento do funcionalismo;
- a falta de disciplina do pessoal, sendo cada empregado admitido por empenhos dos homens políticos;
- a intervenção nas eleições, com preterição do serviço;
- a falta do poder discricionário, de que necessita um diretor de tais empresas;
- a ausência de eficaz responsabilidade pelas perdas e avarias;
- o encarecimento do custeio e outros defeitos.

Considerando a indiferença com que me ouviam e prevendo (o que sucedeu) que ninguém me responderia, concluí reconhecendo-me isolado e citando modestamente ao meu auditório as palavras de Ovídio entre os citas:

*Barbarus hic ego sum, quia non intelligor ilis.*¹

Depois, como só o estado constrói ou garante, as penúrias do Tesouro interromperam as decretações: no dia 21 de maio deste ano (1884) aprovou o Senado um parecer da comissão de obras públicas, de que fui relator, rejeitando quatro concessões que a Câmara dos Deputados tinha aprovado. Desde então quase não se falou mais em caminhos de ferro nas sessões do Senado.

1 Nota G.

§ 3º Reforma eleitoral

Passando-se à reforma eleitoral, tenho de voltar a 1880 quando, em seguida ao naufrágio do projeto Sinimbu, subiu Saraiva propondo-se a fazer decretar a eleição direta por lei ordinária. Esta, sustentada principalmente por Dantas e Martinho, passou na Câmara, e veio remetida ao Senado a 2 de julho: criava um eleitorado restrito, impondo tais severidades à prova da renda censitária, que quase excluía todas as classes sociais, menos o funcionalismo público, os capitalistas e a propriedade imóvel. E não lhe tiraram este caráter as emendas votadas pelo Senado, aliás, pela maior parte bem pensadas, e algumas atenuando os rigores votados pela Câmara dos Deputados.

Bem que se tratasse de lei ordinária, sustentando alguns a necessidade de reforma da Constituição, veio por vezes ao debate a questão de direito público – intervenção do Senado nas revisões constitucionais contra a jurisprudência firmada em 1834. A este respeito sustentei com profunda convicção que se se tratasse de *jure constituendo*, conviria admitir a pretensão do Senado, e que mesmo mais me agrada do que o nosso o processo da constituição francesa, revisão pelas duas câmaras reunidas, depois de reconhecida a necessidade pela maioria de cada uma delas; mas isto com a condição, *sine qua non*, de abolir-se a vitaliciedade, reduzir-se a três anos o prazo das legislaturas e renovar-se o Senado pela terça parte em cada legislatura. Vide, entre outros, os meus discursos de 14 e 18 de outubro de 1880.

Para a discussão da lei no Senado, acharam-se em *entente cordiale*, que causou surpresa, Saraiva, presidente do conselho, e Cotegipe, chefe da oposição conservadora, que muito tinha concorrido para a queda do projeto Sinimbu. É certo que em época anterior Cotegipe tinha opinado pela eleição direta; mas depois disso, em 1875, foi membro do Ministério que mistificou a ideia com a eleição sofisticada do terço: por que agora a adotava francamente?

Era sabido que o imperador sempre contestou à legislatura ordinária faculdade para esta reforma; e quando a admitiu, imposta por Saraiva, foi voz geral que S. M. I. se tinha submetido: conhecidos cortesões referiram que ele nas palestras com os semanários dizia – estou vencido,

não convencido. Daqui nasceu em muitos espíritos a suspeita de que o imperador não era sincero com Saraiva; que aceitara a sua ideia na esperança de que o Senado a rejeitasse, ficando batido segunda vez o pensamento da eleição direta. Se Cotegipe assim pensou, é claro que resolveu ajudar o Saraiva por acinte a S. M. I., que ao dissolver o Ministério Caxias em 1877 o tratara a ele Cotegipe (é muito sabido) com notável menosprezo. Fui dos que tiveram esta suspeita; e externando-a em conversação com um íntimo do homem, seu parceiro de voltarete, respondeu-me: “Ora! Morreu o Neves; ele até já mandou lhe dizer que há de roê-la” (a eleição direta).

É este um dos incidentes dos bastidores parlamentares a que aludi no princípio deste capítulo. Mas, aceitando o princípio liberal da eleição direta, Cotegipe, embora com a sua notável ilustração fizesse alguns retoques que melhoraram a lei, contudo, partidista extremo do princípio de autoridade, abundou com o Saraiva na sustentação do ferrenho sistema de provas de censo, que exclui do voto numerosas classes e restringe o eleitorado.

O censo eleitoral da Constituição era rs. 100\$000, e foi por causa da depreciação da moeda elevada ao dobro supondo-se que rs. 200\$ em papel equivalerem aos rs. 100\$ primitivos. É censo tão baixo que equivale a se decretar: “Pode votar quem tem o que comer sem mendigar, salvos os casos de exclusão especificados.”

Renda, diz o artigo, obtida por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego; e a palavra indústria a meu ver compreende os salários dos officios. Admitir o voto do empregadinho público, que tem de ordenado 200\$000, e negá-lo ao ourives, relojoeiro, compositor, que ganham 6\$ e 10\$ por dia, é manifesta iniquidade.

Renda supõe capital, sustentou Cotegipe citando B. Constant; evidente absurdo, pois que para o censo prevalece como renda o ordenado do emprego público, e outro art. aceita como prova o aluguel do domicílio.

Entretanto, o sistema das provas foi organizado de modo que afora os guarda-livros e primeiros caixeiros e alguns chefes de estabelecimentos rurais ou comerciais, quase só pode alistar-se quem possui apólices, imóveis ou emprego público. Contra estas disposições reclamei com quantas forças pude; mas o princípio iníquo foi aprovado, bem que combatido

também por José Bonifácio e Silveira da Mota, boas autoridades em direito público.

Atenuaram um pouco a injustiça, admitindo como prova de renda o aluguel do domicílio ocupado, mas estenderam a concessão, na corte, apenas a quem pagar rs. 400\$ de casa: ora, supor que não tem de rendimento rs. 200\$ quem não paga só de aluguel de um aposento rs. 400\$ é perfeito contrassenso.

Combati também, com outros senadores, a favor da maioria política aos 21 anos, princípio triunfante em 1882; e contra Cotegipe e Silveira Martins, auxiliei o Saraiva, que sustentava a elegibilidade dos libertos, combatida iliberalmente pelos dous, e que triunfou.

Acompanhando os debates desta lei, voltei sempre a um pensamento que reputo capital, e que depois nunca cessei de advogar, quando vem a propósito: falo da abolição do censo pecuniário, estabelecendo-se o de instrução nestes termos: “É eleitor todo cidadão brasileiro que sabe ler e escrever, salvos os casos definidos em lei.”

Serviço à instrução pública, homenagem à inteligência!

Promulgada esta reforma com a data de 9 de janeiro de 1881, sofreu logo no ano seguinte um retoque que a meu ver não a melhorou. Havendo notícia de algumas simulações de contratos para base de alistamentos futuros, dispôs a reforma da reforma que tais contratos só produziriam seus efeitos alguns anos depois da celebração. Dous a quatro anos em diversas hipóteses. Medida que pode ter evitado alguns abusos, mas com certeza privou de seus direitos a número muito maior de cidadãos.

O 1º alistamento de eleitores produziu cerca de 145.000, número mesquinho em uma população livre de 9 milhões.

Tiveram uma prova prática desta mesquinhez em 1883, quando quiseram mudar o processo das eleições municipais. A lei mandava eleger os vereadores por voto uninominal: mas, descontentes quase todos deste princípio, tentaram abandoná-lo e o que pareceu mais curial foi a divisão de cada município por paróquias ou por distritos, elegendo um vereador cada circunscrição.

E este processo foi reconhecido inaplicável, porque muitos distritos municipais ficariam com quatro a dez eleitores!

Em suma, o alargamento do eleitorado parece hoje a nossa primeira necessidade política; sendo para deplorar que não parecem senti-la nem os chefes conservadores, nem os que se dizem liberais. Sustentarei esta ideia sempre que for oportuno.

§ 4º – Emancipação dos escravos

De novo correrei os olhos por este estádio de sete anos de situação liberal, servido por seis ministérios, para expor a marcha e o progresso da questão, hoje a mais incandescente de todas, a libertação dos escravos. O notável impulso que este pensamento tem recebido nos últimos seis meses, a meu ver, é devido a três principais causas: 1ª) a constância com que o imperador afaga a ideia de concluir a libertação no seu reinado; 2ª) o progresso que fez a evolução nos espíritos, tendo sido nestes últimos anos muito eloquentes as manifestações da opinião pública; 3ª) o fato de erguer-se uma nova geração de moços educados em ideias novas e isentos do pecado de conservar homens no cativeiro. Deste pecado, raros estavam puros dos que como eu, em 1871, já tinham transposto a virilidade. A lei de 28 de setembro de 1871 garantiu eficazmente, para a maioria, a liberdade dos que nascessem desde aquela data, embora cometendo a iniquidade de os deixar cativos de fato até os 21 anos.

Em relação aos escravos então existentes, firmou em tese o princípio da emancipação gradual com indenização; mas regulou-o tão mal e dotou-o tão mesquinamente que, passados 13 anos, estudada a estatística dos efeitos da lei, reconhece-se que, a continuarmos assim, nem em 40 anos estará extinta a escravidão, vindo a ser uma imensa maioria dos escravos libertados pela morte.

Assim, a necessidade de novas medidas que acelerem a libertação se tem gravado profundamente nos espíritos de todos os homens que pensam e que o interesse pessoal não cega. O imperador nunca cessou de se ocupar com este problema, sabem quantos dele se aproximam, e a meu ver o tinha também em vista quando apeou do poder o Partido Conservador, ferrenhamente oposto à libertação.

Sinimbu e Saraiva só se ocuparam com a reforma eleitoral, que, como vimos, sofreu grandes dificuldades; às perguntas relativas ao elemen-

to servil respondiam por esta fórmula: “O governo não cogita dessa questão.”

Saraiva, porém, não a abandonava, como prova um aparte seu, dado na Câmara, a alguém que estranhava o não cogita respondeu: “Não cogito, no meu atual Ministério.”

Tornou-se transparente que o conselheiro Saraiva, deixando o poder, em 1882, ficou disposto a representar oportunamente na questão do elemento servil o papel de salvador que representou na reforma eleitoral. E é por isso que em todas as organizações seguintes, demitido o Ministério, a 1ª palavra do imperador é – Chame o Saraiva. Este, porém, ainda não supôs chegada a oportunidade.

O barão de Cotegipe sem dúvida aludia a estas disposições imperiais, quando em julho de 1882 dizia a S. M. I. que o novo Ministério encontraria apoio no Senado, se não tentasse aventuras.

A elevação de Martinho Campos (20 de janeiro de 1882), tão enfezado defensor da escravidão doméstica, como os mais casmurros conservadores, nada prova contra o que afirmo das disposições imperiais. S. M. depois do Saraiva chamou o visconde de Paranaguá, mas este não pôde organizar porque Dantas, Silveira Martins e outros liberais convocados pelo 1º declararam que receberiam o Ministério na ponta das baionetas. Incidente que ficou nos bastidores, mas teve nos grupos bastante notoriedade.

Nestas desuniões, Martinho, leader do Ministério em 1880, presidente da Câmara, eleito senador, parecia impor-se. E o imperador aceitando-o, contemporizou sem dúvida, contando gastá-lo e tirar força moral à sua futura oposição à ideia afagada por S. M. I.

Depois de Martinho, e como sempre depois de nova recusa de Saraiva, subiu o visconde de Paranaguá (3 de julho de 1882), que inclui no programa o grande problema do elemento servil, mas tão timidamente, com uns termos médios tão sem cor, que nem vale a pena expô-los. Um pouco mais explícito foi Lafaiete a 24 de maio de 1883, sustentando o princípio da localização nas províncias por lei geral e o lançamento de novo imposto sobre o próprio elemento servil. Mas na proposta que fez sacrificou a ideia, taxando 500 rs. anuais por cabeça, o que, em relação à magnitude do objeto, é altamente ridículo.

Lafaiete, boa inteligência e ilustração, é um caráter profundamente céptico: fingindo entrar nas vistas do imperador, sacrificava-as aos grupos da Câmara, de quem dependia a sua conservação no poder.

É provável que leiam esta apreciação muitos que ainda o conheceram: esses dirão se sou injusto.

Chego à organização do atual Ministério Dantas, a 6 de junho do corrente ano de 1884, que está a expirar: enceto este trecho a 31 de dezembro. Mas antes de ocupar-me do programa e vistas do Gabinete, abrirei ainda uma vez a meus futuros leitores os bastidores da política, para contar-lhes os motivos inéditos que precipitaram a queda de Lafaiete, e que se filiam à causa principal da impotência e esterilidade do Partido Liberal monarquista: os seus notáveis não se entendem. Silveira Martins, Dantas, Afonso Celso, Martinho, Paranaguá, Silveira Lobo,¹ Sinimbu, Inácio Martins, Lima Duarte, etc., combinados dous a dous e estudadas todas as combinações, há de encontrar-se nelas toda a escala de sentimentos recíprocos, desde a gélida cortesia até o desprezo e o ódio; nunca cordialidade e solidariedade de amigos.

Os notáveis do Partido Conservador não estão muito mais unidos: falo especialmente dos outros porque ocupam a cena política. Vamos à queda precipitada de Lafaiete.

Em 1883, enquanto se fazia em Minas eleição para provimento da vaga deixada pelo visconde de Jaguarari (sucessor Lima Duarte) morreu o visconde de Abaeté: e sendo logo averiguado que a nova eleição só teria lugar em 1884, começaram a agitar-se pela calada Afonso Celso e seu irmão Carlos Afonso, para incluir na lista tríplice o 2º, que em dezembro de 1883 completava 40 anos. Causou-lhes por isso grande irritação a candidatura que surgiu, do Dr. Antônio Felício dos Santos. Este, aliás, não tinha manifestamente no Partido Liberal posição que lhe desse direito a preterir o outro: Carlos Afonso tinha muito mais serviços. Mas Martinho e Lafaiete fizeram admitir o Felício em ódio aos Afonsos, que para não passar por derrotados declararam aceitar a chapa.

Feita a eleição era notório que o presidente do conselho se esforçaria pela escolha do Dr. A. Felício, e por isso precipitou a queda do

1 Este declarou-se republicano; mas ninguém tomou a sério a declaração.

Ministério Afonso Celso, auxiliado por seu irmão e seu filho, deputados. Foi escolhido Inácio Martins.

Para a organização do novo Ministério foram ouvidos, 1º, o indefectível Saraiva, depois Dantas, Sinimbu, Afonso Celso e segunda vez Dantas, que afinal aceitou a missão.

A cada um dos quatro apresentou o imperador, como ponto capital de programa, a aceleração da libertação dos escravos: resulta isto claramente das explicações na tribuna.

Saraiva respondeu (disse-o no Senado): “Não me era lícito tomar a responsabilidade do poder sem que me ocupasse especialmente da questão do elemento servil; sendo que em relação a este assunto eu não poderia organizar, nas circunstâncias atuais, Ministério homogêneo... sem o apoio forte do seu partido ninguém pode no governo ter segurança de bom êxito, ainda que o pensamento predominante seja uma aspiração nacional.”

Os outros três também se recusaram, a saber:

Dantas, na 1ª consulta, pela mesma razão de Saraiva; não contava com apoio homogêneo do seu partido.

Sinimbu, porque nada quer além da lei de 28 de setembro: é uma opinião sincera e convencida: lamento-o, mas faça-lhe justiça.

Afonso Celso, porque não lhe pareceu que a aceitação no momento servisse a sua ambição. Disse que em 1º lugar cumpria consertar as finanças.

Afinal aceitou Dantas o programa imperial, cuja ideia capital é a libertação desde já, sem indenização dos escravos que já completaram 60 anos, e sucessivamente dos que forem atingindo a essa idade. O projeto apresentado à Câmara pelo deputado Rodolfo Dantas continha, além da medida principal, providências relativas ao trabalho dos libertos, e criação de novos impostos destinados a um largo aumento do fundo de emancipação. Era, pondo de parte quaisquer críticas, um passo sério para aceleração da liberdade dos negros.

O procedimento da maioria da Câmara, em presença deste programa, foi de tristíssima duplicidade. Alguns liberais dissidentes, unidos aos conservadores, formaram maioria contra o projeto; mas enquanto este se achava entregue ao estudo de uma comissão, multiplicavam moções de

confiança em outros terrenos querendo derrubar o Ministério, sem pronunciar-se sobre a questão capital.

Forçou-os a isto um dos dissidentes, Dr. Penido, mais sincero do que os outros.

A dissolução de tal Câmara foi um ato de moralidade política. A nova está eleita, mas na data em que escrevo (fim de janeiro de 1885) não ainda reunida.

As eleições se fizeram com um cortejo de irregularidades e tricas indecentes que quase fazem crer ser o povo do Brasil incapaz de reger-se pelo sistema representativo.

Mal posso prever o que sairá da próxima sessão legislativa: mas seja-me permitido alegar que nesta questão ninguém no Parlamento fez mais do que eu, e ninguém no Senado tanto, em favor da propagação.

No 1º ano que tive assento, 1880, fiz altos esforços para demonstrar (v. discurso de 1º de outubro) a necessidade de um aumento sério do fundo de emancipação e de outras medidas que a acelerassem. Disse então:

“Por cinco anos, de 1866 até 1871, choveram sobre as almas dos míseros cativos, como maná sobre os israelitas no deserto, a esperança da liberdade, bafejada do alto trono. Se depois disto, se depois da promessa formal da lei de 28 de setembro, tal esperança não parece séria, criaremos numa situação cheia de perigos...”

Ninguém me respondeu: havia medo de tocar na questão.

Voltei à carga na sessão imediata, 1882 (em 1881 o parlamento não funcionou). Em discurso de 9 de outubro procurei mostrar que o aumento votado pela Câmara era ridiculamente mesquinho. Sustentei a necessidade de colocar-se o governo na direção do movimento emancipador: estranhei o silêncio da tribuna vitalícia. A mesma indiferença: apenas respondeu-me o visconde de Paranaguá pedindo que não insistisse pela opinião do governo: iam estudar a questão, de que tratariam na sessão seguinte. (Disc. de 30 de junho).

Em 1883 insisti com muito maior veemência. Mostrei os defeitos da estatística oficial, a inutilidade da emancipação pelo Estado, a falta de registro regular dos óbitos dos escravos, os abusos na classificação e avalia-

ção dos libertandos; e para evitá-los propus novo processo para determinar as indenizações, processo de que falarei quando criticar o projeto Dantas.

Como sempre, a minha voz clamou no deserto.

Chegamos a 1884, agora se discute, porque o imperador conseguiu impor a um Ministério um programa sério de emancipação acelerada. Dos novos debates, seja tolerada a jactância, ninguém no Senado se pronunciou com tanta energia, ninguém lutou tanto como eu; vejamos meus discursos de 9, 21 e 30 de junho, de 1º e 31 de julho e de 26 de agosto. O próprio Silveira da Mota, o mais antigo abolicionista da casa, não acompanhou a minha atividade.

A evolução, que sobre esta transcendente questão tem feito o meu espírito fica assinalada.

1º nas págs. 24 e 25 deste livro, escritas em 1870; convicção da necessidade da reforma e perplexidade sobre o melhor meio.

2º nos debates de imprensa, em 1871, em que firmei uma opinião diferente da que vingou.

3º na exposição histórica de págs. 155 a 170 destas memórias escritas em 1872.

4º finalmente nos debates parlamentares que acabei de resumir.

Parece-me hoje demonstrada a indeclinável necessidade de medidas radicais que acelerem a libertação e garantam a extinção completa do cativeiro antes do fim do século. Será porém o melhor meio o projeto sugerido a Dantas pelo imperador? Não o creio.

As duas ideias capitais – libertação dos sexagenários – largo aumento do fundo de emancipação –, como estão reguladas, oferecem os mais sérios inconvenientes.

Da vida relativamente curta dos escravos e da frequência entre eles de afecções crônicas resulta que os realmente maiores de 60 anos são pela maior parte inválidos, cuja sustentação à custa do Estado, disposta no projeto, é tristíssima lembrança. E a tendência natural dos libertos para a ociosidade fará que por qualquer cousa se considerem inválidos; um começo de opilação, um engurgitamento do fígado ou baço, etc. Esta medida não suporta exame.

Disseram que ela puniria a fraude dos senhores que, para escapar à ação da lei de 7 de novembro de 1831, exageram a idade dos escravos africanos na 1ª matrícula.

Mas, em 1º lugar, a estatística dos escravos matriculados parece provar que tal fraude, se teve realidade, foi em pequena escala. Depois não é curial ressuscitar as infrações da lei de 1831, que a de 28 de setembro de 1871 manifestamente lançou na sombra e no esquecimento reconhecendo escravos todos os que os senhores relacionassem, e não exigindo a declaração das idades.

Os pesados impostos não só sobre o trabalho escravo, mas sobre a massa geral da nação, igualmente não me agradam: se podemos suportá-los, são eles necessários para equilibrar o orçamento.

Para a aplicação do fundo de emancipação adotaram uma ideia que eu sustento desde 1871, a fixação do valor pelos próprios senhores, abaixo de um máximo determinado em lei: mas desvirtuaram o pensamento, omitindo um dos corretivos que devia ser a preferência absoluta ao menor preço para a emancipação oficial, e anulando o outro corretivo – imposto *ad valorem* – com a taxa mínima de 1%, que não é corretivo. Acresce que conservam o atual sistema de classificações, que tem dado em resultado clamorosos abusos e nepotismos em fraude do fundo de emancipação.

Resulta destas reflexões a descrença, de que falei no discurso de 26 de agosto, em todo o sistema de indenizações pecuniárias: creio que é necessário procurar outra base. Julgo tê-la descoberto e proporei oportunamente o meu projeto substitutivo.

A disposição capital é a seguinte:

No ato da nova matrícula, e em cada um dos anos seguintes, cada senhor de escravos escolherá de cada dezena completa, e da incompleta que tiver mais de cinco, um que libertará, podendo impor-lhe tempo de serviço não mais de cinco (ou três) anos.

Cada ano, até 27 de setembro, cada repartição matriculante examinará se alguns senhores deixaram de cumprir a lei, e suprirá a ação desses, libertando a 28 de setembro os mais velhos, sem indenização.

Esta medida importa redução anual de cerca de 10½% na população escrava, ou de 14 a 15%, somada a mortalidade e as manumissões

particulares. Em menos de dez anos (em cinco ou seis) a redução será tal que facilitará qualquer providência final.

Se, porém, a minha ideia não for aceita, como é provável, ou outra mais eficaz que a do Ministério, votarei por esta, salvando a minha responsabilidade. Estou persuadido que se os poderes públicos não demonstrarem por atos sérios a intenção de acelerar a libertação, ela se fará violentamente, em meio de verdadeira anarquia e guerra civil, caracterizadas pelos assassinatos de senhores devidos ao desespero dos escravos, assassinatos destes no bacalhau, inspirados pelo medo aos senhores; insurreições parciais, matanças, horrores.

Queira Deus que eu seja um visionário. ¹

§ 5º – Vida privada

Para não tirar a estas memórias o caráter de autobiografia, concluirei este capítulo com uma breve notícia de minha vida doméstica, da qual não tenho tratado, a não ser em fugitivas alusões, desde o meu 9º capítulo, concluído em novembro de 1871.

O pensamento de escrever a minha vida seria inspiração de vaidade? Não me parece; mas é possível que neste ponto eu me iluda a respeito dos meus próprios sentimentos. Entretanto, a voz da consciência não me acusa de vaidoso: sei bem que não sou notabilidade política nem científica; nem espero que meu nome passe à posteridade: demais os incidentes de minha vida não são tão notáveis que devam prender fortemente a atenção dos que porventura me lerem. Por que, pois, e para que escrevo? Eu o expliquei no meu 1º capítulo, escrito em junho de 1870, há quase 15 anos.

Desde então até 1876 conservei o propósito, que julgava irrevogável (oh! *Miseras hominum mentes!*), de nunca mais assumir responsabilidades políticas. Procurava matar o tempo, e evitar que me julguem pior do que sou os contemporâneos que me sobreviverem; resultado, se o obtiver útil à consideração de que desejo gozem meus filhos. Mas não

1 Vide 1º Apêndice.

exageremos a modéstia: eu creio que da leitura deste livro podem resultar certas vantagens:

1ª Alguns subsídios para a história do nosso governo representativo.

2ª História completa da decretação e construção da Estrada de Ferro D. Pedro II.

3ª Algum serviço à moralidade e ao princípio da família.

O pessoal que relatei nas págs. 152 a 154 tem sofrido alterações.

Morreu em 1881 meu irmão Dr. Ernesto Ottoni, um bom velho que vivia já de anos em estado de profunda anemia. E veio residir na corte Augusto Ottoni, um homem de bem na extensão da palavra, excelente chefe de família, bom amigo, homem que me honro de ter por irmão.

Em 1877 retirou-se de nossa casa minha cunhada D. Teodora e seus dous filhos por ter ela comprado uma fazendinha em que foi residir: continua sem sombras a estima recíproca que nos liga.

Em 1879 faleceu meu genro barão de Madalena; verdadeira desgraça, porque este casamento fora felicíssimo: Virgínia e seus dous filhos menores vieram residir na casa paterna.

Casaram-se, em 79, Júlio, já formado em Direito; em 1880 Ermelinda; em 1881 Cristiano, o engenheiro.

Estes dous últimos casamentos foram tão felizes como o de Virgínia; Mas o de Júlio foi um desastre.

Sem que surgisse entre os esposos, graças a Deus, questão de honra, manifestou-se tão violenta incompatibilidade de índoles, que força foi separarem-se judicialmente. E sendo a causa e o tema das lutas a desigualdade de fortuna (Júlio começava a sua vida e a mulher tinha alguma riqueza e expectativa de herança maior), apraz-me registrar aqui o procedimento sobranceiro e digno do marido que se julgou ofendido: na separação dos bens do casal a parte que lhe tocou foi por ele doada integralmente¹ à Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. E recolheu-se ao teto paterno.

1 Cerca de 45:000\$000

Continua também a residir em nossa casa minha sogra, D. Teodósia Maia,¹ quase octogenária; é aqui, digo-o com certa ufania, que ela encontrou a tranquilidade da velhice, e as afeições e respeito que merece.

Tenho ainda dous filhos a colocar: Virgílio, que terá em dezembro deste ano o seu pergaminho de doutor em medicina; Teodósia, com 19 anos, a quem desejo um bom marido.

E terei concluído a minha tarefa de pater famílias.² A minha única ambição pessoal é hoje ter uma velhice sossegada, cercado das afeições dos meus, e deixar os meus seis filhos colocados e bem reputados na sociedade a que pertencemos. Amém.

E provável que eu retome a pena depois da sessão legislativa que vai começar no 1º de março próximo.

Fevereiro, 16 de 1885.

1 Morreu em 23 de agosto de 1885.

2 Nota à pág. H.

.....

XVII

Março de 1886

EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS . – ANARQUIA ELEITORAL E
PARLAMENTAR. – QUEDA DE DANTAS. – RETROCESSO DE ASPIRAÇÕES. –
SARAIVA. – COTEGIPE. – A NOVA LEI DE 28 DE SETEMBRO.

RESERVEI PARA os ócios de Petrópolis a continuação desta minha história resumida da evolução abolicionista, que alguns consideram terminada com a promulgação da lei de 28 de setembro do ano passado e que a mim parece – fogo por algum tempo coberto de cinzas. Trouxe os Anais da Câmara e do Senado, que aqui têm sido uma das minhas principais leituras: numerosos apontamentos que fui tomando ser-me-ão auxílio à memória de velho.

Mas antes de entrar nas apreciações das ocorrências parlamentares, que tiveram por desfecho a lei citada, sinto necessidade de voltar ao período de tempo, objeto do capítulo precedente, para caracterizar as eleições penúltimas: da direção delas dependia essencialmente a fisionomia com que devia apresentar-se a Câmara eleita.

Dessas eleições eu disse somente (pág. 266): fizeram-se com um cortejo de irregularidades e tricas indecentes que fazem descrer do sistema representativo no Brasil.

Mas a direção do movimento eleitoral merece mais demorada apreciação.

Dissolvida a Câmara, em 1884, por motivo da moção que condenou o programa abolicionista do Gabinete, esse programa e não outro qualquer princípio devia ser o critério eleitoral. Os homens públicos que sustentavam o Ministério tinham o dever de pleitear a sua ideia perante as urnas, sustentando candidatos (liberais ou conservadores até então, pouco importa) que aderissem ao programa; e guerrear os candidatos escravocratas.

O Ministério, nas nomeações de presidente e chefes de polícia, e na promulgação das medidas, que na quadra eleitoral cada dia lhe pedem, não podia deixar de ter em vista o mesmo objetivo, o triunfo da sua ideia.

Assim porém não se procedeu, senão no Ceará: em geral, apresentaram-se no campo eleitoral os velhos partidos: o Conservador sabidamente infenso à libertação dos escravos, mas não repelindo de seu seio os poucos que se mostravam simpáticos à ideia, como Taunay, deputado por Santa Catarina, e S. Ribeiro, pelo Rio Grande do Sul; o Partido Liberal, contendo não poucos sustentadores da escravidão e tendo entre os seus chefes mais influentes Martinho, o escravocrata confesso!

E pediram às urnas, uns a continuação da posse do poder, outros a queda dos adversários e a própria elevação.

O pensamento capital, motivo da dissolução, ficou no 2º plano.

Não declamo. Em S. Paulo José Bonifácio, que se colocou lealmente na posição correta que defini, achou-se isolado.

Moreira de Barros, o presidente da Câmara, que demitindo-se tocara o 1º rebate contra o próprio Dantas, foi eleito, dizem todos, com favores do Ministério; pelo menos é certo que no seu distrito não se lhe opôs candidato ministerial, isto é, abolicionista.

Em Minas, o principal diretor das eleições pelo lado liberal foi Martinho, o escravocrata, amigo íntimo de Dantas, obtendo dele tudo o que pedia. E o pseudoliberal Martinho sustentou indistintamente os liberais-liberais e os liberais-escravocratas; Penido, autor da moção que fizera dissolver a Câmara, e Afonso Filho, o abolicionista *quand même*. Dizia assim

a Dantas: “O teu programa é tolice, trata-se só de fazer permanecer o nosso partido no poder.” E Dantas abraçava o amigo!

E das mãos dele aceitou para presidente do Rio de Janeiro Cesário Alvim, fazendeiro, senhor de escravatura, candidato por um distrito dos que a imprensa chamara com espírito essencialmente agrícolas, Cesário Alvim,¹ que na sua circular de candidato oferecia-se aos fazendeiros para defendê-los contra o programa Dantas.

Falei das três províncias mais interessadas na questão: nas outras, com exceção do Ceará, foi o mesmo quase em toda parte; disputou-se a posse do poder, não a libertação dos escravos.

Veremos as naturais consequências destas anomalias.

Manifestou-se a primeira na eleição do presidente, quer interino nas sessões preparatórias, quer definitivo depois de constituída a Câmara.

Em 13 de fevereiro, presentes 105 deputados, aos quais foi reconhecido o direito de sufrágio para a mesa interina, tiveram votos

Moreira de Barros, liberal escravocrata (!)	56
Martim Francisco, liberal ministerial	45
Cédulas em branco	5
	106

Dos 56, cerca de 45 eram conservadores, que votavam no liberal por ser amigo da escravidão! Despropósito, que faz parecerem dislates as verdades que escrevo.

Tratando-se de mesa interina, e não estando a Câmara constituída, aquela votação, embora com significação política, podia não ter força obrigatória para o Ministério.

Mas, aberta solenemente a 8 de março a sessão extraordinária, que para o 1º fora convocada, procedeu-se no dia 11 a eleição definitiva do presidente com este resultado

¹ No governo da província mostrou-se excelente administrador; mas a crítica do texto fica em pé.

Liberal escravocrata, Moreira de Barros	45
Liberal ministerial, F. de Moura	34
Cédulas em branco	3

Continuam a eliminar-se os conservadores, votando no liberal por ser escravocrata. E este conchavo indecente entre um partido político e o grupo dissidente do outro tornou-se ainda mais claro na escolha dos dous los vice-presidentes, sendo eleito 1º um liberal dissidente, L. de Albuquerque; 2º um conservador, A. Prado; ficando em ambos os casos em minoria os candidatos ministeriais.

Se o Ministério não tivesse sido cúmplice, como foi, da anarquia eleitoral, de que resultava a anarquia parlamentar, tiraria a limpo a situação com muita facilidade e com vantagem para a ideia abolicionista.

Era lógico demitirem-se dizendo ao imperador: — “Senhor, a nova Câmara dos Deputados pronuncia-se no mesmo sentido da dissolvida (era a verdade) e segundo todos os precedentes V. M. I. deve chamar ao poder o presidente eleito.” Claro seriam os resultados da crise assim instalada.

Moreira de Barros, chefe de um grupo de 10 ou 12 não organizaria gabinete; e o poder iria às mãos do Partido Conservador, que o elegera presidente. Subiriam os conservadores sem a hipocrisia com que subiram em agosto, responsáveis pela solução do problema do elemento servil; e os 34 liberais-liberais, em oposição, não teriam outra bandeira: assim se formariam os verdadeiros partidos, únicos que têm atualmente razão de ser.

A ideia abolicionista ganharia terreno.

O Ministério, porém, animado sem dúvida por Sua Majestade, fez ouvidos de mercador à eleição do presidente: alegaram que faltavam ainda muitos deputados, podendo vir a modificar-se a fisionomia da Câmara.

A continuação desta minha crítica fica adiada para quando chegar com esta historieta a queda de Dantas.

O mês de março foi empregado exclusivamente na verificação dos poderes; o projeto Dantas com o luminoso parecer da comissão espe-

cial, relator Rui Barbosa, jazia nas pastas. Mas a 8 de abril o governo, pelo órgão do ministro da Guerra, pediu que fosse incluído nas matérias dadas para ordem do dia, e de fato o foi para a do dia 13. Mas neste e na hora do expediente, o presidente Moreira de Barros, deixando a cadeira, tomou a palavra e mandou à Mesa a seguinte moção:

“A Câmara dos Deputados, não aceitando o sistema de resolver sem indenização o problema do elemento servil, nega seu apoio à política do Gabinete.”

Eram presentes 101 deputados, incluindo o presidente, sendo 58 liberais e 43 conservadores. Votaram pela moção 50, a saber, 41 conservadores e nove liberais. Contra 50, dos quais 48 liberais e republicanos e dous conservadores.

Assim o Partido Conservador continua a hostilizar sem lealdade a libertação dos escravos, colocando-se sob o comando de um adversário político. E os nove liberais dissidentes representam o mais triste dos papéis.

Segunda vez, em minha opinião, devia o Ministério retirar-se e aconselhar a chamada de Moreira de Barros, cuja impotência para organizar gabinete faria clarear a situação. O programa ministerial estava explicitamente repellido: mas S. M. I. sustentou os ministros, e os ministros se deixaram sustentar!!!

Foram vivendo ingloriamente o resto de abril, Ministério e Câmara: mas a 4 de maio o deputado A. de Siqueira, por ter sido na rua insultado com algumas vaias que ele mesmo disse partidas de meia dúzia de maltrapilhos sem imputabilidade, propôs a seguinte moção:

“A Câmara dos Deputados, convencida de que o Ministério não pode garantir a ordem e segurança pública indispensável à resolução do problema do elemento servil, nega-lhe a sua confiança.”

Presente 103, inclusive o presidente que não vota, opinaram

Pela moção 43 conservadores e 9 liberais	52
Contra 3 conservadores e 47 liberais	50

E desta vez S. M. I. aceitou a demissão do seu Ministério abolicionista! Contra ele nada pôde a 11 de março a eleição do presidente, fato de tão alta significação política; nada, a moção de 13 de abril, que condenando explicitamente o programa estabeleceu incompatibilidade entre Ministério e Câmara; mas prevalece o insulto à dignidade do Poder Executivo e dos cidadãos que o exerciam, declarados incapazes de garantir a ordem e segurança pública!

Demais, era falsa a alegação: a paz pública não fora perturbada. Manifestava-se natural agitação, tratando-se de reforma de tanto alcance: aglomerara-se o povo em roda da Câmara e foram desacatados por algumas vozes dous ou três deputados.

No tempo do Ministério Sinimbu, em certo dia, todos os ministros, exceto o marquês do Herval, foram cruelmente insultados por alguns do povo ao saírem da Câmara, e ninguém julgou em perigo a ordem e segurança pública. Tremeu a terra porém, porque os senhores Moreira de Barros e A. de Siqueira ouviram algumas vaias !... A 20 do mesmo mês de maio nos dizia a Fala do Trono:

“Durante o período da sessão extraordinária a tranquilidade pública não foi alterada.”

Bem ponderados os fatos políticos de 11 de março, 13 de abril e 4 de maio, e confrontados com a evolução posterior, pode-se bem apreciar, creio eu, os limites do abolicionismo imperial. S. M. I. tem a nobre ambição de passar à história como libertador dos negros; mas quer antes de tudo consolidar o seu domínio; e a este é muito útil a conservação dos atuais partidos políticos, ambos desmoralizados, divididos, impotentes. Por isso, vendo que nas eleições se disputava a posse do poder, não a grande reforma, S. M. I. estava muito contente com a situação.

Depois o povo agitava-se, tomava parte muito ativa no debate, e S. M. I., julgando ver nas vaias um começo de revolução, teve medo. Estas duas considerações explicam tudo.

O Partido Conservador é notoriamente infenso à libertação, e o Partido Liberal se mostrou incapaz de decretá-la. Bem o sabia Dantas, que, aceitando um programa abolicionista e apoiando-se para as eleições em conhecidos escravagistas, mostrou também que o seu principal intuito

foi evitar que o seu partido deixasse o poder. É tempo de passar à evolução Saraiva.

Se o gabinete Dantas caía por causa da votação da Câmara, devia o imperador ou dissolvê-la, sustentando o Ministério, ou entregar as pastas à maioria que o derrubou. Disseram gregos e troianos que a Câmara não podia ser dissolvida; não vejo o por quê. A questão que se debatia, liberdade de 1 milhão de homens escravizados, tinha bastante importância para autorizar duas dissoluções sucessivas; principalmente atendendo-se à irregularidade das eleições e à anômala composição da maioria que levantava a crise.

Qualquer das duas soluções – escravocratas no poder – ou – dissolução – seria a ideia abolicionista que ficaria sendo o ponto capital da controvérsia entre os partidos: estes naturalmente se transformariam. Mas é que S. M. I. não quer: o que lhe agrada são os velhos partidos, que por desacreditados, dilacerados, impotentes, deixam sobrenadar o poderio imperial.

A posição de Saraiva era misteriosa. Recusando o poder em junho de 1884, porque (disse) faltava-lhe o apoio homogêneo ao seu partido, nos 11 meses de vida do gabinete Dantas guardou um silêncio mefistofélico. Favorecendo anteriormente a emancipação dos escravos em termos genéricos e banais, nunca anunciara a fórmula que preferia para a promulgação da lei. Mas a confrontação das declarações oficiais, nas duas crises, prova que Saraiva subiu afinal com a ideia de cortar pelas aspirações abolicionistas e fazer conchavo com os adversários da ideia, para ficar, fosse como fosse, na posição de messias, autor da reforma. E S. M. I. entrando nestas vistas sufocou uma parte das suas ambições libertadoras.

Dantas se punha à frente da opinião e movimento abolicionista, dizendo – nem retroceder, nem parar, nem precipitar. Saraiva disse – “Venho resolver a questão com os fazendeiros porque sou fazendeiro.”

A Fala do Trono de 8 de março ainda falou no projeto que o governo julga útil à extinção gradual da escravidão. A 20 de maio só pede solução que tranquilize a lavoura.

Este retrocesso está bem definido nas disposições capitais do projeto apresentado, e depois aperfeiçoado pelo conchavo com os conservadores.

Uma das medidas do progresso da opinião abolicionista era a queda do valor dos escravos, diminuição acelerada que muito devia facilitar a emancipação; mas o projeto, que deseja retardá-la, estabeleceu uma tabela de preços, cujo termo médio, rs. 572\$, é pelo menos o dobro do preço corrente médio. O estado garante altos preços aos escravos que quer libertar, e que já no mercado valem muito menos!

Os escravos de 60 a 65 anos foram abandonados pela proteção imperial, ficando sujeitos a três anos de serviço e limitada aos maiores de 65 anos a libertação gratuita. É a segunda restrição das aspirações.

A duração da escravidão estava na consciência de todos, não podia chegar a dez anos, menos em resultado das disposições do projeto do que pelo efeito moral da propaganda, tornada oficial, e dirigida pelos poderes públicos. Mas o projeto Saraiva garantia à odiosa instituição 17 anos de vida, pois só a extinguiu pela anulação do valor declarado, deduzindo dele 6% cada ano.

Em nada alterava esta ferrenha garantia os recursos propostos para libertações a dinheiro, porque esses nos 17 anos nem bastavam para uma terceira ou quarta parte da população escrava existente.

Postas em discussão estas belezas, o conchavo com os conservadores representados por A. Prado ainda as refinou.

Conservou-se a disposição do projeto relativo aos velhos. Reduziu-se a 13 anos (melhoramento aparente) o prazo, astutamente marcado pela extinção do valor: mas foram aumentados consideravelmente os preços garantidos. Foi a tabela de preços substituída por outra, cuja média é rs. 665\$ em vez de rs. 572\$,¹ e a redução do valor tornou-se muito mais fraca nos primeiros anos; o que garante, máxime nos primeiros cinco, preços em enorme desproporção com os correntes no mercado.

Ainda há pouco, a 14 deste mês de março, a Câmara Municipal da corte libertou 173 escravos despendendo rs. 35:444\$000, indenização média rs. 205\$. Mas tendo publicado as relações com as idades, pude aplicar-lhes os preços da lei, e verifiquei que por eles a libertação dos 173 custaria rs. 115:675\$000, média 668\$600. E é nesta proporção que se hão de pagar as libertações pelo fundo de emancipação: o despropósito é evidente.

1 Afonso Celso citou outros termos médios: erro no modo por que calculou.

Li há dias em um jornal esta notícia: “No município tal foram libertados ... escravos pela última quota do fundo de emancipação, regulando os preços exatamente pela tabela da lei. Vê-se que a trica – Saraiva, Prado – sustentar os preços para que não avultem as libertações – vai vingando.

Eis em resumo as disposições principais da lei votada.

Garante preços relativamente altos, e embaraça o decrescimento deles na proporção do descrédito da instituição, o que era natural. Só consente em uma lenta depreciação, 2% no 1º ano, 3% no 2º, etc.

Assegura à escravidão 13 anos de vida, ou antes, 14, incluso o ano da matrícula; pois só a considera abolida com a extinção do valor dos escravos no prazo estipulado.

São estes os resultados necessários da lei, se executada como nela se contém: mas seus autores, tendo a intenção de mistificar a opinião ou evolução abolicionista, simularam auxiliar o movimento e apressar a extinção, por meio de um fundo de emancipação, formado da consignação vigente, e mais 5% sobre todos os impostos, menos os de exportação.

O sofisma é até ridículo. O fundo atual pouco excede a 1.000 contos anuais, e o novo imposto foi estimado em 3.000; ora, com 4.000 contos, pagas as manumissões aos preços da lei, não se libertariam nos 13 anos mais de 10 a 12% da população escrava, estimada presentemente em 1.000.000.

Isto não confessaram Saraiva nem Cotegipe, que são astutos; mas o conselheiro A. Prado, por ser o menos apto dos homens do conchavo, disse no Senado que o sistema adotado não era o da indenização pecuniária, sendo este mero acessório e auxiliar. Como tal a sua insuficiência é manifesta.

Na discussão da Câmara, Saraiva pretendeu mostrar que o seu projeto extingua a escravidão em dez anos; e desta asserção falsa e não sincera deu a seguinte cerebrina demonstração:

Mortalidade.....	2	%
Manumissões anuais.....	2	%
Redução do valor	6	%
Dita anual.....	10	%

Só é verdadeira a primeira parcela; a 2ª é mais que o dobro de realidade; e 3ª é burlesca. A redução do valor não liberta nem um escravo por ano.

É certo que uma parte da verba, cerca de 1.000 contos, era destinada não a pagamento de manumissões, mas ao serviço de um empréstimo a 5%, o que ainda ficava longe de resolver o problema e complicava as finanças onerando o futuro. Esta projetada emissão deu lugar, na discussão do Senado, a uma verdadeira bernardice de um ministro. Querendo demonstrar, a Saraiva, a extinção em nove anos, disse: “Mil contos por ano a 5% servem um empréstimo de 20.000:000\$; em nove anos são 180 mil contos a empregar em manumissões de escravos!” E calculou sobre esta base!

E o coitado parece que estava em boa fé, nesta celeberrima multiplicação por 9; porque apertado por apartes disse afinal – “Parece que me enganei” e a meia voz para quem lhe estava perto “eu em cálculos não sou forte”.

E é ministro um homem tão ignorante! Pobre país!

Contra o imposto adicional de 5% se pronunciaram na Câmara os principais conservadores; ver nos Anais os discursos de Eufrásio Correia, Belisário, A. Prado, Portela, D. Cintra, Duarte de Azevedo, Gomes de Castro, Andrade Figueira, Mendonça Sobrinho, etc.; mas quase todos falando contra votaram a favor, porque a passagem da lei, fosse como fosse, lhes facilitava o assalto ao poder. Motivo único!

Terminado o debate na C. dos Deputados, e ainda antes de aprovada a redação do projeto para ir ao Senado, Saraiva e seus colegas deram demissão dos cargos, porque (disseram), tendo a lei sido votada com o concurso do Partido Conservador, não tinham esperança de reconstituir a antiga maioria liberal; pelo que, nem quis Saraiva dar conselho sobre a sucessão, como Zacarias em 1868.

Assim confessado o esfacelamento do Partido Liberal e sendo conservadores dous terços dos que votaram a famosa lei, a sua chamada ao poder era lógica, e desta vez não há que dizer contra o tão falado e verdadeiro governo pessoal do imperador.

Alguns liberais, entre eles Silveira Martins, tiveram a ingenuidade de crer que a queda antecipada de Saraiva daria lugar a mais um Ministério liberal. Mas o que é certo é que o partido caiu por ter-se mostrado incapaz de realizar a reforma que tentou; e caiu facilitando aos adversários a mistificação da ideia, e a restrição das aspirações abolicionistas.

O Ministério Cotegipe, que inaugurou o novo domínio conservador, fez passar no Senado a famosa lei quase sem discuti-la, e deixando sem resposta a maior parte das objeções a ela opostas: entre os opositores, parece-me que não fui dos últimos; ao menos estive firme na estacada e multipliquei protestos, e o mais que pude; vejam-se os Anais do Senado, setembro de 1885.

Na sessão de 21 (pág. 160, dos Ans.) está um discurso de Cotegipe que se faz notável pela falta absoluta de fé e de lealdade com que simulou o desaparecimento da escravidão em nove anos, por efeito da sua lei; resumi-lo-ei.

Avaliou a existência em 900.000, o que não é desarrazoado. Orçou a libertação pela idade de 60 anos, e a mortalidade nos 9 anos em 226.800, o que se pode aceitar como provável.

Estimou o efeito das outras verbas, fundo de emancipação e liberalidade particular nos nove anos, em 207.000, o que é muito exagerado; mas aceite-se. Somam as libertações e os óbitos 433.800; e como toda esta conta de chegar não alcançou a metade da escravatura a emancipar, ampliou a bernardice do Saraiva na Câmara, dizendo:

“Depreciação do valor, 54%... 486.000 libertados!” Esta depreciação não liberta nem um, a não ser no fim de 13 anos.

O argumento é uma asneira tão grossa que vista a robusta e lúcida inteligência de Cotegipe é impossível crer que o exhibisse sinceramente. Não: fez pouco caso da capacidade do seu auditório, e lhe atirou um sarcasmo pungente. Aludia à esperteza deste gênero o visconde do Rio Branco, quando dizia entre os seus íntimos (eu ouvi): “Este Cotegipe é muito moleque.”

A lei devia passar, para interromper a evolução abolicionista, que não causasse embaraço aos dominadores nas eleições: é a verdade. Em 1º lugar e em todo o caso, a posse do poder: em 2º, se puder ser, alguma cousa útil.

Promulgada a lei há seis meses, até hoje só fizeram regulamento para a nova matrícula, e não começaram a arrecadar os 5% adicionais, tendo mesmo mando suspender as providências que dera a Tesouraria da Bahia para começar a arrecadação. Dizem alguns que o Ministério pretende passar este imposto para a renda geral; se o fizer, claro é, parece-me, que devem também acabar com o antigo fundo de emancipação: mas, como não conheço as intenções verdadeiras do moleque Cotegipe, fica este assunto para o meu seguinte capítulo, que provavelmente escreverei aqui em Petrópolis, no começo de 1887, se for vivo, como espero.

Em meu espírito é cada vez mais robusta a convicção que, se quiserem regular eficazmente por lei uma emancipação gradual da escravatura, só o poderão conseguir abolindo a indenização pecuniária e substituindo-a por algum tempo de trabalho obrigado dos libertados. Por esta ideia se pronunciaram na Câmara alguns deputados, e no Senado Dantas, Nunes Gonçalves, Afonso Celso, Teixeira Júnior, José Bonifácio, C. Ottoni, e conheço outras opiniões no mesmo sentido, não enunciadas na tribuna. O pensamento não é incompatível com a libertação final, por extinção do valor em 13 anos, resultado principal da lei. Mas não antecipemos.

Do ano de 1885 nada mais vejo que valha a pena registrar neste meu canhenho.

Petrópolis, 26 de março de 1886.

.....

XVIII

Fevereiro de 1887

MOTIVOS POR QUE PONHO TERMO A ESTE TRABALHO. – MINHA
DESCRENÇA E DESÂNIMO. – PROPÓSITO DE SILÊNCIO. – LIGEIRA
NOTÍCIA DA ÚLTIMA SESSÃO PARLAMENTAR.

*E*STE CAPÍTULO será o último da minha autobiografia, não porque eu conte morrer este ano, mas porque do tempo, talvez pouco, que ainda poderei viver, não hei de ter, creio, o que contar que valha a pena.

Depois e com vagar hei de rever o que escrevi; e se encontrar incorreção ou lacuna que deva ser emendada ou suprimida, me ocuparei disso em notas, como as que já lancei.

Faço ponto, porque a minha vida não oferece incidentes, nem provavelmente virá a oferecê-los, que mereçam ser registrados.

No meu interior a uniformidade de hábitos em que vivo, há já alguns anos, não parece difícil de ser continuada; já no cap. XVI, § Vida

privada, só tive de mencionar alterações, por morte no pessoal que compõe a minha família.

Quanto à vida pública, creio que devo considerar-me quase morto, não tomar iniciativa no Senado, arredar-me da tribuna, ler e ouvir com atenção e votar conscienciosamente. É por formar este propósito que julgo nada terei de acrescentar ao que tenho escrito.

É simples a explicação desta minha inércia e desânimo, reconheço a minha incapacidade; mais de uma vez nestas memórias tenho consignado o fato que a minha instrução literária e científica foi muito defeituosa e manca; e que por inércia, por falta de iniciativa, por falsa vergonha, deixei de aperfeiçoá-la com o estudo, quanto me era possível, ficando por isso em uma ignorância que muitas vezes me causou vexame em minha carreira parlamentar.

Acresce que, aproximando-me aos 76 anos, sinto a memória muito obliterada; em um estudo sério acontece-me por vezes compreender bem uma exposição de princípios, e quando se trata de combiná-los para deduzir as conseqüências, parecem-me estas arbitrárias, porque as premissas já estão esquecidas. Se insisto, lendo adiante e atrás, fazendo esforço de inteligência, sucumbo ao sono: sonolência senil!

Sinto-me, pois, incapaz de certos estudos que seriam necessários para tomar parte ativa nas discussões do Senado. Leio para matar o tempo e recrear o espírito; mas este só aprecia bem leituras de certa facilidade e amenidade, viagens, histórias, bons romances, alguma poesia.

Para não deixar de confessar e lamentar todas as minhas misérias, acrescentarei que a minha audição se tem tornado muito imperfeita e não menos a minha voz, quer por fraqueza do órgão, quer por falta de sonoridade, conseqüência da perda dos dentes.

Ora, como se há de empenhar em debates públicos quem ouve mal e mal se faz ouvir?

Já eu tinha consciência destas minhas fraquezas em 1886, conservando-me em silêncio quase toda a sessão: meu único discurso de certo fôlego foi o que proferi a 9 de outubro perante as câmaras reunidas em assembleia geral. E a indiferença com que fui acolhido, no Parlamento e na imprensa, parece provar ou deficiência da minha argumentação ou excen-

tricidade das opiniões que expus e sustentei: em qualquer dos casos, julgo ver na frieza com que me ouviram e leram mais uma razão para abster-me.

Contudo, tendo ainda no ano que findou tomado alguma parte nos debates parlamentares, direi o juízo que formei e formo da marcha da política naquele período.

Duas ideias principalmente dominaram os espíritos na constância da sessão legislativa e continuam a impressionar a quantos se ocupam com a causa pública, as finanças e a libertação dos escravos.

A renda do Tesouro tende a diminuir; e esta diminuição, parece claro, há de acentuar-se mais à proporção que avultar a emancipação da escravatura.

Nesta crise de trabalho, a produção diminuirá, e antes da transformação completa eu não vejo meio de consertar as finanças e combater o déficit.

O ministro da Fazenda, conselheiro Belisário, é um homem de talento que bem o cultiva: decerto deseja ardentemente resolver o problema. Fala-se em grandes planos financeiros para equilibrar o orçamento e fazer desaparecer da circulação o papel-moeda, instalando como instrumentos das transações a moeda metálica e notas convertíveis em ouro à vontade do portador. Mas por ora a única medida realizada (essa sem dúvida razoável e necessária) foi a redução de 6 para 5% do juro das apólices gerais, isto é, redução de cerca de 3.000 contos na despesa.

A transformação da circulação, tanto quanto a posso compreender, parece-me um *desideratum* impossível de obter-se, enquanto de todo não passar a crise da transformação do trabalho. O papel-moeda é uma dívida do Estado: quaisquer que sejam os expedientes imaginados, a sua eliminação é o pagamento da dívida, o que exige sacrifícios absolutamente em desproporção com os recursos de que o governo presentemente poderá dispor. Ou estou em grande erro, o que é bem possível, ou a circulação metálica não será fundada sem um empréstimo colossal; e este, com seus juros, aumentaria em grande escala a despesa pública, justamente quando a renda tende a decrescer, e quando a decadência da produção pela escassez dos braços não tolera lançamento de novos impostos na escala necessária.

Esta decadência me parece inelutável; os escravos libertados hão de sacrificar algum tempo à ociosidade; depois, os esforços colonizadores

do governo pouco efeito produzem, em parte porque estão falseando a questão, se eu bem a entendo.

Da abolição da escravidão, creio, deve resultar a transformação dos grandes estabelecimentos rurais e desenvolvimento da pequena lavoura: a grande dificilmente se conservará sem os escravos. Ora, o nosso governo não pensa em dirigir e favorecer esta evolução natural; cuida antes em sustentar a grande lavoura, facilitando a introdução de imigrantes jornalheiros, mais do que de colonos que se tornem proprietários territoriais.

Disposições de que alguns governos da Europa derivam argumentos sérios contra a emigração para o Brasil. E esta direção falseada da transformação do trabalho não pode deixar de agravar a crise.

De tudo parece resultar que o nosso Tesouro se encaminha, se não para a bancarrota ao menos para uma fortíssima depressão do crédito público que os homens mais ilustrados e da mais boa vontade não poderão evitar.

Estarei talvez em erro; mas é tão profunda esta minha convicção e desânimo que possuindo em 1876 (vide pág. 189 deste livro) em títulos da dívida pública 152:600\$000, tratei de transformar a maior parte em prédios que construí na corte e em Petrópolis, e daqueles títulos só existem hoje 53:000\$000, não falando em 11:500\$000 que ultimamente herdei de minha sogra (tudo valores nominais).

Dominado por estas apreensões, não me sentindo capaz de ter uma ideia salvadora, não devo criar embaraços aos homens de boa vontade, liberais ou conservadores, que tentarem resolver o temeroso problema. Do que infiro a necessidade de recolher-me ao silêncio e dar no Senado votos ecléticos, sem considerações pessoais. Tal o meu propósito.

Reforçam-me nele considerações relativas à segunda das grandes questões que considero capitais, a libertação dos escravos: desta no pé em que se acha atualmente darei uma ideia sucinta, segundo minhas impressões.

A lei vigente, de 28 de setembro de 1885, apresenta, sem dúvida, as seguintes feições características:

Conserva o sistema anterior de preferências na classificação e de aplicação do fundo emancipador, derramado por todos os municípios do Império; bem que tal método tenha dado lugar a vastas patotas e imorali-

dades denunciadas na tribuna, no decurso do ano, até pelo barão de Cotegipe. Saraiva disse no Senado: – O Ministério resolveu não se embaraçar com os abusos!!! – Deu mais alimento às traficâncias aumentando o fundo de emancipação.

Para que este liberte o menor número possível de escravos, exagerou os preços de indenização; os da lei são mais que duplos dos valores que no mercado os escravos podem obter.

Aceitando o princípio da diminuição anual dos valores taxados, sofismou-o, estabelecendo para os primeiros cinco ou seis anos que poderá durar a instituição, taxas de depreciação ridiculamente baixas.

Em tudo a preocupação de restringir o número dos emancipados e de afagar o interesse dos senhores.

Extinguindo os valores em 13 anos, pareceu favorecer a libertação fixando este prazo; mas o resultado real da disposição, se for executada, será forçar a escravidão a durar 13 anos, o que já ninguém julgava possível.

É pois claro que a intenção da atual situação política e da sua lei é prolongar a vida da odiosa instituição.

Falando das intenções, não pretendo deprimir o caráter de ninguém: sendo certo que alguns senhores de escravaturas se inspiram em motivos pessoais, admito que os homens ilustrados, fundadores e defensores da situação, obedeçam a sérias apreensões relativas à crise econômica da transformação do trabalho, apreensões de que não estou isento.

Direi mais: se eu acreditasse que com a execução fiel desta esquisita lei chegaríamos em paz ao termo dos 13 anos, eu aceitaria este estado de cousas, como transação entre as exigências da civilização e as necessidades econômicas do país.

Mas o que me parece é que a tranquilidade atual é fogo embaixo de cinzas, que há de produzir labaredas e incêndios; e que, se se emperrarem, as desordens e crimes hão de forçar os poderes públicos a precipitar a libertação, que eu desejava se fizesse gradualmente.

Neste estado de perplexidade, e tendo sido geralmente repudiada a fórmula que propus de emancipação anual, o que de melhor hoje posso fazer é calar-me e esperar.

Entretanto completarei a história da evolução no ano que findou.

O regulamento para execução da lei, desenvolvendo e ampliando o seu espírito enfezado, consignou dous verdadeiros despropósitos: 1º, decretar que a depreciação dos valores só começará depois de finda a matrícula; 2º, unir a cidade do Rio de Janeiro, ou o município neutro à Província do Rio para a aplicação da lei.

Esta parece aceita pelo país; tendo-se acalmado a agitação abolicionista; mas os retoques emperrados do regulamento causaram profunda sensação.

O Senado, suprimindo no projeto de resposta à Fala do Trono o período que reconhecia ter sido a lei fielmente executada, infligiu ao Ministério fulminante censura.

Pretenderam que a votação foi de surpresa: mas a censura foi reproduzida depois de longo debate, sendo aprovadas no orçamento da Agricultura duas emendas de José Bonifácio; uma que mandava começar a depreciação desde a data da lei, outra restabelecendo a autonomia da cidade do Rio de Janeiro.

A sensação causada pela votação destas emendas foi profunda. O Ministério, sustentado pela Câmara dos Deputados, apelou para a fusão das câmaras e conseguiu formar a doutrina do seu regulamento; mas nunca vi triunfo mais sem glória.

E um dos sinais característicos da adesão da opinião pública às ideias condenadas pelo Parlamento foi a extraordinária comoção causada pela morte do autor das emendas rejeitadas.

Era José Bonifácio homem notável, nas letras como poeta, na ciência como jurisconsulto; na vida privada, como na pública, procedeu sempre com inteira sinceridade e lisura, ostentando um caráter estimável e puríssimo. Mas o que mais o ergueu no conceito público foi a constância e elevação de vistas com que nos últimos anos promovia a abolição da escravidão doméstica.

Termino, transcrevendo os trechos do meu último discurso relativos às duas emendas de que dei notícia. Continuo a reconhecer que não fui orador; mas tenho a vaidade de que argumentava logicamente, em todo o caso conscienciosamente. Seguem os trechos anunciados.

“Discurso proferido a 9 de outubro de 1886 perante as câmaras reunidas em assembleia geral.

“Desculpe-me a assembleia, se tanto me demorei em questões que se podem julgar preliminares: passo a examinar as emendas controvertidas.

“Duas são as ideias. A primeira é a data, desde quando deve ser contada a depreciação, decretada na lei, dos escravos emancipandos.

“Estudemos a questão à luz dos princípios. Donde nasce, qual é a origem da legitimação deste direito ao valor do escravo?

“Não é um direito natural, independente da lei escrita. Todos o reconhecem; a sua origem é a lei e só a lei. Quando esta foi votada, todos disseram que, taxando os valores dos escravos, ela firmou o direito dos senhores.

“A matrícula não dá direito, é simples registro.

“O senhor do escravo, matriculando-o, declara em qual das taxas legais está compreendido, isto é, qual a quantia a que, segundo a lei, terá direito quando emancipado. A origem, pois, é sempre a lei.

“A tabela que marca a depreciação dos valores não é uma decretação arbitrária e sem base do Poder Legislativo, é a consagração de um fato natural de fácil observação.

“Se o escravo como propriedade tem um valor, esse valor não é uniforme em toda a sua vida. Qual a sua medida? Evidentemente é a soma dos serviços que o escravo pode prestar dali em diante: daí nasce o direito à indenização. O senhor fica privado dos serviços futuros.

“E esta soma de serviços esperados decresce com a idade: cada ano, cada mês decorrido se deduz do tempo provável de vida e de trabalho.

“Tal é o fato natural que a lei consagrou, embora muito arbitrariamente quanto aos algarismos.

“Isto posto, eu pergunto: Da data da lei, que é a origem do direito, até a data da matrícula, o escravo não trabalhou, não serviu a seu senhor? Do tempo de vida provável não se abate o decorrido entre as duas datas? Não é porventura o serviço prestado entre as duas datas um adiantamento ao senhor por conta da indenização que a lei lhe prometeu? Como,

pois, se pretende que o valor decretado na lei se conserve algum tempo imutável e só no fim da matrícula comece a depreciação? Não sei se expinho o argumento com clareza: ele não me parece respondível.

“Eu o resumo. Não existe valor de escravo senão desde a data da lei. Este valor decresce na proporção em que diminui o tempo em que o escravo pode prestar serviços, isto é, a vida provável. O escravo que na data da lei vale 900\$000, prestando serviços até a matrícula tem de sofrer a redução de valor correspondente ao tempo decorrido; pois que diminuiu nessa proporção o tempo em que ainda serviria.

“Eu não vejo, pois, como se possa duvidar de que a diminuição deva começar na data da lei. Parece-me a ideia oposta verdadeiro contrasenso.

“Deduzo, segundo argumento da famosa transação, acordo ou pacto entre a moribunda situação liberal e a nascente situação conservadora, transação de que resultou a lei.

“Quando se pede algum melhoramento, algum desenvolvimento em sentido favorável à libertação, o Ministério nos diz sempre – impossível tocar na lei, foi feita por uma transação a que devemos ser leais.

“Mas, no caso presente, o principal, se não único, representante de uma das partes contratantes, o presidente do Conselho do último Ministério da moribunda situação liberal, que entrou em ajustes com a nascente situação conservadora, o senhor conselheiro Saraiva levanta-se e diz – Não há tal, nunca se tratou entre nós de cousa alguma senão da depreciação desde a data da lei, nunca a ninguém ocorreu antes da votação a ideia de ir a escravidão além de 1898, 13 anos contados da data da lei. E agora pergunto eu: E o famoso pacto, e a lealdade recíproca onde para? Responde o Ministério – É verdade que S. Ex^a entendeu assim, mas nós, examinando os termos da lei, pensamos de outro modo.

“Mas o pacto? A transação já nada explica?

“Conclusão: – Toda vez que se quiser adiantar a libertação, a lei é o resultado de um ajuste, de uma transação em que a lealdade não permite tocar: toda vez que se quiser fazer durar mais a escravidão, o pacto a ninguém embarça! Senhores, nem parece cousa séria.

“E é deplorável, depois de tudo que se tem passado, depois que a lei forçou a escravidão a durar 13 anos, que não duraria sem ela e talvez

não dure a despeito dela, é deplorável que o Ministério venha regatear ano e meio de liberdade, só realizável no fim do século!

“Eu tenho ouvido dizer, é certo, que esta questão não tem importância prática, porque a escravidão não durará 13 anos; a ameaça não chegará a tornar-se efetiva.

“Permitam-me uma distinção. Se com isto se quer dizer que a pressão da opinião pública, o desenvolvimento da ideia, a força das circunstâncias há de obrigar o corpo legislativo a votar medidas mais eficazes que acelerem a libertação, eu acredito: e um exemplo disso é já a abolição dos açoites, que no ano passado não seria aprovada.

“Mas se alguém pretende que com a lei de 28 de setembro de 1885, executada como nela se contém, o prazo da libertação geral há de encurtar-se um dia que seja, quem o afirma, se é sincero, não leu a lei com atenção, se não é sincero, acrescenta a zombaria ao emperramento e à crueldade.

“Passo ao segundo dos pontos contravertidos, que é também de alta importância: a questão da autonomia do município neutro.

“Uma cidade como a do Rio de Janeiro, capital da segunda nação do continente americano, sede do governo central e dos altos tribunais, centro para onde constantemente convergem as ilustrações, as atividades, os capitais das outras províncias; tendo um magnífico porto, veículo de vasto comércio marítimo; uma cidade nestas circunstâncias assume necessariamente grande importância e tem sempre certa autonomia. Em toda a parte um tal núcleo de população constitui circunscrição administrativa distinta.

“Lembro-me de que em certa ocasião (não posso precisar datas e nomes porque me refiro à memória, já fraca), lembro-me de que em certa ocasião, no Parlamento francês, queixando-se alguém da preponderância de Paris, foi-lhe respondido por um grande estadista, se não me engano, Thiers: ‘Não tendes ciúme da grandeza de Paris: Deus criou este grande centro, com a sua alta importância, para a felicidade de toda a França.’

“Por que temos nós ciúmes da autonomia da cidade do Rio de Janeiro, autonomia decretada pelo Ato Adicional? Até hoje, com a exceção única das eleições para o Senado, tem ela uma vida autonômica. Os negócios municipais da capital do Império são fiscalizados pelo governo geral;

as leis e autoridades provinciais não têm aqui ação nem jurisdição, e – é importante este fato – o imposto proibitivo sobre averbação de escravos, decretado pela assembleia provincial do Rio de Janeiro para vedar que lá entrassem novos cativos, foi sempre aplicado aos casos de introdução de escravos vindos da capital do Império.

“Por que, pois, unir agora a cidade de Rio de Janeiro à província? Eu não vejo que outro motivo pudesse aconselhar semelhante medida senão o desejo, o propósito de embaraçar a libertação da capital.

“A Câmara Municipal do Rio de Janeiro empreendeu um tentame que, se prosperar, a ilustrará mais do que o decreto que lhe deu o tratamento de ilustríssima. Pretende libertar a nossa cidade: e que mal poderia vir daí? Por que embaraçá-la nesse nobre empenho? A libertação da cidade do Rio de Janeiro seria um exemplo proveitoso de organização do trabalho livre.

“Não são só os cafezais e os engenhos de açúcar que precisam de braços; os armazéns, os trapiches, o transporte urbano, todo o serviço da cidade emprega muitos milhares de jornaleiros já em grande parte livres, e tornar completamente livre este trabalho não seria um exemplo proveitoso? Que mal faria? Não seria um conselho aos distritos rurais, para que cada um cuidasse também de transformar o trabalho? Não seria um exemplo útil, talvez imitado por outras câmaras municipais?

“E se depois da libertação das províncias do Amazonas e Ceará e da libertação quase completa do Rio Grande do Sul comessem as câmaras municipais, uma e outra e outra, a conseguir a libertação dos respectivos municípios, o que seria isto senão atos sucessivos para uma emancipação gradual, pacífica, dando tempo a cuidar na transformação do trabalho?

“Não vejo na libertação desta capital senão vantagens, e este tentame da Câmara Municipal tornou-se impossível com o regulamento do governo. Não se poderá fechar a matrícula.

“Nas festas da Câmara Municipal tem cabido àquela corporação a grande honra de ouvir dos lábios imperiais palavras de animação; mas quando o chefe do Estado diz aos vereadores: ‘Prossigam’, parece que o nobre presidente do Conselho sorri e diz entre dentes ‘Veremos’. Parece que, quando no ano seguinte o chefe do Estado diz aos vereadores: ‘Não esmoreçam’, S. Ex^a murmura à meia voz: ‘Eu lhes cortarei as asas.’ E cortou.

Estou longe de censurar a altivez com que o nobre presidente do Conselho governa; todos os partidos precisam de ter alguns homens de igual energia; mas deploro que, quando aquelas palavras imperiais caíam como bálsamo de consolação e de esperança nos corações de algumas centenas de infelizes, animação tão respeitável não merecesse a honra da referência do poderoso senhor presidente do Conselho.

“Tenho lavrado o meu protesto, quem sabe se o último; só para isso levantei-me.”

Fim da autobiografia.

.....

Nota A

SINTO NECESSIDADE, por dever de consciência, de retificar em um ponto importante esta história da escolha do senador Vergueiro. O conde de Baependi, velho muito sisudo, publicando uma estatística das eleições e escolhas de senadores, declara que encontrou na *Astreia*, jornal que naquele tempo se imprimia nesta corte, a lista tríplice de que falei, e na qual, diz o conde, era João José Lopes o mais votado.

Confunde-me esta informação, a que entretanto não posso negar crédito; confunde-me porque julgo ter boa lembrança da minha conversação com o velho Vergueiro, em 1852, no armazém da Rua Direita, então nº 77, em que comerciavam Ottoni & C. Lembro-me até que rematou a exposição dizendo-me, a babar de gosto: “Meu amigo, 24 anos já os logrei.”

Como explicar a retificação que resulta da estatística do conde de Baependi? Devo crer que nos anos decorridos depois daquela conversa a minha imaginação prevenida contra D. Pedro I enfeitasse com circunstâncias agravantes o que me contou o velho? É apenas possível; mas altamente inverossímil.

Mentiu-me o velho Vergueiro? Impossível: era caráter sisudíssimo.

Equivocou-se o marquês de Caravelas quando o informou? É o que mais provável me parece.

Que Vergueiro estava a morrer, quando foi escolhido, não há dúvida. Que o sabia Pedro I, é também certo: seus médicos da Câmara tinham assistido à conferência que o julgou perdido.

O Conselho de Estado, sendo ouvido, opinou pela escolha, porque sendo Vergueiro chefe da oposição liberal em maioria na Câmara, convinha que de lá saísse: tenho esta informação do mesmo conde de Baependi, por tradição do pai que era conselheiro de Estado.

D. Pedro I naquele tempo ainda cativado pela M. de S., de certo queria escolher o primo da amásia, e se aceitou o conselho de preferir o Vergueiro é porque este ia morrer.

Recordando estas cousas anos depois, o marquês de Caravelas se equivocaria quanto ao fato de entrar na lista o J. J. Lopes. É do que fico bem convencido.

Fevereiro, 24 de 1889

Acabo de ouvir a uma neta do senador Vergueiro que na família dela existe esta tradição – foi escolhido senador, porque estava para morrer.

.....

Nota B

*E*SCREVO ESTA NOTA em março de 1887, tendo chegado ao fim do sexto capítulo com a revisão de que falei no último.

Escrevo-a porque tenho muito a peito que não paire sombra de dúvida sobre qualquer ponto da história das minhas riquezas, que compendiei nas páginas 83 e 189; ora, o primeiro elemento delas, a fazendinha ou sítio doado à minha mulher por seus pais, foi-me contestado em 1886 em um incidente desagradável, de que, por consideração de família, não quis fazer menção na minha autobiografia.

A legitimidade daquela propriedade, de que tomei posse quando me casei, em 1837; que em 1847, morto meu sogro, foi avaliada, entrando à colação metade no inventário feito por minha sogra; propriedade que nessa ocasião reuni às terras e escravos que herdou meu cunhado Joaquim, formando de tudo um só estabelecimento e celebrando com ele, por escritura pública, sociedade de exploração agrícola, como expus à pág. 80; que em comum com o mesmo continuei a usufruir até o ano de 1852, em que a vendemos ao visconde do Rio Preto; doação a que sobreviveram o doador, dez anos; a doadora, 48; e que por 49 anos não sofreu objeção, dúvida ou reparo de pessoa alguma: esta legitimidade foi expressamente negada em 1886 por três homens, infelizmente meus cunhados.

Foi a tríplice agregação causada por incidentes do inventário de minha sogra, por mim promovido, incidentes relativos a documentos, que autuei, de dívida ativa do espólio, quais eram eles responsáveis.

Se tiveram ou não motivos para irritar-se, se os provoquei eu, ou cumpri o dever de inventariante, se se houveram ou não com lisura e honestidade, questões de que não devo aqui tratar, assim como julgo conveniente abster-me de toda a apreciação relativa às intenções e caráter dos três; só poderia fazê-lo se publicasse esta nota nos jornais, para dar-lhes vista. Contudo, se alguém que acaso me leia quiser julgar por si, consulte os autos (Inventário de D. Teodósia C. V. Maia, 1885, escrivão Assis Araújo).

Negaram a doação que tinha meio século de notoriedade, e afirmaram em artigos de jornal e em um folheto que no inventário de meu sogro, encerrado em 1849, abusando da confiança da família, prejudiquei e espoliei a viúva meeira e nove co-herdeiros, dos quais cinco em menoridade.

Estas imputações me pareciam na ocasião por tal modo absurdas que desdenhei refutá-las: mas depois tenho refletido que podem elas ter impressionado algumas pessoas, porque se basearam, embora com sofismas, em citações verdadeiras dos autos de 1849. E não quero deixar sombra de dúvida sobre a inteira boa fé e a isenção de ânimo com que recebi os bens (terra, cafezal, escravos) que a meu sogro e a minha sogra aprouve doar à sua primogênita e predileta, que fiz companheira de minha vida.

Predileta de seu pai, até a morte dele, e ainda mais de sua mãe, que também a mim considerou sempre menos genro do que filho querido. Foi a minha casa que entre as de sete filhos, todos estabelecidos, ela preferiu para residência nos seus últimos 30 anos; foi no seio de minha família que encontrou os desvelos que reclamava a sua idade, a afeição e respeito que merecia; foram nossos cuidados (consigno-o com ufania e orgulho) que lhe prolongaram a vida até 80 anos, sofrendo desde os 70 ou já de mais tempo séria afecção cardíaca. De todas estas circunstâncias darão testemunho todas as pessoas que tiveram relação com minha família, e entre elas os drs. Marinho, Vieira de Andrade e Feijó Júnior, que trataram da boa velhinha.

Exporei sem *ambages* as alegações em que assentaram a feia imputação, e que não sei se a alguém pareceram plausíveis.

Desenterrados da poeira de 37 anos os autos do inventário de meu sogro, verificou-se que o processo fora encerrado com irregularidades notáveis; não se lavrou termo de publicação da sentença que julgou a partilha; não foi ela intimada aos interessados; não assinaram os herdeiros qui-

tações nos autos; não foi exonerada a inventariante; não se prestou contas nem da tutela dos menores, nem da testamentária: esta última foi prestada anos depois; a da tutela nunca (testamenteiro e tutor Joaquim Maia).

Mais ainda: uma decisão, que me aproveitou, parece não ter sido legal. Excedendo em cerca de 900\$000 a meia doação à legítima verificada, mandou o juiz, a requerimento do meu advogado Saldanha Marinho, fosse a diferença deduzida da terça; o que dizem agora hábeis letrados, somente seria conforme a lei se tivesse a doação sido insinuada: assim pensa, além de outros, o conselheiro A. J. Ribas, que recentemente consultei.

Não podendo nem querendo negar estes defeitos, deveria eu ocupar-me em demonstrar a minha boa fé? Parece-me desnecessário: vejamos se me enganei.

Quanto às irregularidades dos autos, o que provam elas?

Eram interessados, além dos cinco herdeiros menores: a viúva meeira, senhora de 44 anos, inventariante; três filhos naturais maiores de 40 anos, legitimados em testamento; o herdeiro maior J. J. de Araújo Maia, instituído 1º testamenteiro e tutor dos menores, encargos que aceitou; dos cinco menores, três tinham mais de 14 anos e deram procurações ao advogado. Prejudiquei a todos e nem um deles o percebeu no espaço de 37 anos? Manifesta insensatez: é da maior evidência que as irregularidades dos autos provieram de ter-se feito a partilha amigavelmente, em casa, a contento de todos, tomando cada um posse do que lhe tocou e não se lembrando nenhum de nós de quitações judiciais. Está autuada a minuta, por minha letra, desta partilha amigável, requerendo-se que a ela se cingissem os partidores.

Consideremos em separado o despacho relativo à diferença entre a meia doação e a legítima.

Julguei que ainda a este respeito não precisava justificar a boa fé com que procedi: calei-me. Mas convém-me consignar nesta nota certas inverosimilhanças.

Tenho de idade quase 76 anos: deduzidos os da infância, os da frequência de aulas e alguns intervalos de inação, a minha vida ativa se compõe de três períodos distintos, em cada um dos quais demonstrei sempre que me preocupa ideia mais nobre do que a do dinheiro, sendo-me secundário todo o pensamento de vantagem pecuniária.

1º Fui por 21 anos professor da Escola Naval, então chamada Academia de Marinha. Com os meus compêndios consegui reformar em todo o Brasil o ensino das matemáticas elementares, que encontrei modelado pelas fórmulas de Bezout, já então antiquadas. Esta reforma dura há mais de 30 anos e há de viver mais do que eu: sobre a ideia secundária dos lucros, que aliás auferi, leiam-se as págs. 80 e 81 deste livro.

2º Deixando a Escola Naval, dediquei dez anos à direção e construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, cabendo-me a satisfação de resolver o problema da viação, que da corte, transpondo a serra do Mar, irradia pelos vales do interior. Durante esta gestão passaram pelas minhas mãos, com algum poder discricionário, mais de 30 mil contos, capital e rendimentos; e em 1865 retirei-me, graças a Deus, com as mãos limpas: todos hoje o reconhecem, inclusive os meus desafetos.

3º período – É o da minha vida parlamentar: fui deputado em nove sessões legislativas, e há sete anos tenho assento no Senado. Em comissões e na tribuna me tenho ocupado de grandes interesses públicos; e nunca alguém notou advogasse eu medida que direta ou indiretamente pudesse interessar-me. Recusei duas vezes a pasta de Marinha, uma vez a da Agricultura; em 1883 fui nomeado conselheiro de Estado, e declinei da aceitação, sempre por motivo de conveniência: não me parecia que nessas posições pudesse bem servir a meu país.

Ora, quem dá de seu caráter estas provas na virilidade na idade madura, na velhice, pode crer-se que aos 26 anos, na quadra das ilusões generosas da mocidade, se prostituísse por amor de 900\$000?

Segunda e maior inverosimilhança resulta das disposições de ânimo dos três irmãos. Dous, Joaquim e João, foram meus amigos até 1872 e não sem razão me diziam seu protetor; o terceiro (Honório), escrevendo recentemente que desde menino se arredou de mim, traduziu a seu jeito a antipatia que desde a sua infância me inspirou: os três, quase analfabetos, nunca tiveram ocupação ou preocupação que não fosse de ganhar dinheiro. Entretanto, assim escravos da cobiça, nem os dous nos 23 anos de amizade, 1849-72, nem nos 14 de subsequente inimizade, 1872-86 (sempre por questões de dinheiro); nem o meu eterno antipático em 48 anos¹ de desafeição,

1 Toda a sua idade: desde a sua infância lhe reconheci péssima índole.

1838-86, nem um deles percebeu que em 1849 eu os tinha lesado! Não o tinha percebido também a viúva meira e os três herdeiros maiores de 40 anos!!! Estes quatro morreram antes da mirífica descoberta!!!

É claríssimo que em 1849 tudo se fez a contento e com anuência dos interessados, respeitando todos a integridade da doação feita pelos nossos velhos à sua primogênita.

E é também evidente que agora desrespeitam a memória de seus pais: as causas estão, repito ainda, nos autos do inventário de D. Teodósia Maia, 1885, escrivão Assis Araújo.

Até aqui as provas concludentes do absurdo da aleivosia têm sido indiretas. Ajuntarei uma direta, que não comentarei para poder conservar-me no propósito de não qualificar intenções e caracteres: que os definam os fatos, é natural; mas nada de frases.

Em 1865, 18 anos depois da morte de meu sogro, 16 depois do encerramento do seu inventário, despachos de um juiz em correição compeliram o então meu amigo J. J. de Araújo Maia a prestar contas da testamentária, o que fez pelo meu intermédio, mandando-me do Mucuri a sua procuração. Para servi-lo, zelando-lhe a reputação, solicitei e facilmente obtive dos co-herdeiros, todos de há muito maiores, dos legatários e da viúva meira, declarações assinadas de que cada um recebera em tempo o que lhe tocou e nada tinha a reclamar. Com estes documentos prestei as contas, julgadas por sentença de 30 de junho de 1865, que exonerou da responsabilidade *o meu amigo* e bis cunhado J. J. de Araújo Maia: existem os autos no cartório da provedoria em Valença, e uma certidão extraída deles foi por mim publicada no *Jornal do Comércio* de 19 de novembro de 1886.

Contas liquidadas, não se esqueça, em 1865.

Contudo, o amigo que eu então servira dedicadamente, tornado inimigo e informado em 1886, erradamente, que os autos das contas estavam perdidos, teve a coragem de escrever no *Jornal* de 1º de outubro de 1886, e assinar com todas as letras do seu nome, o que abaixo copio: disse mal, tenho vergonha ou nojo de escrever aquelas cousas por minha letra; vá aqui grudado o pedacinho do *Jornal*:

“Devo ainda dizer que não há em cartório autos de prestação da conta da testamentária do meu falecido pai; as citações que o senhor

senador andou pedindo em meu nome aos diversos herdeiros, com a cláusula de nunca reclamarem contra a partilha, ficaram com S. Ex^a para o que desse e viesse; tal foi sempre a sua política de previsões, como confessa.

“Cumpre que o senhor senador restitua tais quitações aos herdeiros de quem as extorquiou.

“Protesto contra os abusos que o impertérrito genro praticou no inventário do sogro e não quero que os herdeiros se julguem adstritos àquela cláusula, que no caso foi até uma indecência que o senhor senador deles solicitou, invocando abusivamente o meu nome.”

Abundou no mesmo sentido o digno mano barão, publicando e comentando a carta em que eu lhe pedira a quitação para prestar as contas do digníssimo mano.

Ajunto, para completo esclarecimento, um exemplar do meu artigo de 19 de novembro, de que fiz tiragem avulsa.

“Ao público

(Do *Jornal do Comércio* de 19 de novembro de 1886)

“Rendo homenagem à opinião do meu país expondo em tran-sunto uma questão, hoje finda, em que o meu nome andou envolvido, no foro e na imprensa.

“Foi confirmada na instância superior a sentença que aprovou a partilha, no inventário por mim promovido, do espólio de minha sogra, a Sra. D. Teodósia Maia, de saudosa memória. E pois que a quantia objeto do recurso cabe na alçada da Relação, posso considerar a sentença passada em julgado.

“Neste processo deram motivo a controvérsias unicamente os documentos relativos a dívidas de dous co-herdeiros.

“A primeira, no valor de 1:800\$000, o meritíssimo juiz do inventário mandou que entrasse à colação; e a apelação interposta deste despacho foi desprezada na instância superior por duas decisões unânimes.

“A segunda, na importância de 3:159\$030, foi objeto de contestações, que o ilustrado julgador considerou dependentes de alta indagação e remeteu para o foro comum; decisão de que não apelei, apesar de que a insolvência da dívida, em minha opinião, ficou provada.

“Previamente me tinha comprometido a submeter-me em tudo à apreciação do distinto magistrado, perante quem litigava.

“A propósito da discussão destes dous pontos, únicos litigiosos, os irmãos Araújo Maia despejaram sobre o meu nome uma catadupa de impropérios e insultos, começados nos autos, desenvolvidos em uma brochura de que fizeram larga distribuição, repetidos em artigos de jornal assinados; adubada a diatribe com a descoberta que agora fizeram, de que há 49 anos, quando me casei, apossei-me de bens (terra, cafezal, escravos) que não me pertenciam: e que há 37 anos, por ocasião do inventário de meu sogro, prejudiquei e espoliei a viúva e os nove co-herdeiros, dos quais cinco em menoridade.

“Em meu primeiro protesto recusei discutir essas sisudas imputações; mas depois, recrudescendo as descomposturas, em um momento de irritação, que não perdurou, cheguei a formular esta promessa: ‘Terminada a questão forense porei os pingos em todos os ii.’

“Hoje, chegada a oportunidade, reconsidero aquele propósito, e volto à primeira posição: nada refuto, de nada me defendo, a nada retalio. Tenho a imodéstia de crer que o zelo da reputação pode limitar-se ao protesto que assinei no *Jornal* de 24 de setembro e cuja conclusão confirmo nestes termos; discutirei tudo se for chamado a juízo, ou pelas injúrias recentes, ou pelo antigo estelionato, de que não alegarei prescrição.

“Sobre um único ponto edificarei desde já o público.

“Escreveram os três irmãos, e repetiu o senhor major J. J. de Araújo Maia no artigo que assinou no *Jornal* de 1º de outubro: que eu fingi querer substituir-me a S. S. para dar contas da testamentária de seu pai e meu sogro; que com esta simulação andei pedindo em seu nome quitações aos co-herdeiros; que tais contas nunca foram prestadas; que as quitações ficaram em meu poder, ressalva cautelosa contra reclamações que eu temia, não me fiando na prescrição.

“Articularam sobre este tema grossas injúrias que já não me irritam.

“Mas quem as leu convém que leia o seguinte documento:

‘Ilmo Exmo Sr. juiz provedor da comarca de Valença.

‘O senador C. B. Ottoni precisa, a bem de seu direito, que o escrivão deste lhe certifique em relatório:

‘1º – Se existem no competente arquivo os autos das contas, prestadas em 1865, da testamentária do capitão Joaquim José de Araújo Maia, morto 18 anos antes, em 1847.

‘2º – Se consta que tais autos tenham estado em qualquer tempo em poder do suplicante, ou extraviados do cartório.

‘3º – Se dos mesmos autos constam os seguintes atos (omitem-se aqui os membros deste item porque estão especificados na certidão.)

‘P. a V. Ex^a etc. etc.’

‘Certifico que em obediência ao respeitável despacho exarado na petição retro, quanto ao 1º e 2º itens – que em meu cartório se acham arquivados os autos de prestação de contas testamentárias do finado Joaquim José de Araújo Maia, não constando que estivessem em poder do suplicante.

‘Quanto ao 3º item. Que dos mesmos autos consta, quanto ao 1º membro deste item. Que o 1º testamenteiro Joaquim José de A. Maia Júnior, que em 2 de janeiro de 1847 aceitou a testamentária, foi intimado a 12 de maio de 1851, 8 de novembro de 1852 e 8 de janeiro de 1853, o que se verifica pelas certidões de fls. 4 e 5 do oficial de justiça Agostinho José da Silva e certidão do escrivão José Francisco de Araújo e Silva à fl. 4, não existindo porém os mandados aos quais as ditas certidões se referem, e sem declarar as ditas certidões o motivo das intimações, o que me inibe de certificar se essas intimações foram feitas para o 1º testamenteiro prestar contas.¹

‘Quanto ao 2º membro do 3º item. Que por despacho de 5 de fevereiro de 1853 foi pelo juiz de direito em correição Dr. Siqueira removido o 1º testamenteiro e ordenada a intimação do 2º D. Teodósia Maia, a qual não foi intimada por se ter mudado deste município, o que se verifica, etc. etc.

‘Quanto ao 3º e 4º membros do item que por despacho de 31 de outubro de 1864 do juiz provedor Dr. J. J. do Amaral, a requerimento do dr. promotor fiscal foi expedida precatória para a corte a fim de ser ali intimado o 3º testamenteiro, o Exmº senhor conselheiro C. B. Ottoni para

1 Que foi esse o objeto das intimações prova o despacho do juiz de direito A. J. de Siqueira.

vir aceitar a testamentária e prestar as respectivas contas, e que comparecendo o mesmo em juízo – petição de fl. 9 – requereu o prazo de 90 dias a fim de que o 1º testamenteiro J. J. de Araújo Maia pudesse terminar a dita prestação de contas, o que não tinha feito, devido a distância em que se achava no Mucuri, prazo que lhe foi concedido por despacho de 7 de dezembro de 1864 e que foi mais tarde prorrogado por mais 60 dias por despacho de 17 de março de 1865 a requerimento do suplicante.

‘Quanto ao 5º. Que às fls. 12 e 13 dos referidos autos existe uma petição do suplicante e uma procuração do 1º testamenteiro, que se acha à fl. 15, autorizando-o a prestar as mencionadas contas, na qual petição proferiu o juiz provedor o despacho seguinte: – A. com os documentos, dê-se vista ao dr. promotor fiscal.

‘Quanto ao 6º. Que os documentos são os seguintes: uma petição e certidão às fls. 16 e 17 referente à divisão da terça pelos herdeiros; quitações particulares de fls. 18 a 22; um instrumento de quitação à fl. 23, uma justificação de fls. 25 a 36; dous recibos, fls. 37 e 38; e uma declaração à fl. 39.

‘Quanto ao 7º. Que essas declarações¹ contêm a afirmativa que cada um recebeu o que lhe tocou e que davam plena e geral quitação ao testamenteiro Joaquim José de Araújo Maia.

‘Quanto ao 8º finalmente. Que sentença que julgou cumprido o testamento é de teor seguinte:

‘ – Julgo cumprido o testamento etc. e exonero o testamenteiro etc. etc. – Valença 17 de novembro de 1886 (assinado) o escrivão privativo da provedoria – Gaudêncio César de Melo.’

“Será preciso comentar?”

C. B. Ottoni.

Rio, 18 de novembro de 1886.

N. B. Nenhuma resposta.

1 Estão entre elas as de cinco co-herdeiros, que com o 1º e 3º testamenteiros representavam todos os filhos legítimos do testador. Os cinco eram menores na ocasião do inventário, tendo por tutor seu irmão major Joaquim Maia; mas estavam de há muito emancipados quando assinaram as quitações para a prestação das contas.

.....

Nota C

NÃO ME FALTAM somente qualidades de caráter e de temperamento: não possuo a sólida instrução necessária a quem assume a responsabilidade do governo.

Não vai nisto afetação de modéstia: sei que tenho inteligência clara, inda que um pouco tardia; mas a cultura foi imperfeitíssima. Se eu me julgasse um talento fora de linha, aplicar-me-ia estas palavras de Sainte-Beuve:

“Les talents les plus libres et les plus originaux ne deviennent parfaits que s'ils ont eu une discipline première, s'ils ont fait une bonne rhétorique.”

Eis aí a minha desculpa: se falando ou escrevendo fui medíocre é porque em moço não fiz a minha retórica.

.....

Nota D

Uma imitação de Bocage

À luta pela existência
da existência um terço dou.
Outro terço a restaurar-me
em plácido sono estou.

Para o prazer resta um terço:
oito horas votadas são
à esposa, à prole, aos amigos,
aos gozos do coração.

.....

Nota E

UANDO CITEI a venda dos meus livros como um dos elementos do protesto que lavei de fl. 90 a fl. 99, a extração não estava concluída e liquidada, como observei em diversas notas parciais. Reunindo-as agora, aqui consignarei a conta final e exata. Vendi:

Da Aritmética	6.000 exemplares a 2\$500.....	15:000\$000
Da Álgebra	9.000 „ a 2\$500.....	22:500\$000
Da Geometria	9.000 „ a 4\$500.....	40:500\$000
	Produto bruto	78:000\$000
Comissão dos livreiros 20%		15:600\$000
	Líquido	62:400\$000
Venda da propriedade da Aritmética	4:000\$	
„ „ „ „ Álgebra	2:500\$	
„ „ „ „ Geometria ...	10:000\$	16:500\$000
	Total	78:900\$000

quantia sujeita somente à despesa das impressões, de que não tenho notas, mas que não podia subir a 20 contos. Deram-me pois os meus compêndios uma remuneração pecuniária de cerca de 60 contos de réis líquidos, muito inferior ao que vale a reputação que me criaram: não creio que haja nestas palavras imodéstia.

.....

Nota F

JULHO DE 1889. A minha reflexão sobre o suposto suicídio de Cláudio Manuel da Costa foi, há meses, por mim comunicada à *Gazeta de Notícias*, que a publicou em seção editorial e não sofreu contestação alguma.

Entretanto a 3 ou 4 deste mês, comemorando o Instituto Histórico o centenário da morte do poeta, foi lido com solenidade, dizem os jornais, o famoso auto de corpo de delito que J. Noberto descobrira, e segundo ele aprova o suicídio; não o publicaram.

O imperador é fundador e presidente honorário do mesmo instituto e assiste às sessões: perante S. M. I. os historiadores cortesãos não podiam reconhecer que sob os auspícios da augusta bisavó foi o ilustre inconfidente assassinado na prisão. Assim se escreve a História.

.....

Nota G

Decretação e construção de estradas de ferro

A OPINIÃO QUE SIGO sobre o assunto da epígrafe, resultantes da minha experiência na Estrada de Ferro D. Pedro II e da observação das construídas entre nós por companhias estrangeiras, e do modo de decretação de cada uma delas, estas opiniões sinto necessidade de tornar saliente, são antigas e robustas: a elas tive de aludir, registrando a minha autobiografia, no capítulo 7º, escrito em 1871, págs. 85 a 120; no capítulo 11º, composto em 1873, págs. 173 e 174; no 13º, de 1876, págs. 185 a 190; no 16º, que só concluí em 1885, pág. 213; e em diversos discursos no Senado, notadamente os de 14 de julho de 1880 e 12 de setembro de 1882. Veja-se bem, portanto, que não imagino teorias aplicáveis na ocasião a algum juízo preconcebido.

A procedência das minhas apreciações está em vésperas de receber uma contraprova, tão triste quanto concludente, triste porque se traduzirá, se não me engano, em grande compromisso do nosso magro Tesouro. Refiro-me à questão que se discute neste momento (abril de 1887) no foro administrativo, a propósito da caducidade do contrato celebrado com a companhia inglesa D. Pedro I Railway para construção de uma estrada de ferro entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

§

Trouxe para Petrópolis, em 12 brochuras, tudo o que me consta se tenha publicado a este respeito no Rio de Janeiro; e há cerca de dous meses quebro frequentemente a monottonia da vida que aqui vivo, ocupando-me com este estudo: conduziu-me ele às seguintes conclusões, bem desconsoladoras:

1. O governo imperial, na decretação da garantia de juros e contrato com a companhia, cometeu erros, que havemos de pagar caro.

2. A companhia, no monstruoso ajuste de empreitada que celebrou com os srs. Hugo Wilson and Son demonstrou que não cuidava de organizar empresa séria de viação, mas especulação financeira e jogo de Bolsa, com o fim de enriquecer o concessionário, arredondar as fortunas dos organizadores, repartindo os lucros com os empresários e sendo todos indiferentes à sorte futura dos acionistas.

3. Os engenheiros que fiscalizaram os estudos preliminares, mostrando bastante proficiência técnica, entretanto se deixaram dominar por notável ciúme profissional com os da companhia, e formulando exigências não autorizadas pelo contrato, induziram o governo imperial a erro que agravou o da decretação extemporânea da garantia.

4. O decreto de 24 de dezembro de 1886, estipulando a caducidade da concessão, é arbítrio injustificável.

5. Tudo se teria evitado se o governo imperial não violasse como violou em ponto essencial, o art. 7º, § 1º, da lei de 30 de outubro de 1882.

§

Estou persuadido que o Tesouro há de pagar, e pagar grandes somas; porque o especulador inglês, quando tem direito a cem contos, não se contenta com menos de mil: tem sempre muito com quem reparta. Inspire Deus o Ministério para que, por ajuste amigável ou por arbitramento, resolva a questão antes que intervenha a legação britânica, impondo-nos humilhações semelhante à do caso – Wharing Brother and Company.

Não pretendo publicar este meu parecer, nem o exporei no Senado. Além das razões de silêncio que expus no último capítulo da minha autobiografia, acresce que nem me apraz imaginar sofismas para defender o governo, que na minha opinião andou errado, nem hei de quebrar lanças contra o Tesouro, em favor da garantia inglesa. Ficarão aqui consignadas as minhas reflexões como subsídio à história da nossa administração pública, e talvez lição útil a futuros administradores, se é que este último pensamento não é uma inspiração do meu orgulho.

É tempo de encetar a demonstração das teses que anunciei no § precedente.

§

Decretar uma estrada de ferro, que há de imobilizar importante capital, sem algum estudo no ponto de vista técnico, no comercial, e no caso de vizinhança da fronteira, também pelo estratégico, não é ato de boa prudência. Mas quando se compromete a fortuna pública, limitando-se o governo a autorizar a construção, pode esperar-se que os capitais privados não se associem sem algum exame da necessidade da linha e de seus recursos de tráfego, e convém deixar-lhes alguma liberdade.

Mas, a meu ver, é erro prometer-se auxílios pecuniários, subvenção ou garantia de juros, sem estudar definitivamente o projeto, levando as operações até o orçamento inclusive e fixação do capital à garantia.

Parece-me erro ainda maior confiar o traçado a empresários de construção (indivíduos ou companhias) que, especulando com a garantia, têm interesse em exagerar o orçamento.

Este último erro não deixa de o ser, por estar consignado em regulamento promulgado pelo hábil engenheiro Buarque de Macedo. Homero dormitou.

§

A linha adjudicada à companhia D. Pedro I Railway entre as províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul tinha sido autorizada

a 10 de fevereiro de 1871 sem subvenção nem garantia de juros: a 24 de setembro de 1872 fora organizada em Londres uma companhia com o capital de £50.000, para comprar a concessão.

Por espaço de 13 anos esta companhia não instituiu o mínimo estudo técnico, não mandou ao terreno um engenheiro: limitou-se a esperar, ou pleitear na arena oficial a garantia de juros, mostrando-se especulação financeira, não empresa de viação. Prova-o o próprio algarismo do capital, por insignificante: só não seria ridículo se o destinassem a estudos técnicos da linha projetada.

Mas o nosso governo, que exames instituiu para conceder a intrigada garantia? Nenhum absolutamente. A companhia, os empresários e o concessionário dizem que o projeto fora estudado e discutido por 16 ou 20 anos; mas isto não é exato. Não se instituiu exame algum técnico, nem estatístico, nem político: limitaram-se os que da questão se ocupavam a repetir em coro ou em variados tons o que dissera o pretendente à concessão, isto é, que as dificuldades da Barra do Rio Grande recomendam uma comunicação terrestre entre aquela província e o resto do Império. Ideia que por vaga e indefinida não podia ser base dos sérios compromissos que assumiu o governo imperial. Cumpria mandar traçar a estrada de ferro, estudá-la no ponto de vista técnico, econômico, estratégico, orçá-la, fixar o capital necessário; só então se poderia julgar se o projeto oferecia vantagens que lhe compensassem os ônus.

Decretar antes disto a garantia é repetir o abuso que tem duplicado e triplicado o custo de diversas linhas e animado a construção de algumas que pesam e pesarão indefinidamente sobre o Tesouro.

§

Devo dizer que desta vez o erro não partiu do corpo legislativo: foi só da administração pública. A lei de 30 de outubro de 1882, art. 7º, § 1º, autorizou operações de crédito para fazer efetiva a garantia; mas acrescentou: mandando [o governo] proceder previamente os necessários estudos, por conta do mesmo crédito. O limite de £4.000.000 foi imposto não a concessionário nem companhia, mas ao governo, que devia previamente mandar fazer os estudos para fixar o capital garantido: prescrição imperati-

va que envolve o reconhecimento expresso de que não havia base para a decretação, e firma o princípio são dos estudos prévios. Cumprisse-a o governo imperial; expedisse por conta do Tesouro a mesma comissão técnica, que depois à custa do capital garantido fiscalizou os engenheiros da companhia; e se essa comissão verificasse, como depois verificou, que a construção não tem razão de ser, a única perda seria o custo dos estudos, que aliás teriam a vantagem de oferecer muitas informações úteis sobre as duas províncias.

Em vez disto o governo decretou a 13 de janeiro de 1883 garantia de juros para uma estrada de ferro, cujo ponto de partida não determinou, o que importa não determinar a extensão nem o custo, e na ignorância completa de seu valor comercial e de sua importância técnica e estratégica.

Aplicou indevidamente à companhia o limite de £4.000.000 que a ele governo fora imposto: e quando era claro que em frente deste algarismo se haviam de escancarar as ávidas faces dos especuladores, sem vista alguma de interesse público, encarregou-os também de irem eles próprios fixar a gorda soma que cobizavam. Julgou talvez poupar o Tesouro, lançando sobre o futuro capital da companhia a importância dos estudos; e duplicou-a, mandando colocar numerosa comissão fiscal ao lado dos engenheiros que na forma do contrato tinham de traçar a linha.

Esta decretação, inoportuna, foi origem de notáveis anomalias que assinalarei.

§

A minha primeira tese – erro na concessão da garantia – parece-me bem provada; e também incidentalmente a quinta, efeitos da violação da lei. Sobre esta contudo adirei algumas reflexões. A comissão fiscal demonstrou proficientemente que o projeto encarado pela face econômica seria um desastre.

A exportação do Rio Grande do Sul, composta quase exclusivamente de cereais e dos produtos da rês, não poderia suportar, além do transporte por água até Porto Alegre e baldeação ali, mais o frete de 559 quilômetros de via férrea para vir embarcar no Desterro, abandonando a barra do Rio Grande, cujas dificuldades, aliás sérias, no que toca às merca-

dórias que entram ou saem, apenas traduzem-se no aumento de 1 ou 2% no seguro marítimo.

A pequena produção de cereais das colônias de Sta. Catarina tem quase todas saídas relativamente fáceis pelos rios e cabotagem; ser-lhe-ia muito onerosa a exportação pela estrada de ferro.

Os fiscais concluem que com tal empresa só lucrariam os empresários da construção; e nisto se enganam: lucrariam também o concessionário, os organizadores da companhia e os intermediários que porventura hajam empregado. Mas nada lucraria o nosso país, nem os acionistas, que teriam de deduzir dos 6% garantidos o déficit do custeio com sério prejuízo de seus dividendos.

§

Para o descalabro das esperanças dos acionistas muito concorreria a exageração do custo das obras, consequência da venda da concessão em Londres. Do que nos dá mais um espécime o relatório dos estudos preliminares, dizendo sob a epígrafe – estimativa do custo provável:

“Adotando-se o porto de S. Francisco como ponto inicial, a estrada de ferro terá 747 quilômetros de percurso até Porto Alegre e inclusive as obras necessárias dentro do porto, o custo total excederá aproximadamente 20% o máximo do capital garantido.....”

“Adotando-se o porto de Santa Catarina, o percurso será entre Armação e Porto Alegre 559 quilômetros.

“Contudo o custo total da estrada de ferro com as indispensáveis obras dentro do porto não excederá o máximo do capital garantido.”

Ponhamos estas estimativas em trocos miúdos.

As £4.000.000, ao câmbio de 21 $\frac{1}{2}$, que é o do dia em que escrevo este trecho, equivalem a rs. 44.651:162\$000, custo provável, dizem, partindo a estrada do Desterro.

Ajuntando 20%, será de rs. 53.581:394\$000 o dispêndio, supondo o ponto inicial em S. Francisco.

O relatório não nos dá orçamento das obras hidráulicas: admitindo que custem rs. 3.500:000\$000 as de S. Francisco e rs. 7.000:000\$000 as do Desterro, que, dizem, seriam muito mais dispendiosas, restariam:

No 1º caso, rs. 50.081:349\$000 para 747 quilômetros de estrada de ferro: média quilométrica rs. 67:043\$000.

No 2º, rs. 37.651:162\$000 para 559 quilômetros, ou por quilômetro rs. 67:354\$000.

Podemos pois dar por averiguado que os agentes da D. Pedro I Railway Company contavam dar-nos a estrada à razão pouco mais ou menos de rs. 67:000\$ por quilômetro.

A linha não atravessa cordilheira alguma, pois foi mandada locar entre a serra Geral e o oceano: apenas transpõe divisas de água secundárias, que todas morrem na planície mais ou menos longe da costa.

Em terrenos que não parecem menos acidentados, como os da Província do Rio de Janeiro e do norte de Minas, temos construído com a bitola de um metro, por 24 a 26 contos de custo quilométrico. E o Sr. Dr. Galvão de Queirós, em um estudo interessante que está publicando, admite em suas fórmulas o preço de 30 contos como média segura. Mas parece que é grande honra ter estrada construída por companhia inglesa, com diretoria em Londres; e devemos pagar bem cara tal distinção.

Deixando a ironia, reconheço a vantagem de atrair e importar capitais estrangeiros; mas seria de desejar que fossem menos usurários.

§

A ineficácia estratégica está tão bem averiguada como a pobreza do tráfego esperado. A linha, paralela e em alguns pontos próxima à costa, ficaria exposta em todos os lugares (e há vários) em que a mesma costa é acessível a um golpe de mão de inimigo externo.

Em cinco anos de luta com o Paraguai, nunca a barra do Rio Grande opôs obstáculo invencível à entrada de tropas, munições e material de guerra. Dado caso análogo, se o nosso inimigo tivesse força marítima para bloquear a barra do Rio Grande, com mais facilidade bloquearia a de Santa Catarina, donde aliás nada haveria para expedir-se se não o que por

água lhe fosse mandado do Rio de Janeiro: não temos para ali comunicação terrestre.

Assim a demonstração de que a estrada de ferro não deve ser construída é muito concludente: a este respeito a leitura do relatório do Sr. Dr. Firmo J. de Melo não pode deixar dúvidas em ânimo desprevenido. Mas tal demonstração veio fora de tempo: devera ter sido estudada e deduzida previamente, à custa do Tesouro, como determinara a lei de 30 de outubro de 1882, art. 7º, § 1º. Fosse esta disposição executada, e se teriam evitado todos os embaraços atuais, porque a garantia de juros não teria sido decretada.

§

Passo à minha segunda tese, que é uma crítica da companhia inglesa. Se esta cuidasse seriamente de organizar em empresa de viação férrea, teria mandado engenheiros hábeis, conscienciosos, bem pagos, que por administração e por conta do capital estudassem, traçassem, orçassem a linha, adjudicando a empreiteiros a construção de cada seção em que os estudos definitivos estivessem completos e aprovados pelo governo. Assim pagariam por seu justo valor as obras executadas.

Aplicando este processo pela companhia nacional, a cujo cargo estava a Estrada de Ferro de D. Pedro II, somente a extensão de Belém até Entre Rios custou 5 a 6 mil contos menos do que absorveria o método inglês de contrato em globo, celebrado às cegas em Londres: é fato muito averiguado, e hoje não contestado por pessoa alguma.

Em toda a linha a diferença havia de exceder a 10 ou 12 mil contos de réis.

Apreciamos porém o que fizeram os diretores da D. Pedro I Railway Company.

Seu único ato consistiu em contratar com a firma Hugh Wilson & Son uma empreitada em que lançaram sobre eles todos os riscos, todas as eventualidades de perda procedentes dos gastos preliminares, da emissão de ações, de estudos, de construção, de tudo. A firma empresária, além de obrigar-se a construir a estrada e fornecer tudo o que ela exige, assumiu

toda a sorte de responsabilidades, em ordem a ficar líquido o pagamento ao concessionário, seguros os lucros dos organizadores da companhia, pagas as corretagens; numa palavra, salvas todas as pechinchas projetadas sobre a base da extemporânea decretação da garantia de juros.

Tipo de empreitada que me causa assombro, e que só por si demonstra o que em outro lugar afirmei, isto é, que os diretores da companhia não pensavam em empresa de viação, mas em especulação financeira e jogo de bolsa, sem a mínima preocupação pela sorte futura dos acionistas.

§

A posição que assumiram os empresários, bem considerada, completa a demonstração.

Obrigaram-se a construir uma estrada de ferro de que não conheciam nem o ponto de partida, nem a extensão e custo, mesmo aproximados, nem os acidentes da topografia, nem o custo da aquisição do terreno e indenizações, nem tipos de obras de arte ou de material fixo e móvel, nem especificações de construção; tudo vago e indeterminado.

Como se tal empreitada já não fosse por demais aleatória assumiram Hugo Wilson & Son as seguintes obrigações:

1ª Pagar as despesas preliminares, cuja soma o contrato não fixa nem limita; e mais (isto parece característico) “tudo o que for relativo à aprovação do seu contrato pelo governo imperial e (se for preciso) todas as outras autoridades necessárias no Brasil. (Cl. 1.)

2ª Carregar com todas as despesas dos engenheiros fiscais que o governo nomeasse como que as arbitrasse e regulasse o mesmo governo. (Cl. 2.)

3ª Sujeitar-se a qualquer redução do capital garantido. (Cl. 7.)

4ª Aceitar em pagamento títulos da companhia ao par, suportando o efeito de qualquer baixa nas cotações. (Cl. 9.)

5ª Indenizar a companhia de todas as despesas de suas emissões, anúncios, corretagens, selos, etc. (Cl. 16.)

Assumem toda sorte de riscos e responsabilidades sem bases para orçá-las. E a compensação pecuniária não é menos indeterminada: eis a disposição respectiva segundo a cl. 7:

Do capital, que for fixado, se deduziram 3% para o concessionário; mais 2% à disposição dos diretores para aplicações que estão definidas no contrato; mais 7% primeiro pagamento aos empresários.

Dos restantes 88% se manda deduzir mais 5%, que correspondem a 4,4% do total, dedução sobre cujo destino não encontro uma palavra no contrato. Li-o com atenção algumas vezes, indagando para onde vão estes 4,4% do capital garantido. Mistério! Reduzido a formular conjecturas, abster-me-ei de escrevê-las.

Restam para os empresários 83,6% que com o 1º pagamento perfazem 90,6% do capital incógnito.

Assim a construção, fornecimentos, responsabilidades, todas indeterminadas, serão retribuídas com uma porcentagem de quantia igualmente indefinida.

E chamam a isto empreitada de construção de uma estrada de ferro!

Dir-se-á que à fixação do capital tinham de preceder estudos e orçamentos: mas, além de que as outras responsabilidades, são verdadeiros jogos de azar, o orçamento dependeria de aprovação do governo imperial. Ora, supondo, o que deve presumir-se, os estudos técnicos corretos, as quantidades e cubações de cada espécie de serviço determinadas e calculadas conscienciosamente, é na série de preços das unidades que haviam de tentar introduzir as largas margens de que precisam para cobrir todos os riscos. Entretanto, o governo tem a seu lado conselheiros técnicos, possuindo já bastante experiência de obras semelhantes para fixarem os verdadeiros preços específicos, de sorte que o orçamento deve ser a paga das obras feitas e não tem o Tesouro obrigação de garantir especulações aventureiras. E para julgar se os nossos preços serviriam para a empreitada à inglesa, basta considerar o que expus em outro § sobre o custo quilométrico fantasiado pelos engenheiros da empresa, confrontando com preços nossos.

O contrato dos Srs. Hugh Wilson and Son, escrevo-o sem intenção ofensiva, não parece uma empreitada de construção, parece um *lansquenet*, em que se param alguns milhões. O alvo de todos os esforços seria a obtenção do máximo autorizado: o velocino de ouro demandado é os 4 milhões esterlinos.

§

Cabem todas estas extravagâncias nas atribuições da diretoria? Não tenho à vista os estatutos; mas é de crer que tenham outorgado amplos poderes; não se compreende direção de empresa deste gênero sem a faculdade de adjudicar as empreitadas, como melhor lhe parecer.

E pois que o nosso governo aprovou os estatutos, e por decreto autorizou a companhia a funcionar no Império, a conclusão é que o diretores estavam em seu direito contratando com os empresários, e que estes adquiriram o de desenvolver a sua empresa, por mais aleatória que pareça. E embaraçados, sem culpa sua, nesse desenvolvimento, têm eles ação contra a companhia e esta contra o nosso governo, por lucros cessantes e danos emergentes: é duro reconhecê-lo, mas é a verdade.

Salva-se o caso de conterem os estatutos alguma disposição em contrário, o que não é verossímil: foram eles organizados pelos mesmos que com eles iam especular.

Quanto nos hão de custar todos estes desconchavos? Foram consequência da violação flagrante da lei de 30 de outubro de 1882, art. 7º, § 1º.

É certo que se o governo tem a faculdade de decretar a caducidade do contrato, anulando a concessão, cessam todas as obrigações e direitos dela derivados. Reflexão que me conduz ao desenvolvimento das minhas 3ª e 4ª afirmações, que se referem ao parecer dos engenheiros fiscais e ao decreto da rescisão.

§

Já reconheci a proficiência técnica da comissão que foi proposta à fiscalização dos estudos preliminares; e observei que tem toda a procedência a sua demonstração de que o projeto é desastroso. Mas a opinião que emitiram, condenando e rejeitando os estudos preliminares executados pelos engenheiros da empresa, não é sustentável.

Segundo o contrato, aqueles estudos deviam constituir no do ponto escolhido para termo da linha e no reconhecimento geral dela, para

determinar os pontos obrigados; os documentos exigidos foram unicamente plantas do porto e da linha e relatório. (Cls. 2 e 3.)

A omissão de tudo o que se refere a nivelamentos, perfis, tipos de obras de arte, orçamento, reduz o estudo exigido a um simples reconhecimento e a palavra lá está na cl. 2.

Ora, verificado como está, que os engenheiros estudaram seriamente o porto de S. Francisco, e dali seguiram uma linha até Porto Alegre, correndo variantes, medindo, levantando corretamente o nivelamento longitudinal e tomando frequentemente as inclinações transversais, não se pode desconhecer que o reconhecimento ficou completo, e mesmo podia ser menos minucioso. Objetaram os fiscais, parecendo criticar que os perfis transversais foram tomados com um transferidor e fio a prumo; mas, fora de dúvida, este meio de operar era suficiente para as exigências de um reconhecimento preliminar.

As objeções relativas à apresentação de perfis, dimensões de túneis, cheias de rios, nível do leito nas baixadas e brejos e outras semelhantes, todas teriam aplicação aos estudos definitivos, mas são descabidos nos preliminares.

A imperfeição dos estudos do porto do Desterro, a falta da linha dali partindo a ligar-se ao traço geral, foram consequências de atos dos prepostos do governo. Estudado o porto de S. Francisco, dali partindo a linha corrida, e convindo examinar para confrontação o porto do Desterro, era indispensável estudar a linha partindo deste porto a ligar-se ao traço geral; mas o engenheiro chefe da comissão fiscal proibiu estes exames.

Estas observações e o tom de azedume com que o relatório por vezes se refere aos engenheiros da companhia provam o que afirmei, isto é, que entre os representantes técnicos do governo e da empresa se levantou ciúme profissional, que prejudicou a justiça do julgamento.

As cláusulas do contrato relativas a estudos preliminares foram desempenhadas em tempo: não é honesto desconhecê-lo.

§

Em tempo, porque os documentos foram apresentados a 19 de dezembro de 1884, 50 dias antes de findo o prazo para esse fim estipulado no contrato.

É posterior a esta apresentação a data do relatório dos fiscais; mas suas objeções aos trabalhos técnicos dos engenheiros da companhia eram conhecidas pelo governo, a quem foram por vezes comunicadas oficialmente; vejam-se as informações contidas nos ofícios, entre outros, de 8 de novembro, 13 e 20 de dezembro de 1884 dirigidos ao Ministério da Agricultura pelo fiscal chefe, Dr. Firmo J. de Melo.

Entretanto, passados 48 dias da apresentação dos estudos preliminares, isto é, a 5 de fevereiro de 1885, o nosso governo sem ter feito reparo algum aos documentos apresentados, mandou convidar solene e oficialmente a companhia a entrar em ajustes para a rescisão do contrato por mútuo acordo. Ora, se os planos apresentados em dezembro de 1884 autorizavam a decretação da caducidade, como em fevereiro de 1885 propôs o governo a rescisão por ajuste amigável, o que supõe necessariamente direito a uma indenização?

Convém notar que a intimação fora ordenada pelo ministro da Agricultura a 5 de novembro de 1884, antes da conclusão dos estudos preliminares, mas só realizada a 5 de fevereiro de 1885, 48 dias depois da dita conclusão.

Da confrontação destas datas infere-se que o governo, recebendo os documentos, disse a seu engenheiro: “Não é disto que se trata; cumpra a ordem de abrir negociação para a rescisão por acordo mútuo.” Passo dado em virtude de lei anterior que mandou suspender todas as construções que o governo julgasse adiáveis. A aplicação desta lei à D. Pedro I Railway importa condenação pelo governo do próprio projeto em si, e não tem referência aos planos apresentados, evidentemente postos de lado.

De 5 de fevereiro de 1885 até 28 de dezembro de 1886 decorreram quase 23 meses, nos quais foi para Londres a intimação do governo, veio notícia da anuência dos diretores, foi designado o representante da companhia para o ajuste proposto e tiveram lugar as primeiras aberturas entre as partes.

Estavam as cousas neste pé, quando o governo abandonou *ex abrupto* o terreno em que se colocara, voltou aos estudos preliminares, encontrou-lhes defeitos e lacunas, reprovou-os, e declarando que não concederia novo prazo, julgou criar situação a que seria aplicável o arbítrio da cl. 47; em consequência decretou a caducidade da concessão.

Evolução manifestamente resultante do conhecimento que começou a ter o governo da altura a que subiria a indenização. Mas a hipótese do art. 47 não se verificou porque não houve prazo excedido; a rejeição dos estudos preliminares não tem fundamento; a tergiversação assinalada não é digna do governo imperial.

E a conclusão de tudo é que o decreto de 28 de dezembro de 1885 é um arbítrio insustentável.

§

Contra este decreto recorreu a companhia para o Conselho de Estado, isto é, para o governo melhor esclarecido; e penso que por decoro da administração deve aquele ato ser revogado. Mas, seja-o ou não, subsistirá entre governo e companhia um desacordo que segundo a cl. 50 deve ser resolvido por árbitros.

Ou verse a divergência sobre a faculdade de decretar a caducidade, ou sobre as condições para a rescisão por mútuo acordo, o caso é sempre de desinteligência entre governo e companhia, sobre direito e obrigações da concessão, caso de arbitramento, cl. 50.

Venha pois o julgamento arbitral, venha antes da intervenção arrogante da legação britânica; é o voto que faço no silêncio do meu gabinete. Pagaremos uma gorda indenização, que será a salvação de todos os especuladores com a D. Pedro I Railway. Concessionários, diretores, organizadores, consultores, empresários, todos liquidaram seus lucros, esquivando-se ao desar de andar aliciando acionistas com o engodo dos 6%, cuja máxima parte viria a ser absorvida pelo custeio da linha.

Pagaremos os nossos erros: é lógico. Mas a lição aproveitará? Nada mais duvidoso. Cubro a cabeça e conservo-me em silêncio.

Observação em agosto de 1890. O governo da República pagou rs. 4.000:000\$000 de indenização.

Não condenarei o pagamento, visto o que escrevi; mas lamento que triunfasse aquela indecente especulação.

Não dei publicidade ao meu parecer, porque iria ajudar os especuladores contra o Tesouro. Aí fica, como recordação histórica dos erros da nossa administração.

Da minha memória extraí o que se pode publicar sem inconveniente, isto é, uma apreciação das patotas da companhia e do empresário, e publiquei na *Revista das Estradas de Ferro*. Por causa desta publicação fez-se meu inimigo um tal advogado Silva Costa, sócio da comandita, e tão bom como os seus clientes Hugh Wilson and Son.

.....

Nota H

VI CONCLUÍDA a tarefa a 24 de setembro de 1889, casando-se nesse dia Teodósia com o engenheiro Raimundo de Castro Maia; aliança celebrada, graças a Deus, sob os mais felizes auspícios.

A 31 de dezembro anterior (1888) tínhamos eu e minha mulher assinado com os nossos seis filhos escritura de antecipação de herança, pela qual lhes distribuímos mais de metade da nossa pequena fortuna.

Estão pois, de fato e direito, emancipados. Deus os abençoe e inspire.

.....

1º apêndice à autobiografia

JANEIRO DE 1889. – Eis-me de novo no ócio de Petrópolis e a excogitar ocupações com que mate o tempo: um dos recursos é o *scribendi cacoethes*, que na velhice me tinha abandonado, mas volta uma vez ou outra, com longas intermitências: o mesmo sucede, em relação às outras veleidades dos velhos.

Este apêndice não é uma continuação da minha autobiografia, que ficou deveras acabada, já morri. Mas sendo a famosa questão do elemento servil o assunto que mais me ocupou nos últimos capítulos; sendo há já alguns anos o que mais prendeu as atenções em todo o país, e tendo sido o problema resolvido definitivamente a 13 de maio de 1888; surge-me o desejo de completar os meus subsídios para a história da libertação da raça africana no Brasil, expondo a última fase da evolução, desenvolvida no último triênio.

Os debates de 1886 e ainda mais as votações do Senado, que expus no meu último capítulo, desmoralizaram tão profundamente a lei de 28 de setembro de 1885 e seu regulamento que o governo se achou na impossibilidade de executá-los; nem aplicação do fundo de emancipação, nem contratos com os fazendeiros nos termos autorizados, nem repressão dos acoutadores de escravos, nada: a única disposição executada foi a da nova matrícula a que nesse ano, 1886, se procedia em todo o Brasil.

Nesse mesmo ano promulgou o corpo legislativo um ato que teve imenso alcance, acelerando a evolução abolicionista: foi a lei que aboliu a pena de açoites.

Para bem apreciar esse alcance, cumpre considerar o que eram os açoites, a surra, o bacalhau. O castigo era crudelíssimo: atava-se solidamente o paciente em um esteio (poste vertical de madeira) e despida as nádegas, eram flageladas até o sangue, muitas vezes até a destruição de uma parte dos músculos.

Se não havia o esteio, era o infeliz deitado de bruços e amarrado em uma escada de mão, estendido no solo; e aí tinha lugar a execução.

De tempo imemorial cada senhor de escravos se julgava com direito de surrá-los por crimes que o mesmo senhor averiguava, sentenciava e punia.

Se acaso o paciente sucumbia à gangrena das feridas, era sepultado no cemitério da fazenda, sem verificação do óbito nem intervenção alguma da autoridade. E o cemitério da fazenda era destinado só aos escravos, os mortos da família eram mandados ao da Freguesia.

De fato, pois, tinha o senhor sobre o escravo, ao menos nos estabelecimentos rurais, *jus vitae et necis*.

A legislação criminal consagrava também a pena de açoites que antigamente eram aplicados *coram populo*: cada cidade ou vila tinha o seu pelourinho em lugar bem público. O Rio de Janeiro teve o seu no centro da praça hoje chamada – da Constituição – onde se acha a estátua equestre de D. Pedro I.

A Constituição aboliu todas as penas cruéis: mas entendeu-se que o progresso só aproveitava aos livres; para os escravos subsistiu nos códigos a pena de açoites; sendo porém aplicados dentro das prisões e arrasados os pelourinhos.

O Código Criminal declarando puníveis as sevícias exercidas contra os escravos (disposição aliás que foi sempre letra morta) autorizou os castigos moderados, “contanto”, diz o artigo respectivo, “que não sejam dos proibidos por leis”. E pois que esta não proibia os açoites, ficou em vigor o direito consuetudinário dos senhores que se faziam juízes da cláusula de moderação, e em geral a consideravam relativa à gravidade

dos crimes. Quer isto dizer que em realidade ficou sem limites o poderio do senhor.

Tal era a pena de açoites que, entretanto, consigno-o em honra dos possuidores de escravos, não era frequentemente aplicada: muitos senhores dela se abstiveram absolutamente. E as exceções cruéis, antigamente numerosas, com o tempo diminuíram progressivamente.

Mas era opinião universal, e não infundada, que somente o medo do bacalhau era capaz de conter os escravos e manter a instituição. *Abyssus abyssum invocat.*

A desobediência, as falhas no trabalho, a preguiça, a fuga, os furtos, outras faltas, mesmo as brigas entre parceiros, chegando até a ferimentos, todos estes crimes ou delitos se consideravam compreendidos na alçada do senhor; e a sanção penal era a palmatória, o chicote, o bacalhau, conforme a gravidade de cada caso.

O escravo só era entregue à Justiça nos casos de crime de morte, ou de tentativa contra a segurança ou contra a vida do senhor ou do feitor.

Mas os que eram mandados aos tribunais, o que podiam temer? As penas pecuniárias não lhes eram aplicáveis: a prisão simples era a ociosidade pela qual suspiravam: a prisão com trabalho, mesmo as galés, não os colocavam em situação mais dura do que a escravidão, ao menos nas fazendas de café e açúcar.

A ideia da pena capital devia infundir pavor à grande maioria, porque só afrontam a morte certos temperamentos excepcionais. Se os escravos em geral considerassem o termo da existência como libertação, os suicídios entre eles seriam frequentíssimos, o que não sucedia. Se tivessem desapego da vida, por instinto compreenderiam a verdade que pensadamente exprimiu Garção na sua ode ao suicídio:

..... todos podem ao homem
tirar a vida na mesquinha terra
ninguém lhe tira a morte.

Era pois, além dos açoites, a pena de morte o único freio imposto ao escravo, naturalmente inimigo do senhor. E esse freio, o imperador o anulou, comutando todas as sentenças capitais: política contra a qual se pronunciaram em geral os fazendeiros, talvez não ilogicamente; mas política que eu não tenho coragem para condenar: estou só narrando.

A reação contra a clemência, aplicada aos escravos assassinos e contra a propaganda abolicionista, produziu nas fazendas requinte de severidade, às vezes mesmo crueldades, que surtiram efeito oposto às previsões dos senhores: certos fatos causaram profunda sensação no espírito público. Os fazendeiros da zona cafeeira, em geral, faziam pressão sobre o júri e sobre os juizes para absolverem os escravos assassinos ou condená-los a açoites e serem-lhes entregues; completavam o castigo nas fazendas para exemplo: dous dos casos foram horríveis.

Em Barra Mansa, um escravo sentenciado a açoites e tendo-os recebido na prisão foi entregue ao senhor, que na fazenda repetiu a surra, seguindo-se a gangrena e a morte. Era caso tão escandaloso que as autoridades, bem que em geral propensas a inocentar o senhor, não puderam deixar de proceder: mas surgiu um hábil médico legista a engendrar sofismas para provar que a morte proveio da primeira surra na cadeia, não da segunda na fazenda, porque o número de açoites foi menor.

E o processo não teve seguimento!!!

Em Paraíba do Sul, dous escravos igualmente acoutados na prisão, em virtude de sentença, foram entregues a um preposto do senhor, o qual a cavallo os tangia a pé, diante de si, a vergalhadas, sob a ação de um sol canicular. Foi tal a brutalidade que um morreu em caminho, outro ao chegar à casa do fazendeiro.

Este último fato foi a gota d'água na taça cheia da indignação pública: propôs-se no Senado a abolição da pena de açoites, que foi ali votada quase unanimemente e por notável maioria na Câmara Temporária.

Com esta reforma penal, pode-se dizer que virtualmente ficou extinta a escravidão, dali em diante insustentável. O senador Silveira da

Mota disse ao levantar-se: “Voto a favor; mas vejam bem que isto importa a abolição definitiva”: era a pura verdade.

Logo que se propagou no país a notícia – não há mais açoites – começaram a modificar-se as relações entre os senhores e os escravos. Estes afrouxaram no serviço, furtavam-se a ele, fugiam; aqueles, sentindo-se desarmados e compreendendo afinal que a escravidão não podia mais durar, entraram pouco a pouco na senda das libertações espontâneas. Não invocavam o fundo de emancipação; não aceitavam os contratos que a lei de 1885 lhes oferecia; libertavam, uns com cláusula de serviços por certo tempo, outros arbitrando logo salários: um grande número, sem declarar a libertação, começaram a remunerar as tarefas, o que importa reconhecimento do direito ao salário, o oposto à escravidão.

Este movimento, já notável em 1886, acentuou-se mais em 1887, quando se verificou que foram dados à matrícula em todo o Império somente 723 mil escravos. Supunha-se, em geral, cerca de 1 milhão: a redução do número atenuava o receio da crise da transformação do trabalho. Tal resultado da matrícula foi a segunda das causas acelerativas da evolução.

Esta afirmava-se já com energia quando se abriu a sessão legislativa de 1887, na qual o fato mais importante foi o pronunciamento dos conselheiros A. Prado e J. Alfredo, que no Senado sustentaram a necessidade de retocar-se a lei de 1885, encurtando a vida à nefanda instituição. Mas estes conservadores dissidentes, em vez de iniciar uma medida, limitaram-se a prometé-la para 1888, se o Ministério não a apresentasse, adiamento que muito sorriu ao barão de Cotegipe. Credo que poderia continuar a resistir à onda, convinha-lhe ganhar tempo.

O exame dos discursos, dos apartes, das palestras, da atitude do Senado, deixa fora de toda a dúvida que era fácil votar-se uma lei regulando a emancipação no prazo de três anos, e para este fim requereu Silveira da Mota urgência para a discussão de um projeto do senador Dantas, urgência que caiu por poucos votos, sendo contra os de J. Alfredo e A. Prado e de alguns que os seguiam. Votado um prazo curto, parece provável que grande número de escravos teriam paciência e esperariam:

dos mais, alguns serviriam um, outros dous anos, e assim a abolição não seria instantânea e brusca. Demais, desenganados desde logo, os senhores aproveitariam o prazo para preparar-se. A crise agrária não teria a gravidade que infelizmente tem, embora queiram alguns escurecê-la fechando os olhos à luz.

Por que não foi votada em 1887 uma medida que parecia de tão manifesta utilidade? Tem a culpa o emperramento do Ministério Cotegepe, e igualmente a tergiversação dos conservadores dissidentes, capitaneados por João Alfredo e A. Prado, os quais não visavam somente o progresso da evolução abolicionista, mas principalmente o assalto ao poder. Corre pois a responsabilidade por conta de ambas as frações do Partido Conservador.

Fechadas as câmaras em 1887, sem nada ter deliberado, a evolução precipitou-se: a escravatura retirava-se em massa das fazendas: os de S. Paulo aglomeravam-se em Santos e na capital, os de Minas em Ouro Preto, que também os asilava; outros dispersavam-se e iam procurar algures trabalho assalariado.

O serviço da grande lavoura desorganizava-se a olhos vistos.

Os principais movimentos de escravatura, abandonando em massa as fazendas, tiveram lugar em S. Paulo sob a direção notória do Dr. Antônio Bento: mas nesta fase da evolução interveio terceira causa aceleratriz, e essa de grande alcance, a atitude do exército.

As autoridades pretenderam cortar o passo aos fugitivos e fazê-los voltar aos eitos; mas sendo para isso a força policial de todo o ponto insuficiente, recorreram à tropa de linha, e esta formalmente às vezes, outras vezes tergiversando, desobedeceu.

O Clube Militar, associação fundada na corte e composta dos oficiais mais influentes no Exército, deliberara levar à presença da princesa regente uma petição, para que não fosse empregada a força de linha no serviço, que reputavam ignominioso, de prender escravos fugidos. O governo proibiu que subisse ao trono esta representação, mas não pôde impedir os seus efeitos. Ou porque a ideia calasse nos ânimos dos oficiais, ou porque

o clube fizesse entre eles propaganda de abstenção, é certo que raros destacamentos de linha se prestaram com diligência à repressão da escravatura.

E não me parece fácil condenar este procedimento da tropa: obedientes, calados, faziam todo o serviço, reprimiam qualquer desordem: mas quando um delegado de polícia lhes dizia: “Amarrem aqueles negros que não querem trabalhar”, respondiam: “Isso não; não é missão de soldados, é dos capitães do mato.”

Não estou isento de apreensões quanto à disciplina do exército: no assassinato de Apulcro de Castro, no conflito por causa de publicações, no do batalhão 17 em S. Paulo, observo sintomas que me fazem temer pela paz pública. Mas não posso condenar os soldados que se recusaram à triste comissão de amarrar escravos fugidos.

No princípio de 1888 a escravidão estava abolida de fato, revolucionariamente: trabalhava quem queria; todo escravo que abandonava seu senhor achava logo quem o asilasse; e as autoridades nem tinham força para apreendê-los, nem se atreviam a aplicar aos acoutadores a pena da lei de 1885, que continuava a ser letra morta. O característico da escravidão, que é o trabalho forçado e gratuito, desaparecia.

Havia exceções, entre as quais sobressaía o chefe de polícia da corte, que insistia em apreender os míseros, e remetê-los para as fazendas. Mas esta repressão veio a ser por tal modo impopular que, afinal, os pobres escravos eram conduzidos e encerrados em carros da estrada de ferro, em horas mortas da noite.

Começando a generalizar-se a debandada, muitos fazendeiros do Rio e Minas requintaram de vigilância, tendo debaixo de chave as escravaturas logo que chegavam do eito: mas não puderam impedir o contágio.

Dão ideia do estado das cousas as libertações espontâneas que começaram a generalizar-se, ou ao menos multiplicar-se. Só dous fazendeiros, visconde de S. Clemente e J. R. de Avelar, logo depois visconde de Ubá, libertaram simultaneamente cerca de 1.600 escravos e ingênuos. Os emperrados viam todos os dias rarear as fileiras do eito.

Assim, o grande trabalho da produção nacional estava anarquizado e desorganizado, e as autoridades inteiramente desarmadas e impotentes para reorganizá-lo no pé anterior. O que fazer? Só uma nova ordem de cousas podia enveredar a população pelas vias da legalidade: e essa nova ordem só podia ser a liberdade geral sem condições: ninguém hoje desconhece a verdade desta apreciação.

Ninguém tentou refutar-me quando sustentei, no meu discurso de 27 de outubro, que a lei de 28 de setembro não foi revogada pela de 13 de maio, mas pela nação, revolucionariamente; e que a última lei não fez mais do que homologar o veredito da soberania nacional.

No princípio do ano de 1887, apreciando os efeitos prováveis da lei de 1885, escrevia eu à pág. 244 deste livro: “Se acreditasse que com a execução fiel desta esquisita lei, chegaríamos em paz ao termo dos 13 (antes 14) anos, eu aceitaria este estado de cousas, como transação entre as exigências da civilização e as necessidades econômicas do país. Mas o que me parece é que a tranquilidade atual é fogo embaixo de cinzas, que há de produzir labaredas e incêndios; e que, se se emperrarem, as desordens e os crimes hão de forçar os poderes públicos a precipitar a libertação, que eu mais queria se fizesse gradualmente.”

Quanto ao resultado geral, fui profeta, o que era fácil: felizmente enganei-me na parte trágica das minhas previsões: eu julgava que a reação contra o despropósito legislativo, pelo qual se fizeram responsáveis, em 1885, os três estadistas Saraiva, Prado e Cotegipe, se manifestaria por desordens, crimes e sangue derramado. Em vez disso, graças a Deus, só tivemos o abandono pacífico do trabalho: devemo-lo principalmente à abolição dos açoutes e à atitude da tropa de linha.

Tem sido consequência, por alguns prevista, desta verdadeira revolução social uma grande agitação política ameaçando a dinastia e a instituição monárquica.

Em grande número, os senhores de escravos, prejudicados pela abolição; fazendeiros que sem a escravidão não podem bem continuar na atitude de mandachugas e senhores feudais; comissários, verdadeiros san-

guessugas que chupavam por mil modos, confessados e confessáveis, o sangue da lavoura; todos esses, vendo diminuídos os seus lucros, se declararam republicanos: os que o eram deveras, animados com este reforço de pessoal, recrudesceram na sua propaganda. Já o partido numeroso, bem que não organizado, venceu algumas eleições: na última de senador por Minas se apresentaram três chapas, conservadora, liberal e republicana. Venceu a 1ª, mas a 3ª reuniu mais de 3 mil votos, o que é significativo.

A esta fogueira, destinada a devorar a Monarquia, aprouve ao grande estadista barão de Cotegipe¹ a chegar algumas carradas de lenha, propondo no Senado uma lei que afirmava a obrigação do Estado de pagar aos senhores de escravos existentes a 13 de maio de 1888 o valor de cada um, calculado pela cerebrina tabela de lei de 1885, que nunca passou de letra morta. Motivando o seu projeto, declarou que esta indenização há de ser decretada, ou pelos conservadores atualmente no poder, ou pelos liberais, ou mais tarde por um terceiro partido; palavras que envolvem ameaça maldisfarçada ao imperador e à herdeira presuntiva da coroa.

O projeto foi rejeitado em 1ª discussão, sem debate: outro semelhante proposto na Câmara dos Deputados não fora julgado objeto de deliberação; mas a tentativa produziu o resultado que parecia ter em vista exacerbar os descontentamentos e manter a agitação.

Esta vai lavrando; não falta quem conta ver eleito no fim deste ano (1889) uma Câmara de republicanos que votem a famosa indenização. Eu ainda duvido.

O que penso eu desta situação é bem claro, à vista do modo como encarei a evolução abolicionista, parece-me a ideia da indenização mera especulação política que alguns espertalhões consideram boa escada para o poder. Quanto aos modernos republicanos, que são a grande maioria dos que gritam, direi que não morro de amores pela monarquia; mas não vejo que república se possa organizar com semelhante pessoal. Até ontem violentavam e corrompiam as eleições, às ordens dos medalhões da corte, com a mira em um título, comenda ou patente da Guarda Nacional... hoje são democratas! Afogado o pensamento da indenização por to-

1 Fevereiro 13, de 1889 – Morreu hoje: as linhas supras estavam escritas há muitos dias, *sine ira aut studio*.

dos os conservadores dissidentes do Ministério, parece que alguns liberais se assustaram com esta competição às pastas, e alinharam-se na concorrência a elas: é como entende a minha malícia à última evolução parlamentar, a propósito da indenização. Por ela se pronunciaram, no Senado, Lafaiete e Leão Veloso; na Câmara, Lourenço de Albuquerque; contra, se tinham declarado energicamente Dantas, Afonso Celso e Nabuco. O silêncio dos outros liberais parece indicar que hesitam; naturalmente hão de achar-se divididos entre os dous campos.

O 1º manifesto desta cisão foi proclamado no Senado, sustentando Lafaiete com grande cópia de talento e erudição esta cerebrina tese: “A lei de 13 de maio destruiu um capital, representado pela ação dos braços escravos na obra da produção nacional..., como se a lei tivesse cortado esses braços, ou enforcado os escravos que libertou.”... “avaliado oficialmente”, continuou, “em 485 mil contos de réis”: tal era o cômputo dos valores dos escravos matriculados até março de 1887, segundo as tabelas da lei de 1885.

A este despropósito, posso dizer sem imodéstia que fiz plena justiça do discurso que proferi a 27 de outubro, e que talvez será o último: sinto o peso dos meus quase 78 anos.¹

Em meio destas barafundas, qual deve ser a minha posição? Republicano platônico, tendo assinado por surpresa e emboscada o famoso manifesto de 1870, como expus às fls. 149 e 150 deste livro; mas resolvido a nunca retratar-me da assinatura; hoje desgostoso do que observe, sem fé nos chefes do movimento, começando a minha descrença pelo grão-chefe Saldanha Marinho; não crendo que o nosso povo seja democrata; velho, continuando a julgar-me sem aptidões para dirigir um partido, o que posso e o que devo fazer? Calar-me, dar no Senado o meu voto consciencioso e eclético, não ir aos jornais nem a reuniões; observar os acontecimentos.

1 Novembro de 1889. A queda da Monarquia matou a indecente especulação.

Mas não posso resistir ao desejo de registrar uma séria impressão, causada por incidente da agitação política, que se desenvolve.

Sob a inspiração de um tal J. de Patrocínio, *um negro de talento*,¹ que muito trabalhou pela abolição, mas cujas propagandas sempre transpiraram antes ódio à raça branca do que zelo pela liberdade da sua, sob a influência maléfica desse homem fundou-se no Rio de Janeiro uma associação com o nome – Guarda Negra –, composta somente de ex-escravos, e cujo fim, proclama pelos jornais o seu diretor e comandante, é – *oferecer os seus braços e o seu sangue à defesa da monarquia, garantindo a transmissão da coroa à herdeira presuntiva*.

Os republicanos esperam o advento da República por ocasião da mudança de reinado; J. do Patrocínio, jornalista há muitos anos, sempre republicano, agora tomou-se de amores pela dinastia, *por gratidão*, diz ele, *para com a princesa redentora da sua raça*. Várias circunstâncias parecem indicar que a Guarda Negra é favorecida pelo Ministério; mas, a meu ver, esta animação equivale a armar contra as outras uma classe da sociedade, diferente pela raça e composta de indivíduos que têm tudo a ganhar, nada a perder, com a subversão social. Seja ou não sincera a gratidão inspiradora da criação, se a dinastia aceita a proteção da Guarda Negra, mostrando descreer do exército e da nação, expõe-se a ficar responsável pelas calamidades de uma luta de raças, que Deus arrede!

Felizmente as províncias não têm seguido o exemplo.

Fim do 1º Apêndice

N. B. – A continuação foi já publicada sob o título: “O advento da República no Brasil”, e o 2º apêndice será publicado mais tarde.

1 Ele mesmo assim se designou.

.....
Índice onomástico
.....

A

A. FELÍCIO (Dr.) – Ver SANTOS, Antônio Felício dos
ABAETÉ (visconde de) – 111, 137, 149, 210, 220
ABRANTES – 131
ABREU, H. Limpo de – 68, 70, 71, 149
ADET – 127
ADOLFO – 153
AFONSO CELSO – 136, 193, 197, 198, 202, 203, 204, 207, 208, 220, 221, 235, 239, 291
AFONSO FILHO – 229
AFONSOS (os) – 220
AGUIAR, Honório de – 20
AIROSA, José Antônio – 110
ALBUQUERQUE (visconde de) – 63, 131
ALBUQUERQUE, Lourenço de – 231, 291
ALMEIDA, Caetano Furquim de (Dr.) – 89, 90, 92, 177
ALMEIDA, João Mendes de – 165
ALVES BRANCO (ministro) – 43, 63, 69, 251
ALVES, Nicolau – 81
ALVIM, Cesário – 230
AMARAL, José Maria do (conselheiro) – 202, 260
ANA FRANCISCA – 19, 20
ANA INÊS – 27
ANDRADAS (os) – 68
ANDRADE (padre) – 32
ANDRADE FIGUEIRA – 237

ANDRADE, J. V. de (Dr.) – 190

ANTÃO – 71

ÁQUILA (condessa de) – 42

ARAÚJO LIMA – Ver LIMA, P. de Araújo

ASSIS ARAÚJO – 254, 257

AUGUSTO – 153

AVELAR, J. R. de – 288

B

BAEPENDI (conde, marquês de) – 68, 251

BARBACENA (visconde de) – 87, 112

BARBOSA, Rui – 232

BARROS, Liberato (conselheiro) – 137

BAYLISS – 109, 110

BELISÁRIO – 237, 242

BEZOUT – 36, 256

BOCAGE – 38, 147

BOCAIÚVA, Quintino – 150, 171

BOILEAU – 38

BOM RETIRO (visconde do) – 100

BOURDON – 73, 77

BROGLIE – 162

BUARQUE DE MACEDO (Dr.) – Ver MACEDO, M. Buarque de

C

CALISTO – 55

CÂMARA, M. Ferreira da (senador) – 29

CAMÕES – 38, 50, 73

CAMPOS PORTO – 109

CAMPOS, Martinho – 138, 141, 173, 202, 203, 207, 213, 215, 219, 220,

229
 CARAVELAS (visconde, marquês de) –
 Ver ALVES BRANCO
 CARLOS AFONSO – 220
 CARNEIRO LEÃO – Ver LEÃO, Nico-
 lau Neto Carneiro
 CARRÃO (conselheiro) – 140
 CARREIRA, L. de Castro (Dr.) – 108
 CARVALHO, Leôncio de – 203
 CATÃO – 79, 141, 142
 CAXIAS (duque de) – 130, 131, 139,
 151, 200, 216
 CERQUEIRA LEITE – 207
 CHICHORRO DA GAMA – 210
 CINTRA, D. – 237
 COCHRANE (Dr.) – 86, 87
 COELHO, Tomás (ministro) – 127
 CONSTANT, Benjamim – 44, 216
 CORREIA, Eufrázio – 237
 CORREIA, José de Sousa – 36
 COSTA CARVALHO – 44
 COSTA, Cláudio Manuel da – 27, 174,
 265
 COTEGIPE (barão de) – 200, 215, 216,
 217, 219, 236, 238, 239, 244, 286,
 287, 289, 290
 COUTO, M. Vieira – 29
 CRISTIANO – Ver OTTONI, Cristiano
 Benedito
 CUNHA, Francisco – 171

D

DANIEL – 55
 DANTAS, Rodolfo (ministro) – 131,
 138, 144, 215, 219, 220, 221, 229,
 230, 231, 233, 234, 286, 291
 DIAS DE CARVALHO – 207
 DIAS VIEIRA – 125
 DINIZ – 38

DRUMMOND – 109, 117
 DUARTE DE AZEVEDO – 237

E

EDUWIGES – 76, 153
 ELISA – 58, 65, 76, 153
 ELISON, Wiliam – 129
 ELISON JÚNIOR, A. (major) – 118,
 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125,
 129, 160
 ELÓI (Dr.) – Ver OTTONI, José Elói
 EPIFÂNIO – Ver PEDROSO, Epifânio
 José
 ERMELINDA – 49, 76, 153, 154, 226
 ERNESTO (Dr.) – 31, 58, 153
 EUSÉBIO – 68
 EVARISTO – Ver VEIGA, Evaristo da

F

FABIANA – 19
 FARO, João – 91
 FEIJÓ – 14
 FEIJÓ JÚNIOR – 254
 FELÍCIO – Ver SANTOS, Antônio Fe-
 lício dos
 FELIZARDA – 76, 153
 FERRAZ – 139
 FERREIRA LAJE – 112
 FIGUEIREDO, Camilo de (Dr.) – 173
 FIGUEIREDO, F. – 175
 FONSECA, Antônio Borges da – 44
 FONSECA, João Batista da (comenda-
 dor) – 87, 91, 92, 115
 FRANCISCO PRIMO – 110, 111
 FURQUIM – Ver ALMEIDA, Caetano
 Furquim de
 FURTADO – 125, 132, 134, 135, 136,
 137

G

GALVÃO DE QUEIRÓS – 272
GALVÃO, A. N. (Dr.) – 109, 207
GAMA, Cesário – 203
GARÇÃO – 38, 284
GARNET (coronel) – 100, 101, 108
GODEMI – 110
GODÓI (senador) – 173
GOMES DE CASTRO – 237
GONÇALVES MARTINS (ministro) –
86
GUIZOT – 162

H

HADDOCK LOBO – Ver LOBO, Roberto Jorge Haddock
HARVEY – 104
HELVETIUS – 17
HERVAL (marquês do) – 151, 185, 233
HOLANDA CAVALCANTI (ministro) –
63, 64, 68
HONÓRIO HERMETO – 28, 34, 35,
41, 44, 256
HORÁCIO – 50
HUMBIRD, Jacob – 104, 118, 119,
121, 123

I

INHOMIRIM (visconde, conde de) –
Ver SALES TORRES HOMEM
ISABEL – 31, 32
ITABORAÍ (visconde de) – Ver TORRES, J. J. Rodrigues
ITANHAÉM (marquês de) – 141
ITAÚNA (visconde de) – Ver MONTEIRO, Cândido Borges

J

J. (D.) – Ver JOÃO VI
J. DO PATROCÍNIO – 291, 292
JAGUARI (visconde de) – 200, 220
JEQUITINHONHA – 68
JOÃO – 256
JOÃO VI (D.) – 29, 40, 42, 49
JOÃO ALFREDO – 68, 286, 287
JOAQUIM – Ver MAIA, Joaquim
JOAQUIM – 253, 256
JOAQUIM (Dr.) – Ver LEITE, F. Joaquim Teixeira
JOAQUIM NOBERTO – 173, 174, 265
JOAQUINA – 18
JOBIM (Dr.) – 72
JOINVILLE (princesa de) – 42
JORGE – 19, 27, 28, 32, 35, 38, 41, 58,
65
JOSÉ BONIFÁCIO – 217, 229, 239,
245
JOSÉ ELÓI – Ver OTTONI, José Elói
JÚLIO – 76, 153, 226
JUVENAL – 136

L

LABOULAYE – 162
LAEMMERT – 75, 81
LAFAIETE (ministro) – 201, 213, 219,
220, 291
LAJE, M. P. Ferreira – 143
LANE (engenheiro) – 95, 97, 99, 100,
101, 102, 105
LAW – 103
LEÃO (marquês de) – 109
LEÃO VELOSO – 291
LEÃO, Nicolau Neto Carneiro – 118,
119, 120, 122, 123
LEITE RIBEIRO – Ver RIBEIRO, D. Leite

LEITE, F. Joaquim Teixeira (comendador) – 86, 87, 89, 113, 114, 119
 LEITE, Maximiano Antônio da Silva – 36
 LEOPOLDINA (princesa) – 152
 LIMA DUARTE (Dr.) – 130, 147, 202, 203-204, 220
 LIMA, P. de Araújo – 67, 68
 LIMPO DE ABREU – Ver ABREU, H. Limpo de
 LOBO, Aristides – 150
 LOBO, Francisco de Paula Silveira – 131, 132, 136, 138, 139, 141, 146, 193, 197, 198, 202, 203, 207, 208, 220
 LOBO, Roberto Jorge Haddock (Dr.) – 91, 92, 93, 94, 105
 LÓCIO (conselheiro) – 186
 LOPES, João José – 43, 251, 252
 LÓPEZ – 150, 151, 156

M

MACAÉ (visconde de) – 71
 MACEDO, J. M. de (Dr.) – 42, 141, 148, 151
 MACEDO, M. Buarque de (Dr.) – 185, 186, 187, 195
 MACEDO, Sérgio de – 88, 98, 110, 111, 159, 160
 MADALENA (barão de) – 178
 MAIA, Joaquim (major) – 51, 57, 255, 261
 MAIA, José Joaquim de Araújo (capitão) – 82, 255, 257, 259, 260, 261
 MAIA, Raimundo de Castro – 281
 MAIA, Teodósia C. V. – 153, 154, 227, 254, 257, 258, 260, 281
 MAIA JÚNIOR, Joaquim José de A. – 260
 MÁE TERESA – 19, 24

MANUEL FELIZARDO – Ver MELO, Manuel Felizardo de Sousa e
 MAQUIAVEL – 67
 MARANGUAPE – 131
 MARCONDES, Jesuíno – 124, 125
 MARIA ISIDORA – 153
 MARIA NARCISA – 18
 MARINHO (cônego) – Ver SALDANHA MARINHO
 MARQUES DE SÁ (Dr.) – 175
 MARTIM FRANCISCO – 230
 MARTINHO – Ver CAMPOS, Martinho
 MARTINS, Gaspar Silveira – 14, 196, 200, 203, 217, 219, 220, 238
 MARTINS, Inácio – 173, 220, 221
 MASCARENHAS, D. Manuel (senador) – 131
 MAUÁ (barão de) – 87, 100, 112, 114, 115, 116, 127, 175, 176
 MEDEIROS, Viriato de (capitão) – 111, 121, 122, 123, 124, 125, 129, 133
 MELO FRANCO (Dr.) – 132, 133
 MELO, Firmo José de (Dr.) – 186, 273, 278
 MELO, Gaudêncio César de – 261
 MELO, Manuel Felizardo de Sousa e – 71, 81, 110, 112, 113, 130
 MENDONÇA SOBRINHO – 237
 MESQUITA – 175
 MONT'ALEMBERT – 162
 MONTEIRO, Cândido Borges – 164
 MORAIS, Ed. José de – 186
 MOREIRA DE BARROS – 229, 230, 231, 232, 233
 MOREIRA, Firmino Dias – 80, 82
 MORSING, C. A. – 189
 MOURA, F. de – 231
 MUNIZ BARRETO – 87

N

NABUCO (ministro e senador) – 108,
137, 138, 139, 147, 148, 162, 195,
196, 291
NITERÓI (visconde de) – 78
NUNES GONÇALVES – 239

O

OLINDA (marquês de) – 67, 85, 95,
103, 109, 110, 129, 130, 131, 132,
136, 137, 138, 139, 140
OLIVEIRA, Pedro Ferreira de – 41
OSÓRIO – 151
OTAVIANO, F. – 138, 139
OTTONI (os) – 58
OTTONI, Augusto – 226
OTTONI, Cristiano Benedito [C. B.] –
73, 76, 82, 91, 110, 147, 153, 168,
171, 172, 197, 204, 206, 207, 226,
239, 260, 261
OTTONI, Ernesto (Dr.) – 226
OTTONI, Jorge B. – 206
OTTONI, José Elói (Dr.) – 24, 34, 40,
153
OTTONI, Teófilo (senador) – 16, 22,
29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41,
51, 58, 59, 60, 62, 68, 70, 71, 72,
76, 77, 79, 81, 87, 97, 102, 104,
114, 115, 127, 128, 131, 135, 137,
138, 139, 141, 148, 149, 152, 204,
205, 206, 207
OURO PRETO – 203

P

PAIVA, Domingos Teodoro de Azevedo
– 117
PARANÁ (marquês de) – 68, 90, 95, 118

PARANAGUÁ (visconde, marquês de) –
39, 63, 213, 219, 220, 222
PARANHOS – Ver RIO BRANCO
PARNY – 38
PAULA E SOUSA – 71, 72, 110, 129,
133, 140
PAULO – 31
PEDREIRA (ministro) – 89, 95, 97, 99,
100, 102
PEDRO (frei) – 67
PEDRO I (D.) – 35, 39, 41, 42, 44, 47,
48, 66, 67, 68, 251, 252, 283
PEDRO II (D.) – 14, 42, 45, 76, 97,
106, 162, 165
PEDROSO, Epifânio José – 37, 46, 47,
48
PENA, Herculano Veloso Ferreira – 175,
177, 185, 189
PENEDO (barão do) – 104, 151
PENIDO (Dr.) – 222, 229
PERDIGÃO MALHEIROS (deputado)
– 168
PERDONNET – 77
PEREIRA, José Clemente – 192
PEREIRA, Plácido Martins – 34
PIMENTA BUENO – 87, 162
PINHEIRO GUIMARÃES (brigadeiro)
– 30, 173
PINHEIRO, José Alves – 43
PINTO DE CAMPOS (monsieur) –
165
PINTO MOREIRA (Dr.) – 173
PIO IX (papa) – 180
PIRES, Francisco Miguel – 36
PORTELA – 237
PRADO, A. – 231, 235, 236, 237, 286,
287, 289
PRADOS (visconde, conde de) – 130,
193, 202
PRICE, Ed. – 87, 88, 94, 95, 98, 99,
100, 101, 104, 105

Q

- QUEIROGA, João Salomé de (juiz) – 30, 31
 QUEIROGA, Maria – 22

R

- RAIMUNDA – 20
 RIBAS, A. J. – 255
 RIBEIRO, Balbino J. da França – 44
 RIBEIRO, D. Leite (ministro) – 124, 125
 RIBEIRO, S. – 229
 RIO BONITO (visconde do) – Ver FARO, João
 RIO BRANCO (visconde do) – 68, 72, 111, 113, 163, 177, 238
 ROBERTS – 104
 ROSÁLIA – 20, 58, 65, 76
 ROUSSEAU – 37

S

- S. CLEMENTE (visconde de) – 288
 S. LOURENÇO (visconde de) – 86
 S. VICENTE (visconde, marquês de) – 133, 162, 163, 167
 SÁ ALBUQUERQUE – 131
 SAIÃO LOBATO (senador) – 78, 79, 111, 112, 113, 130, 165
 SAINTE-BEUVE – 262
 SALDANHA MARINHO – 71, 79, 136, 146, 149, 150, 172, 254, 255, 291
 SALES TORRES HOMEM – 97, 116, 141, 147, 164
 SALOMÉ – Ver QUEIROGA, João Salomé de
 SANTANA, J. J. de – 202, 203

- SANTOS, Antônio Felício dos (Dr.) – 220
 SANTOS, Ezequiel Correia dos – 44
 SAPUCAÍ (visconde de) – 139
 SARAIVA (conselheiro) – 131, 137, 138, 139, 148, 208, 209, 212, 215, 216, 217, 219, 221, 234, 235, 236, 237, 238, 244, 289
 SÉRGIO – Ver MACEDO, Sérgio de
 SILVA COSTA – 280
 SILVA MAIA – 39
 SILVA, Agostinho José da – 260
 SILVA, José Francisco de Araújo e – 260
 SILVEIRA DA MOTA (senador) – 161, 162, 217, 285, 286
 SILVEIRA LOBO – Ver LOBO, Francisco de Paula Silveira
 SILVEIRA MARTINS – Ver MARTINS, Gaspar Silveira
 SINIMBU – 148, 195, 201, 208, 209, 212, 215, 220, 221, 233
 SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de (deputado e desembargador) – 91, 232, 233, 260
 SOBRAGI (Dr.) – 144
 SOUSA FRANCO (ministro) – 103, 115, 137, 138
 SOUSA, José de – 36
 SOUSA, Paulino de (conselheiro) – 192, 201
 SOUTO – 112

T

- TÁCITO – 32, 56
 TAUMATURGO – 140
 TAUNAY – 229
 TAVARES BASTOS – 141, 146, 161
 TEIXEIRA LEITE – Ver LEITE, F. Joaquim Teixeira

TEIXEIRA LEITE (família) – 87, 92, 114
TEIXEIRA JÚNIOR, Jerônimo José (Dr.) – 91, 108, 115, 117, 169, 239
TEODORA – 226
TEODÓSIA – Ver MAIA, Teodósia
TEÓFILO – Ver OTTONI, Teófilo
THIERS – 132
TÍBULO – 153
TIRADENTES – 173, 174
TORRES HOMEM – Ver SALES TORRES HOMEM
TORRES, J. J. Rodrigues – 41, 68, 69, 89, 97, 112, 126, 141, 146, 151, 163
TREDGOLD – 63

U

UBÁ (visconde de) – 288
URUGUAI (visconde de) – 53, 68

V

VASCONCELOS – 44, 89

VASSOURAS (barão de) – Ver LEITE, F. J. Teixeira
VEIGA, Evaristo da – 37, 39, 44, 47
VERGUEIRO (senador) – 43, 44, 71, 251, 252
VIEIRA DE ANDRADE (Dr.) – 254
VINCENT – 74, 77
VIRGÍLIO – 154, 227
VIRGÍNIA – 76, 153, 154, 178, 226
VIRIATO – Ver MEDEIROS, Viriato de
VITÓRIA, José Gonçalves – 36
VLEMIEUX (capitão) – 109
VOLTAIRE – 38, 180

W

WARING (os) – 86

Z

ZACARIAS – 131, 132, 133, 140, 141, 146, 147, 148, 161, 237

Autobiografia de C. B. Ottoni,
de C. B. Ottoni, foi composto em Garamond,
corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85 g/m², nas oficinas da
Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF,
em Brasília. Acabou-se de imprimir em julho de 2014, de
acordo com o programa editorial e projeto gráfico do
Conselho Editorial do Senado Federal.

